ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA PETROBRAS TRANSPORTE S.A – TRANSPETRO, REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2020

CNPJ n.º 02.709.449/0001-59
NIRE n.º 3330026039-1

(Lavrada sob a forma de sumário, conforme disposto no art. 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976)

I- DIA, HORA E LOCAL: Assembleia de acionistas realizada em conformidade com o Estatuto Social da Petrobras Transporte S.A. – Transpetro e a Lei nº. 6.404/76, às 16 horas do dia 20 de abril de 2020, na sede social da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida Presidente Vargas, nº 328, 10º andar.

II- CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Tendo em vista permissivo contido no § 4º, do art. 124 da Lei 6.404/76, o Edital de Convocação, regularmente formulado, deixou de ser publicado em razão de tratar-se a Petrobras Transporte S.A. – Transpetro de subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, conforme Escritura Pública registrada sob n.º 3330026039-1, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, em 30 de junho de 1998, com fulcro no caput do art. 251 da citada Lei nº 6.404/76. Participaram do ato: a- a Presidente da Companhia, **Cristiane Elia de Marsillac**, atendendo determinação contida no artigo 49 do Estatuto Social da Companhia; b- o Presidente do Conselho Fiscal da Transpetro, **Eduardo Damazio da Silva Rezende**, , representando este Colegiado, em atendimento ao comando contido no "caput" do artigo 164 da Lei 6.404/76; e c- a representante da Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, **Nair Costa Gomes**, brasileira, solteira, advogada, inscrito na OAB/MG sob o nº 139.802 e no CPF/MF sob o nº 015.394.286-05 , com escritório na Avenida República do Chile, 65, 20° andar, sala 2001, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.035-900, que apresentou a procuração da Petrobras como, também, a manifestação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia, conforme a Nota Técnica SEI nº 11177/2020-ME, de 31 de março de 2020, anexa ao Ofício SEI nº 81439/2020-ME, de 31 de março de 2020, para votar, também, em nome do Governo Federal. Sua presença foi devidamente formalizada com a assinatura na folha nº. 65 do "Livro de Presença". Presente, também, o Secretário-Geral da Transpetro, Senhor Henrique dos Santos Ferraz.

III- MESA: Presidiu os trabalhos a Presidente da Companhia, Cristiane Elia de Marsillac, a qual convidou para participarem da mesa: a Nair Costa Gomes, o Eduardo Damazio da Silva Rezende; e o Secretário-Geral da Transpetro, Henrique dos Santos Ferraz, que secretariou os trabalhos.

IV- ORDEM DO DIA: Conforme instrução do acionista único, foi posta à apreciação da Assembleia de Acionistas a seguinte Ordem do Dia:

EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

1. Tomar conhecimento do Parecer nº 01/2020 do Conselho Fiscal da Transpetro;
2. Aprovar as Demonstrações Financeiras e a Destinação do Resultado do exercício de 2019;
3. Aprovar o Relatório Anual Integrado 2019;
4. Aprovar o Montante Global para Remuneração dos Administradores da Transpetro – 2020/2021;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

5. Homologar a eleição de membro do Conselho de Administração representante dos empregados para o período de maio de 2020 a 18/09/2020.

V- DELIBERAÇÕES: A representante da única acionista, a Petróleo Brasileiro S.A. - **Petrobras**, votou da seguinte forma em relação à Ordem do Dia:

EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

i) Tomar Conhecimento do Parecer nº 01/2020 emitido pelo Conselho Fiscal da Petrobras Transporte S.A. – Transpetro;
ii) Aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019, acompanhadas do Relatório emitido pela KPMG e pelo parecer do Conselho Fiscal;
iii) Aprovar a proposta de destinação do lucro líquido ajustado do exercício 2019, no valor de R$ 286.046 mil (duzentos e oitenta e seis milhões, quarenta e seis mil reais) e a distribuição de dividendos da seguinte forma:
a) Destinação para composição de Reserva Legal de R$ 14.302 mil (catorze milhões, trezentos e dois mil reais) (5% do Lucro Líquido Ajustado para o exercício 2019, em conformidade com os Artigos 182 e 193 da Lei nº 6.404/76);
b) Destinação para Reserva de Incentivo Fiscal de R$ 99.619 mil (noventa e nove milhões, seiscentos e dezenove mil reais);
c) Destinação de Distribuição de Dividendos no montante de R$ 172.125 mil (cento e setenta e dois milhões, cento e vinte e cinco seis mil reais), sendo dividendos obrigatórios R$ 43.031 mil (quarenta e três milhões, trinta e um mil reais) e dividendos adicionais de R$ 129.094 mil (cento e vinte e nove milhões, noventa e quatro mil reais);
iv) Aprovar, conforme autorizado pela SEST (OFÍCIO SEI nº 81439/2020/ME), em 31/03/2020, e nos termos das determinações contidas no Estatuto Social da Transpetro:
a) a fixação da remuneração global dos administradores da Transpetro no montante de R$ 17.293.082,49 (dezessete milhões, duzentos e noventa e três mil, oitenta e dois reais e quarenta e nove centavos), para as remunerações dos Administradores da Transpetro, para o período compreendido entre abril de 2020 e março de 2021, aí incluídos, no caso da Diretoria Executiva, os honorários mensais, gratificação natalina, gratificação de férias, passagens aéreas, auxílio moradia na forma prevista no Decreto nº 3.255, de 19 de novembro de 1999, plano de saúde, previdência privada complementar, déficit Petros, quarentena, remuneração variável, bem como os encargos Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social, sendo vedado expressamente o repasse aos respectivos honorários de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT na sua respectiva data base;
b) a fixação dos honorários mensais dos membros do Conselho de Administração em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios, para o período compreendido entre abril de 2020 e março de 2021;
c) a fixação dos honorários mensais dos membros do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

valores relativos a adicional de férias e benefícios, totalizando o montante global de R$ 612.209,11 (seiscentos e doze mil duzentos e nove reais e onze centavos), para o período compreendido entre abril de 2020 e março de 2021, aí incluídos, os honorários mensais, bem como os encargos Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social;

d) a fixação dos honorários mensais dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) e dos membros do Comitê Estratégico Financeiro (COESTFIN) em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios, totalizando os montantes globais de R$720.246,00 (setecentos e vinte mil duzentos e quarenta e seis reais) e de R$432.147,61 (quatrocentos e trinta e dois mil cento e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos), respectivamente, para o período compreendido entre abril de 2020 e março de 2021, aí incluídos, os honorários mensais, bem como os encargos Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social;

e) a delegação de competência ao Conselho de Administração da Transpetro para efetuar a distribuição individual dos valores destinados ao pagamento de honorários da Diretoria Executiva, garantindo a hierarquia remuneratória da Companhia, e observados os limites autorizados pela SEST;

v) Retirada de Pauta da Indicação para o CA do Representante eleito pelos empregados da Transpetro.

VI – ENCERRAMENTO DA ASSEMBLEIA: Às dezesseis horas e trinta minutos, não havendo mais nada a ser deliberado, a Presidente deu a sessão por encerrada, tendo suspendido os trabalhos para lavratura da presente Ata, que, lida e achada conforme, foi assinada pelos participantes: **Cristiane Elia de Marsillac**, Presidente da Companhia e desta Assembleia; **Nair Costa Gomes**, representante da Acionista única, a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras; **Eduardo Damazio da Silva Rezende**, Presidente do Conselho Fiscal; e Henrique dos Santos Ferraz, Secretário da Assembleia.

Henrique dos Santos Ferraz

Secretário-Geral da TRANSPETRO

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH047365
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021
RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) DE:
HENRIQUE DOS SANTOS FERRAZ
Valor total: 8,19
Rio de Janeiro: 09/07/2020 MARCELO SALES SANTOS
Selo: EDLV81417-LVG
Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico
RECONHECIMENTO DE FIRMA
OFÍCIO DE NOTAS Marcelo Sales Santos Escrevente Autorizado 2524-0875 / 3553-6021 7707-7775

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag. 5/45
JUCERJA assinado digitalmente

TRANSPETRO Petrobras Transporte S.A.

CNPJ nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobrás

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A trajetória da Transpetro ao longo de 2019 refletiu sua competência e empenho para cumprir, na prática, o que estabelece seu planejamento estratégico. Mesmo em meio aos desafios impostos por um mercado de petróleo e gás cada vez mais competitivo, a Companhia alcançou resultados expressivos em seu último exercício, superando as metas previstas para o ano.

A Transpetro obteve seu maior lucro líquido dos últimos três anos. E isso se deve em grande parte ao processo de melhoria contínua aplicado às suas duas áreas de negócio (Dutos e Terminais e Transporte Marítimo), principalmente no que se refere ao aumento de receitas e redução de custos. Tudo isso sem perder o foco na segurança operacional de seus processos.

Na busca permanente pela liderança no mercado em que atua, a empresa também cuidou bem de sua gestão, avançando para uma estrutura de governança que possibilitou um ambiente de trabalho propício ao alcance de seus objetivos estratégicos e em conformidade com leis e regulamentos internos e externos. Os cuidados com seus públicos de interesse também ficam evidentes nas diversas ações empreendidas em comunidades vizinhas às suas instalações.

A nova dinâmica de mercado exige ainda mais eficiência e prontidão das empresas para o atendimento das demandas dos clientes. Os bons resultados apontam que a Transpetro caminha nesse sentido, aumentando cada vez mais sua competitividade à medida que evolui na gestão de seus recursos.

Em função de tudo isso, o Conselho de Administração da Transpetro prevê resultados cada vez mais positivos para a Companhia nos próximos exercícios e reforça sua tarefa de contribuir com orientações para o alcance de todos os objetivos estratégicos previstos.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA TRANSPETRO

A Transpetro em 2019 apresentou bons resultados, superando as metas das três métricas de topo aprovadas pelo Conselho de Administração. Nosso indicador de segurança mais importante, a Taxa de Acidentados Registráveis (TAR), fechou o ano em 0,79, índice 20% melhor do que o limite estabelecido (0,99), resultado que consolida nossa posição entre as melhores empresas do mercado nesse quesito. No comparativo com 2018 (índice de 0,87), tivemos três acidentes a menos nos critérios de apuração do indicador.

O resultado da métrica financeira voltada a estabelecer a relação entre nossas dívidas de curto e longo prazo e a capacidade da Companhia de geração de caixa, definida pela divisão da Dívida Líquida sobre o Ebitda, ficou em 2,0. O resultado foi igualmente expressivo, pois melhorou em 22% a meta prevista para o ano (2,6) e em 29% a marca alcançada em 2018.

O Retorno sobre Capital Empregado (Roce) refletiu o aumento de eficiência na aplicação dos nossos recursos. No primeiro ano em que o indicador foi utilizado como métrica de topo da Transpetro, alcançamos o resultado de 9,0%, consideravelmente melhor que a meta de 8,2%, o que confirma nossa contribuição para a geração de valor para o acionista-controlador. Em relação ao ano passado, cujo resultado foi de 6,6%, houve um incremento de 36% nesse indicador.

O ano de 2019 representou uma melhoria expressiva de nossos resultados econômicos. Vale destacar, por exemplo, nossa evolução no Ebitda ajustado, que alcançou a marca de R$ 1,76 bilhão, 24% acima do número estabelecido no exercício de 2018 (R$ 1,42 bilhão) devido principalmente à melhoria das receitas e aos nossos esforços para a contínua redução de custos, superando pelo quinto ano consecutivo nossa meta de redução dos Gastos Operacionais Gerenciáveis (GGG). Desconsiderando-se os efeitos da inflação, a redução acumulada no período de 2014 a 2019 atingiu a montante de R$ 4,2 bilhões, proporcionando um ganho expressivo para o resultado atual da Companhia.

Nosso resultado contábil de 2019 também foi positivamente afetado pela reversão de R$ 425 milhões do montante provisionado em exercícios anteriores por *impairment* da Unidade Geradora de Caixa Transporte (Navios). Isso se deve principalmente à previsão dos fretes futuros em reais de nossos navios com valores superiores às premissas adotadas anteriormente, que refletem as expectativas mais atualizadas para esse mercado.

Com isso, nosso lucro líquido no ano foi de R$ 611 milhões ou R$ 397 milhões quando expurgamos os efeitos de *impairment* e a adoção do IFRS 16 (vide nota explicativa 2.2.1 de nossas Demonstrações Financeiras), o que significa um aumento de 45% em relação ao exercício anterior, de R$ 267 milhões (sem efeito do *impairment*).

Na área de negócios de Dutos e Terminais, ainda impactada pelo baixo crescimento da economia brasileira, registramos em 2019 aumento de 0,6% em relação a 2018 no volume movimentado de petróleo e derivados em nossos oleodutos e terminais, com a marca de 567,2 milhões de metros cúbicos. Contribuiu em grande parte para esse resultado o crescimento de 1% no segmento de petróleo, principalmente em decorrência do aumento das exportações realizadas por meio das operações de transbordo a contratado (*ship to ship*). Garantimos também uma movimentação média diária de gás natural de 66,6 milhões de metros cúbicos, resultado 3,0% melhor do que o valor alcançado no ano anterior.

Na área do transporte marítimo, movimentamos 93,1 milhões de toneladas métricas de petróleo e derivados em 2019, volume 4,4% superior ao registrado no ano anterior. Ao todo, realizamos 3.098 operações, o que representa a média de 258 por mês, e transportamos 40% da carga de petróleo e derivados movimentada por via marítima na Petrobras, ampliando as rotas de longo curso para a Ásia, Europa, Estados Unidos e Oriente Médio.

Em 2019, nossos investimentos totalizaram R$ 911 milhões. Desse montante, R$ 914 milhões, ou seja, 87%, foram destinados à construção de navios, com o recebimento de duas novas embarcações da classe aliframax, encerrando o Programa de Modernização da Frota (Promef). Investimos ainda R$ 197 milhões (22% do total) na manutenção da Infraestrutura de Dutos e Terminais e R$ 65 milhões (7%) na docagem de navios, valores indispensáveis à conservação de nossos ativos e instalações e à melhoria de nossa produtividade.

Além desses investimentos, vencemos ainda a licitação do Terminal de Belém, com o valor de outorga ofertado de R$ 30 milhões. Com isso, garantimos o direito de continuar operando a unidade por mais 20 anos. Conforme exigência do edital, a empresa constituiu uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), denominada Transbel, e assumiu o compromisso de realizar melhorias em infraestrutura na unidade ao longo da vigência do contrato, a ser assinado no início de 2020.

Também investimos no combate ao furto de petróleo e derivados dos dutos que operamos. Para reforçar o trabalho que já vinha sendo desenvolvido com resultados positivos, o Programa Integrado Petrobras de Proteção de Dutos (Pró-Dutos), conduzido pela Petrobras em parceria com a Transpetro, foi lançado para prevenir essa prática criminosa. Com isso, reforçamos a cooperação estratégica nas ações de inteligência, investimentos nas instalações, operações e outras atividades relevantes, de forma a ampliar a proteção à vida e ao meio ambiente e assegurar a integridade das nossas instalações e das operações, a segurança energética do país e a reputação de toda a Petrobras. O número de derivações clandestinas caiu de 261, em 2018, para 203, em 2019, demonstrando o acerto das ações adotadas no período e da estrutura dedicada implantada em 2018 pela Transpetro.

Nos últimos cinco anos, incluindo 2019, foram realizadas diversas melhorias nas práticas de gestão da Transpetro, sobretudo naquelas voltadas a otimizar recursos, reduzir custos e desenvolver iniciativas inovadoras, com o consequente aumento da integração, sinergia e produtividade nas nossas diversas áreas de atuação. Ao longo desse período, as equipes operacionais, comerciais e de suporte da Transpetro alcançaram desempenhos superiores, que contribuíram para o crescimento dos resultados econômico-financeiros da Companhia, com segurança e melhoria de ambiência, comprovada pelos excelentes resultados dos índices de satisfação de empregados e índices de satisfação declarada.

Em 2019, aprimoramos ainda mais nossos mecanismos de governança, tendo recebido pelo segundo ano consecutivo o Certificado de Nível 1 (Grau Máximo) do indicador de Governança (G-SEST, desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais (Seat) com o suporte de membros independentes, que avalia a efetividade do funcionamento das estruturas de governança implantadas nas empresas estatais, bem como das melhores práticas adotadas no mercado, abrangendo governança corporativa e societária, gestão de riscos, controles internos, auditorias interna e independente, integridade e transparência de informações.

Importantes marcos também foram o aprimoramento do Sistema de Gerenciamento de Crises, alinhado ao modelo internacional Incident Command System (ICS), bem como a aprovação dos Riscos Estratégicos e do Apetite a Risco da Companhia pelo Conselho de Administração, em consonância com as melhores práticas de gestão de riscos empresariais observadas no mercado.

Em dezembro de 2019, a Transpetro aprovou e divulgou seu Plano Estratégico 2040, Plano de Negócios e Gestão 2020-2024 e Plano Anual de Negócios 2020. A construção dessas peças de planejamento foi realizada a partir dos direcionadores citados pela Diretoria de Refino e Gás Natural da Petrobras e pelo Conselho de Administração da Transpetro, além de debates, dos quais participaram a Diretoria Executiva, gerentes executivos da Companhia, o Comitê Estratégico e Financeiro e o próprio Conselho de Administração. O resultado desse processo foi a aprovação e divulgação de um Plano Estratégico capaz de traduzir os desafios futuros da Companhia e estabelecer estratégias robustas e metas para tornar a Transpetro cada vez mais forte, competitiva e rentável, sintetizando assim a nova Visão: "A melhor empresa de transporte e logística para clientes na indústria de óleo, gás e biocombustíveis do Brasil, gerando valor com segurança, respeito às pessoas e ao meio ambiente".

Nosso Plano Estratégico 2040 está desdobrado em oito estratégias. Cinco delas são de negócios, focadas no desenvolvimento de serviços e soluções para segmentos específicos de mercado. E as outras três são transversais, capazes de adequar a cultura da Transpetro e seus processos internos a um ambiente de negócios cada vez mais competitivo, cabendo destacar, nessa versão, a estratégia de transformação digital da Companhia por meio de soluções inovadoras para aumentar a geração de valor e a segurança das operações.

Há cinco anos estamos nos preparando para essa nova dinâmica de mercado, com a perspectiva de entrada de novos players de refino, logística e do upstream: investidores, operadores, empresas internacionais buscando oportunidades no mercado brasileiro de óleo e gás ou mesmo empresas domésticas. Para tanto, o PE 2040, PNG 2020-2024 e PAN 2020 contemplam não só a continuidade, mas, também, o reforço das ações de redução de custos e gastos, otimização de processos e melhoria contínua de gestão, fundamentais para garantir nossa competitividade e nos consolidar como a melhor alternativa logística e de transporte, multimodal e multisserviço, para qualquer cliente.

Estamos certos de que os progressos alcançados nos últimos anos tornaram a Transpetro mais integrada, ágil e capacitada tecnicamente, e estão contribuindo para a melhoria da ambiência, segurança e integridade na Companhia. Tudo isso nos possibilitará competir, crescer e obter bons resultados econômicos em qualquer cenário de negócios em que estivermos inseridos.

Em nome da Diretoria, agradeço e parabenizo todas as nossas equipes pelo trabalho desenvolvido em 2019. A competência, capacidade técnica, empenho e engajamento de nossos colaboradores e gestores foram fundamentais nos últimos anos e, em especial, em 2019. Estendo os agradecimentos aos representantes do Conselho de Administração e seus comitês, bem como ao Conselho Fiscal, pelo apoio, confiança, estímulo e contribuição à nossa gestão.

Contando com o mesmo empenho e comprometimento de todos, não tenho dúvida de que seremos capazes de enfrentar e superar nossos próximos desafios.

Antonio Rubens Silva Silveira
Presidente da Transpetro

SOBRE O RELATÓRIO

Este Relatório Anual traz os destaques da nossa atuação em 2019 e busca explicar como geramos valor ao longo do tempo. Com a atual edição, avançamos ainda mais no processo de elaboração deste relato, aprimorando a qualidade das informações disponibilizadas aos nossos públicos de interesse. O objetivo é sempre proporcionar mais transparência e conectividade às informações contidas nesta publicação.

O escopo deste relato compreende nossas atividades no Brasil e no exterior, contemplando, portanto, a Transpetro Controladora e a Transpetro Internacional B.V., nossa empresa baseada na Holanda.

O relatório foi validado pela nossa Diretoria Executiva e aprovado pelo nosso Conselho de Administração, que autorizou sua publicação.

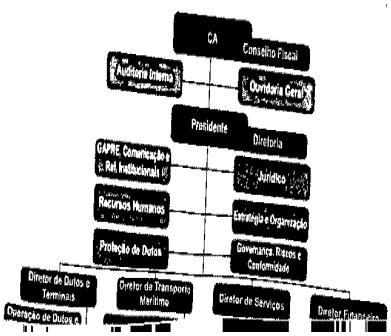
GRANDES NÚMEROS

Nossas atividades de transporte e logística se concentram em duas grandes áreas: Dutos e Terminais e Transporte Marítimo. Somos responsáveis pela operação de cerca de 15 mil quilômetros de oleodutos e gasodutos, 47 terminais (20 terrestres e 27 aquaviários) e 59 navios.

	2017	2018	2019
Volume movimentado em terminais e oleodutos	572 milhões de m³	564 milhões de m³	567 milhões de m³
Quantidade de Navios	55	57	59
Carga Transportada por navios operados pela Companhia	86.306.019 (41%) *	89.138.438 43%) *	93.100.876 (40%) *
Dívida Líquida sobre Ebitda Ajustado (Sem IFRS 16)	2,13	2,81	2,00
Retorno sobre o Capital Empregado (Roce) (Sem IFRS 16)	7,4%	6,6%	9,0%
Taxa de Acidentados Registráveis (TAR)	1,08	0,87	0,79

* índice a participação da Transpetro na carga de petróleo e derivados movimentada por via marítima na Petrobras

Organograma



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Em 2018, mantivemos nossas métricas de performance relativas à segurança e endividamento, respectivamente, Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) e Dívida Líquida sobre Ebtida. e, em alinhamento com a Petrobras, acrescentamos uma métrica de rentabilidade, o Retorno sobre Capital Empregado (Roce).

Nosso indicador de segurança mais importante, a TAR, que revela o número de acidentados registráveis por milhão de horas-homem e nos permite avaliar a segurança das nossas operações diárias, apresentou resultado ainda melhor que o obtido no ano anterior: tivemos 30 acidentes classificáveis nos critérios de apuração do indicador, três a menos que em 2018.

Nossa TAR ficou em 0,79, convergente com as melhores práticas do mercado e significativamente inferior ao limite estabelecido (0,99). O resultado decorre da conduta/dade do nosso Plano Integrado da Gestão de SMS, por meio do qual implementamos diversos programas, que contribuíram para manter a Transpetro entre as empresas que mais valorizam a segurança no trabalho.

Já a métrica de endividamento utilizada pela Transpetro é definida pela relação entre a Dívida Líquida e o Ebtida. Ela estabelece a razão entre as dívidas de curto e longo prazos da Companhia e sua capacidade de geração de caixa. Em 2019, alcançamos o resultado de 2,0, índice 23% melhor que a meta estabelecida para o ano (2,6).

A outra métrica financeira que utilizamos, o Roce, exprime o resultado em função do capital empregado, revelando o quanto nosso capital está contribuindo para a geração de valor para o acionista. No primeiro ano de adoção dessa indicador como métrica de topo, fechamos 2018 com um Roce de 9,0% ante a meta de 8,2%, o que comprova maior eficiência na aplicação de capital.

	2018	2019
Taxa de Acidentados Registráveis (TAR)	33	30
	Meta	Índice alcançado
Dívida Líquida sobre Ebtida	2,6	2,0
Retorno sobre Capital Empregado (Roce)	8,2%	9,0%

VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO E MODELO DE NEGÓCIOS

QUEM SOMOS

Somos uma empresa brasileira de atuação global, que opera de forma integrada terminais, oleodutos, gasodutos e navios, gerando valor para nosso acionista e clientes, provendo a energia que move a sociedade a realizar o seu potencial.

Por meio da nossa capacidade técnica única em logística e transporte, realizamos o armazenamento e a movimentação de petróleo e seus derivados, etanol, gás e biocombustíveis, incluindo as atividades de importação e exportação.

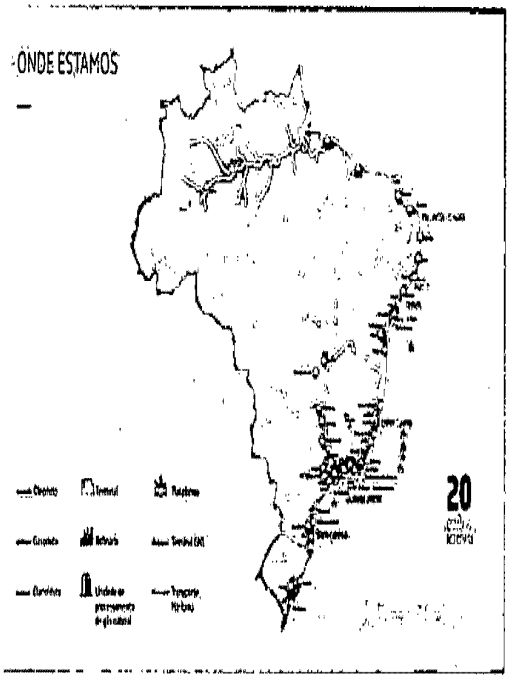
Estamos sempre prontos a atender às demandas das diversas empresas do mercado, priorizando sempre a gestão eficaz de nossos recursos, sem abrir mão da competitividade e da segurança.

Nossa Visão

A melhor empresa de transporte e logística para clientes na indústria de óleo, gás e biocombustíveis do Brasil, gerando valor com segurança, respeito às pessoas e ao meio ambiente.

Nossos Valores

- Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente
- Ética e transparência
- Superação e confiança
- Resultados
- Orientação ao mercado



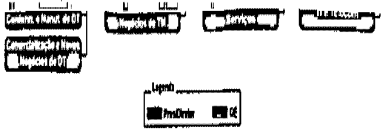
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para atender às demandas de logística em transporte e à gestão dos processos internos, nossa estrutura organizacional reúne quatro diretorias (Dutos e Terminais, Transporte Marítimo, Serviços e Financeira), além das gerências executivas diretamente ligadas à Presidência. Nossa estrutura básica se desdobra a partir dessas cinco grandes áreas e realiza trabalho integrado com vistas à efetiva atuação de nossos dois segmentos de negócio: Transporte Marítimo e Dutos e Terminais.

O ano de 2019 refletiu o amadurecimento das práticas de gestão dos processos que permeiam toda a Companhia, resultando na necessidade de implementar ajustes organizacionais que propiciassem otimização de recursos, sistematização de iniciativas inovadoras e aumento de produtividade em áreas com maior sinergia.

Em um cenário ávido por mudanças ágeis e metas mais restritivas para as despesas gerenciáveis, nossos estudos de reestruturação resultaram na criação de uma gerência dedicada à Transformação Digital; na fusão de duas gerências executivas, que deram origem à Gerência Executiva de Gestão de Bens e Serviços; e na redistribuição de atribuições gerenciais por diversas áreas. Além dos ajustes pontuais realizados, iniciamos a reavaliação da nossa estrutura organizacional de modo a compatibilizá-la com os desafios da Transpetro para os próximos anos.

Conheça nosso organograma.



NOSSOS CAPITAIS

CAPITAL HUMANO

O capital humano ganha mais importância nas organizações num contexto de constantes e velozes mudanças características de um mercado competitivo e global em que estamos inseridos. Acreditamos que as pessoas são um ativo valioso e prezamos a excelência em produtividade. Por isso, orientados pela estratégia corporativa, investimos no desenvolvimento de nossos empregados e recompensamos seus esforços com base na meritocracia e no zelo pela cultura organizacional.

Nossa gestão de pessoas ocorre sob os princípios e diretrizes de nossa Política de Recursos Humanos. Promovemos o diálogo e valorizamos nossos colaboradores, em conformidade com as orientações corporativas e com base nos nossos valores e princípios éticos, a fim de alcançarmos os objetivos do negócio.

Gestão do efetivo

Considerando os quadros de terra e mar, somamos, em 2019, um total de 81 novos empregados oriundos dos Processos Seletivos Públicos vigentes, que passaram inicialmente por um Programa de Ambientação e/ou Cursos de Formação, visando garantir as competências necessárias ao desempenho de suas atribuições. Com isso, terminamos o ano com uma equipe formada por 6.475 empregados, sendo 3.748 empregados do quadro de terra e 2.727 do quadro de mar.

	2017	2018	2019
Composição do efetivo	5.852	6.464	6.475
		Homens	Mulheres
Efetivo por gênero		5.614 (87%)	861 (13%)
		Médio	Superior
Efetivo por escolaridade		4.392 (68%)	2.083 (32%)
		Terra	Mar
Composição do efetivo		3.748 (58%)	2.727 (42%)

Gestão do Capital Humano

Em alinhamento com a nossa visão, valores e estratégias, revisamos as iniciativas de RH para o horizonte 2020-2024. Direcionadores de nossas ações, essas iniciativas são desenvolvidas por meio de projetos que contemplam atividades como planejamento, alocação e movimentação de efetivo, plano de carreira e remuneração, sucessão gerencial, desenvolvimento de competências individuais e de líderes e gestão de cultura e de desempenho.

O desdobramento dessas iniciativas pode ser verificado em algumas ações realizadas em 2019:

Desempenho

Realizamos iniciativas de alinhamento da gestão de desempenho de pessoas ao nosso Planejamento Estratégico (PE), que se refletiram em metas individuais dos empregados. Analisamos o desdobramento das metas em nossa estrutura hierárquica e realizamos auditoria das metas negociadas, como forma de assegurar que as metas estejam aderentes ao Plano Estratégico e ao Plano de Negócios e Gestão. A gestão de desempenho dos empregados é o instrumento que deixa clara a contribuição de cada integrante da equipe no alcance das metas da Companhia.

Para permitir a rápida identificação das competências e conhecimentos instalados dos empregados, além de suas experiências e desempenho, e visando facilitar a busca por profissionais que poderão contribuir em processos ou projetos da Companhia, lançamos o Novo Currículo, ferramenta que consolida informações relevantes da trajetória dos integrantes da equipe.

Carreira e Sucessão Gerencial

Consolidamos nosso novo plano de cargos, o Plano de Carreira e Remuneração (PCR). Além de possibilitar maior mobilidade interna e flexibilidade no planejamento da carreira dos empregados, ele permite evolução na carreira de forma mais meritocrática.

O Modelo de Sucessão Gerencial se consolidou como uma importante ferramenta de gestão, conferindo maior transparência e minimizando os riscos inerentes à designação de empregados a funções gerenciais.

Em 2019, foram realizados 24 processos de seleção interna para provimento de funções gerenciais, que tiveram 170 inscritos.

Prêmio por Desempenho Superior

O Programa de Prêmio por Desempenho Superior (PDS) é mais uma iniciativa para estimular a orientação para resultados e a gestão de pessoas com foco na meritocracia, permitindo o pagamento de um prêmio, em parcela única por ano, considerando o desempenho da empresa e dos empregados.

A ativação do programa é condicionada ao atingimento de um lucro líquido mínimo, e o montante máximo a ser distribuído fica limitado a um percentual do Ebtida ajustado, ambos revisados anualmente, de acordo com as premissas do nosso plano de negócios.

Regime de Trabalho

A redução opcional da jornada de trabalho mediante distribuição proporcional de remuneração beneficiou 52 empregados desde a sua implantação. Essa prática permite a flexibilização das normas de trabalho do empregado, propiciando um melhor balanço entre sua vida pessoal e profissional.

Teletrabalho e Trabalho a Distância

Com base no resultado favorável do projeto-piloto, iniciado em 2018, aprovamos no Conselho de Administração a implementação do teletrabalho e do trabalho a distância em toda a Transpetro.

A novidade marca uma mudança na nossa forma de trabalho, de maneira a acompanhar as transformações ocorridas na sociedade e no mundo. A introdução do teletrabalho e do trabalho a distância também está alinhada à jornada de mudança cultural da empresa e à transformação do nosso jeito de agir, pensar e nos relacionar.

O intuito é criar um ambiente de trabalho favorável à agilidade, ao dinamismo e ao bom desempenho, sempre mantendo o foco nos resultados planejados e no uso otimizado das instalações físicas da Companhia.

Programa de Mobilidade

Visando compatibilizar a necessidade organizacional e os interesses dos empregados na adequação do efetivo essencial para atender aos objetivos e estratégias da Companhia, foi implementado, em 2019, o Programa de Mobilidade da Transpetro. Ele prevê identificar o perfil e expertises necessários para desempenhar determinada vaga e encontrar colaboradores que detenham essas características e possuam interesse na movimentação. O programa possibilita, entre outros ganhos, melhorar a alocação dos nossos recursos humanos, ao compatibilizar as necessidades da Companhia com os interesses dos empregados.

Ambiência Organizacional

A Pesquisa de Ambiência é um importante instrumento de monitoramento e diagnóstico, que possibilita a proposição de ações de melhoria da ambiência organizacional a partir da avaliação dos empregados sobre as práticas de gestão da Companhia.

A aplicação da pesquisa referente a 2018 ocorreu entre março e maio de 2019 e registrou um recorde de respondentes, com a participação de 71% dos nossos empregados.

A pesquisa de ambiência possibilita conhecer o Índice de Satisfação dos Empregados (ISE), além de medir a Satisfação Declarada (SD) dos colaboradores. O ISE alcançou 65 pontos e a SD atingiu 84 pontos, com crescimento de cinco pontos em relação à edição anterior.

Em continuidade ao desenvolvimento do nosso Plano Corporativo de Ambiência baseado nos fatores indutores apontados pela pesquisa, em 2019, nossas gerências em todo o Brasil elaboraram 151 Planos de Ação Locais, referentes ao ciclo 2018.

Confira a evolução dos indicadores relativos à Pesquisa de Ambiência nos últimos anos:

	2016	2017	2018
Índice de Satisfação dos Empregados (ISE)	60	60	65
Satisfação Declarada (SD)	73	79	84

Legenda:

ISE: Índice de Satisfação dos Empregados

SD: Satisfação Declarada

Benefícios a empregados

O pacote de benefícios oferecido pela Transpetro constitui importante ferramenta de atração e retenção de empregados. Os principais benefícios concedidos são o Plano de Previdência Petros-2, o Plano de Saúde AMS e os Benefícios Educacionais.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TRANSPETRO Petrobras Transporte S.A.

CNPJ nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobrás

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Canal Gestor

Outra grande iniciativa foi a divulgação do Canal Gestor, ferramenta de atendimento aos gestores da Transpetro em suas dúvidas diárias relativas à gestão de pessoas. Ela tem como objetivo melhorar a atuação dos gestores, resultando em um RH mais próximo das lideranças e do negócio.

Segurança e Saúde

Segurança

Plano Integrado da Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde

Em 2019, fechamos mais um ciclo do Plano Integrado da Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). No lançamento desse plano, ainda em março de 2016, estávamos com o TAR em 1,45 e fechamos aquele ano em 0,87. Agora, alcançamos o resultado de 0,79, o que mostra uma melhora significativa nos resultados dos indicadores de SMS.

A ideia central do plano em 2019 foi "Todo Acidente Pode Ser Evitado", corroborando a nossa meta de zero acidentados. Isso pode ser mostrado nos meses de janeiro, setembro e novembro, quando não tivemos um único acidente registrado para o indicador TAR.

Isso indica que estamos no caminho certo para alcançar o estágio da Cultura de Interdependência de Segurança, fato possível pelo conjunto de ações que estamos promovendo em toda a Companhia. Nesse sentido, estamos desenvolvendo uma cultura de segurança que cria raízes, permeando todas as atividades, no trabalho e no lazer, para que nossos colaboradores tenham a segurança como valor.

Nesse segundo ciclo do Plano Integrado da Gestão de SMS, desenvolvemos diversas iniciativas ao longo do ano, com foco em segurança de processo, gestão de riscos e, principalmente, nos fatores humanos, que influenciam diretamente ao comportamento de risco.

Centros de Resposta a Emergências

Realizamos também o diagnóstico dos nossos Centros de Resposta a Emergências, para garantir a pronta atuação nas ações de resposta; aumentamos a integração entre as áreas da Companhia; e eliminamos nossas atividades, fortalecendo a atuação conjunta para melhoria dos nossos indicadores de segurança e, por consequência, de integridade de nossos colaboradores.

Sistema de Gestão Integrada

Outro evento significativo foi a conquista da quinta Recertificação do Sistema de Gestão Integrada (SGI) com base nas Normas ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e OHSAS 18001:2007, cuja certificação original se deu em março de 2004. Iniciamos também o processo de atendimento à Norma ISO 45.001, que estabelece novos requisitos para a gestão de Saúde e Segurança.

Programa de Avaliação de Gestão de SMS

Concluímos o primeiro ciclo de avaliações no modelo Programa de Avaliação de Gestão de SMS (PAG-SMS), abrangendo todas as unidades gerenciais operacionais. Voltadas para segurança de processo, as avaliações são conduzidas por profissionais especialistas e unem as disciplinas Segurança Ocupacional e das Operações, Saúde, Gestão, Meio Ambiente e Integridade das Instalações.

Saúde

Cuidamos da saúde dos empregados com foco na valorização do capital humano por meio do aprimoramento dos processos e serviços de saúde, higiene ocupacional e promoção da saúde.

Ministramos o Curso Especial de Primeiros Socorros Médicos aos oficiais tripulantes dos navios da frota, em atendimento ao credenciamento pela Marinha do Brasil. Com essa iniciativa e o treinamento de Suporte Básico de Vida aos monitores de andar, aprimoramos a capacitação voltada a atender às urgências e emergências em saúde no mar e em terra.

Com o objetivo de propor novas práticas, otimizar recursos e tornar os processos de Saúde e Higiene Ocupacional mais uniformes, integrados, tangíveis e eficazes - provendo soluções aos clientes com qualidade, conformidade e economicidade -, reacdequamos os Núcleos de Saúde Ocupacional, redistribuímos a equipe de saúde e realizamos fórum técnico.

Realizamos ainda ações de promoção da saúde com foco na redução dos fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis. Destacamos as seguintes: implantação do Programa Anitabagismo, campanhas de conscientização e sensibilização dos colaboradores para a prática de atividade física e redução do tempo de sedentarismo, alimentação saudável e saúde mental.

Como resultado dessas ações efetivas de promoção da saúde e de resgate do potencial laborativo, o Percentual de Tempo Perdido (PTP) vem decrescendo anualmente, sustentado pela diminuição das horas perdidas por doenças. Em 2019, alcançamos a marca de 3,69, índice 18% melhor que o limite de alerta (4,50).

Percentual de Tempo Perdido (PTP)	2017	2018	2019
Percentual de Tempo Perdido (PTP) 2017 - 5,22. 2018 - 4,47. 2019 - 3,69	5,22	4,47	3,69

Nossos resultados de 2019 apresentaram melhora significativa em relação a 2018. As ações do Plano Diretor para 2020 já foram divulgadas, com foco na eficiência dos serviços de saúde e higiene ocupacional planejados para o período.

CAPITAL INTELECTUAL

Mapeamento de Conhecimentos Estratégicos

Concluímos o mapeamento de conhecimentos estratégicos que suportam as competências necessárias à perenidade do negócio frente aos desafios atuais e futuros da Companhia. Esse trabalho envolveu todas as gerências executivas, sendo acompanhado pelo Monitoramento Estratégico, uma vez que fazia parte do conjunto das iniciativas estratégicas priorizadas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2019-2023.

Assim, partindo da análise do PNG, foram mapeados os conhecimentos necessários a cada área, identificadas as lacunas e elaborados planos de ação a serem implantados a partir de 2020 para o desenvolvimento, retenção e disseminação desses conhecimentos.

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Uma iniciativa de grande impacto é o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), uma das nossas ferramentas tecnológicas que suporta o nosso processo de Educação Corporativa. O AVA reúne uma gama de soluções educacionais, desenvolvidas por empresas parceiras, que disponibilizam especialistas nacionais e internacionais de renome. A ferramenta abrange ainda soluções técnicas, elaboradas por profissionais especializados da Transpetro, visando também à gestão do conhecimento técnico da Companhia.

Em 2019, criamos e reformulamos as trilhas de aprendizagem no AVA. Entre elas, as trilhas de conhecimentos transversais, com adição de temáticas voltadas à Revolução 4.0 (Conectado, Cidadão Experiências, Liderando e Mudança, Novos Modelos de Negócios, Rápido e Ágil, Seja a Mudança e Pense Digital). Além disso, lançamos a iniciativa *HR Academy*, voltada à construção de uma Gestão 4.0 na Transpetro.

Mais de 25,2 mil capacitações foram concluídas no AVA, gerando em torno de 5k mil horas de treinamento. A satisfação dos empregados com a ferramenta, mensurada pela Avaliação de Reação, é de 92%.

Centro de simuladores de operação de navios

Outra ferramenta disponibilizada para o desenvolvimento dos nossos colaboradores é o Centro de Simuladores, utilizado para a capacitação e qualificação das nossas equipes do quadro de mar.

Em 2019, passamos por uma reconfiguração do Centro de Simuladores. Agora, contamos com dois simuladores de seis raias (*part task*) integrados com um simulador *full mission* e uma sala para debriefing.

Esses equipamentos de última geração, voltados a capacitar nossos tripulantes, aliados à qualidade técnica de nossos instrutores – os únicos no país a possuírem habilitações internacionais para ministrar cursos em simuladores – fizeram com que evoluíssemos em 2019 nos processos internos de gestão, precificação, registros sistêmicos e operacionalização para suportar uma ação gradativa de prospecção comercial, oferecendo treinamento a terceiros. Nesse contexto, realizamos, em 2019, nosso primeiro serviço de treinamento para terceiros.

A Transpetro está plenamente capacitada para oferecer ao mercado várias soluções de treinamento baseada na utilização desses equipamentos, tais como *Crew Resource Management* (CRM), *Ship Handling*, *Engine Room Team Management* (ERTM), Gerenciamento de Manutenção, Princípios de Equipamentos e Sistemas Navais, entre outros.

Programa de Desenvolvimento de Líderes

Em 2019, completamos dez anos de adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, promovido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e apoiado pela ONU Mulheres e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil. Desde 2009, recebemos a certificação anual do programa, que leva temáticas relacionadas a gênero e raça aos nossos públicos.

Para as comunidades vizinhas às nossas instalações, desenvolvemos 33 ciclos de palestras, que contemplaram cerca de 2.700 pessoas em oito estados (Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo e São Paulo).

Oferecemos ainda a nossos colaboradores os cursos "Combate à Violência contra a Mulher" e "Prevenção ao Assédio no Mundo Corporativo", além de 13 palestras e treinamento sobre políticas de direitos humanos.

Nossas ações de incentivo e o voluntariado beneficiaram cerca de 1.700 pessoas. Implementamos também projetos socioambientais para fortalecer o relacionamento direto com nossas comunidades, além de fomentar o desenvolvimento local e o senso de pertencimento em áreas influenciadas diretamente por nossas operações.

O projeto Faixa Limpa, desenvolvido em seis municípios de São Paulo, numa região onde vivem mais de 200 mil pessoas, enfatiza a educação ambiental e a produção inclusiva social. Em 2019, contemplou cerca de 2.700 pessoas em 200 ações de mobilização. Já o projeto De Olho no Duto levou informações sobre segurança e integridade de dutos, por meio de atividades circenses, a mais de 200 mil pessoas de 101 comunidades dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

O projeto Cine Transpetro nas Comunidades é um instrumento pedagógico de abrangência nacional. Em 2019, atuou ao longo das faixas de dutos e no entorno dos nossos terminais em 16 estados e 140 municípios do país. Ao todo, foram promovidas 332 sessões gratuitas de cinema em escolas públicas, levando a mais de 16 mil espectadores temas como reciclagem, meio ambiente e cidadania.

Já os projetos Cinturão Verde, em Santa Catarina, e o Tenda Itinerante, no Rio Grande do Sul, beneficiaram aproximadamente 5 mil pessoas por meio da educação ambiental.

Para o relacionamento com a imprensa, contamos com uma equipe dedicada, em tempo integral, que atua conforme as diretrizes de comunicação da Petrobras. Ao longo de 2019, atendemos a 137 veículos de imprensa locais, regionais, nacionais e internacionais.

O diálogo com nossos públicos de interesse é realizado também por meio da Ouvidoria-Geral, que disponibiliza canais específicos para o recebimento de reclamações, sugestões, denúncias e pedidos de informação. Além disso, desde fevereiro de 2019, responde pelo Canal 168, acessível por telefone, 24 horas por dia, 365 dias por ano, em todo território nacional.

Em 2019, o Canal 168 recebeu cerca de 5.300 ligações válidas. Desse total, 10%, aproximadamente, tratam de denúncias como danos, furtos, invasão ou tráfego não permitido. Emergências como incêndio, cheiro forte, vazamentos, duto exposto, explosão, entre outros, correspondem a 20% das ligações.

CAPITAL NATURAL

Reafirmando nosso compromisso de respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente, tivemos atuação efetiva no combate à poluição do litoral do Nordeste por óleo de origem desconhecida. Em apoio ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), à Marinha do Brasil, entre outros órgãos, e aos voluntários, disponibilizamos profissionais, equipamentos e expertise para reforçar o trabalho realizado em conjunto por empresas da Petrobras.

Realizamos também ações preventivas na área de combate a emergências ambientais. Visando padronizar nossa atuação nessas ocorrências, promovemos a revisão e a divulgação do Guia das Primeiras Ações de Meio Ambiente em Emergências. Nossa experiência e expertise nessa área foram reconhecidas por órgãos que atuam em emergências ambientais. O Ibama, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea/RJ) convidaram a Transpetro para capacitar seus técnicos.

Concluímos ainda o Projeto de Revegetação de 2,5 hectares de restinga da Praia de Guriri, em São Mateus (ES), em atendimento à condicionante da licença de operação do Terminal Norte Capixaba. A vegetação de restinga contribui para a biodiversidade local, pois mantém o equilíbrio dos processos ecológicos e atenua a erosão eólica.

Em continuidade ao desenvolvimento de nossas operações de forma ambientalmente responsável, obtivemos ou renovamos importantes licenças e autorizações ambientais em 2019. Entre elas, recebemos o Termo de Responsabilidade para Preservação de Área Verde (TRPAV) e a Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) e intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) para a implantação da Linha de Transmissão do Projeto Substituição de Bombas de Cubatão (SP). A compensação ambiental exigida será realizada por meio da modalidade "floresta em pé", uma opção ambientalmente mais eficiente. A modalidade "por replantio", além do maior custo, apresenta o risco de as mudas plantadas não vingarem.

Recebemos a Licença Prévia e de Instalação (LPI), emitida pelo Inea (RJ), para a Dragagem de Manutenção do Canal de Acesso e Bacia de Evolução dos Terminais Aquaviários da Ilha Redonda (TAIR) e da Ilha Comprida (TAIC), na Baía de Guanabara (RJ). O serviço possibilitará a movimentação e atracação de navios gaseiros com maior capacidade de armazenamento, aprimorando nossa capacidade de escoamento do gás.

A Diretoria de Portos e Costas (DPC) renovou a autorização para realizarmos operações de transbordo a contabordo no Terminal de São Sebastião (SP). Para isso, apresentamos os primeiros resultados do Protocolo de Mau Tempo para Operações *Ship to Ship* (STS), ferramenta que fornece informações detalhadas das previsões de mau tempo e tem por base modelos meteoceanográficos e informações do sistema supervisório do terminal. Com isso, será possível aprimorar nossa atuação preventiva, como a parada antecipada das operações e a desconexão dos mangotes, garantindo maior segurança e confiabilidade às operações STS e, consequentemente, aumentando a proteção ao meio ambiente. No Terminal de São Sebastião conseguimos ainda a aprovação do órgão ambiental para o Plano de Monitoramento da Qualidade do Ar para H_2S, com vistas a aperfeiçoar a gestão das emissões atmosféricas de nossas atividades.

Confirmando nosso comprometimento com a utilização responsável dos recursos naturais e para reforçar a segurança operacional de nossas atividades, aplicamos metodologia inovadora para detectar possíveis vazamentos no duto que leva água potável da Área Principal (AP) para a Área de Serviços Auxiliares (ASA) do Terminal de Angra dos Reis (RJ). Pelo projeto realizado em parceria com o Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes), utilizamos técnicas de identificação do teor de água doce em água salgada, por meio de amostragens da água do mar ao longo do duto, para restringir os pontos de suspeita do vazamento. Em seguida, injetamos corante autorizado pelo órgão ambiental para identificar os locais exatos do vazamento e aperfeiçoar a realização dos serviços de reparo, evitando o desperdício de água potável.

Assinamos ainda convênio com o município de Angra dos Reis, no contexto do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que autoriza a operação do Terminal de Angra dos Reis, para a execução do Projeto de Complementação do Esgotamento Sanitário do bairro Morrisuaba. O sistema de tratamento de esgoto, além de melhorar a qualidade de vida da população, contribuirá para a recuperação ambiental de córregos e praias da Baía da Ilha Grande (RJ).

CAPITAL PRODUTIVO

Nosso capital produtivo é composto essencialmente pelos terminais, dutos e navios que operamos, sejam eles próprios, da Petrobras ou de terceiros, arrendados ou não à Transpetro.

	2017	2018	2019
Número de terminais aquaviários	27	27	27
Número de terminais terrestres	20	20	20
Número de tanques de petróleo, derivados e etanol	536	536	536
Número de esferas da GLP	50	47	47
Oleodutos (km)	7.719	7.719	7.719
Gasodutos (km)	7.155	7.155	7.155
Número de pontos de entrega de gás natural	137	137	136
Número de estações de compressão de gás natural	20	10	10
Número de navios em operação	55	57	59
Capacidade da frota em operação (Em milhares de toneladas de porte bruto)	4.529.474	4.572.123	4.800.999

Um dos nossos principais ativos é o Centro Nacional de Controle e Logística (CNCL). Localizado na Sede da Transpetro, no Rio de Janeiro, ele interconecta as áreas de produção, refino, processamento e distribuição da Petrobras. Desde 2002, atua com recursos tecnológicos constantemente modernizados para operar e monitorar remotamente os dutos e terminais distribuídos em diversos pontos do país. A operação do CNCL tem como base 129 profissionais, que trabalham diariamente em regime de turno, garantindo assim cobertura ininterrupta. Contamos também com o Centro Nacional de Acompanhamento de Navios (CNAN), que monitora as viagens dos navios da nossa frota, 24 horas por dia, garantindo eficiência e segurança.

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Demais Capacitações

Renovamos a parceira com as Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante – Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (Ciaba), de Belém/PA, e Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (Ciaga), do Rio de Janeiro/RJ – para a capacitação técnica profissional de futuros oficiais, suboficiais e guarnição dos navios da Transpetro. Com isso, os praticantes podem alinhar sua formação acadêmica com os valores, cultura e modelo de gestão da Companhia. Ao todo, estão previstas 320 vagas.

Em conformidade com o processo de melhoria contínua de nossos resultados citamos, como destaque, as seguintes ações: Capacitação Rede Consultor, capacitação de empregados como Consultor de Contabilidade; Capacitações para a Acreditação de nossos Laboratórios, reconhecimento formal do Inmetro de que a organização atende integralmente às normas técnicas e está capacitada para a execução de calibrações, o que permitiu-lhe acesso de ter a obrigatoriedade de contratar empresa externa acreditada; e IV Fórum Nacional de Manutenção de Falha de Dutos, com o objetivo de disseminar e divulgar práticas de trabalho e discutir e consolidar propostas de melhorias de atividades da área de falha de Dutos. Realizamos ainda a 1ª turma do curso Especial de Primeiros Socorros Médicos (EPSM), em conformidade com as normas da Marinha do Brasil.

Realizamos ainda outras iniciativas para os empregados de terra e de mar que atendem às ações estratégicas das áreas de negócios, reforçam o papel fundamental da capacitação dos empregados para o aumento da produtividade e contribuem para a redução de custos e o aumento da rentabilidade.

Confira os números referentes aos treinamentos oferecidos aos empregados da Companhia.

	2017	2018	2019
Total de horas treinadas	182.781	207.045	252.136
Número de participações de empregados em treinamentos	22.392	33.737	34.804
Média de horas treinadas por empregado	29	43	37

Prêmios e Reconhecimentos

Indicador de Governança (IG-SEST)

Conquistamos pela segunda vez consecutiva o grau máximo (nível 1) do Indicador de governança IG-Sest, criado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest). Como nas edições anteriores, o quarto ciclo contemplou a avaliação da efetividade do funcionamento da estrutura de governança implantada na empresa com base nos requisitos exigidos pela lei nº 13.303/2016 e decreto nº 8.945/2016 e nas diretrizes estabelecidas nas Resoluções da CGPAR nº 18/2016 e nº 21/2018. A avaliação foi realizada por membros independentes da Fundação Dom Cabral (FDC), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade de Brasília (UnB) e Brasil Bolsa Balcão (B3).

Prêmio ANP

Conquistamos o Prêmio ANP 2019 na categoria 'Inovação Tecnológica'. O resultado reafirma o reconhecimento da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis à excelência do Centro de Simuladores da Companhia.

Prêmio Antaq

Dois projetos da Companhia foram condecorados na edição 2019 do Prêmio Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). Nosso Centro de Simulações conquistou o segundo lugar na categoria 'Iniciativas Inovadoras', enquanto o Terminal de São Sebastião (SP) ficou com o quarto lugar na categoria 'Desempenho Ambiental'.

Prêmio Executivo de TI

Conquistamos o segundo lugar do Prêmio Executivo de TI de 2019 na categoria Indústria Química, Petroquímica, Óleo e Gás, Plásticos, Borracha, Papel e Celulose. Promovido pela IT Mídia, a iniciativa reúne os principais *Chief Information Officers* (CIOs) e executivos da indústria de tecnologia da informação do mercado brasileiro.

CAPITAL SOCIAL E DE RELACIONAMENTO

Mantemos com nossos diversos públicos de relacionamento canais diretos e permanentes de comunicação. O objetivo é levar a nossos *stakeholders* esclarecimentos sobre nossas atividades e garantir a interação entre as partes.

Para promover uma comunicação clara e contínua com a sociedade, realizamos ações de relacionamento com a comunidade do entorno das faixas de dutos a fim de reforçar a mensagem de alerta sobre riscos inerentes às nossas atividades, como vazamentos, incêndios e explosões provocados, sobretudo, pela intervenção intencional e criminosa de terceiros nos dutos.

Nesse sentido incrementamos a divulgação de nossos canais de comunicação nas comunidades vizinhas para o envio de informações sobre movimentação suspeita na faixa ou em terrenos próximos, como o telefone 168 e o número de WhatsApp (21) 99952-0168.

Em 18 de agosto, realizamos a segunda edição do "Dia de 168", o Dia de Segurança na Faixa de Dutos. O evento ocorreu simultaneamente em 12 cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, mobilizando aproximadamente 7 mil pessoas de 30 comunidades, com ações voltadas a orientar as comunidades vizinhas às instalações da Companhia sobre segurança nas faixas de dutos e os riscos que as tentativas de furtos podem trazer.

Outra iniciativa importante foram os convênios com o Disque Denúncia dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, que contam com campanhas específicas para estimular o envio de informações sobre atividades suspeitas em nossas instalações, contribuindo para o combate às derivações clandestinas.

Em 2019, demos continuidade aos simulados de resposta a emergência dedicados às ocorrências de derivações clandestinas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O objetivo é preparar nossas equipes para qualquer contingência envolvendo o furto de combustível nos dutos que operamos, treinar as ações coordenadas com os órgãos públicos e alertar as comunidades vizinhas às faixas sobre os riscos da ação de terceiros nos dutos.

A constante interação que mantemos com os órgãos públicos tem por finalidade a colaboração para a troca de informações e apoio técnico no combate a ações criminosas nos dutos que operamos. Além do acordo de cooperação celebrado no ano anterior com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, aprimoramo-nos, em 2019, de Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Pela importância de São Paulo no tema derivação clandestina, apoiamos a realização, em novembro, do workshop Derivação Clandestina em Dutos, promovido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Foi organizado ainda um evento similar na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro (RJ), com o objetivo de apresentar para as forças federais essa problemática.

Em 2019, a fim de trocar experiências com empresas internacionais operadoras de dutos na América Latina e na Europa, igualmente impactadas pelas ações criminosas de furto em dutos, participamos da *15th Pipeline Technology Conference*, na Alemanha; do *Taller Gestión de Amenazas de Delitos por Terceros a Ductos de Hidrocarburos*, promovido pela Apel, na Colômbia; e da *Rio Pipeline Conference & Exhibition* (RPC), no Rio de Janeiro (RJ). Nesta RPC, realizamos um encontro com empresas operadoras de dutos para debater o problema e possíveis soluções.

Participamos em dezembro de 2019 da Audiência Pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. O evento tratou da aprovação do projeto de lei para crimes de furto e roubo de combustíveis (Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 8.453/2017).

Em junho de 2019, a Petrobras Controladora lançou o Programa Integrado Petrobras de Proteção de Dutos (Pró-Dutos), com o objetivo de ampliar e integrar todas as ações da Companhia para minimizar os riscos e impactos oriundos de derivações clandestinas em dutos. No lançamento, foram assinados protocolos de intenções com os governos estaduais do Rio de Janeiro e São Paulo para cooperação com os órgãos públicos de inteligência e segurança. Como principais focos, destacamos o projeto de lei para crimes de furto e roubo de combustíveis; melhorias dos sistemas operacionais; apoio na comunicação, publicidade e no desenvolvimento de novas tecnologias; colaboração na divulgação do canal 168 e desenvolvimento de projetos sociais dedicados à realidade das faixas.

Outra ação de relacionamento desenvolvida com as comunidades vizinhas às instalações sob nossa responsabilidade foi o Programa de Visitas, que levou grupos de moradores para conhecer melhor nossas atividades e os terminais operados pela empresa. Estreitamos também os vínculos com essas comunidades por meio do Programa de Consolidação e Relacionamento com Partes Interessadas das Faixas de Dutos, que visa a manter uma cultura de boa convivência e corresponsabilidade.

Para melhorar ainda mais a interlocução com nossos diversos públicos, lançamos novo layout em nosso site, que se tornou ainda mais moderno, informativo e completo, com destaque para os negócios da Companhia e tecnologia responsiva para aparelhos celulares. Ainda com o objetivo de nos tornarmos mais transparentes e acessíveis, criamos nosso perfil no LinkedIn para reforçar o relacionamento com nossos públicos de interesse.

O patrocínio a eventos relacionados à nossa área de atuação também estreitou nosso relacionamento com diversos públicos de interesse. Entre os fóruns de maior destaque em 2019, citamos a *Rio Pipeline Conference & Exposition* 2019, maior encontro realizado no Brasil especialmente para a comunidade internacional de dutos; o *Hacking Rio*, maior maratona de desenvolvimento de inovações tecnológicas da América Latina; e os eventos promovidos pela Associação Regional de Empresas do Setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis na América Latina e Caribe (Arpel), como o Workshop de Gestão de Ameaças de Danos por Terceiros aos Dutos de Hidrocarbonetos; e pela Sociedad Latinoamericana de *Operadores de Terminales Marítimos Petroleros y Monoboyas* (Slom), como o XV Jornada de Operadores de Terminais Marítimos de Petróleo e Monoboias, ambos em Cartagena, na Colômbia.

Nossa Política de Responsabilidade Social norteia as ações que promovemos para o desenvolvimento sustentável, a identificação de risco social e a mitigação de impactos relativos ao nosso negócio. Com a implantação da política bem como a ampliação e fortalecimento da atuação do nosso Comitê de Diversidade, reforçamos nosso compromisso com os direitos humanos e com os nossos públicos de relacionamento.

Nosso capital financeiro é composto pelos recursos financeiros disponíveis, sejam próprios ou de terceiros, utilizados para nossas operações.

Endividamento

Nosso nível de endividamento bruto cresceu gradativamente desde que iniciamos o programa de modernização da frota, cujo modelo de financiamento nos permitiu captar 90% dos valores destinados à construção dos navios com recursos do fundo da Marinha Mercante, em condições bastante atrativas à época da assinatura dos contratos. Em 2019, foram entregues os dois últimos navios do programa e não há previsão de novas captações em nosso plano de negócios, que projeta geração de caixa operacional suficiente para arcar com os nossos investimentos, amortizar a dívida atual e destinar integralmente os resultados alcançados ao acionista sob a forma de dividendos.

Desde 2018, aderentes os requerimentos contidos no CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil, análogo ao *IFRS 16 – Leases*, eliminando a distinção na classificação contábil entre os arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, conforme detalhado na nota explicativa 2.1.1 das Demonstrações Financeiras. Contabilmente, isso representou um incremento de R$ 6 bilhões em nosso endividamento bruto, principalmente pelos contratos de arrendamento de aleodutos e terminais e de afretamento de navios em *BCP (Bareboat Charter Party)*, sem alterar a geração de caixa da Companhia.

	2017	2018	2018 pem IFRS16	2019
Endividamento bruto (em R$ milhões)	5.595	5.964	6.850	12.847

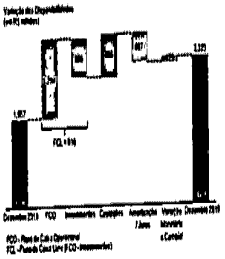
Para mais informações sobre o perfil da nossa dívida, veja a nota explicativa 25 das Demonstrações Financeiras.

Geração de Caixa

Alcançamos em 2019 um fluxo de caixa operacional de R$ 1,6 bilhão que, subtraindo os investimentos realizados, possibilitaram à Companhia um fluxo de caixa livre de R$ 810 milhões no exercício.

Com isso, nossas disponibilidades ajustadas (caixa e equivalentes de caixa, considerando os valores aplicados em títulos e valores mobiliários de curto prazo) atingiram o saldo de R$ 3,32 bilhões ao final de 2019, um incremento substancial quando comparado ao saldo de R$ 1,97 bilhão registrado em dezembro de 2018. Esses valores contemplam o caixa de nossa subsidiária na Holanda, a TLBV, convertido em moeda nacional.

Além da distribuição dos dividendos máximos possíveis ao acionista, estamos continuamente avaliando estratégias de destinação do caixa para maximização do retorno sobre o capital empregado, considerando alternativas como novos investimentos que possibilitem uma melhor geração de caixa e o pré-pagamento de dívidas.



CONTEXTO EXTERNO

AMBIENTE EXTERNO

Embora ainda em ritmo lento, a economia brasileira começou a mostrar em 2019 uma trajetória de recuperação. As vendas de diesel, principal derivado de petróleo consumido no país em função da matriz de transportes fortemente dependente do modal rodoviário, tiveram crescimento de 3,0%. Já as vendas de gasolina pelas companhias distribuidoras mantiveram-se estáveis, com queda de apenas 0,5%. O combustível fóssil continua sendo afetado pelo ganho de competitividade do etanol hidratado, cujas vendas cresceram 16,3% em relação a 2018.

As importações de derivados, principalmente diesel e gasolina, severamente afetadas em 2018 pela greve dos caminhoneiros, mostraram recuperação em 2019, retornando a tendência de alta observada nos últimos anos. As importações de diesel e gasolina voltaram a crescer, registrando altas, respectivamente, de 11,7% e 62,7% na comparação com 2018. Entretanto, as exportações de gasolina tiveram recorde histórico, com crescimento de 117,1% em relação ao ano anterior.

A produção total de derivados pelas refinarias nacionais manteve-se no patamar do ano anterior (0,1%). O mesmo ocorreu com a produção de gasolina, que apresentou ligeira alta de 0,8%. Já o diesel sofreu redução de 2,3% na comparação com 2018.

A ainda modesta recuperação da economia nacional, refletida nos percentuais apresentados nos parágrafos acima, foi acompanhada pelos dados de movimentação dos oleodutos e terminais operados pela Transpetro. O volume de produtos movimentados foi 0,8% superior a 2018 e reverteu a trajetória de queda dos últimos quatro anos. Já o volume médio diário movimentado nos gasodutos avançou 3,1% em comparação a 2018.

No segmento de transporte marítimo, o cenário internacional de 2019 mostrou valores dos fretes com pouca variação durante o ano, apresentando leve tendência de crescimento para algumas classes de navios petroleiros. Porém, no último trimestre, registrou-se alta repentina nos fretes devido, principalmente, à ampliação das sanções dos Estados Unidos da América sobre a empresa Cosco, a alteração do local de embarque nos dutos combustíveis marítimos (MAO 2020) e o ataque a instalações de processamento de petróleo na Arábia Saudita. Esses fatores reduziram temporariamente a oferta de navios no mercado, causando aumento dos fretes no período. A frota da Transpetro, mantendo a histórica trajetória de crescimento desde 2012, transportou em 2019 um volume de produtos 4,4% superior a 2018.

A Petrobras e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) celebraram em 2019 dois Termos de Compromisso de Cessação (TCC) com o objetivo de suspender inquéritos sobre supostas condutas anticompetitivas da empresa nos mercados de refino e gás natural. Em contrapartida, a Petrobras comprometeu-se a vender oito refinarias, incluindo a logística associada (dutos e terminais), bem como sua participação acionária nas transportadoras e distribuidoras de gás natural.

A Transpetro, reafirmando sua posição de excelência e liderança, está preparada para ser a melhor opção como prestadora de serviços para os compradores dos ativos de transporte e logística ofertados pela Petrobras no âmbito dos TCCs. Um exemplo disso é a celebração do contrato de apoio ao transporte de gás firmado com a Transportadora Associada de Gás (TAG), atualmente gerida pela francesa Engie e pelo fundo canadense CDPQ, que adquiriram da Petrobras 90% das ações da transportadora.

O ambiente regulatório no qual a Transpetro está inserida vem sendo amplamente rediscutido nos últimos anos. As mudanças que foram propostas poderão acarretar muitos desafios, mas também oportunidades para a Companhia. O Governo Federal lançou em 2019 dois programas que, em linhas gerais, visam à ampliação da competição e à atração de investimentos nos setores de gás natural e de refino e logística de combustíveis: respectivamente, Novo Mercado de Gás e Abastece Brasil. Regulamentado na forma de lei em 2017, o Renovabio teve relevantes avanços em 2019 que possibilitarão sua efetiva operacionalização a partir de 2020, podendo alterar significativamente o perfil de consumo de derivados de petróleo e de biocombustíveis no país.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

DUTOS E TERMINAIS

Indicadores de Performance

Eficiência das Operações com Navios em Terminais Aquaviários (EON-TA)

	2017	2018	2019
Meta	86,30%	87,80%	92,00%
Resultado	81,79%	92,80%	93,79%

Destaques 2019 e Desempenho do Negócio

De janeiro a dezembro de 2019, movimentamos 587,2 milhões de m³ de petróleo e derivados em nossos terminais e oleodutos, resultado 0,8% superior ao valor alcançado em 2018. No segmento de petróleo, a alta foi de 1,7% e se deveu, principalmente, ao aumento das exportações em operações ship to ship nos terminais de Angra dos Reis (RJ) e São Sebastião (SP) e pela carga média processada nas refinarias levemente acima do verificado em 2018. Por outro lado, a movimentação de derivados teve queda de 0,6%, em função do forte aumento das importações de terceiros, uma fonte alternativa de óleo diesel e gasolina para as distribuidoras. No mesmo período, a movimentação média diária de gás natural foi de 98,7 milhões de metros cúbicos, superior em 3,1% ao resultado registrado no ano anterior.

O pacote de benefícios oferecido pela Transpetro constitui importante ferramenta de atração e retenção de empregados. Os principais benefícios concedidos são o Plano de Previdência Petros-2, o Plano de Saúde AMS e os Benefícios Educacionais.

Conheça nosso organograma.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TRANSPETRO Petrobras Transporte S.A.

CNPJ nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobrás

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Obtivemos resultados expressivos em nossas atividades operacionais. O indicador que mede a eficiência das operações de carga e descarga de navios de petróleo e derivados nos terminais, o ECN-TA, fechou o ano em 93,79%, superando mais uma vez o valor alcançado no ano anterior, quando registrou 92,80%. Isso comprova o esforço contínuo de otimização das nossas operações, resultando na redução do tempo necessário para a execução de atividades que impactam a estadia total do navio nos terminais, como alinhamentos, análises de produto e deficiências de equipamentos.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) promoveu leilão para arrendamento do Terminal de Belém, do qual a Transpetro saiu como vencedora. A assinatura do contrato está em tramitação no Ministério da Infraestrutura.

Iniciamos também em 2019 as obras do Projeto Integra, que vai unir num ambiente de 1.200 m² o Centro Nacional de Controle e Logística (CNCL), o Centro Nacional de Acompanhamento de Navios (CNAN) e o Centro de Diagnóstico de Máquinas (CDM). Os processos de programação, operação, medição e qualidade dos produtos, integrando as atividades operacionais das diretorias de Dutos e Terminais (DDT) e de Transporte Marítimo (DTM) estarão centralizados. O projeto nos concede um grande diferencial competitivo e estratégico ao ampliar a segurança e a confiabilidade dos nossos processos operacionais e gerar melhores resultados para a empresa.

Entre as ações desenvolvidas e executadas na Diretoria de Dutos e Terminais com o objetivo de melhorar a eficiência operacional ou reduzir custos, podemos citar as seguintes:

• Recebemos a 1ª homologação para aplicação da metodologia de "Inspeção Não Intrusiva (INI)" em esferas e caldeiras, uma conquista pioneira na Petrobras e um marco significativo na área de integridade. Com essa ação, será possível aumentar de sete para nove anos o tempo entre paradas para inspeção e manutenção de esferas e reduzir custos de manutenção e a exposição dos nossos colaboradores ao risco.

• Realizamos adaptações no Terminal Terrestre de Itabuna (BA) para a operação com etanol hidratado. Com a interligação das linhas de recebimento de biocombustível, a unidade amplia suas atividades e garante maior receita para a Companhia. A iniciativa resultará em maior atratividade para os produtos movimentados pelo Oleoduto Rerrbinave Sul da Bahia (Orsub) e garantirá o abastecimento da região.

• Ampliamos a vazão e quase triplicamos a velocidade de escoamento de gasolina dos navios para o Terminal Aquaviário de Maceió com a utilização de um duto que movimentava etanol. A operação de um navio, antes realizada em 24 horas, passou a ser executada em oito horas. O aumento de eficiência operacional do terminal, obtido com a utilização de mão de obra própria da unidade, gera uma economia estimada de US$ 350 mil ao ano, pois reduz os custos de permanência de um navio, incluindo a sobrestadia.

• Interligamos as linhas do sistema de produtos escuros da Refinaria Abreu e Lima (Rnest) e da Transpetro, em Suape (PE). Isso trouxe maior agilidade na entrega do óleo combustível que vai para as termoelétricas. Agora, podemos utilizar a tancagem da refinaria para transferir direto para o terminal, sem precisar de navio, gerando uma disponibilidade maior de produto e reduzindo custos de estadia. Anteriormente, a movimentação do óleo combustível para as térmicas de Pernambuco e da Paraíba era realizada por cabotagem para o Porto de Suape, utilizando as instalações do píer de granéis líquidos 1, cadastre requisitado.

• Ampliamos nossa capacidade de entrega ao estado do Maranhão com a construção de um duto especificamente para descarga de gás liquefeito de petróleo (GLP). A nova alternativa possibilita maior flexibilidade no escoamento do produto e amplia nossa movimentação, além de diminuir o tempo de espera dos navios. O píer no qual o produto era descarregado no Porto de Itaqui passou a ser liberado para a descarga de outros produtos.

Quebramos também em 2019 alguns recordes. O Terminal de Angra dos Reis (RJ) estabeleceu em agosto sua melhor marca na movimentação de petróleo (3.335.003 m³), superando em 13% o recorde anterior, de janeiro do mesmo ano. Contribuíram para isso a implantação da terceira linha de mangotes e a retomada das manobras noturnas de navios, o que possibilitou o aumento das operações de transbordo a contratordo na unidade.

O Terminal de Santos (SP) registrou, em 29 de outubro, sua melhor marca diária de movimentação de combustível marítimo (*bunker*) dos últimos nove anos (11.789 toneladas). O volume reflete a tendência de alta na comercialização do produto fornecido aos navios atracados no Porto de Santos. O terminal é nosso maior fornecedor de combustível marítimo, respondendo por cerca de 40% do produto movimentado no país. A operação se torna ainda mais importante porque, desde 1º de outubro, atendemos à resolução da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que determina a redução de 3,5% para 0,5% do limite máximo do teor de enxofre nos óleos combustíveis marítimos utilizados por embarcações que não possuem sistema de limpeza de gases de escape. A medida entrou em vigor em 01/01/2020.

Já o Terminal de São Luís (MA), localizado no Porto Público de Itaqui, estabeleceu dois marcos operacionais em 2019. Em novembro, a unidade atingiu seu maior volume anual de movimentação de derivados (7.342.366 m³). No mês seguinte, realizou a maior operação do ano no país para descarga de navio com carga importada por terceiros, ao movimentar 103 mil m³ de diesel. Movimentações históricas como essas atestam nossa capacidade de atender, com qualidade e segurança, ao aumento das demandas de nossos clientes.

Em alinhamento com nosso objetivo estratégico de conquistar novos negócios e, consequentemente, aumentar nossa rentabilidade, firmamos com a Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) novo contrato para prestação de serviços de apoio técnico ao transporte de gás natural. Com o acordo, que tem vigência de dez anos, a empresa adquirida pela francesa Engie passa a ser nosso maior cliente fora do âmbito da Petrobras.

Empenhados em oferecer novos serviços ao mercado e em busca de novos clientes, assinamos com a empresa internacional Saybolt, especialista em inspeção e certificação de cargas, o primeiro contrato para prestação de serviços de análise laboratorial. Segundo o acordo, o primeiro dessa natureza com foco na certificação de petróleo, derivados e biocombustíveis, realizaremos em nossos laboratórios situados em portos do país a verificação e conformidade das cargas importadas, com base nos requisitos da legislação brasileira.

Ampliamos ainda nosso portfólio de serviços ao recebermos a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) para a realização de atividades de calibração e inspeção dimensional dos sistemas de medição de gás natural. Com essa acreditação, nossas equipes estão autorizadas a realizar esses serviços, dispensando a necessidade de contratar laboratório externo.

Outro importante passo para a consolidação de nosso portfólio de serviços foi o arrendamento das instalações anteriormente operadas pela Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor). O acordo envolve ativos de produtos claros – óleo diesel, querosene de aviação (QAV), gasolina e etanol – e gás liquefeito de petróleo (GLP). A alteração do modelo de negócios adotado no Terminal de Mucuripe permite a prestação de serviços para a Petrobras e, também, para outros clientes, expandindo nossa atuação no mercado do Ceará.

Avançamos no escopo de atuação do CNCL e, consequentemente, fortalecemos nossa estratégia de operação centralizada, ao implementar os chamados projetos "tanque a tanque", que consistem na transferência remota de líquidos entre tanques recebedores e expedidores utilizando automação. Realizamos a movimentação de dois oleodutos na Região Sul para os tanques do Terminal Almirante Soares Dutra (RS) e de dois oleodutos da região de São Paulo para os tanques do Terminal de Guarulhos (SP).

Em vários pontos do país, realizamos atividades voltadas a estruturar melhor a empresa para enfrentar os desafios apresentados pelo mercado e capacitá-la a cumprir o seu planejamento estratégico.

TRANSPORTE MARÍTIMO

Nossa frota encerrou o ano de 2019 com 59 navios, dois a mais do que em 2018. Com isso, nossa capacidade de transporte subiu para 4,8 milhões de toneladas de porte bruto (TPB) e a idade média das nossas embarcações aumentou de 13,8 para 14,3 anos. Dos 59 navios, 16 são afretados pela Transpetro International B.V. (TIBV), subsidiária integral da Transpetro localizada na Holanda e regida pelas leis daquele país.

Incorporamos à nossa frota, em 2019, dois navios construídos em estaleiros brasileiros: Geminha e Portinari (115 mil TPB cada um), o que representou o acréscimo de cerca de 230 mil TPB à nossa capacidade de transporte.

Indicadores de Performance

Volume de Operações

Em 2019, nosso transporte marítimo movimentou 93,1 milhões de toneladas métricas de petróleo e derivados, volume 4% maior do que o registrado em 2018. No total, realizamos 3.068 operações, uma média de 256 operações por mês.

A capacidade de transporte da nossa frota de navios é de 4,6 milhões de toneladas de porte bruto (TPB). Movimentamos petróleo e seus derivados e gás liquefeito de petróleo, seja por cabotagem ou navegação de longo curso, em atendimento às demandas de nossos clientes.

Nossos navios transportaram 40% da carga de petróleo e derivados movimentada por via marítima na Petrobras.

Perfil da Frota por tipo de navio

Tipo	Quantidade
Gaseiros	9
Panamax	4
Produtos Claros	38

O ano de 2019 foi marcado pela melhoria significativa de nosso resultado e dos indicadores financeiros. Desconsiderando os efeitos do IFRS 16, o Ebitda ajustado de R$ 1,76 bilhão representou um incremento de 24% em relação ao exercício de 2018. Esse crescimento reflete o aprimoramento contínuo de nossa cultura de disciplina de capital, aliado ao aumento de 6% na receita operacional líquida em decorrência do recebimento de duas novas embarcações na frota, ao aumento de 0,6% no volume movimentado, à assinatura de novos contratos de prestação de serviços e ao reajuste nas tarifas de movimentação e fretes.

Esse desempenho teve efeito positivo em nossos principais indicadores financeiros de performance: Dívida líquida sobre Ebitda ajustado, cujo índice de 2,0 corresponde a uma redução de 29%, e Retorno sobre o capital empregado (Roce), que alcançou o valor de 9,0%, um incremento de 36% em relação ao ano anterior.

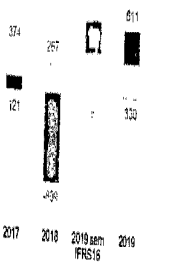
Além da performance operacional, o resultado contábil de 2019 foi impactado positivamente pela reversão parcial de R$ 425 milhões do montante provisionado em exercícios anteriores por *impairment*, isso decorreu principalmente da previsão dos fretes futuros de nossos navios com valores superiores às premissas utilizadas no último teste, refletindo as expectativas mais atualizadas para esse mercado em nosso plano de negócios.

Com isso, o lucro líquido alcançado no exercício de 2019 foi de R$ 611 milhões, ou R$ 397 milhões quando expurgamos os efeitos de impairment e da adoção do IFRS 16, representando um aumento de 49% em relação ao exercício anterior e o maior resultado alcançado nos últimos três anos.

Destacamos a seguir a evolução de nossos principais indicadores financeiros:

	2017	2018	2019 sem IFRS16	2019
Dívida líquida sobre Ebitda ajustado	2,1	2,6	2,0	3,8
ROCE	7,4%	6,6%	9,0%	7,6%
Ebitda ajustado (em R$ milhões)	1.564	1.424	1.763	2.532
Resultado Líquido (em R$ milhões)	121	-809	677	611
Resultado Líquido sem provisão / reversão de *Impairment*	374	267	397	330

Resultado Líquido (em R$ milhões)



Obs: *As linhas pontilhadas representam o resultado líquido sem provisão/reversão de impairment*

Reconciliação do Ebitda ajustado (Em R$ Milhões)

	2017	2018	2019 sem IFRS 16	2019
Lucro Líquido	121	(809)	677	611
Resultado líquido financeiro	(242)	(397)	(441)	(771)
IR / CSLL	(188)	331	(423)	(394)
Depreciação e amortização	(645)	(547)	(840)	(1.173)
Ebitda	1.197	(208)	2.181	2.950
Variação ativo imobilizado	(4)	(0)	(7)	(7)
Impairment	(383)	(1.630)	425	425
Ebitda ajustado	1.564	1.424	1.763	2.532

Ebitda e Ebitda Ajustado

Com o intuito de refletir a visão dos administradores quanto à formação do resultado das atividades correntes da Companhia, o Ebitda também é apresentado ajustado (Ebitda Ajustado) por resultado da participação em investimentos, *impairment*, resultados provenientes de desinvestimentos e baixa de ativos, e efeitos cambiais acumulados de conversão (CTA) reclassificados para resultado. Utilizamos o Ebitda ajustado na apuração do indicador Dívida Líquida sobre Ebitda.

ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

PLANO ESTRATÉGICO 2040 (PE 2040)

Em dezembro de 2019 foi aprovado o Plano Estratégico da Transpetro, estendendo o horizonte para 2040. Essa revisão foi necessária para posicionar a Companhia no mercado de forma ainda mais competitiva face às mudanças significativas que vêm ocorrendo em seu ambiente de negócios, tais como:

• Posicionamento estratégico da Petrobras com foco na produção e desinvestimentos no setor de refino e logística associada;

• Propostas de mudanças regulatórias;

• Abertura do mercado para novos players, sejam investidores, operadores ou traders;

• Transformação digital abrindo um leque de novas oportunidades para criação de valor.

Tudo isso levou a Transpetro a revisar suas estratégias para continuar sendo a melhor empresa de transporte e logística de petróleo, seus derivados, gás e biocombustíveis, capaz de gerar valor para seu acionista de forma sustentável. Para tal, a Companhia se posiciona como uma empresa multicliente, multimodal, orientada para o mercado, capaz de agregar valor aos negócios de seus clientes por meio do desenvolvimento de soluções inovadoras e de sua excelência operacional.

Nossa visão 2040 está desdobrada em oito estratégias. Cinco delas são de negócios, focadas no desenvolvimento de serviços e soluções para segmentos específicos de mercado. Outras três são transversais, capazes de adequar a cultura da Companhia e seus processos internos a um ambiente de negócios cada vez mais competitivo.

Estratégias de Negócio:

• Permanecer na operação dos ativos logísticos envolvidos no plano de desinvestimento da Petrobras, agregando valor ao negócio por meio de soluções logísticas com níveis de serviço competitivos.

• Comercializar soluções de transporte e logística adequadas às necessidades do mercado por meio da diversificação e gestão ativa de portfólio de serviços e excelência operacional.

• Desenvolver cultura e competências comerciais para um ambiente competitivo, multicliente, multimodal, em busca de soluções inovadoras.

• Comercializar soluções logísticas para o segmento de usuários, com foco no escoamento e suporte da produção de petróleo offshore.

• Comercializar serviços para escoamento do gás do Pré-Sal e operação de Terminais de GNL.

Estratégias Transversais:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Ano		
2017	55	14
2018	57	13,93
2019	59	14,3

Tonelada porte bruto dos nossos navios

Ano	TPB
2017	4.529.474
2018	4.572.123
2019	4.800.999

Disponibilidade Operacional

Em 2019, a eficiência operacional da frota, representada pelo Índice de Disponibilidade Operacional (IDO), foi de 94,8.

Índice de Disponibilidade Operacional (IDO)

Ano	IDO
2017	89,2
2018	96,7
2019	94,8

A redução do IDO em 2019 se deu em razão de alguns eventos fortuitos e imprevisíveis com três navios de menos de dez anos. Além disso, o desempenho operacional de embarcações com mais de 25 anos obteve índice de 88%, o que levou a Diretoria de Transporte Marítimo a realizar estudos de viabilidade econômica e técnica, ainda em 2019, para avaliar o adiantamento de alienação dos navios com pior performance operacional da frota. Isso deverá promover uma melhora do IDO no ano de 2020. Adicionalmente, estamos buscando ações para incrementar os índices de manutenção preventiva, além de outras medidas que estão em estudo para melhorar o acompanhamento dos demais programas de manutenção e operação, com objetivo de voltar aos índices de 2016 e 2017.

Docagens

Ao todo, concluímos nove docagens em 2019 (quatro em dique seco e cinco inspeções subaquáticas) totalizando R$ 64,6 milhões de investimentos no ano. Nos últimos anos, as docagens levaram, em média, 55 dias por navio, incluindo as viagens de deslocamento para os estaleiros e o tempo de docagem.

Redução de Custos e Melhoria de Resultado

A Diretoria de Transporte Marítimo vem otimizando seus custos operacionais nos últimos anos, com as principais reduções concentradas nas rubricas de Manutenção e Materiais, nos aproximando do *benchmark* internacional. Desde 2013, o custo fixo operacional das embarcações obteve redução de cerca de 19%. É importante salientar a melhoria do Efácia das operações da Transporte Marítimo em 34% de 2018 para 2019.

Programas de Melhoria Sistêmica

Ao longo dos anos, a Diretoria de Transporte Marítimo tem procurado realizar iniciativas para o fortalecimento da sua cultura de segurança e melhoria da eficiência operacional dos navios, em busca do aperfeiçoamento contínuo. Dentre eles, citamos as seguintes:

Inspeções do Programa Sire

Uma importante ferramenta de gestão para a melhoria contínua dos níveis de segurança e eficiência no transporte marítimo são as inspeções Sire. Trata-se de um critério internacional de inspeção de navios, elaborado e padronizado pela *Oil Companies International Marine Forum* (Ocimf), que gera um diagnóstico detalhado sobre a qualificação técnica do navio e de sua tripulação.

Os resultados são publicados no site da entidade, permitindo o acesso dos potenciais clientes ou dos demandantes dos navios inspecionados.

Em 2019, foram realizadas 42 inspeções nos navios da nossa frota.

TMSA

Aprimoramos os nossos processos e práticas, que se baseiam nos requisitos do *Tanker Management and Self Assessment* (TMSA), sistemática reconhecida como referência no mercado mundial de shipping e desenvolvida pela Ocimf. O programa incentiva as empresas a avaliarem seus sistemas de gerenciamento de segurança em relação aos principais indicadores de desempenho (KPIs). Os resultados da autoavaliação podem ser usados para desenvolver planos de melhoria em fases que suportam a melhoria contínua dos sistemas de gerenciamento de navios.

SGF

O Sistema de Gestão da Frotagem (SGF) estabelece para a frota diretrizes baseadas em padrões internacionais de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde (QSMS). Alinhado às 15 diretrizes de SMS da Petrobras, o SGF busca aprimorar a gestão com foco nas melhores práticas e no comportamento humano, sendo um processo de melhoria contínua, com revisões críticas periódicas, em consonância com as exigências da indústria.

Navio 1000

O Programa Navio 1000 é um dos nossos critérios mais completos de avaliação da performance do navio e, portanto, do desempenho das tripulações. O objetivo do programa é medir o desempenho da frota, buscando alinhamento com as boas práticas e indicadores utilizados no mercado de transporte marítimo internacional. O programa promove uma competição entre as embarcações, premiando os melhores resultados.

Eficiência Energética

A comissão de eficiência energética atua na busca pelas melhores soluções na área de transporte marítimo. Essas soluções visam à redução do consumo de combustível por nossos navios, custos de manutenção e das emissões atmosféricas, com ganhos para a empresa e a sociedade.

Implementação de internet banda larga nos navios

Foi concluído em 2019 o projeto de implantação do sistema de internet banda larga em todos os navios. A iniciativa permite a maior inserção das nossas tripulações ao ambiente corporativo, melhorando a comunicação e a ambiência em nossas embarcações. Tudo isso em alinhamento com o que existe de melhor no mercado.

CNAN e Projeto Integra

Inaugurado em março de 2014, o Centro Nacional de Acompanhamento de Navios (CNAN) se tornou uma ferramenta eficaz de acompanhamento e controle na Diretoria de Transporte Marítimo (DTM). A integração da sua base de dados com o ambiente corporativo oferece aos gestores de mar e terra informações privilegiadas e confiáveis para a tomada de decisões relacionadas à segurança da navegação. Em 2019, para superar os desafios do futuro, o Projeto CNCL Integra, iniciou uma concepção que vai unir no mesmo ambiente o Centro Nacional de Controle e Logística (CNCL), o Centro Nacional de Acompanhamento de Navios (CNAN) e o Centro de Diagnóstico de Máquinas (CDM). O trabalho conjunto das equipes de terra e mar vai ampliar a segurança e a confiabilidade dos nossos processos operacionais e gerar melhores resultados para a empresa.

Simulados de Emergência

Como prescrito no Manual de Segurança do SGF, entre as diversas situações de emergência possíveis na operação dos navios, realizamos 2.803 simulados ao longo de 2019 na frota da Transpetro.

A Estrutura Organizacional de Resposta (EOR) da DTM realizou simulados *Table-Top* e de comunicação e mobilização, com destaque para o simulado com a *Gallagher Marine Systems* para renovação do certificado dos navios que operam em águas norte-americanas, requisito exigido pela guarda costeira dos Estados Unidos da América. Nesses simulados, utilizamos a metodologia do *Incident Command System* (ICS), adotada em toda a Petrobras.

Transformação Digital

A Diretoria de Transporte Marítimo tem criado e aprimorado ferramentas e sistemas que contribuem para a Transformação Digital na Companhia. Exemplo disso é o Controle Operacional e Relatórios sob Demanda (Cord), plataforma modular com diversas ferramentas que dão agilidade ao trabalho realizado pelas gerências. Desenvolvemos e implementamos o Audit, sistema para atendimento e realização de auditorias internas e externas do TMSA, que se tornou referência em excelência nas auditorias, obtendo reconhecimento internacional.

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

A adoção do IFRS 16, explicada no capítulo sobre Capital Financeiro, resultou em alterações significativas nos valores do nosso Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e indicadores financeiros sem impactar a geração de caixa da Companhia. Por essa razão, expurgamos esses efeitos para fins de comparação dos indicadores com os anos anteriores.

O Plano de Negócios e Gestão 2020-2024 traduz para o horizonte dos próximos cinco anos os desafios e metas da Transpetro na busca por atingir o que estabelece sua visão. O plano considera os efeitos de mudanças importantes no setor de logística de óleo e gás no Brasil, principalmente o posicionamento estratégico da Petrobras, que foca sua atuação no segmento de Exploração & Produção e concentra as atividades de Refino e Logística na Região Sudeste.

Estamos nos preparando para essa nova dinâmica de mercado, com a entrada de novos players de refino e logística: investidores, operadores, empresas internacionais buscando oportunidades no mercado brasileiro ou mesmo empresas domésticas. Para tanto, o PNG 2020-2024 contempla não só a continuidade, mas também o reforço das ações de redução de gastos, fundamentais para garantir nossa competitividade e nos consolidar como a melhor alternativa logística para qualquer cliente.

	2020	2021	2022	2023	2024
Projeções de Câmbio Real Taxa de Câmbio - Dólar (anual)	3,85	3,79	3,75	3,72	3,70

Fonte: PBIESTRATEGIA/EMN

Projeções de Inflação
Indicadores de Juros e Inflação (% / anual)

	2020	2021	2022	2023	2024
IPCA	4,00	4,10	4,10	4,10	4,00
IGP-M	4,07	4,90	4,70	4,50	4,50
Selic	4,40	6,50	7,00	7,00	7,00

Fonte: PBIESTRATEGIA/EMN

Além disso, o plano prevê o desenvolvimento de novos projetos, capazes de nos posicionar em mercados e atividades de alto valor, gerando novas receitas para a Companhia.

Transformação Digital e Inovação

Em um cenário de profundas mudanças no mercado e nas corporações, no Brasil e no exterior, a Companhia se posiciona como operadora logística e transportadora orientada ao mercado, multimodal, multiclientes e multisserviços, acreditando que uma cultura voltada à inovação é fundamental na superação dos desafios que estão no caminho.

Os novos direcionadores do Planejamento Estratégico 2040 formalizaram, além de iniciativas estratégicas voltadas diretamente aos negócios e clientes, uma iniciativa estratégica transversal, direcionada à transformação digital e inovação, que perpassa toda a Companhia.

Baseados nesse importante pilar, os projetos e ações estão estruturados para ser muito mais do que uma "simples" atualização tecnológica. É claro que as ferramentas já existentes e as que ainda serão criadas representem parte importante dessa jornada. Desde que auxiliem a conexão das pessoas, o aperfeiçoamento da cultura organizacional e a otimização dos processos, gerando verdadeiro ciclo transformador na busca dos melhores resultados para a Companhia.

Transformar digitalmente uma organização é pensar não só em termos operacionais, mas também promover uma cultura ágil no que lança à percepção sobre o que é valor para o mercado, estruturando a capacidade de antecipação e ação, em um *mindset* inovador.

GOVERNANÇA, RISCOS E CONFORMIDADE

GOVERNANÇA E GESTÃO

O ano de 2019 foi marcado pelo avanço e aprimoramento dos nossos mecanismos de governança corporativa. As ações promovidas para o aperfeiçoamento dos processos da Companhia tornaram-se mais robustas, garantindo maior efetividade, transparência e conformidade com os requisitos contidos na lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), no decreto nº 8.945/2016, nas resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e nas Regras Corporativas Comuns (RCCs) emitidas pela Petrobras.

Investimos na melhoria contínua das ações de governança na Companhia e, como resultado, destacamos o recebimento, pelo segundo ano consecutivo, do Certificado de Nível 1 (Grau Máximo) do indicador de Governança IG-SEST, desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais (Sest), que tem como objetivo avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei das Estatais e o grau de aderência às melhores práticas de governança.

A Tabela de Limite de Competências (TLC) é um importante instrumento da estrutura de governança e do processo decisório da Companhia, definindo os limites de competência de que dispõem o presidente, os diretores e os titulares de funções gerenciais para o cumprimento de suas atribuições, respeitadas as competências estatutárias.

Os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva, que se reúnem periodicamente para avaliar e discutir temas relevantes em suas áreas de atuação, também constituem elementos fundamentais da estrutura de governança e processo decisório. Em 2019 contamos com os seguintes comitês:

Assessoramento ao Conselho de Administração

• Estatutários: Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); Comitê Estratégico e Financeiro (Coestfin); e Comitê de Elegibilidade (Utilizamos o Comitê de Pessoas da Petrobras Controladora).

• Não Estatutários: Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS); Comitê de Medidas Disciplinares (CMD)

Assessoramento à Diretoria Executiva

• Comitê de Desempenho Empresarial; Comitê de Investimentos; Comitê de Riscos; Comitê de SMS; Comitê de Segurança de Dutos; Comitê de Recursos Humanos; Comitê de Gestão e Comitê de Compliance.

Destacamos ainda o Diagnóstico de Gestão do Presidente (DGP), exercício de liderança que possibilita o contato direto da Alta Administração com os colaboradores e tem como principais objetivos a verificação do nível de aplicação de práticas de gestão nas gerências e a identificação de práticas inovadoras e de oportunidades de melhoria a serem implementadas nas áreas diagnosticadas ou em outras com as quais tenham interface.

GESTÃO DE RISCOS EMPRESARIAIS

Em 2019 realizamos mais um ciclo do Mapeamento de Riscos Empresariais. A metodologia utilizada se mantevе alinhada à legislação e ao modelo da Petrobras Controladora, contemplando aprimoramentos provenientes das lições aprendidas nos ciclos anteriores e das melhores práticas do mercado.

Um dos aprimoramentos desse ciclo foi o mapeamento de riscos por grupos temáticos, estruturados a partir das dezoito categorias de risco da Estrutura Analítica de Risco (EAR), contando com a participação de representantes indicados por cada área da Companhia. Dessa forma, os riscos foram analisados de maneira interdisciplinar, permitindo maior interação das áreas e a avaliação sob óticas e experiências variadas.

Destacamos também a aprovação dos Riscos Estratégicos pelo Conselho de Administração da Transpetro, em consonância com as melhores práticas de gestão de riscos empresariais observadas no mercado. Essa definição possibilita o tratamento adequado dos riscos com alto potencial de desvio das metas previstas no Plano Estratégico, representando uma conexão direta entre os riscos mapeados e os objetivos estratégicos da Companhia.

RISCOS ESTRATÉGICOS DA TRANSPETRO

Alterações no ambiente competitivo (desinvestimento Petrobras)
Alterações legais ou regulatórias
Descontinuidade operacional (graves acidentes, greves, sabotagem ou derivação clandestina)
Dano ambiental (graves acidentes, sabotagem ou derivação clandestina com grandes vazamento)
Frustração das metas de receita (conjuntura econômica ou mercado)
Perda de pessoas especializadas, de conhecimento ou de comprometimento
Concentração de faturamento em poucos clientes
Dificuldade na implantação da transformação digital e segurança cibernética
Mudança do perfil da matriz de transporte e energética

Em 2019 o Conselho de Administração da Transpetro, considerando os benchmarkings realizados sobre o tema, aprovou o Apetite a Risco da Companhia, formulado por meio de "Declarações" elaboradas por elementos a partir das dimensões "ambiental", "vida", "financeira", "legal e conformidade", e "governança". Esse modelo está em consonância com as melhores práticas de gestão de riscos empresariais observadas no mercado e, a partir desse apetite, configura-se o perfil de riscos da empresa, em suporte ao processo decisório da Companhia.

Destacamos ainda o aprimoramento do protocolo para atendimento às emergências e crises, alinhado ao modelo internacional *Incident Command System* (ICS) e ao da Petrobras Controladora. Integramos e uniformizamos os processos de gestão de emergência, voltados para a capacidade de resposta inicial,

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TRANSPETRO Petrobras Transporte S.A.

CNPJ nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobrás

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

tática e operacional frente a eventos não programados; e de gestão de crise, voltados para a capacidade de condução de esforços e ações estratégicas para mitigar os efeitos dos eventos não programados, de maneira estruturada e com o envolvimento da Alta Administração.

Como parte da avaliação do modelo de atendimento às emergências e crises, foram realizados em 2019 simulados que mobilizaram toda a Diretoria Executiva, gerentes executivos e gerentes envolvidos no processo. Os exercícios foram avaliados por membros do Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde do Conselho de Administração da Transpetro e por representantes da Petrobras Controladora e de certificadora externa.

Entre os riscos estratégicos da Transpetro, destacam-se as intervenções intencionais de terceiros para furto de petróleo e derivados nos dutos, as chamadas derivações clandestinas. Essas ações criminosas colocam em risco a vida das pessoas, a preservação do meio ambiente, a segurança das instalações sob nossa responsabilidade e o suprimento do mercado.

Conforme gráfico abaixo, em 2019, registramos 203 casos de furto ou tentativa de furto em nossos dutos em todo o país. No comparativo com 2018, houve uma redução de 22% no número de ocorrências. Do total de casos, 141 (69%) aconteceram no Estado de São Paulo e 40 (20%), no Estado do Rio de Janeiro. Os dois estados concentram 89% das ocorrências

	2016	2017	2018	2019
Evolução das Ocorrências de Derivações Clandestinas	72	227	261	203

Nossa preocupação maior é a segurança das famílias, pois intervenções criminosas nos dutos podem trazer riscos para a comunidade. Assim, no combate às derivações clandestinas, desenvolvemos um trabalho de forma matricial e integrada, por meio de iniciativas e ações nas disciplinas citadas abaixo.

Ações de Combate às Derivações Clandestinas

- Comunicação e Responsabilidade Social
- Jurídico
- SMS e Risco
- Operação
- Engenharia e Tecnologia
- Relações Externas
- Segurança
- Inteligência

Nas operações de proteção de dutos, reforçamos as inspeções terrestres e aéreas nas faixas com o objetivo de localizar pontos suspeitos e tentativas de furto, com base nas técnicas disponíveis.

Investimos constantemente no desenvolvimento de tecnologias. Em 2019, foram realizados vários testes com o objetivo de monitorar as faixas de dutos, e de detectar e localizar as derivações clandestinas. Contamos com a colaboração do Cenpes, o Centro de Pesquisa da Petrobras, onde diversas tecnologias estão em teste ou em desenvolvimento.

CONFORMIDADE

Em 2019, demos continuidade ao aprimoramento das ações e práticas voltadas à prevenção, detecção e correção de desvios e não conformidade associadas à fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, e ao fortalecimento da nossa cultura e ambiente de compliance. Atuamos para disseminar e orientar, além de promover e revisar os principais instrumentos e normativos relacionados à conformidade, incluindo o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção.

Revisamos também nossos instrumentos que norteiam a conduta ética. O Código de Ética e o Guia de Conduta receberam ajustes em temas importantes como respeito aos direitos humanos, relacionamento com o poder público e esclarecimento de questões relacionadas à violência no trabalho. Também promovemos revisão em nossa Política de Compliance, que estabelece princípios e diretrizes para a prevenção e combate à corrupção, em todas as suas formas, e elaboramos uma cartilha com orientações de conduta voltada para terceiros, com o objetivo de estimular um ambiente de comportamento ético e íntegro, de envolvimento responsável e de práticas leais nas relações com toda a cadeia produtiva e públicos de interesse.

Com a finalidade de subsidiar os gestores na tomada de decisão e minimizar riscos, continuamos a realizar avaliações de Background Check de Integridade (BCI), que consiste no levantamento sistemático de informações pessoais e de informações de diversas áreas de controle da Companhia, e a elaborar os pareceres de conformidade, com destaque para os pareceres referentes a processo de contratação e aditivos contratuais. Em 2019, foram emitidos 231 BCIs e 143 pareceres de conformidade. Para as contrapartes, permanecemos realizando análise de integridade, expressa pela atribuição do Grau de Risco de Integridade, cujo resultado é utilizado para subsidiar a habilitação destes em processos de contratação.

Outra importante iniciativa de caráter preventivo, para multiplicar e disseminar conhecimento, são os treinamentos realizados anualmente sobre ética e conformidade, que estão destacados abaixo:

- Treinamentos para a Liderança, associados ao Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL), que contemplaram 69 empregados-líderes em 2019;
- Treinamentos para Novos Empregados, oferecidos a 36 dos nossos recém-admitidos;
- Treinamento para a Alta Administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria) e gerentes executivos, com a participação de 31 administradores e gestores;
- Treinamento obrigatório para todos os empregados em Legislações Anticorrupção e Ética nos negócios por Ensino a Distância (EAD), com 2.867 participantes em 2019.

Além das ações preventivas, ressaltamos os procedimentos investigativos associados à fraude e à corrupção, envolvendo atividades de apuração de denúncias oriundas do nosso Canal de Denúncias, bem como apuração de indícios de irregularidades provenientes de outras fontes (auditoria, órgãos de controles, denúncias outros) que passaram por revisão em seus normativos.

Destacamos também a criação do Comitê de Medidas Disciplinares (CMD), órgão não estatutário de caráter permanente, vinculado ao Conselho de Administração, que tem por finalidade deliberar a sanção disciplinar a ser aplicada nos casos em que houver responsabilização de empregado resultante de irregularidades relacionadas à fraude, corrupção, lavagem de dinheiro, financiamento de terrorismo, assédio sexual, assédio moral e ações em geral com indícios de práticas criminosas ou de improbidade.

Ressaltamos ainda as ações realizadas para atendimento ao acordo firmado entre a Controladora e o Departamento de Justiça Americano (DoJ) para encerramento das investigações relacionadas aos controles internos, registros contábeis e demonstrações financeiras no período de 2003 a 2012. Executamos, de forma alinhada à Petrobras, tempestivamente e com efetividade, o Plano de Ação para atendimento aos itens constantes no anexo do acordo, referente ao Programa de Compliance.

CONTROLES INTERNOS

No ano de 2019, a partir das avaliações efetuadas, verificamos que as ações realizadas pela Companhia remediaram, em todos os aspectos relevantes, as deficiências identificadas até o fim do exercício, comprovando a efetividade dos nossos controles internos sobre relatórios financeiros.

A avaliação da eficácia de nossos controles internos sobre relatórios financeiros é realizada tendo por base os critérios da Estrutura Integrada de Controles Internos, emitidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission* (Coso), em atendimento à Lei Sarbanes-Oxley (SOx). Esses critérios regem a certificação da Petrobras Consolidada e abrangem a Transpetro, por se tratar de empresa relevante da Petrobras. Ressalta-se que, em atendimento à lei 13.303/2016, os controles da Transpetro são avaliados pela Auditoria Interna.

Em alinhamento à metodologia utilizada na Petrobras, realizamos análises de risco para identificar os processos mais sensíveis e desenvolver controles apropriados. Com objetivo de garantir a confiabilidade e a integridade de nossas atividades, dispomos de controles internos de governança, processos e tecnologia da informação. A eficácia desses controles é avaliada internamente e por auditoria externa. Uma vez identificada eventual deficiência de controles, atuamos ativamente propondo ações de melhoria e remediação.

Há atividades para definição e acompanhamento de soluções de controles do processo no sistema integrado de gestão ou em legados, visando automatizar regras de negócio e inibir, automaticamente, a materialização de erros, bem como padronizar soluções sistêmicas de controle e conformidade. E, em atendimento ao Estatuto Social, para verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, foi implementada estrutura específica para melhor apoiar a gestão de acessos lógicos de sistemas. Para essas atividades, são priorizados os sistemas que possuem histórico de escopo na Certificação SOX/CVM480/09.

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7.1	102.117	94.464	988.690	850.578
Títulos e valores mobiliários	7.2	2.331.299	1.116.429	2.331.299	1.116.429
Contas a receber	8	5.972	35.107	5.972	35.107
Contas a receber de partes relacionadas	8-9	1.417.914	1.353.527	1.896.954	1.332.291
Adiantamento a fornecedores		7.214	4.094	16.545	10.784
Estoques		107.946	97.556	107.946	97.556
Imposto de renda e contribuição social	11.1	159.061	309.082	159.061	309.082
Impostos e contribuições	11.1	54.709	58.553	54.717	58.559
Despesas antecipadas	10	8.066	1.565	62.561	52.379
Demais ativos		113.596	42.077	113.596	42.076
		4.307.919	3.102.454	5.739.346	3.894.843
Ativos classificados como mantidos pra venda	13	8.123	-	8.123	-
		4.316.042	3.102.454	5.747.469	3.894.843
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	7.2	60.652	58.265	60.652	58.265
Contas a receber de partes relacionadas	8 - 9	14.791	17.616	1.696.575	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	11.2	792.403	896.839	792.403	896.539
Depósitos judiciais	18.3	206.068	197.507	206.068	197.507
Adiantamento a fornecedores		186	15.627	186	15.627
Demais ativos	12	77.431	86.980	77.431	86.980
		1.151.531	1.275.034	2.833.315	1.257.418
Investimentos	14	1.286.596	1.179.767	-	-
Imobilizado	15-19-20	10.993.469	6.602.388	11.336.368	7.073.797
Intangível		41.721	20.894	41.721	20.894
		13.426.317	9.078.081	14.211.404	8.352.109
Total		17.741.359	12.180.535	19.958.873	12.246.952

PASSIVO	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante					
Financiamentos	19	322.742	303.675	322.742	303.675
Fornecedores		305.789	301.437	310.991	336.833
Arrendamentos mercantis	20	958.279	1.749	1.437.485	1.749
Contas a pagar a partes relacionadas	9	408.483	543.138	432.762	568.238
Impostos e contribuições	11.1	101.993	98.478	102.014	98.552
Provisão para imposto de renda e contribuição social	11.1	-	-	3.474	5.387
Dividendos a pagar	21.5	43.031	-	43.031	-
Salários, benefícios, encargos sociais e participações	17	416.477	313.339	416.477	313.726
Demais contas a pagar		34.596	36.784	34.869	36.857
Receitas a apropriar		4.739	495	4.739	495
		2.596.129	1.699.095	3.108.397	1.865.512
Não circulante					
Financiamentos	19	6.527.700	5.659.835	6.527.700	5.659.835
Fornecedores		44.132	33.959	44.132	33.959
Arrendamentos mercantis	20	2.653.741	2.071	4.559.997	2.071
Provisão para processos judiciais	16.1	214.374	245.754	214.374	245.754
Contas a pagar a partes relacionadas	9	146.115	161.457	146.115	161.457
Receitas a apropriar		4.230	4.724	4.230	4.724
Passivo atuarial	18.3	1.729.667	974.725	1.729.667	974.725
Impostos e contribuições	11.1	46.333	46.848	46.333	46.848
Demais contas a pagar		14.791	17.616	14.791	17.616
		11.590.083	7.146.989	13.285.339	7.146.989
Patrimônio líquido					
Capital social realizado	21.1	3.403.344	3.403.344	3.403.344	3.403.344
Reservas de lucros	21.2	243.015	-	243.015	-
Outros resultados abrangentes	21.4	(61.212)	353.710	(61.212)	353.710
Prejuízos acumulados		-	(324.603)	-	(324.603)
		3.585.147	3.432.451	3.585.147	3.432.451
Total		17.741.359	12.180.535	19.958.873	12.246.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro bruto		3.470.107	3.068.809	3.488.924	3.045.699
Despesas operacionais					
Vendas	24	(41.613)	(35.752)	(41.613)	(35.752)
Gerais e administrativas	24	(762.758)	(830.073)	(769.627)	(837.105)
Tributárias	24	(104.506)	(98.936)	(104.506)	(98.934)
Perda/reversão no valor recuperável de ativos - *Impairment*	15.4	424.931	(1.630.011)	424.931	(1.630.011)
Outras despesas operacionais, líquidas	24-25	(211.103)	(186.723)	(201.425)	(195.244)
		(715.055)	(2.781.494)	(712.240)	(2.797.046)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos		2.755.052	(712.685)	2.776.684	(753.238)
Receitas financeiras	26	108.620	75.081	257.766	91.517
Despesas financeiras	26	(919.436)	(480.625)	(1.043.204)	(480.679)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	26	13.860	(671)	14.196	2.481
Resultado de equivalência patrimonial	14	46.631	(27.547)	-	-
Lucro antes dos impostos		1.004.927	(1.146.467)	1.005.444	(1.140.119)
Imposto de renda e contribuição social Corrente	11.3	(212.897)	-	(213.114)	(6.348)
Imposto de renda e contribuição social Diferido	11.3	(181.381)	337.245	(181.381)	537.245
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		610.649	(809.222)	610.649	(809.222)
Lucro/(Prejuízo) por ação básico e diluído - R$	22	0,18	(0,24)	0,18	(0,24)
Quantidade de lote de mil ações ao final do exercício	22	3.403.344	3.403.344	3.403.344	3.403.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		610.649	(809.222)	610.649	(809.222)
Outros componentes do resultado abrangente:					
Itens que não serão reclassificados para o resultado:					
Remensuração - Benefícios de planos de pensão					
Imposto diferido	18	(220.427)	(35.290)	(220.427)	(35.290)
		74.945	11.998	74.945	11.998
		(145.482)	(23.292)	(145.482)	(23.292)
Remensuração - Benefícios de saúde pós-emprego	18	(335.869)	(25.610)	(335.869)	(25.610)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:					
Ajustes acumulados de conversão em investidas					
Reconhecidos no Patrimônio líquido					
Resultado abrangente total	14-21.4	46.449	175.274	46.449	176.274
		175.727	(681.850)	175.727	(681.850)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Capital social realizado	Reserva de capital	Reserva de incentivos fiscais	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Incentivos fiscais	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados / Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes – Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		3.403.344	-	5.792	420.728	87.653	83.031	-	226.398	4.226.885
Ajuste de conversão de investimento no exterior									176.274	176.274
Mensuração passivo atuarial - Petros e AMS									(46.902)	(46.902)
Adoção inicial IFRS9 - ativos financeiros								(29.554)		(29.554)
Dividendos adicionais propostos							(83.031)			(83.031)
Prejuízo do exercício								(809.222)		(809.222)
Absorção do prejuízo:										
Reserva de capital										
Reserva legal										
Reserva de incentivos fiscais				(5.792)				5.792		
Saldos em 31 de dezembro de 2018		3.403.344	-	-	(420.728)	(87.653)	-	420.728	353.770	3.432.461
Ajuste de conversão de investimento no exterior									46.449	46.449
Mensuração passivo atuarial - Petros e AMS									481.371	481.371
Lucro líquido do exercício	21.4							610.649		610.649
Destinação do lucro:	21.4									
Reserva legal										
Reserva de incentivos fiscais										
Dividendos adicionais propostos	21.2									
Dividendos propostos	21.2									
Saldos em 31 de dezembro de 2019	21.5			14.302				(14.302)		
	21.5				99.619			(99.619)		
		3.403.344	-	14.302	99.619	-	129.084	(129.084)	-	-
								(43.011)		(43.011)
								-	881.590	4.527.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	610.649	(809.222)	610.649	(809.222)
Ajustes para:				
Provisão para imposto de renda e contribuição social	212.897	-	213.114	6.348
Participação em empresa controlada	(46.631)	27.547	-	-
Depreciação e amortização	1.104.078	466.560	1.227.565	547.739
Perda/reversão no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	(424.931)	1.630.011	(424.931)	1.630.011
Resultado com alienação e baixas de ativos	9.692	220	9.692	220
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	865.490	475.014	1.019.038	475.014
Variações cambiais e monetárias não realizados	12.191	6.364	11.206	6.364
Rendimentos títulos e valores mobiliários	(94.094)	(56.737)	(94.094)	(56.737)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	181.381	(337.245)	181.381	(337.245)
Provisão para processos judiciais	8.443	7.249	8.443	7.249
Perdas com créditos esperados	-	(2.063)	-	(2.063)
Provisão atuarial com plano de pensão	205.487	149.609	205.487	149.609
Outros ajustes	7.205	-	(128.247)	(13.799)
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber	(45.298)	(15.967)	(71.620)	(9.845)
Estoques	(20.393)	(7.109)	(20.393)	(7.109)
Depósitos Judiciais	(8.581)	(153)	(8.581)	(153)
Outros ativos	(71.610)	46.020	(79.912)	87.237
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(160.389)	(163.003)	(190.223)	(225.410)
Impostos, taxas e contribuições	(53.019)	(277.458)	(51.860)	(276.453)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.013)	(4.740)	(8.358)	(5.906)
Outros passivos	95.014	76.609	94.630	78.790
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	2.412.588	1.215.487	2.606.039	1.222.920
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(556.877)	(626.461)	(565.392)	(869.384)
Títulos e valores mobiliários	(1.123.163)	398.750	(1.123.163)	398.750
Outros investimentos	(25.749)	-	-	-
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(1.707.789)	(427.711)	(1.719.555)	(490.634)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captações	894.380	243.617	894.380	243.617
Amortizações de principal	(291.434)	(545.025)	(291.434)	(545.025)
Amortizações de juros	(375.146)	(342.845)	(375.146)	(342.845)
Recebimentos contratos de arrendamentos mercantis (arrendatário)	-	-	546.950	-
Amortizações contratos de arrendamentos Mercantis (arrendador)	(724.946)	-	(1.258.535)	-
Dividendos pagos	-	(112.719)	-	(112.719)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	(697.146)	(756.972)	(681.785)	(756.972)
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	33.414	121.859
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	7.653	30.804	138.112	96.873
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	94.464	63.660	960.578	753.705
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	102.117	94.464	998.690	850.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receitas				
Vendas de serviços	8.450.739	7.978.972	8.949.064	8.839.278
Outras receitas operacionais	90.673	75.473	100.357	67.567
Receitas relacionadas a construção de ativos para uso	859.508	1.383.435	896.022	1.446.356
(-) Provisão para perda de crédito esperado	-	2.083	-	2.083
	9.400.920	9.339.963	9.945.443	10.375.284
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros	(1.079.788)	(1.081.048)	(1.282.987)	(1.341.786)
Materiais consumidos	(256.202)	(227.426)	(261.892)	(248.991)
Energia, serviços de terceiros e outros	(1.426.255)	(1.907.997)	(1.469.245)	(1.997.917)
Créditos fiscais sobre materiais consumidos	(9.043)	(7.461)	(9.043)	(7.461)
Créditos fiscais sobre energia, serviços de terceiros e outros	(134.988)	(194.177)	(134.988)	(194.177)
Perda/ reversão no valor de recuperação de ativos	424.931	(1.630.011)	424.931	(1.630.011)
	(2.481.345)	(5.048.120)	(2.763.204)	(5.420.133)
Valor adicionado bruto	6.919.575	4.291.843	7.182.239	4.955.151
Depreciação e amortização	(1.104.076)	(466.580)	(1.227.595)	(547.739)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	5.815.499	3.825.263	5.954.644	4.407.412
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	46.631	(27.547)	-	-
Receitas financeiras e de variações monetárias e cambiais	669.574	112.414	323.516	129.963
	716.205	84.867	323.516	129.963
Valor adicionado total a distribuir	6.531.704	3.910.130	6.278.160	4.536.375
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	1.545.861	1.584.222	1.627.807	1.640.706
Participações nos lucros ou resultados	126.670	112.925	126.670	112.925
Remuneração variável de empregado	91.431	-	91.431	-
Honorários da diretoria e conselho de administração	11.632	12.444	11.632	12.444
Vantagens (alimentação, transportes e outros)	178.734	161.364	179.178	161.776
Plano de aposentadoria e pensão	144.394	87.420	106.574	99.052
Plano de saúde	197.591	165.147	224.846	170.321
FGTS	81.473	80.256	81.512	80.259
	2.379.976	2.193.781	2.451.650	2.276.483
Entidades governamentais				
Impostos contribuições federais	1.193.721	841.478	1.194.242	847.860
impostos contribuições estaduais	317.627	299.320	317.827	299.320
Impostos contribuições municipais	256.624	237.990	256.624	237.990
Imposto renda e contribuição social diferido	181.381	(337.245)	181.381	(337.245)
	1.949.353	1.041.543	1.949.874	1.047.915
Instituições financeiras				
Despesas financeiras e aluguéis	1.091.826	1.494.048	1.265.987	2.051.099
	1.091.826	1.494.048	1.265.987	2.051.099
Acionistas				
Lucros/ Prejuízos retidos	567.618	(809.222)	567.618	(809.222)
Remuneração ao acionista	43.031	-	43.031	-
	610.649	(809.222)	610.649	(809.222)
Valor adicionado distribuído	6.531.804	3.910.150	6.278.160	4.536.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TRANSPETRO Petrobras Transporte S.A.

CNPJ nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobrás

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

NOTAS EXPLICATIVAS
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, doravante denominada "Transpetro" ou "Companhia", é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e foi constituída em 12 de junho de 1998.

A Companhia tem por objeto construir, manter e operar dutos e terminais marítimos ou terrestres, explorando atividades relacionadas, direta ou indiretamente, aos serviços de transporte e armazenagem de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos, fertilizantes e de gás em geral, por meio de dutos, terminais e quaisquer outros modais de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e multimodal, bem como construir, manter e operar embarcações, explorando as atividades relacionadas, direta ou indiretamente, à utilização de embarcações próprias ou de terceiros, para os serviços de apoio marítimo, transporte e armazenagem de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos e de gás em geral.

A Transpetro, diretamente ou por meio de suas controladas, associadas ou não e terceiros, poderá exercer no país ou fora do território nacional quaisquer das atividades integrantes de seu objeto social.

Atualmente, parte substancial das operações comerciais da Companhia é realizada com empresas do sistema Petrobras.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. O sumário das principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras está apresentado na nota explicativa 4.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 5.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 14 de fevereiro de 2020, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou os requerimentos contidos no pronunciamento *IFRS 16 Leases* e na interpretação *IFRIC 23 Uncertainty over Income Tax Treatments*.

2.2.1 IFRS 16 - Leases / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundos de contratos de arrendamento mercantil operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultados: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil; e (iii) no caso dos subarrendamentos classificados como arrendamentos financeiros, a receita de juros sobre os recebíveis.

A Companhia adotou a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos), sendo os pagamentos de arrendamento desses contratos, reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

Na adoção inicial, foi utilizado o método de abordagem de efeito cumulativo, não reapresentando as demonstrações financeiras de períodos anteriores. Os seguintes expedientes foram aplicados:

- aplicou o pronunciamento aos contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento mercantil operacional conforme nota explicativa 17.1 - Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional de 31 de dezembro de 2018;
- os contratos de arrendamento foram mensurados com base no valor presente dos pagamentos remanescentes desses contratos, descontados utilizando a taxa incremental nominal;
- a taxa incremental nominal é a taxa que a Companhia teria de pagar, na data de início do contrato de arrendamento, pela captação, por prazo e garantia semelhante, dos recursos necessários para obter um ativo de valor similar ao ativo de direito de uso;
- o ativo de direito de uso foi reconhecido com base no valor mensurado para os contratos de arrendamentos;
- a Companhia reconhece, mensalmente, a depreciação do direito de uso e a despesa de juros.

Apresentação

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu o valor de R$ 3.809 milhões nos saldos de ativo imobilizado e no passivo de arrendamento em virtude da mensuração dos ativos de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento, tais mudanças não impactaram o patrimônio líquido da Companhia. Os ativos de direito de uso apresentados no ativo imobilizado, representam principalmente os seguintes ativos subjacentes: instalações (dutos e terminais) e edificações. Os passivos de arrendamento estão sendo apresentados em linha própria nas demonstrações financeiras da Companhia.

Na demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia evidencia os efeitos relacionados à depreciação do direito de uso dos bens arrendados e os pagamentos dos arrendamentos como atividades de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros dos passivos de arrendamento.

Informações complementares sobre direito de uso reconhecido e a movimentação dos contratos de arrendamento estão mencionadas nas notas 15 e 20 respectivamente.

Estimativas e julgamentos relevantes

Considerando que a Companhia adotou o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, utilizando como taxas de desconto, taxas incrementais sobre empréstimos da Petrobras na data de adoção inicial.

A taxa nominal média de juros incremental dos passivos de arrendamento da adoção inicial na controladora foi 9,24% e no consolidado 7,68%.

2.2.2 IFRIC 23 Uncertainty over Income Tax Treatments / ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o lucro

O IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Não foram identificados impactos na adoção do IFRIC 23.

2.3 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem informações da Transpetro e das suas controladas.

A Companhia é detentora de 100% do capital social da Transpetro International BV (TIBV) e da Transpetro Bel 09 S.A. (Transbel) e, como controladora integral, apresenta suas demonstrações financeiras consolidadas.

Transações e saldos entre entidades do grupo, incluindo o lucro não realizado oriundo dessas transações, são eliminados no processo de consolidação.

2.4 Demonstração do valor adicionado

Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08 e tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.5 Moeda Funcional

A moeda funcional da Transpetro e de sua controlada Transbel é o real. A moeda funcional de sua controlada TIBV, que atua em ambiente econômico internacional, é o dólar norte-americano.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa da TIBV, que atua em ambiente econômico estável com moeda funcional distinta da Controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

4.3 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são apresentadas ao custo e apropriadas ao resultado na medida em que são incorridas.

4.4 Demais ativos circulantes

São apresentados, quando aplicável, pelo valor líquido de realização, com os respectivos rendimentos e variações monetárias e cambiais.

4.5 Ativos Mantidos para venda

Os ativos mantidos para venda são assim classificados quando for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável, apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

4.6 Investimentos societários

As participações nas controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), com base no patrimônio líquido de cada controlada.

No caso da TIBV, o patrimônio líquido expresso em dólares norte-americanos é convertido para reais com base nas taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2019. Os ganhos ou perdas cambiais, que nas demonstrações consolidadas não foram eliminados, são apresentados no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes de liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, estão reconhecidos na demonstração do resultado.

4.7 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas mencionadas na nota explicativa nº 15, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido.

Os ativos de direito de uso são apresentados como ativo imobilizado e, de acordo com a vida útil de seus respectivos ativos subjacentes e as características dos contratos de arrendamento (prazo, transferência do ativo ou exercício de opção de compra), são depreciados pelo método linear com base nos prazos contratuais.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos e amortizados ao longo de vida útil estimada dos respectivos ativos. A Companhia cessa a capitalização dos encargos financeiros dos ativos cujo desenvolvimento esteja concluído, entretanto, a capitalização dos juros pode ser suspensa, entre outros motivos, quando os ativos qualificáveis não recebem investimentos significativos por período igual ou superior a 12 meses.

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no ativo imobilizado quando o prazo de campanha for superior a doze meses e houver previsibilidade das mesmas. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas no resultado do período.

As benfeitorias em bens de terceiros são reabilitações realizadas em bens de propriedade de terceiros, mantidos pela Transpetro para uso em suas operações e foram contabilizados da seguinte forma:

- Benfeitorias cujas obras foram concluídas têm seus gastos contabilizados como benfeitoria em bens de terceiros.
- Benfeitorias cujas obras ainda não estão concluídas têm seus gastos contabilizados como obras em andamento.

4.8 Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). É composto, basicamente, por softwares.

Ativos intangíveis gerados internamente podem ser capitalizados, desde que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, dentre outros.

4.9 Arrendamento mercantil

Os passivos de arrendamento, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, geralmente descontados a taxa incremental nominal sobre empréstimo da Petrobras, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido as novas expectativas de prorrogações ou rescisões de arrendamento.

Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

Para os arrendamentos mercantis em que a Companhia é arrendadora do bem e, desde que, classificado como arrendamento financeiro, constitui-se um contas a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil.

4.10 Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados - *Impairment*

A Companhia avalia os ativos imobilizado e intangível quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuado ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGCs).

A Transpetro, atualmente, possui 3 UGCs: Transporte, Comboio-Hidrovia e Dutos e Terminais (Contratos), sendo:

- UGC Transporte: Frota de navios
- UGC Comboios-Hidrovia: Conjunto de embarcações (comboios) em construção do Projeto Hidrovia (transporte de etanol ao longo do Rio Tietê)
- UGC Dutos e Terminais (Contratos): Valor em uso/IFRS 16

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo e seu valor em uso. O valor recuperável utilizado para avaliação do teste na principal UGC da Transpetro (UGC Transportes) é o valor em uso, considerando a expectativa de utilização dos ativos até o final da sua vida útil.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor de ágio (goodwill).

4.11 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém devem ser divulgados em notas explicativas quando:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

3. Operação Lava Jato e seus reflexos na Companhia

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia considerou todas as informações disponíveis e monitorou as investigações da "Operação Lava Jato", não tendo sido identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014 no montante de R$ 266.684, ou que impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela Companhia. A Transpetro continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

A Companhia continua acompanhando as investigações e colaborando efetivamente com os trabalhos da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) e Advocacia Geral da União (AGU) para que todos os fatos e irregularidades sejam apurados e devidamente tratados.

Além disso, temos tomado as medidas necessárias para recuperar danos sofridos em função do esquema de pagamentos indevidos, inclusive os relacionados à nossa imagem corporativa.

À medida que as investigações da "Operação Lava Jato" resultem em acordos de leniência ou acordos de colaboração, a TRANSPETRO poderá ter direito a receber valores previstos expressamente nesses acordos.

Não obstante, a Companhia não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável adicional neste momento. Esses valores serão reconhecidos no resultado do exercício como outras receitas líquidas quando forem recebidos ou quando a sua realização se tornar praticamente certa.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi reconhecido, por meio de acordos de colaboração e leniência celebrados com pessoas físicas e jurídicas, o ressarcimento de R$ 80.281 (R$ 79.805 até 31 de dezembro de 2018). Esses recursos foram reconhecidos como outras receitas operacionais.

3.1 Investigações envolvendo a Companhia

A Transpetro não é alvo das investigações da "Operação Lava Jato" e é reconhecida, formalmente, pelas autoridades brasileiras como vítima do esquema de pagamentos indevidos.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações financeiras apresentadas.

4.1 Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

4.1.1 Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

b) Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gestão do ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas especificadas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

c) Contas a receber de clientes

São contabilizados, inicialmente, pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método dos juros efetivos, sendo deduzidas as perdas por redução ao valor recuperável de ativos considerados como perdas com créditos esperadas *(impairment)*.

Quando a Companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da Companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação.

d) *Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros*

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Aumento significativo do risco de crédito

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a Companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 90 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. O baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Definição de inadimplência (*default*)

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente (*default*) quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações.

Apresentação

Provisões para *impairment* sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos tendo como contraparcela ganhos ou perdas no resultado.

4.1.2 Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob as novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

4.2 Estoques

Materiais, suprimentos e outros, destinados ao consumo e à manutenção das operações da Companhia são mensurados ao custo médio de aquisição, quando este não excede ao custo de reposição.

4.12 Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: I) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; II) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e III) qualquer ganho ou perda na liquidação.

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido, reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem: I) ganhos e perdas atuariais, e II) retorno sobre os ativos do plano, menos a receita de juros auferida por esses ativos.

A Companhia também contribui para planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

4.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Tais impostos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período de apuração.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, ao final do período de apuração e são determinados mediante a aplicação das alíquotas vigentes. São apresentados líquidos, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos e são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

4.14 Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias nominativas.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

4.15 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando ou à medida que a Companhia satisfaz as obrigações de desempenho assumidas com seus clientes.

A Companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Companhia baseadas em parâmetros de mercados.

As principais atividades de prestação de serviços na Companhia, por segmento, são:

- Dutos e Terminais - Transporte e armazenagem de líquidos nos terminais aquaviários, terrestres e dutoviários e operação dos gasodutos;
- Transporte Marítimo – Afretamento e operação de embarcações.

As receitas e despesas financeiras incluem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações, despesas com juros sobre financiamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas. As despesas financeiras excluem os custos com empréstimos que são capitalizados como parte do custo do ativo até a sua entrada em operação. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

4.16 Subvenções Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia.

5. Novas normas e interpretações

5.1 International Accounting Standards Board (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2019:

Norma	Descrição	Data de vigência
Definition of a Business – Amendments to IFRS 3	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio no âmbito da IFRS 3 - *Business Combination* ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020, aplicação prospectiva.
Interest Rate Benchmark Reform – Amendments to IFRS 9, IFRS 7 e IAS 39	Altera as IFRS 9-*Financial Instruments*, IFRS 7-*Financial Instruments: Disclosures* e IAS 39-*Financial instruments: recognition and measurement*, com o objetivo de incluir exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de *hedge* para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR) recomendada pelo *Financial Stability Board* (FSB).	1º de janeiro de 2020, aplicação retrospectiva.
Definition of Material – Amendments to IAS 1 e IAS 8	Altera a definição de "material" de forma a estabelecer que uma informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários primários das demonstrações contábeis. Esta atualização promoveu alterações na *IAS 1 - Presentation of Financial Statements* e *IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*.	1º de janeiro de 2020, aplicação prospectiva.
IFRS 7 – Insurance Contracts	Esta IFRS substitui a IFRS 4 – *Insurance Contracts* e estabelece os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2021, aplicação prospectiva.

Quanto às alterações listadas acima, a Companhia não estima impactos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis consolidadas, com exceção à *IFRS 7-Insurance Contracts*, a Companhia está avaliando a aplicabilidade.

De igual forma, quanto à alteração listada acima, a Companhia não estima impactos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis consolidadas.

5.2 Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC

O CPC emite normativos contábeis análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir é apresentado o normativo contábil emitido pelo CPC que ainda não entrou em vigor e não teve sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2019, bem como as IFRS equivalentes.

Pronunciamento ou Interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos – Nº 14/2019	*Definition of a Business – Amendments to IFRS 3* *Definition of Material – Amendments to IAS 1 e IAS 8*	1º de janeiro de 2020

6. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, e são revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

6.1 Premissas para testes de recuperabilidade de ativos (*impairment*)

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros, para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* de ativos imobilizados exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais, no caso da Companhia, principalmente dos fretes dos navios e fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, vida útil remanescente dos navios, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

As premissas utilizadas para fins de avaliação de *impairment* estão apresentadas de forma detalhada na nota explicativa 15.4.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

BR TRANSPETRO Petrobras Transporte S.A.

CNPJ nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobrás

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

6.2 Tributos diferidos sobre o lucro

A determinação da provisão para imposto de renda ou o registro de imposto de renda diferido ativo e passivo e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da administração. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

As informações sobre premissas e estimativas utilizadas foram apresentadas na nota explicativa 11.

6.3 Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 16.

6.4 Benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 18.

6.5 Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo de perdas de crédito esperadas.

6.6 Gestão de capital

O objetivo da Transpetro ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

6.7 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de quitá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser exitável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

6.8 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros classificados como caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários tem como base a classificação de risco concedida pelas agências avaliadoras Standard & Poor's e Fitch. As informações sobre esses ativos financeiros, que não estão vencidos e sem evidências de perdas, estão dispostas a seguir:

	Caixa e equivalentes de caixa		Títulos e valores mobiliários	Consolidado
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
AA	926.221	777.866	2.391.936	1.174.679
AAA	7.936	6.675	-	-
BBB+	30.742	57.357	-	-
Outras classificações	23.791	8.660	15	15
Total	988.690	850.578	2.391.951	1.174.694

6.9 Estimativa do valor justo

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, da dívida de curto prazo e de outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não são, significativamente, diferentes de seus valores contábeis.

Os títulos e valores mobiliários do ativo circulante e não circulante, correspondentes aos saldos mantidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (FIDC-NP) do Sistema Petrobras, são classificados como de nível I, cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data da mensuração.

7. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

7.1 Caixa e equivalentes de Caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e bancos	44.053	40.386	117.601	104.899
Aplicações financeiras:				
No país	58.064	54.078	58.064	54.078
No exterior	-	-	813.025	691.601
Total de caixa e equivalente de caixa	102.117	94.464	988.690	850.578

A Companhia classificou suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa por serem consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um baixo risco de perda de valor

7.2 Títulos e valores mobiliários

	Controladora e consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Valor justo por meio do resultado	-	-
Valor justo por meio de outros resultado abrangentes		

	31.12.2019			Controladora 31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Petrobras	383.479	145.115	528.594	519.830	161.457	681.287
Demais empresas do sistema	25.004	-	25.004	23.308	-	23.308
	408.483	145.115	553.598	543.138	161.457	704.595
Arrendamentos mercantis financeiros - Petrobras	924.733	2.788.191	3.712.924	-	-	-
Dividendos - Petrobras	43.031	-	43.031	-	-	-
Total	1.376.247	2.933.306	4.309.553	543.138	161.457	704.595

Resultado	31.12.2019	31.12.2018
Petrobras	8.906.868	6.734.452
Br Distribuidora	89.408	100.269
TAG	680.292	484.324
NTS	312.583	261.904
BRASKEM	78.927	45.369
Outras empresas	113.094	133.015
Total	9.090.202	7.739.372
Receita, principalmente de vendas	8.307.241	7.731.370
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(11.208)	1.320
Receitas (despesas) financeiras líquidas (i)	(215.831)	6.682
Total	8.080.202	7.739.372

(i) Inclui o resultado financeiro referentes às operações de arrendamento e subarrendamento mercantis requeridos pelo IFRS 16.

9.2 Transações (significativas) com empresas do sistema e entidades governamentais

	31.12.2019		Consolidado 31.12.2018	
Sistema Petrobras	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Empresas do Sistema - Petrobras e Controladas	3.337.590	4.314.437	1.276.136	726.537
Empresas do Sistema - demais empresas	255.939	19.395	56.155	3.158
Subtotal	3.593.529	4.333.832	1.332.291	729.695
Entidades Governamentais				
Bancos controlados pela União	1.122.456	6.850.441	975.392	5.963.510
Subtotal	1.122.459	6.850.441	975.392	5.963.510
Total	4.715.988	11.184.273	2.307.683	6.693.205
Circulante	2.813.345	1.723.268	2.110.176	871.913
Não circulante	1.902.643	9.461.005	197.507	5.821.292

Resultado	01.01.2019 a 31.12.2019	01.01.2018 a 31.12.2018
Sistema Petrobras		
Empresas do Sistema - Petrobras e Controladas	5.967.949	6.504.104
Empresas do Sistema - demais empresas	1.159.584	411.604
Subtotal	7.127.533	6.915.708
Entidades Governamentais		
Bancos controlados pela União	(529.302)	(451.489)
Subtotal	(529.302)	(451.489)
Total	6.598.231	6.464.219
Receita, principalmente de vendas	8.605.566	8.691.674
Compras e serviços	(1.450.994)	(1.789.967)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(11.206)	1.320
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(745.135)	(444.808)
Total	6.598.231	6.464.219

9.3 Remuneração da administração da Companhia

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Transpetro e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais e dirigentes, relativas aos meses de dezembro de 2019 e 2018 foram as seguintes:

	Expresso em reais	
	2019	2018
Menor remuneração	1.511	1.511
Remuneração média	12.212	11.922
Maior remuneração	69.305	61.804
Remuneração do dirigente da Transpetro	101.092	101.092

As remunerações totais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Transpetro bem por base as diretrizes estabelecidas pela Petrobras, pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia e são apresentadas conforme a seguir:

	2019			2018		
	Diretoria executiva	Conselho de administração	Total	Diretoria executiva	Conselho de administração	Total
Salários e benefícios	8.333	817	9.150	6.395	517	6.912
Encargos sociais	1.453	163	1.616	1.779	-	1.779
Previdência complementar	532	-	532	474	-	474
Remuneração total	10.318	980	11.298	8.648	517	9.165
Número membros remunerados - média do período	5	7,6	12,6	5	5,6	10,6

Foi estabelecido o valor de R$ 14.690 como limite global de remuneração a ser paga aos Administradores da Transpetro no período compreendido entre abril de 2019 e março de 2020

10. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Arrendamento Antecipado	-	-	49.616	48.589
Seguro	8.086	1.565	12.943	3.791
Total	8.086	1.565	62.561	52.379

11. Tributos

11.1 Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos a recuperar

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

(i) Fundo de Investimento (FIDC), administrado pelo Banco do Brasil, destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras. O acréscimo deve-se, principalmente, a geração operacional do período.
(ii) Refere-se a parcela de cotas do fundo de investimento (FIDC) do Sistema Petrobras, bloqueadas judicialmente.

8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Recebíveis de contratos com clientes				
Terceiros (i)	10.503	39.638	10.503	39.636
Partes relacionadas (Nota 9)	1.432.705	1.371.143	3.593.529	1.332.291
Total do contas a receber	1.443.208	1.410.781	3.604.032	1.371.929
Perdas de créditos esperados - Terceiros	(4.531)	(4.531)	(4.531)	(4.531)
Total do contas a receber, líquidos	1.438.677	1.406.250	3.599.501	1.367.398
Circulante	1.423.886	1.391.634	1.902.926	1.367.398
Terceiros	5.972	35.107	5.972	35.107
Partes relacionadas	1.417.914	1.353.527	1.896.954	1.332.291
Não circulante	14.791	17.616	1.696.575	-
Partes relacionadas	14.791	17.616	1.696.575	-

(i) No exercício de 2018, está incluso parcela de curto prazo do TEJ (transação extra judicial) assinado com o Estaleiro Atlântico Sul - EAS no montante de R$ 18.172 (vide nota 12).

(ii) No consolidado, exercício 2019, incluso o montante de R$ 2.173.353 referente as operações de subarrendamentos mercantis, conforme requerido pelo IFRS 16.

Quando a Companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da Companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação.

9. Partes relacionadas

9.1 Transações comerciais por operação com empresas do sistema

Os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de operações entre a Companhia, sua Controladora (Petrobras) e demais empresas ligadas, conforme instrumentos contratuais celebrados entre as partes.

	Controladora					
	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Contas a receber, principalmente por vendas						
Petrobras	1.129.214	-	1.129.214	1.142.269	-	1.142.269
Demais empresas do sistema	288.700	14.791	303.491	211.258	17.616	228.874
Total	1.417.914	14.791	1.432.705	1.353.527	17.616	1.371.143
Passivo						
Contas a pagar						

	Controladora					
	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Demais impostos e contribuições						
ICMS	8.765	3.349	22.021	11.024	-	-
PIS/COFINS (ii)	5.003	27.718	22.498	245	-	-
INSS (iii)	25.626	25.588	-	6.839	-	-
ISS	2.584	681	13.839	12.916	-	-
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	-	-	34.946	31.211	-	-
Contribuições trabalhistas (iii)	-	-	-	31.082	-	-
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT (iv)	-	-	5.101	4.844	46.333	46.848
Outros	12.739	223	3.609	391	-	-
Total	54.717	58.559	102.014	98.552	46.333	46.848

(i) O saldo a recuperar de Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é resultante das relenções desses tributos nas prestações de serviços para a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS. De acordo com a IN RFB nº 1.765/2017, o aproveitamento do saldo a recuperar está condicionado à prévia transmissão da Escrituração Contábil e Fiscal - ECF. Após a entrega da ECF 2019 (ano-calendário 2018) em junho/2019, foi compensado um total de R$ 307 milhões no pagamento de impostos, entre os quais PIS/COFINS, Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF e Contribuição Social Retida na Fonte – CSRF, sendo R$ 293 milhões referentes ao saldo original de impostos a recuperar acumulado em 2018 e R$ 14 milhões de atualização pela taxa Selic desses créditos.

(ii) Os valores do PIS e COFINS a recuperar decorrem das relenções delas impostas pela Lei nº 10.833/2003 realizadas pela fonte pagadora, em especial das receitas oriundas das operações com a Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, bem como créditos decorrentes da aquisição de ativos imobilizados. O saldo acumulado em dezembro/2019 será compensado na apuração do respectivo tributo ao longo do exercício de 2020.

(iii) O valor de INSS a recuperar refere-se à retenção sobre os serviços prestados com cessão de mão de obra, conforme disposto na Lei nº 9.711/1998, regulamentada pela IN RFB nº 971/2009. Os créditos são utilizados ao longo do ano na apuração do próprio imposto. Em 2019, o saldo passivo dessa rubrica foi reclassificada para o grupo de salários e encargos.

(iv) O Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017, convertida na Lei 13.496/2017, para regularizar uma contingência no montante de R$ 145 milhões referentes à não-homologação da compensação de créditos tributários de IRPJ e CSLL do ano de 2005.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo consolidado no passivo da Companhia é de R$ 51.434 (R$ 5.101 no passivo circulante e R$ 46.333 no Passivo não-circulante), referentes à 121 parcelas, mensais e sucessivas, vencíveis a partir de Janeiro de 2020, atualizadas pela taxa Selic.

11.2 Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Diferidos – Não circulante

a) Movimentação do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são registrados para refletir no resultado do exercício os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil no contexto das leis fiscais aplicáveis, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, fundamentados nas projeções baseadas no Plano de Negócios e Gestão – PNG.

O IRPJ e CSLL diferidos líquidos registrados em 2019 nos montantes de R$ 582.257 e R$ 210.136 respectivamente (R$ 660.529 e R$ 238.310 em 2018) foram constituídos com base nas diferenças temporárias e são decorrentes de provisões para contingências (trabalhistas, cíveis, tributárias e ambiental); perdas no valor recuperável de ativos ("impairment"), provisão para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados - PLR, pelo disposto na Lei nº 12.973/14, que permitiu o reconhecimento da diferença entre a depreciação contábil, calculada com base no OPC 27, e a depreciação fiscal, prevista na IN RFB nº 1.700/2017, e pelas novas regras definidas pelo IFRS 16.

Em 2019, a remensuração do passivo atuarial relacionada ao plano de previdência própria dos empregados da Transpetro, aumentou a provisão atuarial em aproximadamente R$ 220,4 milhões, com impacto de R$ 74.945 no ativo diferido. O valor foi incluído em "Outros Resultados Abrangentes".

Os respectivos efeitos foram registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

	Controladora								
	Provisão Contingências	Provisão despesas de pessoal e PLR	Passivo atuarial	Arrendamento Mercantil	Depreciação acelerada	Impairment	Provisões Operacionais	Perdas de crédito esperadas	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2018	81.092	12.270	45.673	-	(114.437)	393.219	117.625	-	-	535.442
Resultado	(13.221)	18.670	8.885	-	(62.012)	376.162	1.291	7.470	-	337.245
Outros resultados abrangentes	-	-	11.999	-	-	-	-	14.153	-	26.152
Em 31 de dezembro de 2018	67.871	30.940	66.557	-	(176.449)	769.381	118.916	21.623	-	898.839
Resultado	(11.825)	21.701	12.143	28.731	(51.585)	(178.359)	7.056	-	(11.263)	(181.361)
Outros resultados abrangentes	-	-	74.945	-	-	-	-	-	-	74.945
Em 31 de dezembro de 2019	56.046	52.641	153.645	28.731	(228.014)	593.022	125.972	21.623	(11.263)	792.403
Impostos diferidos ativos										1.075.288
Impostos diferidos passivos										(176.449)
Em 31 de dezembro de 2018										898.839
Impostos diferidos ativos										1.031.680
Impostos diferidos passivos										(239.277)
Em 31 de dezembro de 2019										792.403

b) Realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos

A Companhia considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão utilizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções de lucros do PNG.

Em 31 de dezembro de 2019, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

	Controladora e consolidado	
	Ativos	Passivos
2020	103.194	-
2021	33.064	-
2022	32.259	-
2023	32.259	-
2024	32.260	-
2025 em diante	559.367	-
Parcela realizada contabilmente	792.403	-
Total	792.403	-

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos a créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

11.3 Reconciliação do Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos sobre os lucros apurados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão apresentados a seguir:

	Controladora	
	01.01.2019 a 31.12.2019	01.01.2018 a 31.12.2018
Lucro antes dos impostos e após a participação de empregados e administradores	1.004.927	(1.146.467)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(341.675)	389.799
Ajustes definitivos para apuração da alíquota efetiva:		
Incentivos fiscais - Lucro na Exploração	4.337	(269)
Benefício fiscal - Subsídio Maternidade	526	(324)
Benefício fiscal - Programa de Auxílio ao Trabalhador (PAT)	3.213	-
Provisão apos entadoria AMS	(54.268)	(41.904)
Participações em Controladas	15.855	(9.366)
Relações Institucionais	(187)	(146)
Bônus - Dirigentes	-	(501)
Outros Ajustes	(22.080)	(44)
Imposto de renda e contribuição social	(394.278)	337.245
Imposto de renda e contribuição social correntes	(212.897)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(181.381)	337.245
Total	(394.278)	337.245
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - %	-39%	-29%

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

11.4 Programa de regularização de débitos federais

Em Agosto de 2017, a Transpetro aderiu ao programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Medida Provisória nº 783/2017. A Companhia incluiu um total de 12 (doze) débitos tributários federais, de PIS/COFINS, IRPJ e CSLL, cujas expectativas de perdas eram prováveis. Com a adesão, os débitos tributários originais de R$ 145 milhões foram reduzidos a R$ 95 milhões, gerando uma economia de 32%.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a pagar do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) está apresentado a seguir:

	Consolidado			
	31.12.2019	Pagamento	Atualização Monetária	31.12.2018
PERT				
IRPJ/CSLL	51.434	(5.013)	2.755	53.692
Total	51.434	(5.013)	2.755	53.692
Circulante	5.101	-	-	4.844
Não circulante	46.333	-	-	46.848

12. Demais ativos – Não circulante

Corresponde ao pagamento de 5% efetuado com recursos próprios da Transpetro, na forma prevista nos contratos realizados com o Estaleiro Atlântico SUL - EAS no montante de R$ 114.352 (principal e atualização monetária).

Devido à rescisão dos contratos para a construção de navios com o estaleiro Atlântico Sul - EAS (7 navios DP, sendo 4 Suezmax e 3 Aframax), as cartas de fiança que garantiam os valores adiantados foram devolvidas e foi assinado TEJ (transação extra judicial) para devolução dos adiantamentos realizados, em parcelas anuais a partir de 2018.

A Transpetro reavaliou e manteve o reconhecimento de perda de crédito esperada para este ativo no montante de R$ 41.627, resultante do IFRS 9, para o exercício de 2019.

	Controladora e Consolidado				
	31.12.2019	Atualização monetária	Transferência Curto Prazo	Recebimento (i)	31.12.2018
Efetivas a receber	114.352	3.515	-	(17.770)	126.607
Perdas de crédito esperado - PCE	(35.921)	-	4.706	-	(41.627)
Não Circulante	77.431	3.515	4.706	(17.770)	86.980

(i) Valor pago ao estaleiro Rio-Tietê referente aos contratos de 16 comboios (5 ao 20) suspensos por força de decisão judicial, garantidos por cartas de fiança emitidas pelo Banco ABC do Brasil SA, tendo sido quitada no 4º trimestre de 2019.

13. Ativos mantidos para venda

Em novembro de 2019, a Diretoria Executiva aprovou o processo de alienação do navio Lorena BR. Desta forma, o ativo foi reclassificado e está apresentado como mantido para venda. Os esforços para a venda do navio Lorena BR já se iniciaram e a concretização da venda deve ocorrer no primeiro trimestre de 2020.

14. Investimento em controladas

A Transpetro é detentora de 100% do capital social integralizado das empresas Transpetro International BV (TIBV) e Transpetro Bel 09 S.A. (Transbel).

A TIBV é sediada em Rotterdam (Holanda) e tem como principal atividade o afretamento de navios na modalidade TCP (*Time Charter Party*) com a Petrobras (vide nota 20).

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TRANSPETRO Petrobras Transporte S.A.

CNPJ nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobrás

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

A Transbel é uma SPE (Sociedade de Propósito Específico) que tem como atividade a exploração da cessão onerosa da área, administração de infraestrutura portuária e infraestruturas públicas e suas instalações, localizadas dentro do Porto Organizado de Belém, no Estado do Pará, identificada como Bel-09, podendo nela, e por meio dela, realizar todas as atividades portuárias, carga e descarga, armazenamentos, gestão de terminais aquaviários, navegação de apoio portuário e demais atividades relacionadas à movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes do transporte aquaviário.

Seguem abaixo as informações sobre as controladas:

Controlada	% de Participação direta da Transpetro	Capital subscrito em 31.12.2019	Quantidade de Ações / quotas	Patrimônio líquido	Lucro líquido 2019	Lucro/Prejuízo líquido 2018
Transpetro Bel 09 S.A - Transbel	100%	25.749	1.000.000	25.749	-	-
Transpetro International BV - TIBV (*)	100%	130.076	130.075.685	315.789	11.316	(7.209)

(*) Valores em milhares de US$

Movimentação dos saldos de investimentos:

	31.12.2019	31.12.2018
No início do período/exercício	1.179.767	1.031.040
Equivalência patrimonial - TIBV (i)	46.631	(27.547)
Equivalência patrimonial - Transbel (ii)	25.749	-
Variação cambial em investimento no exterior - TIBV (iii)	46.449	176.274
No fim do período/exercício	1.298.596	1.179.767

(i) Refere-se ao resultado gerado pela controlada TIBV nos exercícios de 2019 e 2018

(ii) Integralização de capital

(iii) Refere-se ao ganho patrimonial apurado sobre a variação cambial do investimento na TIBV, registrada em outros resultados abrangentes.

As informações contábeis resumidas sobre os investimentos são as seguintes:

	31.12.2019		31.12.2018	
	Transbel	TIBV	Transbel	TIBV
Ativo circulante (i)	25.749	1.430.022	-	832.445
Ativo Realizável a longo prazo (i)	-	1.696.575	-	-
Imobilizado	-	402.899	-	471.411
Total do Ativo	25.749	3.529.496	-	1.303.856
Passivo Circulante (i)	-	536.601	-	106.473
Passivo não Circulante (i)	-	1.720.047	-	17.615
Patrimônio Líquido	25.749	1.272.848	-	1.179.767
Total do Passivo	25.749	3.529.496	-	1.303.856

	01.01.2019 a 31.12.2019		01.01.2018 a 31.12.2018	
	Transbel	TIBV	Transbel	TIBV
Receita operacional líquida	-	499.324	-	960.304
Lucro/(Prejuízo) Líquido do exercício	-	46.631	-	(27.547)

(i) Em 1º de janeiro de 2019, data da aplicação inicial do IFRS 16, a TIBV reconheceu passivos de arrendamentos com terceiros e recebíveis com a Petrobras, relativos aos contratos de subarrendamentos classificados como arrendamentos financeiros.

15. Imobilizado

15.1 Composição

	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Benfeitorias em bens de terceiros	Navios	Terrenos	Direitos de Uso	Projetos de expansão Promef	Reformas de tanques em andamento	Outras obras em andamento	Consolidado Controladora Total	Total
Saldo em 1º de Janeiro de 2018	12.316	194.391	1.567.671	5.042.382	12.177	5.305	542.996	223.731	142.547	7.743.496	7.322.041
Adições	-	53.725	15.498	12.323	-	631	1.169.286	77.444	108.552	1.437.467	1.374.544
Baixas	-	(59)	-	-	-	-	-	-	(161)	(220)	(220)
Impairment - constituição	-	-	-	(1.446.281)	-	-	(193.730)	-	-	(1.640.011)	(1.630.011)
Impairment - reversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	46.954	238.146	1.360.370	-	-	(1.360.370)	(170.308)	(114.794)	-	-
Depreciação	(1.338)	(75.698)	(325.092)	(141.745)	-	(1.274)	-	-	-	(545.147)	(463.968)
Ajuste Acumulado de Conversão	-	(548)	15.379	52.206	-	-	-	-	1.175	68.212	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	10.978	218.765	1.511.602	4.879.235	12.177	4.662	168.182	130.867	137.319	7.073.797	6.602.386
Custo	31.354	462.271	3.120.479	6.095.959	12.177	7.005	168.182	130.867	137.319	10.172.623	9.316.776
Depreciação	(20.376)	(250.506)	(1.608.877)	(1.216.724)	-	(2.343)	-	-	-	(3.098.826)	(2.714.390)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	10.978	218.765	1.511.602	4.879.235	12.177	4.662	168.182	130.867	137.319	7.073.797	6.602.386
Adições	-	27.785	4.453	69.430	-	4.178.819	986.161	123.205	92.469	5.082.303	5.025.765
Baixas	-	(36)	(8.827)	(7.695)	-	(2.039)	-	(106)	(1.189)	(19.852)	(19.852)
Impairment - reversão	-	-	-	424.931	-	-	-	-	-	424.931	424.931
Transferências	-	18.936	169.890	631.820	-	-	(631.820)	(106.120)	(83.106)	-	-
Depreciação	(1.338)	(91.623)	(341.955)	(199.348)	-	(589.040)	-	-	-	(1.223.302)	(1.099.782)
Ajuste Acumulado de Conversão	-	1.490	2.893	13.834	-	-	-	-	274	18.491	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.640	175.758	1.336.056	5.812.249	12.177	3.592.402	102.533	147.846	145.767	11.336.368	10.933.469
Custo dos ativos	31.354	482.444	3.179.144	7.218.441	12.177	4.182.756	102.533	147.846	145.767	15.493.402	14.643.190
Depreciação	(21.714)	(306.686)	(1.843.088)	(1.406.192)	-	(590.354)	-	-	-	(4.157.034)	(3.709.721)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.640	175.758	1.336.056	5.812.249	12.177	3.592.402	102.533	147.846	145.767	11.336.368	10.933.469
Vida útil estimada em anos	16 - 25	02 - 31	02 - 50	24 - 35		02 - 54					

Com adoção do IFRS 16, a Companhia reconheceu, em 1º de janeiro de 2019, os ativos de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2019, os direitos de uso estão representados pelos seguintes ativos subjacentes: instalações (dutos e terminais) e edificações.

15.2 Benfeitorias em bens de terceiros

Os gastos com as reabilitações de bens arrendados da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras são de responsabilidade da Transpetro. Dessa forma, as reabilitações dos tanques têm seus gastos capitalizados e contabilizados da seguinte forma:

Os gastos com reabilitações de tanques, cujas conclusões ocorreram durante o exercício de 2019, foram transferidos para "Benfeitorias em bens de terceiros", no montante de R$ 106.120 (R$ 170.308 em 2018). O total de gastos com perícias programadas de tanques, no ano de 2019, foram contabilizados em "Reforma de tanques em andamento" no montante de R$ 123.205 (R$ 77.444 em 2018).

15.3 Alteração de Vida Útil de Ativos

Em conformidade com as Deliberações CVM 583/09 e 619/09, referentes ao Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e ao ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, a Diretoria Executiva da Transpetro aprovou o Relatório Técnico de Vidas Úteis dos Ativos - Ciclo 2017, com a consequente revisão de vida útil econômica dos navios da Transpetro.

Nesse sentido, a Companhia reconheceu o montante de R$ 89.205 em 2018 referente aos efeitos da revisão de vida útil dos navios petroleiros de 25 para 30 anos, com alteração da taxa de depreciação de 4% para 3,33% a.a., bem como dos navios gaseiros de 25 para 35 anos, com alteração da taxa de depreciação de 4% para 2,86% a.a.

15.4 Redução ao valor recuperável - *Impairment*

A Administração da Companhia avalia, a cada fim de período, se existem evidências de perda/reversão de recuperabilidade do valor contábil de seus ativos.

No final de 2018 a Transpetro possuía duas Unidades Geradoras de Caixa (UGC): Transporte e Combustíveis-Hidrovia. Em 2019, com a adoção do IFRS 16, foi criada a UGC Dutos e Terminais, sendo contabilizado como Direito de Uso o Valor Presente Líquido dos contratos de arrendamento dos ativos operados nesse segmento.

Segue abaixo a descrição da forma de cálculo e resultados das análises das UGCs existentes em dezembro de 2019.

15.4.1 UGC Transportes

Na elaboração do fluxo de caixa da frota de embarcações (UGC Transportes), consideradas como unidade geradora de caixa e composta por 41 navios, foram consideradas as seguintes premissas:

- Período projetivo: definido de acordo com a vida útil de cada navio, considerando o período em operação dos navios da frota atual;
- A taxa de desconto utilizada considera parâmetros de financiamento praticados por empresas de navegação no mercado e está alinhada com a metodologia apresentadas pela TRANSPETRO e pela Holding. Foi interposto Recurso Especial que está pendente de julgamento. O débito tributário atualizado alcança o valor de R$ 35.611, em alinhamento com a Holding.

(i) Demais 51 Processos - R$ 77.757

Há outros 51 processos em curso sobre temas tributários diversos com classificação de expectativa de perda possível. A Companhia mantém de modo diligente o acompanhamento dos processos e informará oportunamente em fato relevante caso haja impacto significativo nas demonstrações qualquer movimentação processual.

16.3 Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhistas e previdenciárias	164.376	159.947
Cíveis e ambientais	32.570	32.536
Tributárias	9.120	5.024
	206.066	197.507

16.4 Contingências Ativas

A Transpetro é detentora de um crédito reconhecido em procedimento arbitral no montante de R$ 421.940, base dezembro/2019, que está sob discussão judicial, cujos assessores jurídicos entendem que possui ganho provável, e, portanto, não passível de registro contábil.

17. Salários, férias, encargos e participações

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Provisão de férias e 13º salário	239.818	210.264
Participação nos lucros e resultados	60.128	87.998
Programa de Desenvolvimento Superior (PDS)	91.431	-
Salários, encargos e outras provisões	24.999	15.464
	416.477	313.726

17.1 Participação nos lucros e resultados

A participação dos empregados nos lucros e resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e pela Diretoria da Petróleo

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da Companhia aprovadas no plano de negócios 2020-2024, incluindo as entradas e saídas de navios em operação; e taxas de desconto pós-imposto em moeda constante que variam entre 4,28% e 5,84% (3,82% e 6,50% em 2018), que derivam da metodologia WACC (Custo Médio Ponderado do Capital) para o setor de transporte, considerando a estrutura de endividamento e respectivo benefício fiscal. O resultado da avaliação indicou uma reversão parcial da provisão de perda por desvalorização, no montante total de R$ 424.931, em decorrência, principalmente, do efeito positivo nos preços dos fretes em reais, por conta do aumento nas projeções de taxa de câmbio (R$/US$) constantes nos Planos de Negócios e Gestão 2020-24 da Transpetro e Petrobras quando comparados aos valores projetados no plano anterior.

15.4.2 UGC Comboios-Hidrovia

No caso da UGC Comboios-Hidrovia, a Transpetro continua avaliando alternativas de utilização dos comboios já construídos. Considerando que o projeto continua em avaliação, mas que não há premissas para avaliar economicamente a sua utilização, esta UGC teve seu valor mensurado conforme seu valor de mercado, de forma a realizar a avaliação pelo valor justo de venda através de um laudo técnico contratado.

O laudo técnico não constatou alteração relevante em relação ao ano anterior. Desta forma, foram mantidos os saldos de 2018.

15.4.3 UGC Dutos e Terminais

Para a UGC Dutos e Terminais, não há indicativo de perda por desvalorização.

16. Processos judiciais e contingências

16.1 Processos judiciais provisionados

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e com base nos históricos referentes às quantias reivindicadas por terceiros, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora e Consolidado			
	31.12.2019	Adições	Baixas	31.12.2018
Processos judiciais trabalhistas (i)	207.278	63.360	(42.902)	186.720
Processos judiciais cíveis	4.733	2.013	(16.531)	19.251
Processos judiciais tributários (ii)	2.393	2.292	(39.712)	39.793
Total provisionado no passivo não circulante	214.374	67.665	(99.045)	245.764

(i) A variação do saldo decorre principalmente da revisão dos valores de exposição das ações judiciais, alteração das expectativas de perdas nos processos existentes e entrada de novos processos, sobretudo aqueles referentes as ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime (RMNR).

(ii) O imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, devido ao Município de Santos – exercícios 2004 a 2018, foi pago pela Transpetro com a inclusão no REFIS/2018.

16.2 Processos judiciais não provisionados

Com base no levantamento dos processos judiciais e procedimentos administrativos da área jurídica da Transpetro, demonstra-se a seguir o valor total dos processos judiciais com perdas possíveis não provisionadas:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Ações Trabalhistas e previdenciárias	511.891	521.958
Tributárias	502.544	429.091
Cíveis e ambientais	150.443	82.226
Outros	3.509	-
	1.168.387	1.033.277

Os objetos das causas mais relevantes classificadas como perda possível em dezembro de 2019, segregados por esfera estão informados abaixo:

16.2.1 Trabalhistas e previdenciárias

	Valor da causa	Quantidade de processos
Objeto	226.964	3.388
Verbas rescisórias e trabalhistas	160.272	563
RMNR (a)	46.437	138
Reparação de danos	5.648	14
Horas extras	72.470	291
Demais ações	511.891	4.394

(a) Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR).

Ações coletivas e individuais em que se requer a revisão da metodologia de apuração do complemento da RMNR. São autores dessas ações o SINDIPETRO dos estados do ES, RJ, BA, SP, PE, SE, RN, CE, PR, SC, RS, PI, AL, PB, AM, GO, DF e ações individuais nestes estados e em MG.

Houve publicação do acórdão do TST negando provimento aos Embargos Declaratórios oferecidos pela Companhia. Dessa decisão a Transpetro, juntamente com a Petrobras, recorreu, via Recurso Extraordinário, ao STF. Há "limine" deferida pelo STF suspendendo todos os processos em curso envolvendo a matéria até decisão definitiva a ser proferida pelo próprio STF. Mantida a expectativa de perda "possível".

16.2.2 Tributárias

	Valor da causa	Quantidade de processos
Objeto	147.636	1
Lucros Auferidos no exterior (a)	122.773	4
INSS - Gratificações/ Bônus de desempenho (b)	66.129	3
Diferença de RAT - benzeno e ruído (c)	52.638	1
Saldo Negativo de CSLL do ano calendário de 2006 (d)	35.611	1
INSS - Solidariedade - AMS (e)	77.757	51
Diversos (f)	502.544	61

Os valores referem-se, principalmente, as execuções fiscais relatadas a seguir:

(a) Lucros Auferidos no exterior - R$ 147.636.

A Companhia tomou ciência, em 26/12/2018, do auto de infração materializado no processo administrativo fiscal nº 16682.721230/2018-51, que aborda a cobrança de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Líquido, referente aos exercícios de 2013 e 2014, em relação aos lucros auferidos por empresa controlada no exterior. A Companhia apresentou impugnação, que foi julgada improcedente em 11/04/2019. A Companhia interpôs Recurso Voluntário ao CARF. O valor atualizado é de R$ 147.636

(b) INSS - Gratificações/Bônus de desempenho - R$ 122.773.

Trata-se de processos iniciados pela Receita Federal do Brasil, nos quais questiona-se a base de cálculo da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, envolvendo rubricas que não foram oferecidas à tributação, como exemplos: gratificação extraordinária gerencial e bônus de desempenho. A Companhia reitera o entendimento sobre a não incidência da contribuição previdenciária sobre tais valores em conformidade com a Lei 8212/91. Sobre o tema, há os seguintes processos: (i) Execução Fiscal nº 5013014-38.2019.4.02.5101, com valor de exposição de R$ 46.244; (ii) Execução Fiscal nº 5091689-25.2019.4.02.5101, com valor de exposição de R$ 19.729; (iii) Execução Fiscal nº 5076134-47.2019.4.02.5101, com valor de exposição de R$ 839; e (iv) Processo Administrativo Fiscal nº 16682.720826/2018-34, com valor de exposição de R$ 55.951.

(c) Diferença de RAT – benzeno e ruído – R$ 60.129.

Trata-se da cobrança de contribuição previdenciária adicional para custeio de aposentadoria especial em decorrência da alegação do INSS de exposição a benzeno e a ruído de empregados da Companhia. Sobre o tema, há os seguintes processos: (i) Processo Administrativo Fiscal nº 16682.720521/2014-07, com valor de exposição atualizado de R$ 55.537; Processo Administrativo Fiscal nº 10580-726.137/2018-86, com valor de exposição atualizado de R$ 3.360 e; Processo Administrativo Fiscal nº 10580-726.139/2019-75, com valor de exposição atualizado de R$ 1.232.

(d) Saldo negativo de CSLL do ano-calendário de 2006 - R$ 52.638.

Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em face da TRANSPETRO no ano de 2018, onde se pretende exigir débito decorrente de compensações formuladas pela Companhia e não homologadas pela Receita Federal, nas quais se buscou compensar crédito decorrente de Saldo Negativo de CSLL do ano calendário de 2006 (exercício 2007), com débitos de estimativa de CIDE Remessas ao Exterior, PIS, COFINS e IRPJ, nos anos de 2007, 2008 e 2010. A Companhia opôs embargos à execução, alegando a cobrança em duplicidade por entender que ainda homologação da compensação de parcela computada na formação do Saldo Negativa de CSLL implicaria na sua imediata cobrança no processo administrativo de compensação, bem como na sua glosa na composição do Saldo Negativo e, por consequência, na redução do crédito a compensar. Em 03/05/17, foi publicada sentença nos autos do processo da execução, não acolhendo a tese advogada pela Companhia. Em 24/05/2017, a Companhia interpôs recurso de Apelação contra a decisão, que está concluso para julgamento no Tribunal Regional Federal da Segunda Região. O valor atualizado é de R$ 52.638.

(e) INSS - Solidariedade AMS - R$ 35.611.

Trata-se de controvérsia administrativa gerada pela autuação direcionada à "Holding" – com inclusão da TRANSPETRO na condição de devedora solidária – sob fundamentação de não terem sido recolhidas as contribuições previdenciárias, a cargo dos profissionais da área de saúde credenciados, no regime de escolha dirigida, no Programa de Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS), plano de saúde oferecido aos empregados da Companhia e seus dependentes da Companhia. No julgamento do Recurso Voluntário dos contribuintes, o CARF manteve o lançamento realizado pela autoridade fazendária, rejeitando

Em 01 de outubro de 2018, a Companhia apresentou aos seus empregados o Plano de Carreiras e Remuneração (PCR), uma modernização no modelo de carreira e remuneração com objetivo de ajustar as novas iniciativas de gestão de pessoas às necessidades de negócio atuais e futuras da Companhia, além de atender às demandas dos próprios empregados por reconhecimento e modelos de trabalho mais inovadores.

O programa também resulta em um maior alinhamento com práticas sugeridas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), cuja adesão ao PCR foi realizada pelos empregados, de forma voluntária.

Neste processo a Companhia concedeu um abono aos empregados que aderiram ao PCR com o intuito de obter o maior número de adesões ao novo plano e desembolsou o total de R$ 61.418, registrado em outras despesas operacionais nos exercícios de 2018 e 2019, referentes aos 3.108 empregados que aderiram ao programa.

18. Benefícios pós-emprego

Planos de pensão e saúde

18.1 Plano de Previdência Complementar - Plano Petros 2

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A partir de dezembro de 2011, para garantir aos empregados da Transpetro uma renda de aposentadoria complementar, a Companhia, em parceria com a Fundação Petros, implementou o Plano Petros 2 (PP-2), na modalidade de contribuição variável. Neste caso os riscos são divididos entre patrocinadora e empregado.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se a cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia. A parcela do plano com características de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2019, tais contribuições somaram R$ 85.945 (R$ 76.756 em 2018) na proporção de 1x1 em paridade com o empregado. A quantidade de participantes total do plano em 2019 é de 5.193 ativos e 127 assistidos (4.725 ativos e 103 assistidos em 2018).

A parcela de contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2020, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que baseou na recomendação da consultoria atuarial da Fundação Petros. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do contribuinte. As contribuições esperadas, para 2020, são de R$ 95.991 referentes à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2019, é de 23,34 anos (19,88 anos em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R$ 452.594 (R$ 195.767 em 2018).

18.1.1 Ativos do plano de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo e de uma avaliação de riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como do uso da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer as normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Os limites de alocação dos ativos determinados na Política de Investimentos do Plano Petros 2 no período entre 2020 a 2024, são de: 0% a 100% em renda fixa, 0% a 45% em renda variável, 0% a 10% em imobiliário, 0% a 15% em operações com participantes, 0% a 20% em investimentos estruturados e de 0% a 10% em investimentos no exterior.

A composição dos ativos dos planos em 31 de dezembro segue demonstrada:

	Consolidado	
	2019	2018
Títulos Públicos	56,22%	69,81%
Fundos de Investimentos	36,05%	20,58%
Ações	3,24%	3,24%
Investimentos Imobiliários	0,93%	1,38%
Outros	3,56%	4,99%
	100,00%	100,00%

18.2 Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde - AMS

A Transpetro mantém um plano de assistência médica (AMS), que cobre todos os empregados no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela Petrobras e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, decorrente tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde, tendo em vista o aumento da expectativa de vida dos beneficiários. Nesse sentido, a Companhia busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais e etários, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Petrobras, com base nos custos incorridos pelos participantes, e repassado para a Transpetro.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2019 é de 30,82 anos (32,57 anos em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R$ 1.277.073 (R$ 779.858 em 2018).

18.3 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos do plano

	Consolidado					
	2019			2018		
	Plano Petros 2	Plano de saúde AMS	Total	Plano Petros 2	Plano de saúde AMS	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais						
Obrigação atuarial no início do exercício	273.099	778.958	1.052.056	192.647	632.716	825.363
Custo dos juros	24.987	71.192	96.179	18.395	60.340	78.735
Custo do serviço corrente	18.348	97.895	116.243	13.214	63.124	76.338
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	(9.371)	(6.862)	(16.233)	(8.075)	(2.832)	(10.907)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	27.101	(130.959)	(103.858)	9.631	(162.358)	(152.727)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas	(20.566)	(33.713)	(54.280)	-	33.673	33.673
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	256.992	300.556	757.448	47.095	154.295	201.390
Outros	-	-	-	-	-	-
Obrigação atuarial no fim do exercício	570.499	1.277.073	1.847.572	273.097	778.958	1.052.055
Movimentação no valor justo dos ativos do plano						
Ativos do plano no início do exercício	(77.330)	-	(77.330)	(58.315)	-	(58.315)
Receita de juros	(6.936)	-	(6.936)	(5.454)	-	(5.454)
Contribuições pagas pela empresa	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	9.371	-	9.371	8.075	-	8.075
Remensuração: Retorno sobre os ativos inferior a receita de juros	(43.010)	-	(43.010)	(21.636)	-	(21.636)
Outros	-	-	-	-	-	-
Ativos do plano no fim do exercício	(117.905)	-	(117.905)	(77.330)	-	(77.330)
Valores reconhecidos no balanço patrimonial						
Valor presente das obrigações	570.499	1.277.073	1.847.572	273.097	778.958	1.052.055
(-) Valor justo dos ativos do plano	(117.905)	-	(117.905)	(77.330)	-	(77.330)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	452.594	1.277.073	1.729.667	195.767	778.958	974.725
Movimentação do passivo atuarial líquido						
Saldo em 1º de janeiro	195.767	778.958	974.725	134.333	632.716	767.049
(+)/(-) Efeitos de remensuração reconhecidos em outros resultados abrangentes	226.427	335.890	555.317	35.290	25.610	60.900
(+) Custos incorridos no exercício	18.348	97.895	116.243	13.214	63.124	76.338
(+) Custos incorridos no exercício	16.052	71.192	88.244	12.930	60.340	73.270
(+) Impacto dos juros líquidos	-	(6.862)	(6.862)	-	(2.832)	(2.832)
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro	452.594	1.277.073	1.729.667	195.767	778.958	974.725

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

BNDES - LP	4.799.727	(598.392)	652.652	-	-	7.234	473.667	290.337	5.565.445
Banco do Brasil - CP	52.109	61.835	-	(43.183)	(33.486)	-	-	-	57.265
Banco do Brasil - LP	839.286	(61.835)	41.729	-	-	-	79.679	-	878.858
CEF - CP	1.595	5.450	-	(1.901)	(825)	-	-	-	4.319
CEF - LP	90.522	(5.450)	-	-	-	-	8.025	-	93.397
Total	5.983.510	-	694.380	(291.434)	(375.146)	7.234	561.561	290.337	6.850.442

Banco	Saldo 31.12.2017	Transferências (+/-)	Captações (+)	Amortizações Principal (-)	Amortizações Encargos (-)	Juros capitalizados (+)	Juros a resultado (+)	Assunção de dívida	Saldo 31.12.2018
BNDES - CP	235.235	840.316	-	(510.152)	(315.431)	-	-	-	249.971
BNDES - LP	4.475.301	(840.316)	228.049	-	-	33.597	400.440	442.556	4.739.727
Banco do Brasil - CP	43.231	70.141	-	-	-	-	-	-	113.372
Banco do Brasil - LP	753.723	(70.141)	15.568	(34.176)	(27.087)	4.097	68.365	67.674	778.023
CEF - CP	560	2.059	-	-	-	-	-	-	2.619
CEF - LP	76.671	(2.059)	-	(897)	(327)	-	5.210	-	79.798
Total	5.584.724	-	243.617	(545.225)	(342.845)	37.794	475.015	510.230	5.963.510

As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos, com base nas regras definidas nos mesmos, têm os seguintes vencimentos:

	31.12.2019	31.12.2018
2020	-	290.611
2021	361.410	338.042
2022	404.269	344.999
2023 em diante	5.742.020	4.665.183
Total dos financiamentos	6.527.700	5.639.835

19.1 PROMEF

A Transpetro iniciou o ano de 2019 com contratos de financiamentos referentes a construção de 29 navios e 20 comboios no montante de R$ 6.750.584 (valor histórico de contrato), sendo 90% financiados pelo BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica, com recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, nas seguintes condições: TJLP + 2% a 3% a.a. para os itens nacionais e importados.

Seguem abaixo os valores históricos dos contratos assinados de compra e venda com os estaleiros, que totalizaram os R$ 6.750.584:

Estaleiro	Tipo	Qtd	Total	Qtd	Entregues R$	Qtd	Postergados R$	Qtd	Cancelados R$	Bancos
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	Suezmax	10	2.855.753	10	2.855.753	-	-	-	-	BNDES
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	Aframax	5	1.282.577	5	1.282.577	-	-	-	-	BNDES
Estaleiro Mauá Petro Um S.A.	Tanque/ produto	4	651.687	4	651.687	-	-	-	-	BNDES
EISA-Estaleiro Ilha S.A.	Panamax (*)	4	910.664	1	234.059	-	-	3	676.605	BNDES
Estaleiro Promar S.A.	Gaseiros	5	617.576	6	617.576	-	-	-	-	Banco do Brasil
Estaleiro Rio Tietê	Comboios (**)	20	432.317	4	88.484	16	343.833	-	-	CEF
Total Geral		49	6.750.584	30	5.730.146	16	343.833	3	676.605	

(*) Contratos de construção de 3 Navios Panamax junto ao estaleiro EISA, que foram rescindidos em 2015 e ribemados em janeiro de 2018. Em abril de 2018, a Companhia decidiu por não retomar a construção dos 3 navios cancelando os projetos de construção e providenciando a quitação da dívida existente relativa aos 03 navios com o agente financeiro.

(**) Contratos suspensos judicialmente com o Estaleiro Rio Tietê, com os valores referentes aos adiantamentos reclassificados para o ativo não circulante.

Em outubro de 2019, após aceitar a proposta realizada pelo Juízo de Araçatuba de exonerar o dever do ERT de manter a fiança bancária contra a liberação de valor correspondente oriundo de parte do pagamento em juízo do 4º comboio, a Companhia recebeu o valor referente ao adiantamento, no montante de R$17.423 atualizado pela SELIC desde novembro de 2016.

Dos navios entregues, 2 Aframax foram finalizados e entraram em operação no exercício de 2019 (navios Portinari e Geninchu).

Os montantes totais gastos (incluindo a atualização dos juros sobre o financiamento), para a construção dos navios até o quarto trimestre de 2019 foram:

Valores Disponibilizados de Recursos	31.12.2019	31.12.2018
Financiamentos (Captação)	7.357.985	6.373.268
Juros Capitalizados	565.955	558.721
Juros e Resultado	2.210.990	1.649.429
Amortizações efetuadas	(3.284.468)	(2.617.906)
Recursos Próprios / Outros	1.612.995	1.928.279
Total Recursos Próprios	8.463.437	7.891.789

No exercício de 2019, tais navios geraram receita líquida de R$ 868.331 com custos operacionais de R$ 630.505 e R$ 561.561 referentes aos juros da dívida.

20. Arrendamento mercantil

20.1 Arrendamento mercantil - Arrendatário

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia aplicou o IFRS 16 aos contratos identificados como arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2018, conforme nota explicativa 17.1 – Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional de 31 de dezembro de 2018. Os principais itens arrendados estão representados, principalmente, pelos seguintes ativos subjacentes: instalações (outros e terminais), embarcações e edificações.

A movimentação desses contratos de arrendamento reconhecidos como passivos está demonstrada a seguir:

	Saldo final em 31.12.2018	Adoção do IFRS16	Remensuração/ Novos Contratos	Pagamentos de Principal e Juros	Encargos incorridos no exercício	Variações Monetárias	Ajuste acumulado de conversão	Consolidado Saldo final em 31.12.2019
País	3.820	3.809.099	367.786	(724.546)	358.919	(2.656)	-	3.812.019
Exterior	-	2.414.531	-	(531.989)	123.547	(53)	176.030	2.184.466
Total	3.820	6.223.627	367.786	(1.256.535)	482.466	(2.709)	176.030	5.996.485

A seguir são apresentados as principais informações por família de contratos de arrendamento:

Fluxos de caixa contratuais descontados	Adoção Inicial	Saldo Final	Impostos a Recuperar	Taxa Desconto	Consolidado Prazo Médio
Sem reajuste - exterior (*)					
- Embarcações	2.414.531	2.184.466	-	5,4 a.a.	6,3 anos
Com reajuste - país					
- Instalações	3.677.969	3.712.924	343.445	9,4 a.a.	39,5 anos
- Outros	131.127	99.095	4.681	8,9 a.a.	7,2 anos
Total	6.223.627	5.996.485	348.126	7,8 a.a	26,9 anos

(*) contratos firmados na moeda norte-americana - US$.

Em 31 de dezembro de 2019, o fluxo de caixa nominal (não descontado) dos contratos de arrendamento, por vencimento, é apresentado a seguir:

Fluxos de caixa contratuais não descontados	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total	Consolidado Impostos a Recuperar
Sem Reajuste - Exterior (*)								
- Embarcações	491.983	450.557	430.113	358.378	233.475	625.172	2.587.678	-
Com Reajuste - País								
- Instalações	985.013	685.588	260.887	260.887	260.887	12.718.254	15.151.516	1.401.515
- Outros	35.042	18.980	17.212	10.231	7.913	47.814	136.992	8.019
Total	1.492.038	1.155.125	708.212	627.496	502.275	13.391.040	17.876.186	1.409.534

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Receita de serviços prestados	8.450.739	7.878.972	8.949.083	8.839.276
Encargos sobre serviços	(1.261.660)	(1.198.784)	(1.261.660)	(1.198.784)
Receita líquida de serviços prestados	7.189.079	6.680.188	7.687.403	7.640.492

23.1 Desagregação da receita

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2019 a 31.12.2019	01.01.2018 a 31.12.2018	01.01.2019 a 31.12.2019	01.01.2018 a 31.12.2018
Terminais Aquaviários	2.549.206	2.446.795	2.549.206	2.446.795
Terminais Terrestres e Oleodutos	2.529.392	2.362.949	2.529.392	2.362.949
Gasodutos	827.753	702.681	827.753	702.681
Transporte Rodoviário	84.559	99.449	84.559	99.449
Serviços de Engenharia	15.300	-	15.300	-
Transporte Marítimo - Transpetro	1.182.870	1.068.314	1.182.870	1.068.314
Transporte Marítimo - TIBV	-	-	468.324	960.304
Receita de serviços prestados	7.189.079	6.680.188	7.687.403	7.640.492

24. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2019 a 31.12.2019	01.01.2018 a 31.12.2018	01.01.2019 a 31.12.2019	01.01.2018 a 31.12.2018
Gastos com pessoal	(2.353.510)	(2.153.337)	(2.355.780)	(2.155.609)
Gastos com materiais	(241.586)	(225.218)	(267.293)	(246.687)
Gastos com serviços	(1.422.259)	(1.395.894)	(1.705.502)	(1.706.628)
Energia elétrica	(316.162)	(301.719)	(316.162)	(301.719)
Depreciação e amortização (i)	(1.104.076)	(466.560)	(1.227.595)	(547.739)
Arrendamento Dutos e Terminais, Embarc-Terceiros	(31.780)	(808.360)	(31.780)	(1.366.210)
Perda/reversão no valor recuperável de ativos - Impairment	424.931	(1.630.011)	424.931	(1.630.011)
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	(211.109)	(186.723)	(201.425)	(195.244)
Outros gastos	(178.276)	(227.171)	(230.413)	(243.893)
Total	(5.433.827)	(7.392.993)	(5.911.019)	(8.393.730)
Na Demonstração do Resultado				
Custos dos serviços vendidos	(4.716.772)	(4.811.499)	(5.198.779)	(5.596.684)
Despesas com vendas	(41.613)	(35.752)	(41.613)	(35.752)
Despesas gerais e administrativas	(782.758)	(630.073)	(789.627)	(637.105)
Tributárias	(104.506)	(99.935)	(104.506)	(99.934)
Perda no valor recuperável de ativos - Impairment	424.931	(1.630.011)	424.931	(1.630.011)
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	(211.109)	(186.723)	(201.425)	(195.244)
Total	(5.433.827)	(7.392.993)	(5.911.019)	(8.393.730)

(i) Detalhamento na nota 15.

25. Outras despesas e receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2019 a 31.12.2019	01.01.2018 a 31.12.2018	01.01.2019 a 31.12.2019	01.01.2018 a 31.12.2018
Receita de multas contratuais	4.760	3.170	4.760	3.170
Recuperação de despesas contratuais	10.267	6.603	11.235	6.603
Receita de Gerenciamento Técnico de Navios	6.747	6.561	-	-
Plano de pensão e saúde inativos	(10.654)	(7.410)	(10.654)	(7.410)
Provisão para processos judiciais (i)	(6.443)	(7.249)	(6.443)	(7.249)
Provisão para Participação nos lucros (iii)	(128.870)	(112.925)	(128.870)	(112.925)
Despesa com abono	(3.237)	(58.510)	(3.237)	(58.510)
Provisão para programa de remuneração variável (iii)	(91.431)	-	(91.431)	-
(Perdas)/ Ganhos com processos judiciais (iv)	(13.657)	(30.291)	(13.657)	(30.291)
Ressarcimento de gastos referentes a Operação Lava Jato	450	600	450	600
Incentivos e subvenções governamentais	12.757	(791)	12.757	(791)
Outras receitas/ despesas	10.402	13.319	25.665	11.359
Total	(211.109)	(186.723)	(201.425)	(195.244)

(i) Constituição de provisão para contingências, com base em informações dos assessores jurídicos e nos históricos referentes às quantias reivindicadas para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

(ii) Refere-se ao provisionamento de PLR de 2019 no montante de R$ 71.984 e ao complemento de PLR de 2018 no valor de R$ 56.886.

(iii) Vide nota 17

(iv) Baixa de depósitos judiciais mediante decisão judicial com alvarás expedidos;

26. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2019 a 31.12.2019	01.01.2018 a 01.01.2019	31.12.2018 a 31.12.2019	01.01.2018 a 31.12.2018
Receita com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	97.381	59.791	119.913	76.227
Receita com Subarrendamento - IFRS 16	-	-	126.315	-
Encargos financeiros sobre financiamento (PROMEF)	(561.561)	(475.014)	(561.561)	(475.014)
Encargos sobre arrendamentos	(333.929)	-	(457.477)	-
Outras receitas e despesas líquidas	(12.607)	9.679	(12.628)	9.425
Outras variações monetárias e cambiais, líquidas	13.960	(571)	14.196	2.461
Resultado financeiro líquido	(796.956)	(406.115)	(771.240)	(386.881)
Receitas	108.620	75.061	257.766	91.517
Despesas	(919.436)	(480.825)	(1.043.204)	(480.879)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	13.860	(571)	14.196	2.461
Total	(796.956)	(406.115)	(771.240)	(386.881)

27. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora	
Transações de investimento e financiamento que não envolvem caixa	31.12.2019	31.12.2018
Aquisição de imobilizado a prazo (assunção de dívida/ encargos capitalizados)	297.571	548.024
Arrendamento mercantil	4.178.819	-

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

18.4 Componentes do benefício pós emprego

	Petros 2	AMS	Total 2019	Petros 2	AMS	Total 2018
						Consolidado
Custo do serviço	18.348	97.895	116.243	13.214	63.124	76.338
Juros líquidos sobre passivo/ (ativo) líquido	18.052	71.192	89.244	12.930	60.340	73.270
Custo Líquido do exercício	36.400	169.087	205.487	26.144	123.464	149.608
Relativa a empregados ativos:	36.400	162.225	198.625	26.144	120.632	146.776
Absorvido no custeio das atividades operacionais	-	6.862	6.862	-	2.832	2.832
Relativa aos assistidos	36.400	169.087	205.487	26.144	123.464	149.608
Custo Líquido do exercício						

18.5 Premissas Atuariais

As principais hipóteses e premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões do Plano Petros 2 e Plano de Saúde AMS são as seguintes:

	2019	2018
Hipóteses financeiras - Petros 2		
Taxa de desconto (nominal) ao ano	7,30%	9,22%
Taxa de retorno (nominal) de ativos	7,30%	9,22%
Crescimento salarial	6,40%	2019: 7,28% A partir de 2020: 6,84%
Inflação	3,61%	4,01%
Taxa de reajuste de benefício do plano	3,61%	4,01%
Fator capacidade	100%	100%
	2019	2018
Hipóteses financeiras - Plano de Saúde - AMS		
Taxa de desconto (nominal) atuarial	7,20%	9,15%
Inflação	3,61%	4,01%
Taxa de reajuste de benefício do plano - Terrestre	2,30%	1,73%
Taxa de reajuste de benefício do plano - Marítimo	1,79%	1,73%
Taxa de crescimento dos custos médicos	Tabela "Crescimento dos Custos Médicos de 2019"	Tabela "Crescimento dos Custos Médicos de 2018" 2019: 7,28% A partir de 2020: 6,84%
Taxa nominal de crescimento salarial	2,596%	
	2019	2018
Hipóteses biométricas - Petros 2		
Tábua de Mortalidade	AT -2000 feminina suavizada em 10%	AT -2000 feminina suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de inválidos	AIBP-57 (Forte)	AIBP-57 (Forte)
Tábua de entrada de Invalidez	Grupo Americana desagravada em 40%	Grupo Americana desagravada em 40%
Rotatividade	0,42%	Nula
Composição familiar - ativos e assistidos	81% dos participantes casados com cônjuge 2,5 anos mais nova, considerando o titular masculino	85% dos participantes casados com cônjuge 4 anos mais nova, considerando o titular masculino
Entrada em aposentadoria	100% na 1ª elegibilidade	100% na 1ª elegibilidade
	2019	2018
Hipóteses biométricas e demográficas - Plano de Saúde - AMS		
Tábua de Mortalidade	EX_PETROS 2013	EX_PETROS 2013
Tábua de Mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Tábua de entrada de Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Rotatividade	Tabela Rotatividade Transpetro 2019	Tabela Rotatividade Transpetro 2018
Composição familiar - ativos	93% dos participantes do sexo masculino e 29% do sexo feminino, foram considerados casados. Para titular do sexo masculino, cônjuges do sexo feminino 8,35 anos mais nova. Para titular do sexo feminino, cônjuge do sexo masculino 1,88 anos mais novo e 1,61 filhos do sexo feminino na idade de 26 anos na data do início do benefício.	78% dos participantes do sexo masculino e 73% do sexo feminino, foram considerados casados. Para titular do sexo masculino, cônjuges do sexo feminino 6 anos mais nova. Para titular do sexo feminino, cônjuge do sexo masculino 2 anos mais novo e 1,82 filhos do sexo feminino na idade de 25 anos na data do início do benefício.
Composição familiar - assistidos	Família informada no cadastro	Família informada no cadastro
Entrada em aposentadoria	Masculino: 57 anos Feminino: 55 anos	Masculino: 56 anos Feminino: 55 anos

18.6 Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir, a análise de sensibilidade dos benefícios pós- emprego:

			2019	
	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
	Aumento de 1% na taxa de desconto	Redução de 1% na taxa de desconto	Aumento de 1% nos custos médicos Hospitalares	Redução de 1% nos custos médicos Hospitalares
Plano Petros 2				
Aumento/(redução) no custo do serviço	(12.084)	17.316	-	-
Aumento/(redução) no custo dos juros	(8.721)	9.308	-	-
Aumento/(redução) no valor presente das obrigações	(173.434)	237.812	-	-
Plano de Saúde - AMS				
Aumento/(redução) no custo do serviço	(31.411)	42.468	44.516	(33.202)
Aumento/(redução) no custo dos juros	(8.028)	9.573	24.778	(16.617)
Aumento/(redução) no valor presente das obrigações	(253.469)	344.135	344.395	(257.367)

18.7 Perfil de vencimento das obrigações

Análise dos vencimentos esperados de benefícios de planos de pensão e planos de saúde pós emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-3 anos	Entre 3-4 anos	Mais de 4 anos
Benefícios de plano de pensão	6.804	6.927	7.000	6.962	542.866
Benefícios de saúde pós-emprego	5.050	6.262	7.224	17.447	1.241.090

19. Financiamentos

Seguem as movimentações dos financiamentos durante os exercícios de 2019 e 2018:

Banco	Saldo 31.12.2018	Transferências (*)	Captações (*)	Amortizações Principal (*)	Amortizações Encargos (*)	Juros capitalizados (*)	Juros e variação cambial (*)	Assunção de dívidas	Saldo 31.12.2019

20.2 Arrendamento mercantil - Arrendador

(a) Navios arrendados pela Transpetro

A Transpetro possui um contrato principal de afretamento marítimo do tipo *Time Charter Party* com a Petrobras, no qual a sua frota de navios é disponibilizada às operações de sua Controladora sob o comando técnico e operacional da Transpetro.

A Companhia classifica esse contrato como um arrendamento mercantil operacional e os recebimentos esperados, com base em 31 de dezembro de 2019, estão estimados da seguinte forma:

Vencimento em	2020	2021	Total
Valores de arrendamento operacional a receber	1.374.264	487.630	1.861.894

(b) Navios arrendados pela TI BV

A atual frota arrendada da TI BV é subalugada à Petrobras e desde a aplicação inicial do IFRS 16, em 01º de janeiro de 2019, todos os contratos de subarrendamento foram classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Os vencimentos dos valores de arrendamento a receber, com base em 31 de dezembro 2019, estão estimados da seguinte forma (em milhares de dólares):

Vencimento em	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
Valores de arrendamento não descontados a receber	119.967	113.446	107.417	97.903	56.656	142.619	627.911

21. Patrimônio líquido (Controladora)

21.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado no valor de R$ 3.403.344, está representado por 3.403.344.030 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas escriturais, com direito de voto.

21.2 Reservas de lucro

21.2.1 Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

21.2.2 Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de prejuízos acumulados consumiu todo o saldo da reserva de incentivos fiscais no montante de R$ 87.653, proveniente do resultado acumulado de subvenções de investimentos geradas nos resultados de 2013 a 2017. No exercício de 2019, a reserva foi totalmente recomposta, totalizando o montante de R$ 99.619.

21.3 Reservas de capital

21.3.1 Reserva de incentivos fiscais

Reserva constituída com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), originadas de destinações de parte do Imposto de renda dos anos de 1999 e 2000.

Em 31 de dezembro de 2018, parte do saldo de prejuízos acumulados foi absorvido pela reserva de capital - incentivos fiscais, no montante de R$ 5.792.

21.4 Outros Resultados Abrangentes

No exercício de 2019, foram reconhecidos como outros resultados abrangentes, principalmente, os seguintes efeitos:

(a) Ajuste acumulado de conversão

Ajuste credor, no montante de R$ 46.449, decorrente da tradução das demonstrações financeiras de controlada no exterior em moeda funcional diferente do real, referente a empresa TIBV.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Ajustes acumulados de conversão	46.449	176.274
Total	46.449	176.274

(b) Ganhos e Perdas atuariais

Refere-se ao reconhecimento do valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social.

Os valores registrados em 2019 e 2018, seguem demonstrados:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Remensuração das obrigações de benefícios de planos de pensão	(220.427)	(35.290)
(-) Efeitos tributários	74.945	11.998
	(145.482)	(23.292)
Remensuração das obrigações de benefícios de saúde pós-emprego	(335.989)	(25.610)
Total	(481.471)	(48.902)

21.5 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Estatuto assegura aos acionistas um dividendo e/ou juros sobre capital próprio mínimo de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos relativa ao exercício de 2019, encaminhada pela Administração da Transpetro à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, foi de R$ 172.126, sendo R$ 43.031 relativos aos 25% de dividendo mínimo obrigatório e R$ 129.094 como dividendos adicionais.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, considerando a inexistência de lucro, não foi proposto pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio pelo Conselho de Administração.

22. Resultado por ação

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro atribuível ao acionista controlador	610.649	(809.222)
Quantidade de ações	3.403.344	3.403.344
Lucro por ação básico e diluído ponderado pela quantidade de ações ordinárias em poder dos acionistas em cada período	0,18	(0,24)

A Companhia não emitiu ou outorgou instrumentos patrimoniais que devam ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 41.

23. Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida, segue demonstrada:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

A previdência complementar contempla:
A participação dos lucros e resultados contempla:
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:
Quanto a participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa
Valor adicionado a distribuir
Distribuição do valor adicionado (DVA)

( ) Não são considerados ( ) Apoia (x) Organiza e incentiva
( ) Não se envolve 6.278.160

governo 31% colaboradores 38%

governo 23% colaboradores 50%

Conselho de Administração

Carlos Felipe Guimarães Luz
Presidente

Guilherme José Macedo Pinheiro de Lima
Conselheiro

Diógenes Dantas Filho
Conselheiro

Marco Antônio Mayer Foletto
Conselheiro

Gilberto Souza Esmeraldo
Conselheiro

Rawlin Prata Bezerra
Conselheiro

Edson Leonardo Defesclo Sá Teles
Conselheiro

Fabiana Graças Silva dos Anjos
Conselheira

Diretoria Executiva

Antonio Rubens da Silva Silvino
Presidente

Marcos Benicio Pompa Antunes
Diretor de Dutos e Terminais

Arthur Henrique de Aguiar Cançado Azevedo
Diretor Financeiro

Roberto David Mendes da Silva
Gerente Executivo de Controladoria

Jair Toledo de Souza
Diretor de Transporte Marítimo

Gilberto Moura da Silva
Diretor de Serviços

Maurício Sergio Alves Marques
Gerente de Contabilidade
Contador CRC-RJ- 058407/O

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro - Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Petrobras Transporte S.A.- Transpetro (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Petrobras Transporte S.A.- Transpetro em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia referente a receita de serviços é realizada com seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras – e outras empresas do Sistema Petrobras, conforme divulgado nas notas explicativas nº 1 e 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2020
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Marcelo Gaviolli
Contador CRC 1SP201408/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL – 01/2020

O Conselho Fiscal da Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual Integrado de 2019, as Demonstrações Contábeis da Companhia, relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e o Orçamento Anual de Investimento para 2020 (Quadro de Usos e Fontes de Recursos – PAN 2020).

O Colegiado analisou, ainda, a proposta de destinação de resultado do exercício de 2019, o qual registrou um lucro líquido de R$ 610,849 mil, que após a compensação dos prejuízos acumulados de R$ 324,603 mil, apresenta as seguintes destinações: (i) constituição da reserva legal de R$ 14,302 mil; (ii) reserva de incentivos fiscais de R$ 99,616 mil; (iii) dividendos obrigatórios R$ 43,031 mil; e (iv) dividendos adicionais de R$ 129,094 mil, condicionados à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária prevista para abril de 2020.

Desta forma, com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, datado de 14 de fevereiro de 2020, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, este Colegiado opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, com previsão de realização em 20 de abril de 2020.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2020.

Eduardo Damazio da Silva Rezende - **Presidente**
Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho - Conselheiro
Gildenora Batista Dantas Milhomem - Conselheira

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TRANSPETRO Petrobras Transporte S.A.

CNPJ nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobrás

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

28. Seguros

A frota de navios da Companhia, própria e afretada, possui seguro contra termos de danos materiais (cascos e máquinas) e de responsabilidade civil. Os terminais, arrendados da Controladora, estão segurados por apólices contratadas pela Petrobras.

Os valores vigentes em 31 de dezembro de 2019 para a frota de navios são os seguintes, em milhares de dólares norte-americanos:

	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Danos materiais	3.340.724	3.340.724
Responsabilidade civil - Por evento (*)	7.500.000	7.500.000

(*) Exceção de poluição por óleo com LMI: USD 1 bilhão

28.1 Garantias

A Companhia detém as seguintes cartas fiança em 31 de dezembro de 2019:

	Banco emissor	Valor garantido
Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro	Banco BBM S.A.	6.666

No que tange ao seguro garantia judicial, a Companhia mantém em vigor, em 31 de dezembro de 2019, o montante segurado de R$ 685.459 com o intuito de garantir demandas judiciais e administrativas, conforme abaixo:

Natureza da ação	AUTRAL Seguradora	BTG Pactual Seguradora S/A	FAIRFAX Seguros Corporativos S/A	FATOR Seguradora S/A	MAPFRE Serviços Gerais S/A	POTTENCIAL Seguradora	ZURICH Minas Brasil Seguros	SWISS RE	Total Geral
Ação Ambiental	-	10.000	-	16.250	-	-	92.765	-	119.015
Ação Cautelar	-	6.197	-	-	-	-	975	-	7.172
Ação Civil	-	-	25.283	-	-	-	160	-	25.443
Ação de Tutela antecipada	26.654	-	-	-	-	-	-	-	26.654
Auto de Infração	-	15.142	-	-	-	-	-	-	15.142
Execução Fiscal	-	204.691	-	-	172.469	5.922	16.369	78	401.529
Reclamação Trabalhista	-	12.617	-	1.180	545	67.192	8.970	-	90.504
	26.654	248.647	25.283	17.430	173.014	73.114	121.239	78	685.459

Informamos que vinte e nove navios do Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF) foram dados a título de garantia da dívida da Companhia perante às instituições financeiras.

29. Gerenciamento de riscos

A Transpetro está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco de mercado (incluindo risco de valor justo, risco de taxa de juros e de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A seguir, breves esclarecimentos sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e informações sobre a exposição da Companhia.

A Transpetro utiliza a Política e Diretrizes de Controles Internos da Petrobras, que tem por objetivo estabelecer os princípios que nortearão as Empresas do Sistema na gestão dos seus controles internos, de forma a exercê-la com excelência e contribuindo com a redução de custos e a mitigação de riscos empresariais relevantes, garantindo a integridade dos dados utilizados na tomada de decisões de negócios, assegurando a confiabilidade dos relatórios financeiros, em atendimento aos requisitos legais e regulamentos aplicáveis, em conformidade com as melhores práticas de mercado e com a legislação vigente.

Mantendo compromisso com a manutenção de elevados níveis de governança corporativa, a Transpetro se preocupa com a transparência, a credibilidade, a sinergia e a integração de seu sistema de controles internos para o atendimento de requisitos estratégicos, financeiros, regulatórios e legais, inclusive aqueles exigidos pela Lei Sarbanes-Oxley (SOx) ao Sistema Petrobras, visando, entre outros aspectos, garantir o adequado registro de ativos e obrigações, a salvaguarda de ativos e a segregação das operações.

29.1 Risco de crédito

Conforme descrito no contexto operacional da Companhia, parte substancial das operações é efetuada com a Controladora ou com empresas do Sistema Petrobras. A Administração entende não haver exposição ao risco de crédito decorrentes dessas operações.

29.1.1 Risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2019, as dívidas mantidas pela Companhia estão sujeitas, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

A exposição da Companhia é em função de sua dívida de longo prazo ser impactada por um possível aumento da TJLP. As despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos aumentariam e, consequentemente, seria observado impacto negativo nos resultados operacionais e na posição financeira da Companhia.

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo do financiamento junto aos BNDES, Banco do Brasil S.A e Caixa Econômica Federal, atualizado pela TJLP que fechou o ano de 2019 em 5,57%. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2019, os cenários possível e remoto consideram um aumento nas taxas de 25% e 50%, o que geraria um impacto negativo de aproximadamente R$ 95.392 e R$ 190.785 (R$ 104.063 e R$ 208.126 em 2018), respectivamente.

29.1.2 Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente através de sua subsidiária TBV e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior é protegida, pois além das receitas decorrentes das taxas de afretamento, a maioria dos custos operacionais também é realizada em dólar, reduzindo os efeitos de variação cambial.

29.1.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas e é gerenciado pela Companhia por meio de ações como: otimização das disponibilidades e redução da necessidade de capital de giro; manutenção de um caixa robusto que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto prazo, e financiamentos de instituições financeiras. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento	2020	2021-2023	2024 em diante	31.12.2019 (*)	31.12.2018
Principal	333.078	1.203.019	5.372.596	6.908.693	5.943.714
Juros	388.527	1.288.792	2.710.131	4.387.450	4.929.288
Total	721.605	2.491.811	8.082.727	11.296.143	10.873.002

(*) Representa a soma dos valores nominais e inclui vencimentos contratuais remanescentes (2020 - 2024 em diante)

29.1.4 Derivações clandestinas

Dentre os riscos monitorados pela Transpetro, estão as intervenções intencionais de terceiros para furto de petróleo e derivados nos dutos, as denominadas derivações clandestinas. Esses ações criminosas colocam em risco a vida e a segurança das pessoas, do meio ambiente, das instalações sob nossa responsabilidade e a garantia de suprimento de mercado.

Em 2019 registramos 203 casos de furto ou tentativa de furto nos dutos sob nossa responsabilidade em todo o país, uma redução de 22% no número de ocorrências no comparativo com 2018. Do total de casos, 141 (69%) aconteceram no Estado de São Paulo e 40 (20%) no Estado do Rio de Janeiro, representando 89% das ocorrências.

Em junho de 2019, a Petrobras lançou o Programa Integrado Petrobras de Proteção de Dutos (PRÓ-DUTOS), com o objetivo de ampliar e integrar as ações da Petrobras e Transpetro, visando minimizar as ocorrências com a consequente redução dos riscos e impactos oriundos de derivações clandestinas. No seu lançamento, foram assinados protocolos de intenções com os governos estaduais do Rio de Janeiro e São Paulo para cooperação com os órgãos públicos de inteligência e segurança.

Em um cenário em que as ações criminosas são favorecidas pela inexistência de uma legislação específica que tipifique o crime, em 2019 destacamos a participação na elaboração do projeto de lei para crimes de furto e roubo de combustíveis (Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 8.455/2017), com o agravamento de penas e perdimento dos bens apreendidos.

Nas operações de proteção de dutos, foram reforçadas as inspeções nas faixas de dutos com o objetivo de detectar e localizar tentativas de derivações clandestinas, com base nas diversas técnicas disponíveis. Foram intensificadas as ações de monitoramento ostensivo nas faixas de dutos com a finalidade de coibir as tentativas de furto.

A Companhia vem trabalhando de forma integrada com a Petrobras, colaborando com as investigações das autoridades de segurança pública e investindo constantemente no desenvolvimento de novas tecnologias.

Destaca-se também a constante interação com os órgãos públicos com a finalidade de colaboração para a troca de informações e apoio técnico recíproco no combate a ações criminosas nos dutos que operamos. Além do convênio celebrado em 2018 com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), em 2019 nos aproximamos da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP).

30. Eventos subsequentes

a) Em 17 de janeiro de 2020, a Transpetro realizou a liquidação antecipada dos contratos de financiamento referentes aos navios gaseiros Oscar Niemeyer, Darcy Ribeiro, Barbosa Lima Sobrinho, Lúcio Costa, Gilberto Freyre e Jorge Amado, firmados com o Banco do Brasil no montante de R$ 931.962. Na avaliação da Companhia, a liquidação antecipada desses contratos, faz parte de um processo de gestão de dívidas e otimização de caixa. Neste contexto a Diretoria Executiva aprovou o pré-pagamento do restante da dívida da Transpetro em 07.01.2020.

b) Em 01 de fevereiro de 2020, a Transpetro concretizou a venda do navio Lorena Br, obtendo resultado positivo na operação de R$ 6.485 mil

Balanço Social (Não auditado)

1. BASE DE CÁLCULO

	2019	2018
Receita Líquida (RL)	7.687.403	7.640.492
Resultado Operacional (RO)	1.134.014	(1.027.195)
Folha de pagamento bruta (FPB)	2.520.878	2.247.541

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

	2019%	sobre FPB	% sobre RL	2018%	sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	55.679	2,21%	0,72%	48.110	2,14%	0,63%
Encargos sociais compulsórios	411.423	16,32%	5,35%	350.663	15,60%	4,59%
Previdência privada	70.175	2,78%	0,91%	64.438	2,87%	0,84%
Saúde	220.863	8,76%	2,87%	58.093	2,58%	0,76%
Segurança e medicina no trabalho	106.093	4,21%	1,38%	100.979	4,49%	1,32%
Educação	29.956	1,19%	0,39%	28.616	1,27%	0,37%
Cultura	12.258	0,49%	0,16%	1.954	0,09%	0,03%
Capacitação e desenvolvimento profissional	8.998	0,36%	0,12%	6.590	0,29%	0,09%
Creche/Auxílio creche	3.485	0,14%	0,05%	5.566	0,25%	0,07%
Participação nos resultados	128.870	5,11%	1,68%	112.926	5,02%	1,48%
Total - Indicadores sociais internos	**1.142.460**	**45,32%**	**14,86%**	**777.933**	**34,61%**	**10,18%**

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

Educação	620	0,02%	0,01%	844	0,04%	0,01%
Cultura	316	0,01%	0,00%	430	0,02%	0,01%
Esporte	100	0,00%	0,00%	136	0,01%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	14	0,00%	0,00%	20	0,00%	0,00%
Outros	823	0,02%	0,01%	849	0,04%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	**1.873**	**0,07%**	**0,02%**	**2.279**	**0,10%**	**0,03%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.741.646	69,09%	22,66%	960.473	42,74%	12,57%
Total - Indicadores sociais externos	**1.743.319**	**69,16%**	**22,68%**	**962.751**	**42,84%**	**12,60%**

4. INDICADORES AMBIENTAIS

Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	24.316	0,96%	0,32%	37.158	1,65%	0,49%
Investimentos e programas e/ou projetos externos	1.782	0,07%	0,02%	1.981	0,09%	0,03%
Total dos investimentos em meio ambiente	**26.098**	**1,04%**	**0,34%**	**39.137**	**1,74%**	**0,51%**

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

	2019	2018
Número de empregados ao fim do período	6.643	6.934
Número de admissões durante o período	320	1.004
Número de empregados de empresas prestadoras de serviços	428	4.768
Número de estagiários	171	167
Número de empregados acima de 45 anos	3.228	3.147
Número de mulheres que trabalham na companhia	633	847
Percentual de cargos de chefia ocupado por mulheres	10,00%	10,80%
Número de negros que trabalham na companhia	2.513	2.508
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros	25,00%	23,80%
Número de empregados com deficiência	35	35

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Figura 2 - Distribuição das pautas por grupo temático.

As matérias examinadas pelo CAE contemplaram o atendimento à programação anual de pautas permanentes aprovada pelo Comitê no início de cada ano, além de outros assuntos advindos de demandas feitas pelo órgão visando ao exercício de suas atribuições, de matérias submetidas ao Conselho de Administração que ensejaram a prévia manifestação ou conhecimento do Colegiado, e de sugestões e encaminhamentos feitos pelas diferentes áreas da Companhia em caráter extraordinário.

Em geral, as pautas apreciadas pelo CAE foram acompanhadas de apresentações e esclarecimentos realizados pelos Gerentes Executivos e gestores das Unidades responsáveis. Em alguns casos, a discussão dos temas ensejou também interações do Comitê com o Presidente, o Diretor Financeiro e outros membros da Diretoria Executiva.

O conteúdo e as deliberações das reuniões do Comitê são registrados em atas aprovadas pelos membros do CAE participantes, as quais são oportunamente encaminhadas para o conhecimento do Conselho de Administração, arquivadas na sede da Companhia e publicadas, em forma de extrato, no site da Companhia.

Adicionalmente, os assuntos de maior relevância abordados pelo CAE foram levados ao conhecimento do Conselho de Administração, por meio de reportes mensais apresentados pelo Presidente do Comitê durante as reuniões do Conselho, com o resumo das atividades e as manifestações do Comitê sobre as matérias examinadas. Trimestralmente, os principais destaques do CAE foram também objeto de reporte ao Comitê da Petrobras (holding), atendendo à recomendação da Controladoria e em benefício ao alinhamento com a atuação daquele Colegiado.

No exercício de suas atribuições e de acordo com a análise e discussão das matérias apreciadas, o CAE efetuou demandas dirigidas a diversas áreas da Companhia. As demandas envolveram solicitações de esclarecimentos/informações ou sugestões/recomendações para melhorias de controle ou de processo.

As demandas do CAE são registradas e comunicadas às áreas responsáveis com o apoio de um Assistente designado pelo Comitê, que, com o apoio da Secretaria Geral, realiza o diligenciamento do atendimento de cada demanda conforme os prazos estabelecidos.

No período deste relatório foram registrados pelo CAE 329 demandas, das quais 99% foram atendidas no próprio período ou estavam no prazo ou em análise pelo Comitê.

A Figura a seguir indica a posição das demandas do CAE por status e por área responsável.

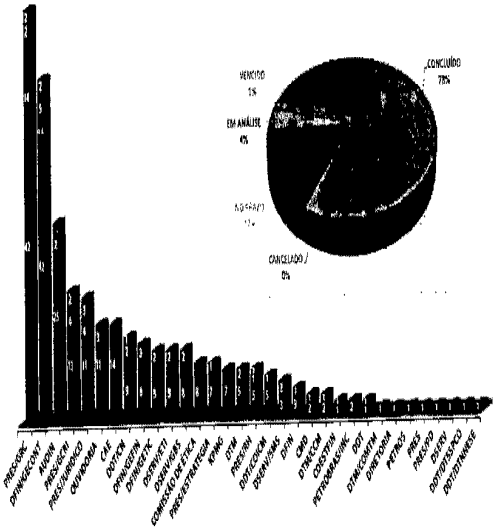


Figura 3 - Total de demandas do CAE no período por área responsável e por status (posição em 14/02/2020) [2]

[2] As siglas acima representam as seguintes unidades/órgãos: DSER/WSMS (Ger.Exec. de Segurança, Meio Ambiente e Saúde),DTIN/CCM (Ger.Exec. de Controle Integrado, Conformidade e Manutenção de TM), DDT/DTSSPCO (Gerência Executiva de Operação de Dutos e Terminais S/SP/CO) e DDT/DTNNESE (Ger.Exec. de Operação de Dutos e Terminais NNE/SE). Para as demais siglas, consultar a Nota 1, complementar à Figura 1.

3. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

3.1. Auditoria Interna

A Auditoria Interna da Transpetro (AUDIN) está diretamente subordinada ao Conselho de Administração e é responsável por avaliar de forma ampla e independente a adequação dos controles e processos da Companhia, com foco nos principais riscos, reportando ao CAE as questões de maior relevância.

Conforme os requisitos dispostos na Portaria CGU nº 2.737/2017 e na Resolução CGPAR nº 21, o titular da Unidade de Auditoria possui mandato de 3 anos, vigente até julho/2021. Além disso, por força do Estatuto Social da Companhia, ele somente poderá ser destituído pelo voto justificado da maioria absoluta do Conselho de Administração, ouvido o Comitê de Auditoria Estatutário.

Considerando demandas e fatos supervenientes, foi proposta, pela AUDIN, a adequação de seu Plano Anual de Atividades de 2019, avaliada pelo CAE e posteriormente aprovada pelo Conselho de Administração, com a substituição de trabalhos planejados para o ano por novas ações consideradas prioritárias.

O índice de conclusão das ações de auditoria planejadas para 2019 encerrou o ano em 95%, desempenho superior aos anos anteriores. Em linhas gerais, os resultados e indicadores da Auditoria Interna - constantes do Relatório Anual de 2019, aprovado pelo CAE e submetido ao Conselho de Administração - demonstram a evolução e melhoria dos processos e das atividades da Unidade, que também aprimorou o seu Programa de Qualidade em consonância com as normas da profissão e as melhores práticas.

Para 2020, o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna avaliado pelo CAE e aprovado pelo Conselho prevê a realização de 37 trabalhos, abrangendo todos os segmentos de negócio da Companhia bem como os processos corporativos. Os trabalhos foram selecionados com base em uma avaliação de riscos e criticidade dos processos, e em uma visão plurianual que privilegia a rotação da ênfase.

A execução do Plano de Auditoria é acompanhada pelo CAE mensalmente com base em reportes e relatórios realizados pela área. Nessas ocasiões, são destacados os principais resultados dos trabalhos realizados, considerando a classificação de risco baseada em metodologia aprimorada em 2019, após discussão com o Comitê.

O titular da Unidade é convidado permanente das reuniões do CAE, e tem liberdade para encaminhar ao Colegiado os assuntos que julgar relevantes. Quando necessário o Comitê realiza também reuniões com os gestores das Unidades auditadas para acompanhar a evolução e o tratamento das ações de melhoria decorrentes de apontamentos de auditoria. Pontualmente, no período, foi realizada ainda reunião com a Auditoria Interna da Petrobras, que reportou o resultado de auditoria conjunta realizada na Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros).

Outros assuntos afetos à gestão e tratativas de riscos foram [illegible] e suas variáveis de risco, o Plano Anual de Seguros, a confidencialidade da estimativa de custos de processos licitatórios, contratos comerciais e riscos relacionados à gestão de áreas impactadas e eventuais contingências socioambientais delas decorrentes.

Além disso, foram abordados, com a Auditoria Interna, os resultados do trabalho que avaliou o grau de maturidade da gestão de riscos na Companhia e identificou oportunidades de melhoria discutidas com a administração. Adicionalmente, foram tratadas 50 demandas envolvendo o tema riscos em diferentes processos e atividades da Companhia.

Para 2020, o Comitê implantou uma programação estruturada em base mensal para discutir com as áreas responsáveis os principais riscos empresariais e suas ações mitigadoras, começando pela Diretoria de Serviços e as Gerências Executivas a ela vinculadas. A expectativa é aprofundar as discussões ao longo do ano, considerando também o resultado do novo Mapa de Riscos Empresariais (MARE), atualmente em elaboração.

O Comitê segue priorizando a discussão deste tema em 2020, monitorando também a exploração de oportunidades de melhoria para o fortalecimento e a consolidação da gestão de riscos em toda a Companhia.

3.5.3. Conformidade

O tema conformidade esteve presente em diversas discussões do CAE, realizadas com a presença do titular e de gestores da GRC, que trataram de tópicos como: (i) plano de ação para atendimento, pela Petrobras, ao Departamento de Justiça norte-americano (DoJ), (ii) reportes trimestrais com os resultados do processo investigativo coordenados pela Unidade; (iii) resultados da Pesquisa de Percepção da Conformidade realizada com o público interno; e (iv) matriz de riscos de fraude e corrupção.

Além desses tópicos, o CAE examinou diferentes matérias envolvendo o tema conformidade encaminhadas para deliberação do Conselho de Administração, como a revisão da Política de Conformidade Corporativa e do Programa Petrobras de Prevenção à Corrupção aplicado à Transpetro, e a criação do Comitê de Medidas Disciplinares (CMD), órgão vinculado ao Conselho, que delibera a sanção disciplinar a ser aplicada nos casos em que houver reconhecimento de empregado resultante de irregularidades relacionadas à fraude, corrupção, lavagem de dinheiro, financiamento de terrorismo, assédio sexual, assédio moral e ações com indícios de práticas criminosas ou de improbidade. O CMD vem realizando reportes trimestrais ao CAE com o balanço de medidas disciplinares deliberadas.

O CAE também tomou conhecimento do plano de trabalho da Comissão de Ética e apreciou reportes periódicos com o balanço das atividades da Comissão e o resultado de ações e trabalhos realizados pelo órgão. A Comissão, vinculada ao CA, tem por finalidade promover a gestão da ética na Companhia, desempenhando atribuições de natureza pedagógica, corretiva e consultiva que visam ao cumprimento dos princípios éticos e dos compromissos de conduta que compõem o sistema de gestão da ética na Companhia.

3.5.4. Controles Internos

A administração da Transpetro é responsável pelo desenho e pela implantação de procedimentos, processos e práticas de controles internos que garantam a salvaguarda dos ativos bem como a precisão e a integridade das informações contábeis.

A avaliação sobre os procedimentos e a execução dos controles adotados pela Companhia é feita pela Auditoria Interna, cabendo à auditoria independente a avaliação de controles adversos ao escopo de certificação da Petrobras, com ênfase nos requisitos da lei Sarbanes-Oxley (SOx).

Ao longo do exercício, o CAE realizou o acompanhamento do processo de avaliação de controles internos da Companhia, com base em reportes regulares realizados pela Auditoria Interna, pelos auditores independentes e por gestores da área de Governança, Riscos e Conformidade (GRC) da Companhia, à qual está vinculada a Gerência de Controles Internos. Nesses reportes, foram também abordados, em algumas ocasiões, os planos de ação em andamento para a mitigação de deficiências de controle, acompanhados pela GRC.

Além dos reportes regulares, o CAE realizou reuniões com gestores de diferentes áreas para tratar de questões importantes envolvendo controles internos, como a implantação de novo sistema de apoio à gestão do contencioso. O Comitê também discutiu com os gestores responsáveis na Petrobras a definição do escopo SOx aplicável à Transpetro, visando à racionalização dos esforços direcionados à certificação de Controladoria.

3.6. Canal de denúncias, apurações e Ouvidoria

A Ouvidoria está diretamente subordinada ao Conselho de Administração, e é responsável pelo tratamento e pelo reporte de demandas envolvendo sugestões, críticas, solicitações, reclamações e denúncias dos públicos de relacionamento da Companhia. Entre as denúncias tratadas pela Ouvidoria, estão também aquelas de natureza anônima recebidas por meio do Canal Denúncias Único ao Sistema Petrobras.

Conforme as diretrizes vigentes no Sistema Petrobras, a apuração das denúncias dessa natureza classificadas pela Petrobras como risco alto e muito alto está sob responsabilidade e coordenação da Controladoria, ao passo que a apuração dos demais casos recebidos a partir de 2017, é conduzida pela própria Transpetro.

Ao longo do exercício, foram realizados ao CAE reportes mensais da área de Integridade Corporativa da Petrobras sobre o andamento e os resultados das apurações de denúncias de fraude e corrupção de risco alto e muito alto, além de reportes trimestrais da GRC sobre as demais apurações, feitas pela própria Transpetro.

Além disso, foram realizados reportes mensais da Ouvidoria sobre o tratamento de denúncias recebidas, com destaque para aquelas classificadas nas categorias "fraude e corrupção" e "violência no trabalho", sem prejuízo dos relatórios trimestrais apreciados pelo CAE e pelo CA, contendo uma visão geral de todas as atividades da Ouvidoria e das manifestações tratadas pelo órgão.

3.7. Outros assuntos

Foram apresentados outros temas relevantes, a saber: (i) custos e prazos de docagens; (ii) remuneração dos administradores; (iii) flutuação dos preços de frete do navios; (iv) processo de elaboração de regramentos para licitações; (v) pontualidade de pagamentos a fornecedores; (vi) investimentos Petros; (vii) processos de aquisição de bens e serviços; (viii) gestão de TI.

4. CONCLUSÕES

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Transpetro, em face das atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados, anteriormente aqui descritos de forma sumarizada, concluíram que:

(i) As ações de prevenção e combate à fraude e corrupção estão desenhadas em alinhamento ao Programa Petrobras de Prevenção à Corrupção (PPPC) aplicado à Transpetro e foram implementadas pela organização.

(ii) Os controles internos para a produção dos relatórios financeiros são razoavelmente seguros.

(iii) A Auditoria Interna da Companhia desempenhou adequadamente suas funções, dispondo de estrutura e orçamento suficientes e adequados ao longo do exercício.

(iv) A auditoria independente atuou de forma satisfatória e não foram reportadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência.

(v) A gestão e o monitoramento dos principais fatores de riscos vêm sendo gerenciados pela administração.

(vi) Os parâmetros em que se fundamentaram os cálculos atuariais relativos aos benefícios pós-emprego são razoáveis.

(vii) As transações com partes relacionadas avaliadas e monitoradas no período atenderam à Política de Transações com Partes Relacionadas e forneceram evidências quanto à existência de condições comutativas, transparência, equidade e cuanto ao interesse da Companhia. Outrossim, o Comitê recomenda que a administração continue atuando para assegurar o fortalecimento dos controles relacionados a esse tipo de transação.

Neste contexto, após o exame e análise das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes - que manifestaram opinião sem ressalvas - e do Relatório Anual Integrado de 2019, o Comitê avalia que todos os fatos relevantes que são de seu conhecimento estão adequadamente divulgados nos referidos documentos, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2020

Marco Antônio Meyer Foletto
Presidente do CAE
Especialista Financeiro do Comitê

Edson Soares Ferreira
Membro do CAE

Gerson Luiz Gonçalves
Membro do CAE

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobrás

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (CAE)

Aos Conselheiros de Administração da Petrobras Transporte S.A.

1. SOBRE O COMITÊ

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) é um órgão estatutário de caráter permanente, instaurado em 13 de novembro de 2018, e vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. Seu funcionamento é orientado pelo Regimento Interno, aprovado pelo Conselho, e está sujeito às regras previstas na legislação - especialmente pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto nº 8.945/16, de 27 de dezembro de 2016.

Consoante seu Regimento Interno, o CAE tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções e manifestar-se sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos; (iv) os cálculos e resultados atuariais dos planos de previdência e benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia; e (v) a adequação das ações de prevenção e combate à fraude e corrupção.

No cumprimento de suas atribuições, o CAE não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Transpetro sejam completas e exatas ou de que estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Esta é uma responsabilidade da administração e dos auditores independentes.

De modo semelhante, no exercício de suas atividades, os membros do CAE não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores. As avaliações feitas pelo Comitê baseiam-se sobretudo nas informações e documentos recebidos da administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, da área de Governança, Riscos e Conformidade (GRC), da Controladoria, da Ouvidoria e das demais Unidades da Companhia.

Desde a sua instalação, em 13 de novembro de 2018, o CAE é composto pelos seguintes membros: Marco Antônio Mayer Foletto (membro independente do Conselho de Administração da Transpetro e Presidente do Comitê), Edson Soares Ferreira (membro externo independente) e Gerson Luiz Gonçalves (membro externo), sendo o Conselheiro Marco Antônio Mayer Foletto designado como especialista financeiro do Comitê, nos termos previstos na legislação brasileira e no Regimento Interno do CAE. Cumpre destacar ainda que, conforme prevê a lei nº 13.303/16, a maioria dos membros do Comitê atende aos critérios de independência estabelecidos em seu artigo 22, §1º.

2. RESUMO GERAL DAS ATIVIDADES

No período deste relatório (de março/19 a fevereiro/20), o CAE realizou 45 reuniões, entre as quais 3 reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal e 2 reuniões conjuntas com o Comitê Estratégico e Financeiro (COESTFIN), órgão estatutário vinculado ao Conselho de Administração da Companhia. As reuniões contemplaram um total de 255 pautas, envolvendo sobretudo as áreas de Controladoria (DFIN/GECONT), Governança, Riscos e Conformidade (PRES/GRC), Auditoria Interna (AUDIN) e Ouvidoria, conforme detalha a Figura 1 adiante.

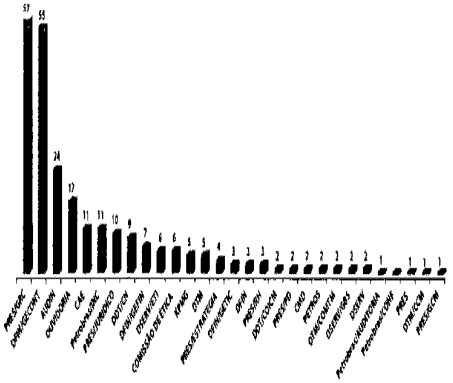
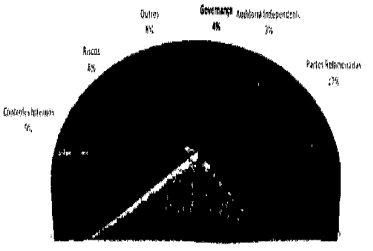


Figura 1 - Distribuição das pautas do CAE por área responsável/autora [1]

[1] As demais siglas do gráfico representam as seguintes unidades/órgãos: Petrobras/INC (Ger.Geral de Integridade Corporativa), PRES/JURIDICO (Ger. Executiva do Jurídico), DDTCN (Ger.Exec. de Comercialização e Novos Negócios de Dutos e Terminais), DFIN/GEFIN (Ger.Exec. de Finanças), DSERV/ETI (Ger.Exec. de Engenharia, Tecnologia e Integridade), DTM (Diretoria de Transporte Marítimo), PRES/ESTRATEGIA (Ger.Exec. de Estratégia e Organização), DFIN/GETIC (Ger.Exec. de Tecnologia da Informação e Telecomunicações), PRES/PD (Ger.Exec. de Proteção de Dutos), CMD (Comitê de Medidas Disciplinares), PETROS (Fundação Petrobras de Seguridade Social), DTM/COMTM (Ger.Exec. de Comercialização e Novos Negócios de TM), DSERV/GBS (Ger.Exec. de Gestão de Bens e Serviços), Petrobras/AUDITORIA (Auditoria Interna da Petrobras holding), Petrobras/CONF (Ger.Exec. de Conformidade da Petrobras), PRES (Presidência), DTM/CCM (Ger.Exec. de Controle Integrado, Conformidade e Manutenção de TM) e PRES/GCRI (Ger. Exec. do Gabinete da Presidência, Comunicação e Relações Institucionais).

O gráfico abaixo demonstra a distribuição das 255 pautas apreciadas pelo CAE ao longo do período, por tema, conforme detalhado no item 3 deste relatório.



Além dos reportes periódicos, o Comitê monitora continuamente o desempenho das atividades da Auditoria Interna por meio de ferramentas específicas. Uma delas, implementada em 2019, é o questionário de avaliação de desempenho, por meio do qual os membros do CAE e o Presidente da Transpetro avaliam a performance, as competências e os principais atributos da Auditoria Interna em cinco dimensões: (i) conhecimento e habilidades; (ii) estrutura, recursos e regulamento; (iii) planejamento e execução dos trabalhos; (iv) comunicação e (v) resultados e performance. Os resultados da avaliação realizada em 2019 expressaram a avaliação positiva do Comitê sobre o trabalho desempenhado pela Auditoria Interna no exercício, ao passo que permitiram a identificação de potenciais melhorias a serem exploradas pela Unidade para os próximos anos.

Como forma de manter um canal independente das Gerências Executivas com o CAE e favorecer o monitoramento mais efetivo das atividades da Auditoria Interna, o CAE também realiza uma Pesquisa de Percepção do Cliente, respondida pelo titular da área auditada após o encerramento de cada trabalho, conforme questões previamente acordadas com este Comitê. Este canal, permite que as áreas relatem livremente eventuais críticas ou elogios à atuação da Unidade de Auditoria, que são de acesso confidencial e exclusivo da área que assessora o CAE. O resultado das avaliações é periodicamente analisado e discutido pelo Colegiado, que realiza o seu feedback à Auditoria Interna, sem a identificação das avaliações individuais.

3.2. Auditoria Independente

Desde 2017, a KPMG Auditores Independentes é a firma de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras da Companhia e emitir o parecer independente em relação ao seu preparo das práticas contábeis adotadas. Os exames da KPMG compreendem, também, a avaliação de controles internos, sejam para fins de elaboração das demonstrações financeiras, sejam para atender ao processo de certificação da Petrobras no mercado latino-americano Sarbanes-Oxley (SOX).

Ao longo do exercício, o CAE se reuniu com os auditores independentes regularmente para: (i) tratar de questões associadas à avaliação das demonstrações financeiras trimestrais e conhecer a opinião sobre os informes econômico-financeiros da Companhia; (ii) acompanhar a evolução dos trabalhos de auditoria, inclusive no tocante à certificação dos controles internos (SOx) para atendimento à Petrobras; (iii) discutir os pontos de atenção identificados e as deficiências apontadas com base na avaliação dos controles internos; e (iv) discutir, pontualmente, a natureza e extensão dos principais procedimentos de auditoria selecionados e a materialidade adotada.

Durante os reportes regularmente realizados ao Comitê, os auditores independentes ratificaram sua independência, bem como a inexistência de qualquer restrição imposta pela administração à sua atuação.

Além dos reportes, o CAE monitora e avalia periodicamente a atuação dos auditores independentes. Um dos instrumentos adotados com esta finalidade é o questionário de avaliação de desempenho, elaborado com base em referenciais de mercado e boas práticas de governança, por meio do qual os membros do CAE e os representantes da Área Financeira avaliam as diferentes dimensões do trabalho desempenhado pela firma de auditoria e do seu relacionamento com o Comitê. O resultado da avaliação realizada em 2019 revelou oportunidades pontuais de melhoria discutidas com a auditoria independente.

Por fim, cabe mencionar que o CAE acompanhe e analise o resultado da avaliação contratual dos serviços prestados pela KPMG, feita pelas áreas gestoras do referido contrato.

3.3. Informações econômico-financeiras e afins

Ao longo do ano foram apreciadas 41 matérias relacionadas a informações econômico-financeiras distribuídas em 20 reuniões. As matérias desfilaram-se sobretudo à apresentação dos resultados mensais da Companhia, além da apreciação das Demonstrações Financeiras trimestrais, encaminhadas para o Conselho de Administração. Foram reportados também os resultados econômicos da subsidiária Transpetro International B.V. (TI BV), bem como os principais destaques referentes à gestão e às operações da investida.

Durante as reuniões com a área responsável pela Contabilidade, foram também apresentadas algumas das práticas contábeis avaliadas como críticas, como: (i) vida útil dos navios; (ii) contenciosos; e (iii) perda de crédito esperada. Além desses temas, o CAE reuniu-se com a Gerência Executiva de Controladoria, responsável pela Contabilidade, para tratar de assuntos avaliados como relevantes ao desempenho das atribuições do Comitê, tais como: (i) andamento dos trabalhos de fechamento contábil; (ii) aproveitamento de créditos tributários; (iii) acompanhamento do plano de ação para redução de lançamentos manuais; (iv) parâmetros/premissas e cálculo atuarial; (v) gestão da dívida; (vi) rentabilidade dos navios; (vii) plano para redução do offhire dos navios; e (viii) revisão das contas do razão.

Em relação às premissas do cálculo atuarial, o CAE recomendou à administração que avaliasse a adoção de premissas específicas para refletir a população de empregados da própria Companhia, como forma de aprimoramento/refinamento em substituição à adoção de parâmetros relativos à população de empregados da Petrobras.

A área Jurídica, por sua vez, apresenta o extrato trimestral do contencioso, destacando os processos mais relevantes, considerando cada classificação quanto ao risco de perda (possível, provável e remoto), bem como as movimentações mais significativas em cada período.

3.4. Partes Relacionadas

Consoante o disposto na legislação e no Regimento Interno do CAE, compete ao Comitê monitorar as transações com partes relacionadas. Este monitoramento foi realizado mediante: (i) a apreciação dos sumários trimestrais de transações com partes relacionadas, abrangendo as transações acima de R$ 50 milhões, informadas pela Contabilidade; (ii) o monitoramento de pendências envolvendo transações com a Petrobras e outras empresas do Sistema; e (iii) a análise prévia de transações relevantes conforme disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração.

Em relação à análise prévia, foram examinadas pelo Comitê, no período, 16 transações cujo valor total monta a R$ 13,3 bilhões. As principais transações referem-se a contratos e negócios com a Petrobras, bem como a questões associadas aos contratos de financiamento em vigor, celebrados com instituições financeiras federais (Banco do Brasil e BNDES).

Cabe destacar que, em julho/19, o CAE validou a proposta de revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas, posteriormente aprovada pelo Conselho de Administração, bem como o procedimento corporativo que descreve a referida política, ambos alinhados às normas vigentes na Petrobras.

3.5. Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos

A Gerência Executiva de Governança, Riscos e Conformidade (GRC), vinculada diretamente ao Presidente, centraliza as ações de implantação, disseminação, suporte, avaliação e aprimoramento de políticas, diretrizes, práticas e controles que promovem o fortalecimento da governança e da gestão, bem como o tratamento dos riscos empresariais, conformidade e controles internos.

Conforme dispõe o Estatuto Social da Companhia, a Unidade realiza regularmente o reporte de suas atividades à Diretoria Executiva, ao CAE, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal. Para o CAE, foram realizados mensalmente reportes consolidados das atividades de GRC, além dos relatórios trimestrais submetidos ao Conselho e previamente apreciados pelo Comitê.

Em observância aos requisitos da Resolução CGPAR nº 21, o titular da GRC deve ser designado ou destituído pelo Conselho de Administração. Em linha com tal disposição, o Gerente Executivo da Unidade foi reconduzido e possui mandato vigente até novembro de 2021, conforme deliberado pelo Conselho.

3.5.1. Governança

Foram apreciadas sete matérias sobre o tema: (i) políticas da Transpetro, (ii) adequação à lei nº 13.303/16 e auditoria TCU; (iii) aspectos de governança societária do Sistema Petrobras; (iv) criação da TRANSBEL (Sociedade de Propósito Específico constituída na condição de subsidiária integral da Transpetro para fins de arrendamento de área portuária objeto de leilão vencido pela Companhia); (v) Lei Geral de Proteção de Dados; (vi) Revisão do Regimento Interno do CA; e (vii) Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, submetida à aprovação do Conselho de Administração. Além disso, foram apresentados, pela Auditoria Interna, os resultados de trabalhos de auditoria relacionados a aspectos de governança na área de TI e na subsidiária TIBV.

Cabe mencionar que a Transpetro conquistou pela segunda vez consecutiva o grau máximo do indicador de governança criado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), conforme avaliação realizada por representantes de instituições e órgãos independentes como Fundação Dom Cabral (FDC), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Fundação Getulio Vargas (FGV), Brasil Bolsa Balcão (B3) e outros.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TRANSPETRO Petrobras Transporte S.A.

CNPJ nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobrás

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A trajetória da Transpetro ao longo de 2019 refletiu sua competência e empenho para cumprir, na prática, o que estabelece seu planejamento estratégico. Mesmo em meio aos desafios impostos por um mercado de petróleo e gás cada vez mais competitivo, a Companhia alcançou resultados expressivos em seu último exercício, superando as metas previstas para o ano.

A Transpetro obteve seu maior lucro líquido dos últimos três anos. E isso se deve em grande parte ao processo de melhoria contínua aplicado às suas duas áreas de negócio (Dutos e Terminais e Transporte Marítimo), principalmente no que se refere ao aumento de receitas e redução de custos. Tudo isso sem perder o foco na segurança operacional de seus processos.

Na busca permanente pela liderança no mercado em que atua, a empresa também cuidou bem de sua gestão, avançando para uma estrutura de governança que possibilitou um ambiente de trabalho propício ao alcance de seus objetivos estratégicos e em conformidade com leis e regulamentos internos e externos. Os cuidados com seus públicos de interesse também ficam evidentes nas diversas ações empreendidas em comunidades vizinhas às suas instalações.

A nova dinâmica de mercado exige ainda mais eficiência e prontidão das empresas para o atendimento das demandas dos clientes. Os bons resultados apontam que a Transpetro caminha nesse sentido, aumentando cada vez mais sua competitividade à medida que evolui na gestão de seus recursos.

Em função de tudo isso, o Conselho de Administração da Transpetro prevê resultados cada vez mais positivos para a Companhia nos próximos exercícios e reforça sua tarefa de contribuir com orientações para o alcance de todos os objetivos estratégicos previstos.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA TRANSPETRO

A Transpetro em 2019 apresentou bons resultados, superando as metas das três métricas de topo aprovadas pelo Conselho de Administração. Nosso indicador de segurança mais importante, a Taxa de Acidentados Registráveis (TAR), fechou o ano em 0,79. Índice 20% melhor do que o limite estabelecido (0,99), resultado que consolida nossa posição entre as melhores empresas do mercado nesse quesito. No comparativo com 2018 (índice de 0,97), tivemos três acidentes a menos nos critérios de apuração do indicador.

O resultado da métrica financeira voltada a estabelecer a relação entre nossas dívidas de curto e longo prazo e a capacidade da Companhia de geração de caixa, definida pela divisão da Dívida Líquida sobre o Ebitda, ficou em 2,0. O resultado foi igualmente expressivo, pois melhorou em 22% a meta prevista para o ano (2,6) e em 29% a marca alcançada em 2018.

O Retorno sobre Capital Empregado (Roce) reflete o aumento de eficiência na aplicação dos nossos recursos. No primeiro ano em que o indicador foi utilizado como métrica de topo da Transpetro, alcançamos o resultado de 9,0%, consideravelmente melhor que a meta de 6,2%, o que confirma nossa contribuição para a geração de valor para o acionista-controlador. Em relação ao ano passado, cujo resultado foi de 6,6%, houve um incremento de 36% nesse indicador.

O ano de 2019 representou uma melhoria expressiva de nossos resultados econômicos. Vale destacar, por exemplo, nossa evolução no Ebitda ajustado, que alcançou a marca de R$ 1,75 bilhão, 24% acima do número estabelecido no exercício de 2018 (R$ 1,42 bilhão) devido principalmente à melhoria das receitas e aos nossos esforços para a contínua redução de custos, superando pelo quinto ano consecutivo nossa meta de redução dos Gastos Operacionais Gerenciáveis (GOG). Desconsiderando-se os efeitos da inflação, a redução acumulada no período de 2014 a 2019 atingiu o montante de R$ 4,2 bilhões, proporcionando um ganho expressivo para o resultado atual da Companhia.

Nosso resultado contábil de 2019 também foi positivamente afetado pela reversão de R$ 405 milhões do montante provisionado em exercícios anteriores por *impairment* da Unidade Geradora de Caixa Transporte (Navios). Isso se deve principalmente à previsão dos fretes futuros em reais de nossos navios com valores superiores às premissas adotadas anteriormente, que refletem as expectativas mais atualizadas para esse mercado.

Com isso, nosso lucro líquido no ano foi de R$ 611 milhões ou R$ 397 milhões quando expurgamos os efeitos de *impairment* e a adoção do IFRS 16 (vide nota explicativa 2.2.1 de nossas Demonstrações Financeiras), o que significa um aumento de 49% em relação ao exercício anterior, de R$ 267 milhões (sem efeito do *impairment*).

Na área de negócios de Dutos e Terminais, ainda impactada pelo baixo crescimento da economia brasileira, registramos em 2019 aumento de 0,6% em relação a 2018 no volume movimentado de petróleo e derivados em nossos oleodutos e terminais, com a marca de 667,2 milhões de metros cúbicos. Contribuiu em grande parte para esse resultado o crescimento de 1% no segmento de petróleo, principalmente em decorrência do aumento das exportações realizadas por meio das operações de transbordo a contrabordo (*ship to ship*). Garantimos também uma movimentação média diária de gás natural de 66,6 milhões de metros cúbicos, resultado 3,0% melhor do que o valor alcançado no ano anterior.

Na área do transporte marítimo, movimentamos 93,1 milhões de toneladas métricas de petróleo e derivados em 2019, volume 4,4% superior ao registrado no ano anterior. Ao todo, realizamos 3.099 operações, o que representa a média de 258 por mês, e transportamos 40% da carga de petróleo e derivados movimentada por via marítima na Petrobras, ampliando as rotas de longo curso para a Ásia, Europa, Estados Unidos e Oriente Médio.

Em 2019, nossos investimentos totalizaram R$ 911 milhões. Desse montante, R$ 614 milhões, ou seja, 67%, foram destinados à construção de navios, com o recebimento de duas novas embarcações da classe aframax, encerrando o Programa de Modernização da Frota (Promef); investimos ainda R$ 197 milhões (22% do total) na manutenção da infraestrutura de Dutos e Terminais e R$ 65 milhões (7%) na docagem de navios, valores indispensáveis à conservação de nossos ativos e instalações e à melhoria de nossa produtividade.

Além desses investimentos, vencemos ainda a licitação do Terminal de Belém, com o valor de outorga ofertado de R$ 30 milhões. Com isso, garantimos o direito de continuar operando a unidade por mais 20 anos. Conforme exigência do edital, a empresa constituiu uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), denominada Transbel, e assumiu o compromisso de realizar melhorias em infraestrutura na unidade ao longo da vigência do contrato, a ser assinado no início de 2020.

Também investimos no combate ao furto de petróleo e derivados dos dutos que operamos. Para reforçar o trabalho que já vinha sendo desenvolvido com resultados positivos, o Programa Integrado Petrobras de Proteção de Dutos (Pró-Dutos), conduzido pela Petrobras em parceria com a Transpetro, foi lançado para prevenir essa prática criminosa. Com isso, reforçamos a cooperação estratégica nas ações de inteligência, investimentos nas instalações, operações e outras atividades relevantes, de forma a ampliar a proteção à vida e ao meio ambiente e assegurar a integridade das nossas instalações e das operações, a segurança energética do país e a reputação de toda a Petrobras. O número de derivações clandestinas caiu de 261, em 2018, para 203, em 2019, demonstrando o acerto das ações adotadas no período e da estrutura dedicada implantada em 2018 pela Transpetro.

Nos últimos cinco anos, incluindo 2019, foram realizadas diversas melhorias nas práticas de gestão da Transpetro, sobretudo naquelas voltadas a otimizar recursos, reduzir custos e desenvolver iniciativas inovadoras, com o consequente aumento da integração, sinergia e produtividade nas nossas diversas áreas de atuação. Ao longo desse período, as equipes operacionais, comerciais e de suporte da Transpetro alcançaram desempenhos superiores, que contribuíram para o crescimento dos resultados econômico-financeiros da Companhia, com segurança e melhoria de ambiência, comprovada pelos excelentes resultados dos Índices de satisfação de empregados e Índices de satisfação declarada.

Em 2019, aprimoramos ainda mais nossos mecanismos de governança, tendo recebido pelo segundo ano consecutivo o Certificado de Nível 1 (Grau Máximo) do indicador de Governança IG-SEST, desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais (Sest) com o suporte de membros independentes, que avalia a efetividade do funcionamento das estruturas de governança implantadas nas empresas estatais, bem como das melhores práticas adotadas no mercado, abrangendo governança corporativa e societária, gestão de riscos, controles internos, auditorias interna e independente, integridade e transparência da informações.

Importantes marcos também foram o aprimoramento do Sistema de Gerenciamento de Crises, alinhado ao modelo internacional *Incident Command System* (ICS), bem como a aprovação dos Riscos Estratégicos e do Apetite a Risco da Companhia pelo Conselho de Administração, em consonância com as melhores práticas de gestão de riscos empresariais observadas no mercado.

Em dezembro de 2019, a Transpetro aprovou e divulgou seu Plano Estratégico 2040, Plano de Negócios e Gestão 2020-2024 e Plano Anual de Negócios 2020. A construção dessas peças de planejamento foi realizada a partir dos direcionadores dados pela Diretoria de Refino e Gás Natural da Petrobras e pelo Conselho de Administração da Transpetro, além de debates, dos quais participaram a Diretoria Executiva, gerentes executivos da Companhia, o Comitê Estratégico e Financeiro e o próprio Conselho de Administração. O resultado desse processo foi a aprovação e divulgação de um Plano Estratégico capaz de traduzir os desafios futuros da Companhia e estabelecer estratégias robustas e metas para tornar a Transpetro cada vez mais forte, competitiva e rentável, sintetizando assim a nova Visão: "A melhor empresa de transporte e logística para clientes na indústria de óleo, gás e biocombustíveis do Brasil, gerando valor com segurança, respeito às pessoas e ao meio ambiente".

Nosso Plano Estratégico 2040 está desdobrado em oito estratégias. Cinco delas são de negócios, focadas no desenvolvimento de serviços e soluções para segmentos específicos de mercado. E as outras três são transversais, capazes de adequar a cultura da Transpetro e seus processos internos a um ambiente de negócios cada vez mais competitivo, cabendo destacar, nessa versão, a estratégia de transformação digital da Companhia por meio de soluções inovadoras para aumentar a geração de valor e a segurança das operações.

Há cinco anos estamos nos preparando para essa nova dinâmica de mercado, com a perspectiva de entrada de novos players de refino, logística e do upstream: investidores, operadores, empresas internacionais buscando oportunidades no mercado brasileiro de óleo e gás ou mesmo empresas domésticas. Para tanto, o PE 2040, PNG 2020-2024 e PAN 2020 contemplam não só a continuidade, mas, também, o reforço das ações de redução de custos e gastos, otimização de processos e melhoria contínua da gestão, fundamentais para garantir nossa competitividade e nos consolidar como a melhor alternativa logística e de transporte, multimodal e multisserviço, para qualquer cliente.

Estamos certos de que os progressos alcançados nos últimos anos tornaram a Transpetro mais integrada, ágil e capacitada tecnicamente, e estão contribuindo para a melhoria de ambiência, segurança e integridade na Companhia. Tudo isso nos possibilitará competir, crescer e obter bons resultados econômicos em qualquer cenário de negócios em que estivermos inseridos.

Em nome da Diretoria, agradeço e parabenizo todas as nossas equipes pelo trabalho desenvolvido em 2019. A competência, capacidade técnica, empenho e engajamento de nossos colaboradores e gestores foram fundamentais nos últimos anos e, em especial, em 2019. Estendo os agradecimentos aos representantes do Conselho de Administração e seus comitês, bem como ao Conselho Fiscal, pelo apoio, confiança, estímulo e contribuição à nossa gestão.

Contando com o mesmo empenho e comprometimento de todos, não tenho dúvida de que seremos capazes de enfrentar e superar nossos próximos desafios.

Antonio Rubens Silva Silvino
Presidente da Transpetro

SOBRE O RELATÓRIO

Este Relatório Anual traz os destaques da nossa atuação em 2019 e busca explicar como geramos valor ao longo do tempo. Com a atual edição, avançamos ainda mais no processo de elaboração deste relato, aprimorando a qualidade das informações disponibilizadas aos nossos públicos de interesse. O objetivo é sempre proporcionar mais transparência e conectividade às informações contidas nesta publicação.

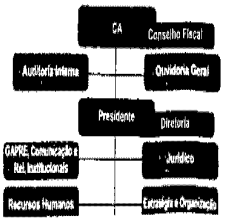
O escopo deste relato compreende nossas atividades no Brasil e no exterior, contemplando, portanto, a Transpetro Controladora e a Transpetro Internacional B.V., nossa empresa baseada na Holanda.

O relatório foi validado pela nossa Diretoria Executiva e aprovado pelo nosso Conselho de Administração, que autorizou sua publicação.

GRANDES NÚMEROS

Nossas atividades de transporte e logística se concentram em duas grandes áreas: Dutos e Terminais e Transporte Marítimo. Somos responsáveis pela operação de cerca de 15 mil quilômetros de oleodutos e gasodutos, 47 terminais (20 terrestres e 27 aquaviários) e 58 navios.

Organograma



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

Em 2019, mantivemos nossas métricas de performance relativas à segurança e endividamento, respectivamente, Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) e Dívida Líquida sobre Ebitda, e, em alinhamento com a Petrobras, acrescentamos uma métrica de rentabilidade, o Retorno sobre Capital Empregado (Roce).

Nosso indicador de segurança mais importante, a TAR, que revela o número de acidentados registráveis por milhão de hora-homem e nos permite avaliar a segurança das nossas operações diárias, apresentou resultado ainda melhor que o obtido no ano anterior: tivemos 30 acidentes classificáveis nos critérios de apuração do indicador, três a menos que em 2018.

Nossa TAR ficou em 0,70, convergente com as melhores práticas do mercado e significativamente inferior ao limite estabelecido (0,99). O resultado decorre da contribuição do nosso Plano Integrado da Gestão de SMS, por meio do qual implementamos diversos programas, que contribuíram para manter a Transpetro entre as empresas que mais valorizam a segurança no trabalho.

Já a métrica de endividamento utilizada pela Transpetro é definida pela relação entre a Dívida Líquida e o Ebitda. Ela estabelece a razão entre as dívidas de curto e longo prazos da Companhia e sua capacidade de geração de caixa. Em 2019, alcançamos o resultado de 2,0, índice 23% melhor que a meta estabelecida para o ano (2,6).

A outra métrica financeira que utilizamos, o Roce, exprime o resultado em função do capital empregado, revelando o quanto nosso capital está contribuindo para a geração de valor para o acionista. No primeiro ano de adoção dessa indicador como métrica de topo, fechamos 2019 com um Roce de 9,0% ante a meta de 8,2%, o que comprova maior eficiência na aplicação do capital.

Taxa de Acidentados Registráveis (TAR)	2018	2019
	33	30
Dívida Líquida sobre Ebitda	Meta	Índice alcançado
Retorno sobre Capital Empregado (Roce)	2,6	2,0
	8,2%	9,0%

VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO E MODELO DE NEGÓCIOS

QUEM SOMOS

Somos uma empresa brasileira de atuação global, que opera de forma integrada terminais, dutos, gasodutos e navios, gerando valor para nosso acionista e clientes, provendo a energia que move a sociedade e realizar o seu potencial.

Por meio de nossa capacidade técnica única em logística e transporte, realizamos o armazenamento e a movimentação de petróleo e seus derivados, etanol, gás e biocombustíveis, incluindo as atividades de importação e exportação.

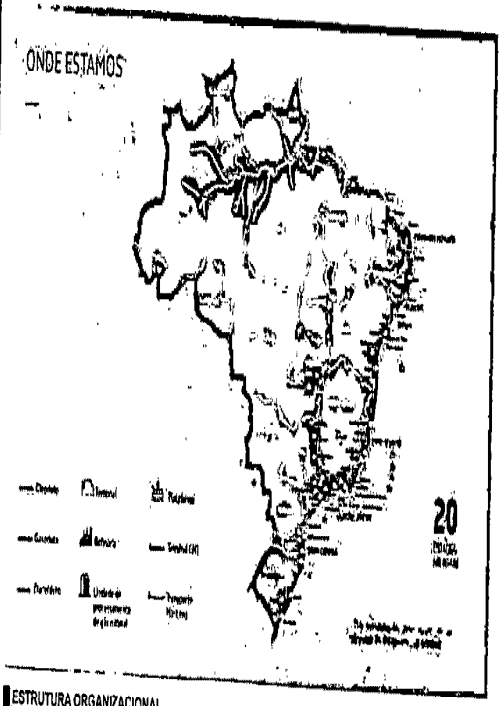
Estamos sempre prontos a atender às demandas das diversas empresas do mercado, priorizando sempre a gestão eficaz de nossos recursos, sem abrir mão da competitividade e da segurança.

Nossa Visão

A melhor empresa de transporte e logística para clientes na indústria de óleo, gás e biocombustíveis do Brasil, gerando valor com segurança, respeito às pessoas e ao meio ambiente.

Nossos Valores

- Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente
- Ética e transparência
- Superação e confiança
- Resultados
- Orientação ao mercado



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para atender às demandas de logística em transporte e à gestão dos processos internos, nossa estrutura organizacional reúne quatro diretorias (Dutos e Terminais, Transporte Marítimo, Serviços e Financeiro), além das gerências executivas diretamente ligadas à Presidência. Nossa estrutura básica se desdobra a partir dessas cinco grandes áreas e realiza trabalho integrado com vistas à efetiva atuação de nossos dois segmentos de negócio: Transporte Marítimo e Dutos e Terminais.

O ano de 2019 refletiu o amadurecimento das práticas de gestão dos processos que permeiam toda a Companhia, resultando na necessidade de implementar ajustes organizacionais que propiciassem otimização de recursos, sistematização de iniciativas inovadoras e aumento de produtividade em áreas com maior sinergia.

Em um cenário ávido por mudanças ágeis e metas mais restritivas para as despesas gerenciáveis, nossos estudos de reestruturação resultaram na criação de uma gerência dedicada à Transformação Digital; na fusão de duas gerências executivas, que deram origem à Gerência Executiva de Gestão de Bens e Serviços; e na redistribuição de atribuições gerenciais por diversas áreas. Além dos ajustes pontuais realizados, iniciamos a reinvenção da nossa estrutura organizacional de modo a compatibilizá-la com os desafios da Transpetro para os próximos anos.

Conheça nosso organograma.

NOSSOS CAPITAIS

CAPITAL HUMANO

O capital humano ganha mais importância nas organizações num contexto de constantes e velozes mudanças características de um mercado competitivo e global em que estamos inseridos. Acreditamos que as pessoas são um ativo valioso e prezamos a excelência em produtividade. Por isso, orientados pela estratégia corporativa, investimos no desenvolvimento de nossos empregados e recompensamos seus esforços com base na meritocracia e no zelo pela cultura organizacional.

Nossa gestão de pessoas ocorre sob os princípios e diretrizes de nossa Política de Recursos Humanos. Promovemos o diálogo e valorizamos nossos colaboradores, em conformidade com as orientações corporativas e com base nos nossos valores e princípios éticos, a fim de alcançarmos os objetivos do negócio.

Gestão de efetivo

Considerando os quadros de terra e mar, admitimos, em 2019, um total de 81 novos empregados oriundos dos Processos Seletivos Públicos vigentes, que passaram inicialmente por um Programa de Ambientação e/ou Cursos de Formação, visando garantir as competências necessárias ao desempenho de suas atribuições. Com isso, terminamos o ano com uma equipe formada por 8.475 empregados, sendo 3.748 empregados do quadro de terra e 2.727 do quadro de mar.

Composição do efetivo	2017	2018	2019
	5.892	8.464	6.475
Efetivo por gênero		Homens	Mulheres
		5.614 (87%)	861 (13%)
Efetivo por escolaridade		Médio	Superior
		4.392 (68%)	2.083 (32%)
Composição do efetivo		Terra	Mar
Gestão do Capital Humano		3.748 (58%)	2.727 (42%)

Em alinhamento com a nossa visão, valores e estratégias, revisamos as iniciativas de RH para o horizonte 2020-2024. Direcionadoras de nossas ações, essas iniciativas são desenvolvidas por meio de projetos que contemplam atividades como planejamento, alocação e movimentação de efetivo, plano de carreiras e remuneração, sucessão gerencial, desenvolvimento de competências individuais e de líderes e gestão da cultura e de desempenho.

O desdobramento dessas iniciativas pode ser verificado em algumas ações realizadas em 2019:

Desempenho

Realizamos iniciativas de alinhamento da gestão de desempenho de pessoas ao nosso Planejamento Estratégico (PE), que se refletiram em metas individuais dos empregados. Avaliamos o desdobramento das metas em nossa estrutura hierárquica e realizamos auditoria das metas negociadas, como forma de assegurar que as metas estejam aderentes ao Plano Estratégico e ao Plano de Negócios e Gestão. A gestão de desempenho dos empregados é o instrumento que deixa clara a contribuição de cada integrante da equipe no alcance das metas da Companhia.

Para permitir a rápida identificação das competências e conhecimentos instalados dos empregados, além da suas experiências e desempenho, e visando facilitar a busca por profissionais que poderão contribuir em processos ou projetos da Companhia, lançamos o Novo Currículo, ferramenta que consolida informações relevantes da trajetória dos integrantes da equipe.

Carreira e Sucessão Gerencial

Consolidamos nosso novo plano de cargos, o Plano de Carreira e Remuneração (PCR). Além de possibilitar maior mobilidade interna e flexibilidade no planejamento da carreira dos empregados, ele permite evolução na carreira de forma mais meritocrática.

O Modelo de Sucessão Gerencial se consolidou como uma importante ferramenta de gestão, conferindo maior transparência e minimizando os riscos inerentes à designação de empregados a funções gerenciais.

Em 2019, foram realizados 24 processos de seleção interna para provimento de funções gerenciais, que tiveram 170 inscritos.

Prêmio por Desempenho Superior

O Programa de Prêmio por Desempenho Superior (PDS) é mais uma iniciativa para estimular a orientação para resultados e a gestão de pessoas com foco na meritocracia, permitindo o pagamento de um prêmio, em parcela única por ano, considerando o desempenho da empresa e dos empregados.

A atribuição do programa é condicionada ao atingimento de um lucro líquido mínimo, e o montante máximo a ser distribuído foi limitado a um percentual do Ebitda ajustado, ambos revistados anualmente, de acordo com as premissas do nosso plano de negócios.

Regime de Trabalho

A redução opcional da jornada de trabalho mediante diminuição proporcional de remuneração beneficiou 52 empregados desde a sua implantação. Essa prática permite a flexibilização das rotinas de trabalho do empregado, propiciando um melhor balanço entre sua vida pessoal e profissional.

Teletrabalho e Trabalho a Distância

Com base no resultado favorável do projeto-piloto, iniciado em 2018, aprovamos no Conselho de Administração a implementação do teletrabalho e do trabalho a distância em toda a Transpetro.

A novidade marca uma mudança na nossa forma de trabalho, de maneira a acompanhar as transformações ocorridas na sociedade e no mundo. A introdução do teletrabalho e do trabalho a distância também está alinhada à jornada de mudança cultural da empresa e à transformação do nosso jeito de agir, pensar e nos relacionar.

O intuito é criar um ambiente de trabalho favorável à agilidade, ao dinamismo e ao bom desempenho, sempre mantendo o foco nos resultados planejados e no uso otimizado das instalações físicas da Companhia.

Programa de Mobilidade

Visando compatibilizar a necessidade organizacional e os interesses dos empregados na adequação do efetivo essencial para atender aos objetivos e estratégias da Companhia, foi implementado, em 2019, o Programa de Mobilidade da Transpetro. Ele prevê identificar o perfil e expertise necessários para desempenhar determinada vaga e encontrar colaboradores que detenham esses características e possuam interesse na movimentação. O programa possibilita, entre outros ganhos, melhorar a alocação dos nossos recursos humanos, ao compatibilizar as necessidades da Companhia com os interesses dos empregados.

Ambiência Organizacional

A Pesquisa de Ambiência é um importante instrumento de monitoramento e diagnóstico, que possibilita a proposição de ações de melhoria da ambiência organizacional a partir da avaliação dos empregados sobre as práticas de gestão da Companhia.

A aplicação da pesquisa referente a 2018 ocorreu entre março e maio de 2019 e registrou um recorde de respondentes, com a participação de 71% dos nossos empregados.

A pesquisa de ambiência possibilita conhecer o Índice de Satisfação dos Empregados (ISE), além de medir a Satisfação Declarada (SD) dos colaboradores. O ISE alcançou 85 pontos e a SD atingiu 84 pontos, com crescimento de cinco pontos em relação à edição anterior.

Em continuidade ao desenvolvimento do nosso Plano Corporativo de Ambiência baseado nos fatores indutores apontados pela pesquisa, em 2018, nossas gerências em todo o Brasil elaboraram 151 Planos de Ação Locais, referentes ao ciclo 2018.

Confira a evolução dos indicadores relativos à Pesquisa de Ambiência nos últimos anos:

Índice de Satisfação dos Empregados (ISE)	2016	2017	2019
Satisfação Declarada (SD)	60	60	85
Legenda:	73	79	84

ISE: Índice de Satisfação dos Empregados

SD: Satisfação Declarada

Benefícios a empregados

O pacote de benefícios oferecido pela Transpetro constitui importante ferramenta de atração e retenção de empregados. Os principais benefícios concedidos são o Plano de Previdência Petros-2, o Plano de Saúde AMS e os Benefícios Educacionais.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TRANSPETRO Petrobras Transporte S.A.

CNPJ nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobrás

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Canal Gestor

Outra grande iniciativa foi a divulgação do Canal Gestor, ferramenta de atendimento aos gestores da Transpetro em suas dúvidas diárias relativas à gestão de pessoas. Ela tem como objetivo melhorar a atuação dos gestores, resultando em um RH mais próximo das lideranças e do negócio.

Segurança e Saúde

Segurança

Plano Integrado da Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde

Em 2019, fechamos mais um ciclo do Plano Integrado da Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). No lançamento desse plano, ainda em março de 2018, estávamos com a TAR em 1,45 e fechamos aquele ano em 0,87. Agora, alcançamos o resultado de 0,79, o que mostra uma melhora significativa nos resultados dos indicadores de SMS.

A ideia central do plano em 2019 foi "Todo Acidente Pode Ser Evitado", corroborando a nossa meta de zero acidentados. Isso pode ser mostrado nos meses de janeiro, setembro e novembro, quando não tivemos um único acidente registrado para o indicador TAR.

Isso indica que estamos no caminho certo para alcançar o estágio de Cultura de Interdependência de Segurança, fato possível pelo conjunto de ações que estamos promovendo em toda a Companhia. Nesse sentido, estamos desenvolvendo uma cultura de segurança que cria raízes, permeando todas as atividades, no trabalho e no lazer, para que nossos colaboradores tenham a segurança como valor.

Nesse segundo ciclo do Plano Integrado da Gestão de SMS, desenvolvemos diversas iniciativas ao longo do ano, com foco em segurança de processo, gestão de riscos e, principalmente, nos fatores humanos, que influenciam diretamente ao comportamento de risco.

Centros de Resposta a Emergências

Realizamos também o diagnóstico dos nossos Centros de Resposta a Emergências, para garantir a pronta atuação nas ações de resposta; aumentamos a integração entre as áreas da Companhia; e otimizamos nossas atividades, fortalecendo a atuação conjunta para melhoria dos nossos indicadores de segurança e, por consequência, da integridade de nossos colaboradores.

Sistema de Gestão Integrada

Outro evento significativo foi a conquista de quinta Recertificação do Sistema de Gestão Integrada (SGI) com base nas Normas ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e OHSAS 18001:2007; cuja certificação original se deu em março de 2004, incluímos também o processo de atendimento à Norma ISO 45.001, que estabelece novos requisitos para a gestão de Saúde e Segurança.

Programa de Avaliação de Gestão de SMS

Concluímos o primeiro ciclo de avaliações no modelo Programa de Avaliação de Gestão de SMS (PAG-SMS), abrangendo todas as unidades gerenciais operacionais. Voltadas para segurança de processo, as avaliações são conduzidas por profissionais especialistas e unem as disciplinas Segurança Ocupacional e das Operações, Saúde, Gestão, Meio Ambiente e Integridade das Instalações.

Saúde

Cuidamos da saúde dos empregados com foco na valorização do capital humano por meio do aprimoramento dos processos e serviços de saúde, higiene ocupacional e promoção da saúde.

Ministramos o Curso Especial de Primeiros Socorros Médicos aos oficiais tripulantes dos navios da frota, em atendimento ao credenciamento pela Marinha do Brasil. Com essa iniciativa e o treinamento de Suporte Básico de Vida aos monitores de andar, aprimoramos a capacitação voltada a atender às urgências e emergências em saúde no mar e em terra.

Com o objetivo de propor novas práticas, otimizar recursos e tornar os processos de Saúde e Higiene Ocupacional mais uniformes, integrados, longevos e eficazes - provendo soluções aos clientes com qualidade, conformidade e economicidade -, reacolhemos os Núcleos de Saúde Ocupacional, redistribuímos a equipe de saúde e realizamos fórum técnico.

Realizamos ainda ações de promoção da saúde com foco na redução dos fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis. Destacamos as seguintes: implantação do Programa Antitabagismo, campanhas de conscientização e sensibilização dos colaboradores para a prática de atividade física e redução do tempo de sedentarismo, alimentação saudável e saúde mental.

Como resultado dessas ações efetivas de promoção da saúde e de resgate do potencial laborativo, o Percentual de Tempo Perdido (PTP) vem decrescendo anualmente, sustentado pela diminuição das horas perdidas por doenças. Em 2019, alcançamos a marca de 3,69, índice 16% melhor que o limite de alerta (4,50).

Percentual de Tempo Perdido (PTP)	2017	2018	2019
Percentual de Tempo Perdido (PTP) 2017 - 5,22. 2018 - 4,47. 2019 - 3,69	5,22	4,47	3,69

Nossos resultados de 2019 apresentaram melhoria significativa em relação a 2018. As ações do Plano Diretor para 2020 já foram divulgadas, com foco na eficiência dos serviços de saúde e higiene ocupacional planejados para o período.

CAPITAL INTELECTUAL

Mapeamento de Conhecimentos Estratégicos

Concluímos o mapeamento de conhecimentos estratégicos que suportam as competências necessárias à perenidade do negócio frente aos desafios atuais e futuros da Companhia. Esse trabalho envolveu todas as gerências executivas, sendo acompanhado pelo Monitoramento Estratégico, uma vez que fazia parte do conjunto das iniciativas estratégicas priorizadas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2019-2023.

Assim, partindo da análise do PNG, foram mapeados os conhecimentos necessários a cada área, identificadas as lacunas e elaborados planos de ação a serem implantados a partir de 2020 para o desenvolvimento, retenção e disseminação desses conhecimentos.

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Uma iniciativa de grande impacto é o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), uma das nossas ferramentas tecnológicas que suporta o nosso processo de Educação Corporativa. O AVA reúne uma gama de soluções educacionais, desenvolvidas por empresas parceiras, que disponibilizam especialistas nacionais e internacionais de renome. A ferramenta abrange ainda soluções técnicas, elaboradas por profissionais especializados da Transpetro, visando também à gestão do conhecimento técnico da Companhia.

Em 2019, criamos e reformulamos as trilhas de aprendizagem no AVA. Entre elas, as trilhas de conhecimentos transversais, com edição de temáticas voltadas à Revolução 4.0 (Conectado, Criando Experiências, Liderando a Mudança, Novos Modelos de Negócios, Rápido e Ágil, Seja e Mentalidade e Pensa Digital). Além disso, lançamos a iniciativa *HR Academy*, voltada à construção de uma Gestão 4.0 na Transpetro.

Mais de 25,2 mil capacitações foram concluídas no AVA, gerando em torno de 59 mil horas de treinamento. A satisfação dos empregados com a ferramenta, mensurada pela Avaliação de Reação, é de 92%.

Centro de simuladores de operação de navios

Outra ferramenta disponibilizada para o desenvolvimento dos nossos colaboradores é o Centro de Simuladores, utilizado para a capacitação e qualificação das nossas equipes do quadro de mar.

Em 2019, passamos por uma reconfiguração do Centro de Simuladores. Agora, contamos com dois simuladores de seis telas (*part task*) integrados com um simulador *full mission* e uma sala para debriefing.

Esses equipamentos de última geração, voltados a capacitar nossos tripulantes, aliados à qualidade técnica de nossos instrutores – os únicos no país a possuírem habilitações internacionais para ministrar cursos em simuladores – fizeram com que evoluíssemos em 2019 nos processos internos de gestão, precificação, registros sistêmicos e operacionalização para suportar uma ação gradativa de prospecção comercial, oferecendo treinamento a terceiros. Nesse contexto, realizamos, em 2019, nosso primeiro serviço de treinamento para terceiros.

A Transpetro está atualmente capacitada para oferecer ao mercado várias soluções de treinamento baseada na utilização desses equipamentos, tais como *Crew Resource Management* (CRM); *Ship Handling*, *Engine Room Team Management* (ERTM), Gerenciamento de Manutenção, Princípios de Equipamentos e Sistemas Navais, entre outros.

Programa de Desenvolvimento de Líderes

Com vistas a manter o foco na Gestão de Pessoas, demos continuidade ao Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL), seguindo com a estratégia de reforçar o alinhamento gerencial com base nos [illegible]

Em 2019, completamos dez anos de adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, promovido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e apoiado pela ONU Mulheres e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil. Desde 2009, recebemos a certificação anual do programa, que leva temáticas relacionadas a gênero e raça aos nossos públicos.

Para as comunidades vizinhas às nossas instalações, desenvolvemos 33 ciclos de palestras, que contemplaram cerca de 2.700 pessoas em oito estados (Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo e São Paulo).

Oferecemos ainda a nossos colaboradores os cursos "Combate à Violência contra a Mulher" e "Prevenção ao Assédio no Mundo Corporativo", além de 13 palestras e treinamento sobre políticas de direitos humanos.

Nossas ações de incentivo ao voluntariado beneficiaram cerca de 1.700 pessoas. Implementamos também projetos socioambientais para fortalecer o relacionamento direto com nossas comunidades, além de fomentar o desenvolvimento local e o senso de pertencimento em áreas influenciadas diretamente por nossas operações.

O projeto Faixa Limpa, desenvolvido em seis municípios de São Paulo, numa região onde vivem mais de 200 mil pessoas, enfatiza a educação ambiental e a produção inclusiva social. Em 2019, contemplou cerca de 2.700 pessoas em 200 ações de mobilização. Já o projeto De Olho no Duto levou informações sobre segurança e integridade de dutos, por meio de atividades diversas, a mais de 200 mil pessoas de 101 comunidades dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

O projeto Cine Transpetro nas Comunidades é um instrumento pedagógico de abrangência nacional. Em 2019, atuou ao longo das faixas de dutos e no entorno dos nossos terminais em 18 estados e 140 municípios do país. Ao todo, foram promovidas 332 sessões gratuitas de cinema em escolas públicas, levando a mais de 18 mil espectadores temas como reciclagem, meio ambiente e cidadania.

Já os projetos Cinturão Verde, em Santa Catarina, e o Tendas Itinerante, no Rio Grande do Sul, beneficiaram aproximadamente 5 mil pessoas por meio da educação ambiental.

Para o relacionamento com a imprensa, contamos com uma equipe dedicada, em tempo integral, que atua conforme as diretrizes de comunicação da Petrobras. Ao longo de 2019, atendemos a 137 veículos de imprensa locais, regionais, nacionais e internacionais.

O diálogo com nossos públicos de interesse é realizado também por meio da Ouvidoria-Geral, que disponibiliza canais específicos para o recebimento de reclamações, sugestões, denúncias e pedidos de informação. Além disso, desde fevereiro de 2019, responde pelo Canal 168, acessível por telefone, 24 horas por dia, 365 dias por ano, em todo território nacional.

Em 2019, o Canal 168 recebeu cerca de 5.300 ligações válidas. Desse total, 10%, aproximadamente, trataram de denúncias como danos, furtos, invasão ou tráfego não permitido. Emergências como incêndio, chuva forte, vazamentos, duto exposto, explosão, entre outros, correspondem a 20% das ligações.

CAPITAL NATURAL

Reafirmando nosso compromisso de respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente, livemos atuação efetiva no combate à poluição do litoral do Nordeste por óleo de origem desconhecida. Em apoio ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), à Marinha do Brasil, entre outros órgãos, e aos voluntários, disponibilizamos profissionais, equipamentos e expertise para reforçar o trabalho realizado em conjunto por empresas da Petrobras.

Realizamos também ações preventivas na área de combate a emergências ambientais. Visando padronizar nossa atuação nessas ocorrências, promovemos a revisão e a divulgação do Guia das Primeiras Ações de Meio Ambiente em Emergências. Nossa experiência e expertise nessa área foram reconhecidas por órgãos que atuam em emergências ambientais. O Ibama, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea/RJ) consideram a Transpetro para capacitar seus técnicos.

Concluímos ainda o Projeto de Revegetação de 2,5 hectares de restinga da Praia de Guriri, em São Mateus (ES), em atendimento à condicionante da licença de operação do Terminal Norte Capixaba. A vegetação de restinga contribui para a biodiversidade local, pois mantém o equilíbrio dos processos ecológicos e atenua a erosão eólica.

Em continuidade ao desenvolvimento de nossas operações de forma ambientalmente responsável, obtivemos ou renovamos importantes licenças e autorizações ambientais em 2019. Entre elas, recebemos o Termo de Responsabilidade para Preservação de Área Verde (TRPAV) e a Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) e Intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) para a implantação da Linha de Transmissão do Projeto Substituição de Bombas de Cubatão (SP). A compensação ambiental exigida será realizada por meio da modalidade "floresta em pé", uma opção ambientalmente mais eficiente. A modalidade "por replantio", além do maior custo, apresenta o risco de as mudas plantadas não vingarem.

Recebemos a Licença Prévia e de Instalação (LPI), emitida pelo Inea (RJ), para a Dragagem de Manutenção do Canal de Acesso e Bacia de Evolução dos Terminais Aquaviários da Ilha Redonda (TAIR) e da Ilha Comprida (TAIC), na Baía de Guanabara (RJ). O serviço possibilitará a movimentação e atracação de navios gaseiros com maior capacidade de armazenamento, aprimorando nossa capacidade de escoamento do gás.

A Diretoria de Portos e Costas (DPC) renovou a autorização para realizarmos operações de transbordo a contratante no Terminal de São Sebastião (SP). Para isso, apresentamos os primeiros resultados do Protocolo de Mau Tempo para Operações Ship to Ship (STS), ferramenta que fornece informações detalhadas das previsões de mau tempo e tem por base modelos meteoceanográficos e informações do sistema supervisório do terminal. Com isso, será possível aprimorar nossa atuação preventiva, como a parada antecipada das operações e a desconexão dos mangotes, garantindo maior segurança e confiabilidade às operações STS e, consequentemente, aumentando a proteção ao meio ambiente. No Terminal de São Sebastião conseguimos ainda a aprovação do órgão ambiental para o Plano de Monitoramento da Qualidade do Ar para H_2S, com vistas a aperfeiçoar a gestão das emissões atmosféricas de nossas atividades.

Confirmando nosso comprometimento com a utilização responsável dos recursos naturais e para reforçar a segurança operacional de nossas atividades, aplicamos metodologia inovadora para detectar possíveis vazamentos no duto que leva água potável da Área Principal (AP) para a Área de Serviços Auxiliares (ASA) do Terminal de Angra dos Reis (RJ). Pelo projeto realizado em parceria com o Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes), utilizamos técnica de identificação do teor de água doce em água salgada, por meio de amostragens da água comer ao longo do duto, para restringir os pontos de suspeita do vazamento. Em seguida, injetamos corante autorizado pelo órgão ambiental para identificar os locais exatos de vazamento e aperfeiçoar a realização dos serviços de reparo, evitando o desperdício de água potável.

Assinamos ainda convênio com o município de Angra dos Reis, no contexto do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que autoriza a operação do Terminal de Angra dos Reis, para a execução do Projeto de Complementação do Esgotamento Sanitário do bairro Monsuaba. O sistema de tratamento de esgoto, além de melhorar a qualidade de vida da população, contribuirá para a recuperação ambiental de córregos e praias da Bota da Ilha Grande (RJ).

CAPITAL PRODUTIVO

Nosso capital produtivo é composto essencialmente pelos terminais, dutos e navios que operamos, sejam eles próprios, da Petrobras ou de terceiros, arrendados ou não à Transpetro.

	2017	2018	2019
Número de terminais aquaviários	27	27	27
Número de terminais terrestres	20	20	20
Número de tanques de petróleo, derivados e etanol	536	536	536
Número de esferas da GLP	50	47	47
Oleodutos (km)	7.719	7.719	7.719
Gasodutos (km)	7.155	7.155	7.155
Número de pontos de entrega de gás natural	137	137	135
Número de estações de compressão de gás natural	20	10	10
Número de navios em operação	55	57	59
Capacidade do frota em operação (Em milhares de toneladas de porte bruto)	4.529.474	4.572.123	4.800.999

Um dos nossos principais ativos é o Centro Nacional de Controle e Logística (CNCL). Localizado na Sede da Transpetro, no Rio de Janeiro, ele interconecta as áreas de produção, refino, processamento e distribuição da Petrobras. Desde 2002, atua com recursos tecnológicos constantemente modernizados para operar e monitorar remotamente os dutos e terminais distribuídos em diversos pontos do país. A operação do CNCL tem como base 129 profissionais, que trabalham diariamente em regime de turno, garantindo assim cobertura ininterrupta. Contamos também com o Centro Nacional de Acompanhamento de Navios (CNAN), que monitora as viagens dos navios da nossa frota, 24 horas por dia, garantindo eficiência e segurança.

Investimentos

Realizamos R$ 911,2 milhões em investimentos em 2019, detalhados a seguir:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

O curso tem o objetivo de aprofundar os temas abordados no PDL, contemplando o contexto dessas unidades. Hoje, são aprofundados temas como tomada de decisão, gestão de negócios, feedback, liderança situacional e pipeline da liderança, entre outros. Esse curso passa a ser mais uma solução transversal do PDL.

Como atividades complementares, oferecemos oficinas de liderança com o tema "Liderança Situacional", rodas de conversa, cinedebates e palestras relativas a autodesenvolvimento, ensino a distância (EAD) e de divulgação das ações do AVA para os gestores e suas equipes.

Demais Capacitações

Renovamos a parceria com as Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante – Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (Cisba), de Belém/PA, e Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (Ciaga), do Rio de Janeiro/RJ – para a capacitação técnica profissional de futuros oficiais, suboficiais e guarnição dos navios da Transpetro. Com isso, os praticantes podem alinhar sua formação acadêmica com os valores, cultura e modelo de gestão da Companhia. Ao todo, estão previstas 320 vagas.

Em conformidade com o processo de melhoria contínua de nossos resultados citamos, como destaque, as seguintes ações: Capacitação Rede Consultor, capacitação de empregados como Consultor de Confiabilidade; Capacitações para a Acreditação de nossos Laboratórios, recredenciamento formal do inmetro de que a organização atende integralmente às normas técnicas e está capacitada para a execução de calibrações, o que permitiu deixarmos de ter a obrigatoriedade de contratar empresa externa acreditada; e IV Fórum Nacional de Manutenção de Feixe de Dutos, com o objetivo de disseminar e divulgar práticas de trabalho e discutir e consolidar propostas de melhorias de atividades da área de feixe de Dutos. Realizamos ainda a 1ª turma do curso Especial de Primeiros Socorros Médicos (EPSM), em conformidade com as normas da Marinha do Brasil.

Realizamos ainda outras iniciativas para os empregados de terra e de mar que atendem às ações estratégicas das áreas de negócios, reforçam o papel fundamental da capacitação dos empregados para o aumento da produtividade e contribuem para a redução de custos e o aumento da rentabilidade.

Confira os números referentes aos treinamentos oferecidos aos empregados da Companhia:

	2017	2018	2019
Total de horas treinadas	182.761	297.046	252.136
Número de participações de empregados em treinamentos	22.392	33.737	34.804
Média de horas treinadas por empregado	29	43	37

Prêmios e Reconhecimentos

Indicador de Governança (IG-SEST)

Conquistamos pela segunda vez consecutiva o grau máximo (nível 1) do indicador de governança IG-Sest, criado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest). Como nas edições anteriores, o quarto ciclo contemplou a avaliação da efetividade do funcionamento da estrutura de governança implantada na empresa com base nos requisitos exigidos pela lei nº 13.303/2016 e decreto nº 8.945/2016 e nas diretrizes estabelecidas nas Resoluções da CGPAR nº 18/2016 e nº 21/2018. A avaliação foi realizada por membros independentes da Fundação Dom Cabral (FDC), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade de Brasília (UnB) e Brasil Bolsa Balcão (B3).

Prêmio ANP

Conquistamos o Prêmio ANP 2019 na categoria 'Inovação Tecnológica'. O resultado reafirma o reconhecimento da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis à excelência do Centro de Simuladores da Companhia.

Prêmio Antaq

Dois projetos da Companhia foram condecorados na edição 2019 do Prêmio Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). Nosso Centro de Simuladores conquistou o segundo lugar na categoria 'Iniciativas Inovadoras', enquanto o Terminal de São Sebastião (SP) ficou com o quarto lugar na categoria 'Desempenho Ambiental'.

Prêmio Executivo de TI

Conquistamos o segundo lugar do Prêmio Executivo de TI de 2019 na categoria Indústria Química, Petroquímica, Óleo e Gás, Plásticos, Borracha, Papel e Celulose. Promovida pela IT Mídia, a iniciativa reúne os principais Chief Information Officers (CIOs) e executivos da indústria de tecnologia da informação do mercado brasileiro.

CAPITAL SOCIAL E DE RELACIONAMENTO

Mantemos com nossos diversos públicos de relacionamento canais diretos e permanentes de comunicação. O objetivo é levar a nossos stakeholders esclarecimentos sobre nossas atividades e garantir a interação entre as partes.

Para promover uma comunicação clara e contínua com a sociedade, realizamos ações de relacionamento com a comunidade do entorno das faixas de dutos a fim de reforçar a mensagem de alerta sobre riscos inerentes às nossas atividades, como vazamentos, incêndios e explosões provocadas, sobretudo, pela intervenção intencional e criminosa de terceiros nos dutos.

Nesse sentido incrementamos a divulgação de nossos canais de comunicação nas comunidades vizinhas para o envio de informações sobre movimentação suspeita na faixa ou em terrenos próximos, como o telefone 168 e o número de WhatsApp (21) 99982-0168.

Em 18 de agosto, realizamos a segunda edição do "Dia do 168", o Dia da Segurança na Faixa de Dutos. O evento ocorreu simultaneamente em 12 cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, mobilizando aproximadamente 7 mil pessoas de 30 comunidades, com ações voltadas a orientar as comunidades vizinhas às instalações da Companhia sobre segurança nas faixas de dutos e os riscos que as tentativas de furtos podem trazer.

Outra iniciativa importante foram os convênios com o Disque Denúncia dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, que contam com campanhas específicas para estimular o envio de informações sobre atividades suspeitas em nossas instalações, contribuindo para o combate às derivações clandestinas.

Em 2019, demos continuidade aos simulados de resposta e emergência dedicados às ocorrências de derivações clandestinas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O objetivo é preparar nossas equipes para qualquer contingência envolvendo o furto de combustível nos dutos que operamos, treinar as ações coordenadas com os órgãos públicos e alertar as comunidades vizinhas às faixas sobre os riscos da ação de terceiros nos dutos.

A constante interação que mantemos com os órgãos públicos tem por finalidade a colaboração para a troca de informações e apoio técnico no combate a ações criminosas nos dutos que operamos. Além do acordo de cooperação celebrado no ano anterior com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, aprofundamo-nos, em 2019, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Pela importância de São Paulo no tema derivação clandestina, apoiamos a realização, em novembro, do workshop Derivação Clandestina em Dutos, promovido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Foi organizado ainda um evento similar na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro (RJ), com o objetivo de apresentar para as forças federais essa problemática.

Em 2019, a fim de trocar experiências com empresas internacionais operadoras de dutos na América Latina e na Europa, igualmente impactadas pelas ações criminosas de furto em dutos, participamos da *15th Pipeline Technology Conference*, na Alemanha; do *Taller Gestión de Amenazas de Daños por Terceros a Ductos de Hidrocarburos*, promovido pela Arpel, na Colômbia; e da *Rio Pipeline Conference & Exhibition* (RPC), no Rio de Janeiro (RJ). Nesta RPC, realizamos um encontro com empresas operadoras de dutos para debater o problema e possíveis soluções.

Participamos em dezembro de 2019 da Audiência Pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. O evento tratou da aprovação do projeto de lei para crimes de furto e roubo de combustível (Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 8.455/2017).

Em junho de 2015, a Petrobras Controladora lançou o Programa Integrado Petrobras de Proteção de Dutos (Pit-Dutos), com o objetivo de ampliar e integrar todas as ações da Companhia para minimizar os riscos e impactos oriundos de derivações clandestinas em dutos. No lançamento, foram assinados protocolos de intenções com os governos estaduais do Rio de Janeiro e São Paulo para cooperação com os órgãos públicos de inteligência e segurança. Como principais focos, destacamos o projeto de lei para crimes de furto e roubo de combustíveis; melhorias dos sistemas operacionais; apoio na comunicação, publicidade e no desenvolvimento de novas tecnologias; colaboração na divulgação do canal 168 e desenvolvimento de projetos sociais dedicados à realidade das faixas.

Outra ação de relacionamento desenvolvida com as comunidades vizinhas às instalações sob nossa responsabilidade foi o Programa de Visitas, que levou grupos de moradores para conhecer melhor nossas atividades e os terminais operados pela empresa. Estreitamos também os vínculos com essas comunidades por meio do Programa de Conscientização e Relacionamento com Partes Interessadas das Faixas de Dutos, que visa a manter uma cultura de boa convivência e corresponsabilidade.

Para melhorar ainda mais a interlocução com nossos diversos públicos, adotamos novo layout em nosso site, que se tornou ainda mais moderno, informativo e completo, com destaque para os negócios da Companhia e tecnologia responsiva para aparelhos celulares. Ainda com o objetivo de nos tornarmos mais transparentes e acessíveis, criamos nosso perfil no LinkedIn para reforçar o relacionamento com nossos públicos de interesse.

O patrocínio a eventos relacionados à nossa área de atuação também estreitou nosso relacionamento com diversos públicos de interesse. Entre os fóruns de maior destaque em 2019, citamos a *Rio Pipeline Conference & Exposition* 2019, maior encontro realizado no Brasil especialmente para a comunidade internacional de dutos; o *Hacking Rio*, maior maratona de desenvolvimento de inovações tecnológicas da América Latina; e os eventos promovidos pela Associação Regional de Empresas do Setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis na América Latina e Caribe (Arpel), como o Workshop de Gestão de Ameaças de Danos por Terceiros aos Dutos de Hidrocarbonetos; e pela Sociedad Latinoamericana de Operadores de Terminales Marítimos Petroleros y Monoboyas (Slom), como o XV Jornada de Operadores de Terminais Marítimos de Petróleo e Monoboias, ambos em Cartagena, na Colômbia.

Nossa Política de Responsabilidade Social norteia as ações que promovemos para o desenvolvimento sustentável, a identificação de risco social e a mitigação de impactos relativos ao nosso negócio. Com a implantação da política bem como a ampliação e fortalecimento da atuação do nosso Comitê de Diversidade, reforçamos nosso compromisso com os direitos humanos e com os nossos públicos de relacionamento.

Em 2019, incorporamos as duas últimas embarcações do Programa de Modernização e Expansão da Frota, ambas da classe aframax.

Também merecem destaque, os investimentos da manutenção da infraestrutura de operações, tanto no segmento de Dutos e Terminais quanto de Transporte Marítimo, garantindo a integridade dos nossos ativos e instalações e o prolongamento de sua vida útil, resultando no aumento da segurança das operações e na melhoria da produtividade.

CAPITAL FINANCEIRO

Nosso capital financeiro é composto pelos recursos financeiros disponíveis, sejam próprios ou de terceiros, alocados para nossa atividade produtiva.

Endividamento

Nosso nível de endividamento bruto cresceu gradativamente desde que iniciamos o programa de modernização da frota, cujo modelo de financiamento nos permitiu captar 80% dos valores destinados à construção dos navios com recursos do fundo da Marinha Mercante, em condições bastante atrativas à época da assinatura dos contratos. Em 2019, foram entregues os dois últimos navios do programa e não há previsão de novas captações em nosso plano de negócios, que projeta geração de caixa operacional suficiente para arcar com os novos investimentos, amortizar a dívida atual e destinar integralmente os resultados alcançados ao acionista sob a forma de dividendos.

Desde 2019, aplicamos os requerimentos contidos no CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil, análogo ao *IFRS 16 – Leases*, eliminando a distinção na classificação contábil entre os arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, conforme detalhado na nota explicativa 2.1.1 das Demonstrações Financeiras. Contabilmente, isso representou um incremento de R$ 8 bilhões em nosso endividamento bruto, principalmente pelos contratos de arrendamento de oleodutos e terminais e de afretamento de navios em BCP (*Bareboat Charter Party*), sem alterar a geração de caixa da Companhia.

	2017	2018	2019 sem IFRS16	2019
Endividamento bruto (em R$ milhões)	5.585	5.994	6.850	12.947

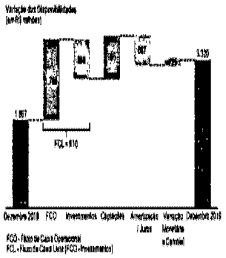
Para mais informações sobre o perfil da nossa dívida, veja a nota explicativa 26 das Demonstrações Financeiras.

Geração de Caixa

Alcançamos em 2019 um fluxo de caixa operacional de R$ 1,8 bilhão que, subtraindo os investimentos realizados, possibilitaram à Companhia um fluxo de caixa livre de R$ 910 milhões no exercício.

Com isso, nossas disponibilidades ajustadas (caixa e equivalentes de caixa, considerando os valores aplicados em títulos e valores mobiliários de curto prazo) atingiram o saldo de R$ 3,32 bilhões ao final de 2019, um incremento substancial quando comparado ao saldo de R$ 1,97 bilhão registrado em dezembro de 2018. Esses valores contemplam o caixa de nossa subsidiária na Holanda, a TI BV, convertido em moeda nacional.

Além da distribuição dos dividendos máximos possíveis ao acionista, estamos continuamente avaliando estratégias de destinação do caixa para maximização do retorno sobre o capital empregado, considerando alternativas como novos investimentos que possibilitem uma maior geração de caixa e o pré-pagamento de dívidas.



CONTEXTO EXTERNO

AMBIENTE EXTERNO

Embora ainda em ritmo lento, a economia brasileira começou a mostrar em 2019 uma trajetória de recuperação. As vendas do diesel, principal derivado de petróleo consumido no país em função da matriz de transportes fortemente dependente do modal rodoviário, tiveram crescimento de 3,0%. Já as vendas de gasolina pelas companhias distribuidoras mostraram-se estáveis, com queda de apenas 0,6%. O combustível fóssil contou ainda com o efeito positivo pelo ganho de competitividade do etanol hidratado, cujas vendas cresceram 16,3% em relação a 2018.

As importações de derivados, principalmente diesel e gasolina, severamente afetadas em 2018 pela greve dos caminhoneiros, mostraram recuperação em 2019, retomando a tendência de alta observada nos últimos anos. As importações de diesel e gasolina voltaram a crescer, registrando altas, respectivamente, de 11,7% e 62,7% na comparação com 2018. Entretanto, as exportações de gasolina tiveram recorde histórico, com crescimento de 117,1% em relação ao ano anterior.

A produção total de derivados pelas refinarias nacionais manteve-se no patamar do ano anterior (0,1%). O mesmo ocorreu com a produção de gasolina, que apresentou ligeira alta de 0,8%. Já o diesel sofreu redução de 2,3% na comparação com 2018.

A ainda modesta recuperação da economia nacional, refletida nos percentuais apresentados nos parágrafos acima, foi acompanhada pelos dados de movimentação dos oleodutos e terminais operados pela Transpetro. O volume de produtos movimentados foi 0,6% superior a 2018 e reverteu a trajetória de queda dos últimos quatro anos. Já o volume médio diário movimentado nos gasodutos avançou 3,1% em comparação a 2018.

No segmento de transporte marítimo, o cenário internacional de 2019 mostrou valores dos fretes com pouca variação durante o ano, apresentando leve tendência de crescimento para algumas classes de navios petroleiros. Porém, no último trimestre, registrou-se alta repentina nos fretes devido, principalmente, à sanção dos Estados Unidos da América sobre a empresa Cosco, a alteração do teor de enxofre nos óleos combustíveis marítimos (IMO 2020) e o ataque a instalações de processamento de petróleo na Arábia Saudita. Esses fatores reduziram temporariamente a oferta de navios no mercado, causando aumento dos fretes no período. A frota da Transpetro, mantendo a histórica trajetória de crescimento desde 2012, transportou em 2019 um volume de produtos 4,4% superior a 2018.

A Petrobras e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) celebraram em 2019 dois Termos de Compromisso de Cessação (TCC) com o objetivo de suspender inquéritos sobre supostas condutas anticompetitivas da empresa nos mercados de refino e gás natural. Em contrapartida, a Petrobras comprometeu-se a vender oito refinarias, incluindo a logística associada (dutos e terminais), bem como sua participação acionária nas transportadoras e distribuidoras de gás natural.

A Transpetro, reafirmando sua posição de excelência e liderança, está preparada para ser a melhor opção como prestadora de serviços para os compradores dos ativos de transporte e logística ofertados pela Petrobras no âmbito dos TCCs. Um exemplo disso é a celebração do contrato de apoio ao transporte de gás firmado com a Transportadora Associada de Gás (TAG), atualmente gerida pela francesa Engie e pelo fundo canadense CDPQ, que adquiriram da Petrobras 90% das ações da transportadora.

O ambiente regulatório no qual a Transpetro está inserida vem sendo amplamente reformulado nos últimos anos. As mudanças que forem propostas poderão acarretar muitos desafios, mas também oportunidades para a Companhia. O Governo Federal lançou em 2019 dois programas que, em linhas gerais, visam à ampliação da competição e à atração de investimentos nos setores de gás natural e de refino e logística de combustíveis, respectivamente. Novo Mercado de Gás e Abastece Brasil. Regulamentado na forma de lei em 2017, o RenovaBio teve relevantes avanços em 2019 que possibilitarão sua efetiva operacionalização a partir de 2020, podendo alterar significativamente o perfil de consumo de derivados de petróleo e de biocombustíveis no país.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

DUTOS E TERMINAIS

Indicadores de Performance

Eficiência das Operações com Navios em Terminais Aquaviários (EON-TA)

	2017	2018	2019
Meta	86,30%	87,80%	92,00%
Resultado	91,79%	92,80%	93,76%

Destaques 2019 e Desempenho do Negócio

De janeiro a dezembro de 2019, movimentamos 587,2 milhões de m³ de petróleo e derivados em nossos terminais e oleodutos, resultado 0,6% superior ao valor alcançado em 2018. No segmento de petróleo, a alta foi de 1,7% e se deveu, principalmente, ao aumento das exportações em operações ship to ship nos terminais de Angra dos Reis (RJ) e São Sebastião (SP) e pela carga média processada nas refinarias levemente acima do verificado em 2018. Por outro lado, a movimentação de derivados teve queda de 0,6%, em função do forte aumento das importações de terceiros, uma forte alternativa de óleo diesel e gasolina para as distribuidoras. No mesmo período, a movimentação média diária de gás natural foi de 69,7 milhões de metros cúbicos, superior em 3,1% ao resultado registrado no ano anterior.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TRANSPETRO Petrobras Transporte S.A.

CNPJ nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobrás

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Colhemos resultados expressivos em nossas atividades operacionais. O indicador que mede a eficiência das operações de carga e descarga de navios de petróleo e derivados nos terminais, o EON-TA, fechou o ano em 93,78%, superando mais uma vez o valor alcançado no ano anterior, quando registrou 92,80%. Isso comprova o esforço contínuo de otimização das nossas operações, resultando na redução do tempo necessário para a execução de atividades que impactam a estadia total do navio nos terminais, como atracamentos, análises de produto e deficiências de equipamentos.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) promoveu leilão para arrendamento do Terminal de Belém, do qual a Transpetro saiu como vencedora. A assinatura do contrato está em tramitação no Ministério da Infraestrutura.

Iniciamos também em 2019 as obras do Projeto Integra, que vai unir num ambiente de 1.200 m² o Centro Nacional de Controle e Logística (CNCL), o Centro Nacional de Acompanhamento de Navios (CNAN) e o Centro de Diagnóstico de Máquinas (CDM). Os processos de programação, operação, medição e qualidade dos produtos, integrando as atividades operacionais das diretorias de Dutos e Terminais (DDT) e de Transporte Marítimo (DTM) estarão centralizados. O projeto nos concede um grande diferencial competitivo e estratégico ao ampliar a segurança e a confiabilidade dos nossos processos operacionais e gerar melhores resultados para a empresa.

Entre as ações desenvolvidas e executadas na Diretoria de Dutos e Terminais com o objetivo de melhorar a eficiência operacional ou reduzir custos, podemos citar as seguintes:

• Recebemos a 1ª homologação para aplicação da metodologia de "Inspeção Não Intrusiva (INI)" em esferas e caldeiras, uma conquista pioneira na Petrobras e um marco significativo na área de integridade. Com essa ação, será possível aumentar de seis para nove anos o tempo entre paradas para inspeção e manutenção de esferas e reduzir custos de manutenção e a exposição dos nossos colaboradores ao risco.

• Realizamos adaptações no Terminal Terrestre de Ilhéus (BA) para a operação com etanol hidratado. Com a interligação das linhas de recebimento de biocombustível, a unidade amplia suas atividades e garante maior receita para a Companhia. A iniciativa resultará em maior atratividade para os produtos movimentados pelo Oleoduto Rechcanavo Sul da Bahia (Orsub) e garantirá o abastecimento da região.

• Ampliamos a vazão e quadruplicamos a velocidade de escoamento de gasolina dos navios para o Terminal Aquaviário de Maceió com a utilização de um duto que movimentava etanol. A operação de um navio, antes realizada em 24 horas, passou a ser executada em oito horas. O aumento da eficiência operacional do terminal, obtido com a utilização de mão de obra própria da unidade, gera uma economia estimada de US$ 350 mil ao ano, pois reduz os custos de permanência de um navio, incluindo a sobrestadia.

• Interligamos as linhas do sistema de produtos escuros da Refinaria Abreu e Lima (Rnest) e da Transpetro, em Suape (PE). Isso trouxe maior agilidade na entrega do óleo combustível que vai para as termoelétricas. Agora, podemos utilizar a atracagem da refinaria para transferir direto para o terminal, sem precisar de navio, gerando uma disponibilidade maior de produto e reduzindo custos de estadia. Anteriormente, a movimentação do óleo combustível para as térmicas de Pernambuco e da Paraíba era realizada por cabotagem para o Porto de Suape, utilizando as instalações do píer de granéis líquidos 1, bastante requisitado.

• Ampliamos nossa capacidade de entrega ao estado do Maranhão com a construção de um duto especificamente para descarga de gás liquefeito de petróleo (GLP). A nova alternativa possibilita maior flexibilidade no escoamento do produto e amplia nossa movimentação, além de diminuir o tempo de espera dos navios. O píer no qual o produto era descarregado no Porto de Ilhaqui passou a ser liberado para a descarga de outros produtos.

Quebramos também em 2019 alguns recordes. O Terminal de Angra dos Reis (RJ) estabeleceu em agosto sua melhor marca na movimentação de petróleo (3.335.003 m³), superando em 13% o recorde anterior, de janeiro do mesmo ano. Contribuíram para isso a ampliação da terceira linha de atracações e a retomada das manobras noturnas de navios, o que possibilitou o aumento das operações de transbordo e contribuiu na unidade.

O Terminal de Santos (SP) registrou, em 29 de outubro, sua melhor marca diária de movimentação de combustível marítimo (bunker) dos últimos nove anos (11.789 toneladas). O volume reflete a tendência de alta na comercialização do produto fornecido aos navios atracados no Porto de Santos. O terminal é responsável por cerca de 40% do produto movimentado no país. A operação se torna ainda mais importante ao maior fornecedor de combustível marítimo, porque, desde 1º de outubro, atendemos à resolução da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que determina a redução de 3,5% para 0,5% do limite máximo do teor de enxofre nos óleos combustíveis marítimos utilizados por embarcações que não possuem sistema de limpeza de gases de escape. A medida entrou em vigor em 01/01/2020.

Já o Terminal de São Luís (MA), localizado no Porto Público de Itaqui, estabeleceu dois marcos operacionais em 2019. Em novembro, a unidade atingiu seu maior volume anual de movimentação de derivados (7.342.386 m³). No mês seguinte, realizou a maior operação do ano no país para descarga de navio com carga importada por terceiros, ao movimentar 103 mil m³ de diesel. Movimentações históricas como essas atestam nossa capacidade de atender, com qualidade e segurança, ao aumento das demandas de nossos clientes.

Em alinhamento com nosso objetivo estratégico de conquistar novos negócios e, consequentemente, aumentar nossa rentabilidade, firmamos com a Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) novo contrato para prestação de serviços de apoio técnico ao transporte de gás natural. Com o acordo, que tem vigência de dez anos, a empresa adquirida pela francesa Engie passa a ser nosso maior cliente fora do âmbito da Petrobras.

Empenhados em oferecer novos serviços ao mercado e em busca de novos clientes, assinamos com a empresa International Saybolt, especialista em inspeção e certificação de cargas, o primeiro contrato para prestação de serviços de análise laboratorial. Segundo o acordo, o primeiro dessa natureza com foco na certificação de petróleo, derivados e biocombustíveis, realizaremos em nossos laboratórios situados em portos do país a verificação da conformidade das cargas importadas, com base nos requisitos da legislação brasileira.

Ampliamos ainda nosso portfólio de serviços ao recebermos a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) para a realização de atividades de calibração e inspeção dimensional dos sistemas de medição de gás natural. Com essa acreditação, nossas equipes estão autorizadas a realizar esses serviços, dispensando a necessidade de contratar laboratório externo.

Outro importante passo para a consolidação de nosso portfólio de serviços foi o arrendamento das instalações anteriormente operadas pela Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor). O acordo envolve ativos da produção de produtos claros – óleo diesel, querosene de aviação (QAV), gasolina e etanol – e gás liquefeito de petróleo (GLP). A alteração do modelo de negócios adotado no Terminal de Mucuripe permite a prestação de serviços para a Petrobras e, também, para outros clientes, expandindo nossa atuação no mercado do Ceará.

Avançamos no escopo de atuação do CNCL e, consequentemente, fortalecemos nossa estratégia de operação centralizada, ao implementar os chamados projetos "tanque a tanques", que consistem na transferência remota de líquidos entre tanques recebedores e expedidores utilizando automação. Realizamos a movimentação de dois oleodutos na Região Sul para os tanques do Terminal Almirante Soares Dutra (RS) e de dois oleodutos da região de São Paulo para os tanques do Terminal de Guarulhos (SP).

Em vários pontos do país, realizamos atividades voltadas a estruturar melhor a empresa para enfrentar os desafios apresentados pelo mercado e capacitá-la a cumprir o seu planejamento estratégico.

TRANSPORTE MARÍTIMO

Nossa frota encerrou o ano de 2019 com 59 navios, dois a mais do que em 2018. Com isso, nossa capacidade de transporte subiu para 4,8 milhões de toneladas de porte bruto (TPB) e a idade média das nossas embarcações aumentou de 13,8 para 14,3 anos. Dos 59 navios, 16 são afretados pela Transpetro International B.V. (TIBV), subsidiária integral da Transpetro localizada na Holanda e registrada pelas leis daquele país.

Incorporamos à nossa frota, em 2019, dois navios construídos em estaleiros brasileiros, Garnicha e Portinari (115 mil TPB cada um), o que representou o acréscimo de cerca de 230 mil TPB à nossa capacidade de transporte.

Indicadores de Performance

Volume de Operações

Em 2019, nosso transporte marítimo movimentou 93,1 milhões de toneladas métricas de petróleo e derivados, volume 4% maior do que o registrado em 2018. No total, realizamos 3.099 operações, uma média de 258 operações por mês.

A capacidade de transporte da nossa frota de navios é de 4,8 milhões de toneladas de porte bruto (TPB). Movimentamos petróleo e seus derivados e gás liquefeito de petróleo, seja por cabotagem ou navegação de longo curso, em atendimento às demandas de nossos clientes.

Nossos navios transportaram 40% da carga de petróleo e derivados movimentada por via marítima na Petrobras.

Perfil da Frota por tipo de navio

Tipo	Quantidade
Gaseiros	9
Panamax	4
Produtos Clima	18

O ano de 2019 foi marcado pela melhoria significativa de nosso resultado e dos indicadores financeiros. Desconsiderando os efeitos do IFRS 16, o Ebtida ajustado de R$ 1,76 bilhão representou um incremento de 24% em relação ao exercício de 2018. Esse crescimento reflete o aprimoramento contínuo de nossa cultura de disciplina de capital, aliado ao aumento de 8% na receita operacional líquida em decorrência do recebimento de duas novas embarcações na frota.

Esse desempenho teve efeito positivo em nossos principais indicadores financeiros de performance: Dívida líquida sobre Ebtida ajustado, cujo índice de 2,0 corresponde a uma redução de 29%, e Retorno sobre o capital empregado (Roce), que alcançou o valor de 9,0%, um incremento de 36% em relação ao ano anterior.

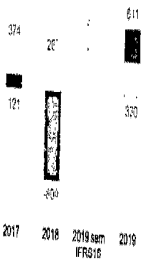
Além da performance operacional, o resultado contábil de 2019 foi impactado positivamente pela reversão parcial de R$ 425 milhões do montante provisionado em exercícios anteriores por impairment. Isso decorreu principalmente da previsão dos fretes futuros de nossos navios com valores superiores às premissas utilizadas no último teste, refletindo as expectativas mais atualizadas para esse mercado em nosso plano de negócios.

Com isso, o lucro líquido alcançado no exercício de 2019 foi de R$ 611 milhões, ou R$ 397 milhões quando expurgamos os efeitos de impairment e da adoção do IFRS 16, representando um aumento de 49% em relação ao exercício anterior e o maior resultado alcançado nos últimos três anos.

Destacamos a seguir a evolução de nossos principais indicadores financeiros:

	2017	2018	2019 sem IFRS16	2019
Dívida líquida sobre Ebtida ajustado	2,1	2,9	2,0	3,8
ROCE	7,4%	6,6%	9,0%	7,6%
Ebtida ajustado (em R$ milhões)	1.564	1.424	1.763	2.532
Resultado Líquido (em R$ milhões)	121	-809	677	611
Resultado Líquido sem provisão / reversão de impairment	374	267	397	330

Resultado Líquido (em R$ milhões)



Obs: As linhas pontilhadas representam o resultado líquido sem provisão/reversão de impairment

Reconciliação do Ebtida ajustado (Em R$ Milhões)

	2017	2018	2019 sem IFRS 16	2019
Lucro Líquido	121	(809)	677	611
Resultado líquido financeiro	(242)	(397)	(441)	(771)
IR / CSLL	(188)	331	(423)	(394)
Depreciação e amortização	(645)	(547)	(640)	(1.173)
Ebtida	1.197	(206)	2.181	2.950
Variação ativo imobilizado	(4)	(0)	(7)	(7)
Impairment	(383)	(1.830)	425	425
Ebtida ajustado	1.564	1.424	1.763	2.532

Ebtida e Ebtida Ajustado

Com o intuito de refletir a visão dos administradores quanto à formação do resultado das atividades correntes da Companhia, o Ebtida também é apresentado ajustado (Ebtida Ajustado) por resultado da participação em investimentos, impairment, resultados provenientes de desinvestimentos e baixa de ativos, e efeitos cambiais acumulados de conversão (CTA) reclassificados para resultado. Utilizamos o Ebtida ajustado na apuração do indicador Dívida Líquida sobre Ebtida.

ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

PLANO ESTRATÉGICO 2040 (PE 2040)

Em dezembro de 2019 foi aprovado o Plano Estratégico da Transpetro, estendendo o horizonte para 2040. Essa revisão foi necessária para posicionar a Companhia no mercado de forma ainda mais competitiva face às mudanças significativas que vêm ocorrendo em seu ambiente de negócios, tais como:

• Posicionamento estratégico da Petrobras com foco na produção e desinvestimentos no setor de refino e logística associados;
• Propostas de mudanças regulatórias;
• Abertura do mercado para novos players, sejam investidores, operadores ou traders;
• Transformação digital abrindo um leque de novas oportunidades para criação de valor.

Tudo isso levou a Transpetro a revisar suas estratégias para continuar sendo a melhor empresa de transporte e logística de petróleo, seus derivados, gás e biocombustíveis, capaz de gerar valor para seu acionista de forma sustentável. Para tal, a Companhia se posiciona como uma empresa multicliente, multiprodutos, orientada para o mercado, capaz de agregar valor aos negócios de seus clientes por meio do desenvolvimento de soluções inovadoras e de sua excelência operacional.

Nossa visão 2040 está descobrada em oito estratégias. Cinco delas são de negócios, focadas no desenvolvimento de serviços e soluções para segmentos específicos de mercado. Outras três são transversais, capazes de adequar a cultura da Companhia e seus processos internos a um ambiente de negócios cada vez mais competitivo.

Estratégias de Negócio:

• Permanecer na operação dos ativos logísticos envolvidos no plano de desinvestimento da Petrobras, agregando valor ao negócio por meio de soluções logísticas com níveis de serviço competitivos.
• Comercializar soluções de transporte e logística adequadas às necessidades do mercado por meio da diversificação e gestão ativa de portfólio de serviços e excelência operacional.
• Desenvolver cultura e competências comerciais para um ambiente competitivo, multicliente, multimodal, em busca de soluções inovadoras.
• Comercializar soluções logísticas para o segmento de upstream, com foco no escoamento e suporte da produção de petróleo offshore.
• Comercializar serviços para escoamento do gás do Pré-Sal e operação de Terminais de GNL.

Estratégias Transversais:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

2017	55	14
2018	57	13,83
2019	59	14,3

Tonelada porte bruto dos nossos navios

Ano	TPB
2017	4.529.474
2018	4.572.123
2019	4.830.999

Disponibilidade Operacional

Em 2019, a eficiência operacional da frota, representada pelo Índice de Disponibilidade Operacional (IDO), foi de 94,8.

Índice de Disponibilidade Operacional (IDO)

Ano	IDO
2017	99,2
2018	96,7
2019	94,8

A redução do IDO em 2019 se deu em razão de alguns eventos fortuitos e imprevisíveis com três navios de metade de dez anos. Além disso, o desempenho operacional de embarcações com mais de 25 anos obteve índice de 88%, o que levou a Diretoria de Transporte Marítimo a realizar estudos de viabilidade econômica e técnica, ainda em 2019, para avaliar o adiantamento de alienação dos navios com pior performance operacional de frota. Isso deverá promover uma melhora do IDO no ano de 2020. Adicionalmente, estamos buscando ações para incrementar os índices de manutenção preventiva, além de outras medidas que estão em estudo para melhorar o acompanhamento dos demais programas de manutenção e operação, com objetivo de voltar aos índices de 2016 e 2017.

Docagens

Ao todo, concluímos nove docagens em 2019 (quatro em dique seco e cinco inspeções subaquáticas) totalizando R$ 64,6 milhões de investimentos no ano. Nos últimos anos, as docagens levaram, em média, 55 dias por navio, incluindo as viagens de deslocamento para os estaleiros e o tempo de docagem.

Redução de Custos e Melhoria de Resultado

A Diretoria de Transporte Marítimo vem otimizando seus custos operacionais nos últimos anos, com as principais reduções concentradas nas rubricas de Manutenção e Materiais, nos aproximando do benchmark internacional. Desde 2013, o custo fixo operacional das embarcações obteve redução de cerca de 18%. É importante salientar a melhoria do Ebitda das operações de Transporte Marítimo em 34% de 2018 para 2019.

Programas de Melhoria Sistêmica

Ao longo dos anos, a Diretoria de Transporte Marítimo tem procurado realizar iniciativas para o fortalecimento da sua cultura de segurança e melhoria da eficiência operacional dos navios, em busca do aperfeiçoamento contínuo. Dentre elas, citamos as seguintes:

Inspeções do Programa Sire

Uma importante ferramenta de gestão para a melhoria contínua dos níveis de segurança e eficiência no transporte marítimo são as Inspeções Sire. Trata-se de um critério internacional de inspeção de navios, elaborado e padronizado pela Oil Companies International Marine Forum (Ocimf), que gera um diagnóstico detalhado sobre a qualificação técnica do navio e de sua tripulação.

Os resultados são publicados no site da entidade, permitindo o acesso dos potenciais clientes ou das demandantes dos navios inspecionados.

Em 2019, foram realizadas 42 inspeções nos navios da nossa frota.

TMSA

Aprimoramos os nossos processos e práticas, que se baseiam nos requisitos do Tanker Management and Self Assessment (TMSA), sistemática reconhecida como referência no mercado mundial de shipping e desenvolvida pela Ocimf. O programa incentiva as empresas a avaliarem seus sistemas de gerenciamento de segurança em relação aos principais indicadores de desempenho (KPIs). Os resultados da autoavaliação podem ser usados para desenvolver planos de melhoria em fases que suportam a melhoria contínua dos sistemas de gerenciamento de navios.

SGF

O Sistema de Gestão da Frenagem (SGF) estabelece para a frota diretrizes baseadas em padrões internacionais de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde (QSMS). Alinhado às 15 diretrizes de SMS da Petrobras, o SGF busca aprimorar a gestão com foco nas melhores práticas e no comportamento humano, sendo um processo de melhoria contínua, com revisões críticas periódicas, em conformidade com as exigências da indústria.

Navio 1000

O Programa Navio 1000 é um dos nossos critérios mais completos de avaliação de performance do navio e, portanto, do desempenho das tripulações. O objetivo do programa é medir o desempenho da frota, buscando alinhamento com as boas práticas e indicadores utilizados no mercado de transporte marítimo internacional. O programa promove uma competição entre as embarcações, premiando os melhores resultados.

Eficiência Energética

A comissão de eficiência energética atua na busca pelas melhores soluções na área de transporte marítimo. Essas soluções visam à redução do consumo de combustível por nossos navios, custos de manutenção e das emissões atmosféricas, com ganhos para a empresa e a sociedade.

Implementação de Internet banda larga nos navios

Foi concluído em 2019 o projeto de implantação do sistema de Internet banda larga em todos os navios. A iniciativa permite a maior inserção das nossas tripulações ao ambiente corporativo, melhorando a comunicação e a ambiência em nossas embarcações. Tudo isso em alinhamento com o que existe de melhor no mercado.

CNAN e Projeto Integra

Inaugurado em março de 2014, o Centro Nacional de Acompanhamento de Navios (CNAN) se tornou uma ferramenta eficaz de acompanhamento e controle na Diretoria de Transporte Marítimo (DTM). A integração da sua base de dados com o ambiente corporativo oferece aos gestores de mar e terra informações privilegiadas e confiáveis para a tomada de decisões relacionadas à segurança da navegação. Em 2019, para superar os desafios do futuro, o Projeto CNCL Integra, iniciou uma concepção que vai unir no mesmo ambiente o Centro Nacional de Controle e Logística (CNCL), o Centro Nacional de Acompanhamento de Navios (CNAN) e o Centro de Diagnóstico de Máquinas (CDM). O trabalho conjunto das equipes de terra e mar vai ampliar a segurança e a confiabilidade dos nossos processos operacionais e gerar melhores resultados para a empresa.

Simulados de Emergência

Como prescrito no Manual de Segurança do SGF, entre as diversas situações de emergência possíveis na operação dos navios, realizamos 2.803 simulados ao longo de 2019 na frota da Transpetro.

A Estrutura Organizacional de Resposta (EOR) da DTM realizou simulados Table-Top e de comunicação e mobilização, com destaque para o simulado com a Gallagher Marine Systems para renovação do certificado dos navios que operam em águas norte-americanas, requisito exigido pela guarda costeira dos Estados Unidos da América. Nesses simulados, utilizamos a metodologia do Incident Command System (ICS), adotada em toda a Petrobras.

Transformação Digital

A Diretoria de Transporte Marítimo tem criado e aprimorado ferramentas e sistemas que contribuem para a Transformação Digital na Companhia. Exemplo disso é o Controle Operacional e Relatórios sob Demanda (Cord), plataforma modular com diversas ferramentas que dão agilidade ao trabalho realizado pelos gerentes. Desenvolvemos e implementamos o Audit, sistema para atendimento e realização de auditorias internas e externas do TMSA, que se tornou referência em excelência nas auditorias, obtendo reconhecimento internacional.

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

A adoção da IFRS 16, explicada no capítulo sobre Capital Financeiro, resultou em alterações significativas nos valores do nosso Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Indicadores Financeiros sem impactar a geração de caixa da Companhia. Por essa razão, expurgamos esses efeitos para fins de comparação dos indicadores com os anos anteriores.

O Plano de Negócios e Gestão 2020-2024 traduz para o horizonte dos próximos cinco anos os desafios e metas da Transpetro dentro do cenário que estabelece sua visão. O plano considera os efeitos de mudanças importantes no setor de logística de óleo e gás no Brasil, principalmente o posicionamento estratégico da Petrobras, que foca sua atuação no segmento de Exploração & Produção e concentra as atividades de Refino e Logística na Região Sudeste.

Estamos nos preparando para essa nova dinâmica de mercado, com a entrada de novos players de refino e logística: investidores, operadores, empresas internacionais buscando oportunidades no mercado brasileiro ou mesmo empresas domésticas. Para tanto, o PNG 2020-2024 contempla não só a continuidade, mas também o reforço das ações de redução de gastos, fundamentais para garantir nossa competitividade e nos consolidar como a melhor alternativa logística para qualquer cliente.

	2020	2021	2022	2023	2024
Projeções de Câmbio Real Taxa de Câmbio - Dólar (anual)	3,85	3,79	3,75	3,72	3,70

Fonte: PB/ESTRATEGIA/EMN

Projeções de Inflação
Indicadores de Juros e Inflação (% / anual)

	2020	2021	2022	2023	2024
IPCA	4,00	4,10	4,10	4,10	4,00
IGP-M	4,07	4,90	4,70	4,50	4,50
Selic	4,40	6,50	7,00	7,00	7,00

Fonte: PB/ESTRATEGIA/EMN

Além disso, o plano prevê o desenvolvimento de novos projetos, capazes de nos posicionar em mercados e atividades de alto valor, gerando novas receitas para a Companhia.

Transformação Digital e Inovação

Em um cenário de profundas mudanças no mercado e nas corporações, no Brasil e no exterior, a Companhia se posiciona como operadora logística e transportadora orientada ao mercado, multimodal, multiclientes e multisserviços, acreditando que uma cultura voltada à inovação é fundamental na superação dos desafios que estão no caminho.

Os novos direcionadores do Planejamento Estratégico 2040 formalizaram, além de iniciativas estratégicas voltadas diretamente aos negócios e clientes, uma iniciativa estratégica transversal, direcionada à transformação digital e inovação, que perpassa toda a Companhia.

Baseados nesse importante pilar, os projetos e ações estão estruturados para ser muito mais do que uma "simples" atualização tecnológica. É claro que as ferramentas já existentes e as que ainda serão criadas representam parte importante dessa jornada. Desde que auxiliem a conexão das pessoas, o aperfeiçoamento da cultura organizacional e a otimização dos processos, gerando verdadeiro ciclo transformador na busca dos melhores resultados para a Companhia.

Transformar digitalmente uma organização é pensar não só em termos operacionais, mas também promover uma cultura ágil no que tange à percepção sobre o que é valor para o mercado, estruturando a capacidade de antecipação e ação, em um mindset inovador.

GOVERNANÇA, RISCOS E CONFORMIDADE

GOVERNANÇA E GESTÃO

O ano de 2019 foi mercado pelo avanço e aprimoramento dos nossos mecanismos de governança corporativa. As ações promovidas para o aperfeiçoamento dos processos da Companhia tornaram-na mais robustas, garantindo maior efetividade, transparência e conformidade com os requisitos contidos na lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), no decreto nº 8.945/2016, nas resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e nas Regras Corporativas Comuns (RCCs) emitidas pela Petrobras.

Investimos na melhoria contínua das ações de governança na Companhia e, como resultado, destacamos o recebimento, pelo segundo ano consecutivo, do Certificado de Nível 1 (Grau Máximo) do Indicador de Governança IG-SEST, desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais (Sest), que tem como objetivo avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei das Estatais e o grau de aderência às melhores práticas de governança.

A Tabela de Limite de Competência (TLC) é um importante instrumento da estrutura de governança e do processo decisório da Companhia, definindo os limites de competência de que dispõem o presidente, os diretores e os titulares de funções perenidade para o cumprimento de suas atribuições, respeitadas as competências estatutárias.

Os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva, que se reúnem periodicamente para avaliar e discutir temas relevantes em suas áreas de atuação, também constituem elementos fundamentais da estrutura de governança e processo decisório. Em 2019 contamos com os seguintes comitês:

Assessoramento ao Conselho de Administração

- Estatutários: Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); Comitê Estratégico e Financeiro (Coestfin); e Comitê de Elegibilidade (Utilizamos o Comitê de Pessoas da Petrobras Controladora).

- Não Estatutários: Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS); Comitê de Medidas Disciplinares (CMD)

Assessoramento à Diretoria Executiva

- Comitê de Desempenho Empresarial; Comitê de Investimentos; Comitê de Riscos, Comitê de SMS; Comitê de Segurança de Dutos; Comitê de Recursos Humanos; Comitê de Gestão e Comitê de Compliance.

Destacamos ainda o Diagnóstico de Gestão do Presidente (DGP), exercício de liderança que possibilita o contato direto da Alta Administração com os colaboradores e tem como principais objetivos a verificação do nível de aplicação de práticas de gestão nas gerências e a identificação de práticas inovadoras e de oportunidades de melhoria a serem implementadas nas áreas diagnosticadas ou em outras com as quais tenham interface.

GESTÃO DE RISCOS EMPRESARIAIS

Em 2019 realizamos mais um ciclo do Mapeamento de Riscos Empresariais. A metodologia utilizada se mantève alinhada à legislação e ao modelo da Petrobras Controladora, contemplando aprimoramentos provenientes das lições aprendidas nos ciclos anteriores e das melhores práticas do mercado.

Um dos aprimoramentos desse ciclo foi o mapeamento de riscos por grupos temáticos, estruturados a partir das diversas categorias de risco da Estrutura Analítica de Risco (EAR), contando com a participação de representantes indicados por cada área da Companhia. Dessa forma, os riscos foram analisados de maneira interdisciplinar, permitindo maior interação das áreas e a avaliação sob óticas e experiências variadas.

Destacamos também a aprovação dos Riscos Estratégicos pelo Conselho de Administração de Transpetro, em consonância com as melhores práticas da gestão de riscos empresariais observadas no mercado. Essa definição possibilita o tratamento adequado dos riscos com alto potencial de desvio das metas previstas no Plano Estratégico, representando uma conexão direta entre os riscos mapeados e os objetivos estratégicos da Companhia.

RISCOS ESTRATÉGICOS DA TRANSPETRO

Alterações no ambiente competitivo (desinvestimento Petrobras)
Alterações legais ou regulatórias
Descontinuidade operacional (graves acidentes, greves, sabotagem ou derivação clandestina)
Dano ambiental (graves acidentes, sabotagem ou derivação clandestina com grandes vazamento)
Frustração das metas de receita (conjuntura econômica ou mercado)
Perda de pessoas especializadas, de conhecimento ou de comprometimento
Concentração de faturamento em poucos clientes
Dificuldade na implantação da transformação digital e segurança cibernética
Mudança do perfil da matriz de transporte e energética

Em 2019 o Conselho de Administração da Transpetro, considerando os benchmarkings realizados sobre o tema, aprovou o Apetite a Risco da Companhia, formulado por meio de "Declarações" elaboradas por elementos a partir das dimensões "ambiental", "vida", "financeira", "legal e conformidade", e "governança". Esse modelo está em consonância com as melhores práticas de gestão de riscos empresariais observadas no mercado e, a partir dessa apetite, configura-se o perfil de riscos da empresa, em suporte ao processo decisório da Companhia.

Destacamos ainda o aprimoramento do protocolo para atendimento às emergências e crises, alinhado ao modelo internacional Incident Command System (ICS) e ao da Petrobras Controladora. Integramos e uniformizamos os processos de gestão de emergência, voltados para a capacidade de resposta inicial,

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TRANSPETRO Petrobras Transporte S.A.

CNPJ nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobrás

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

lática e operacional frente a eventos não programados; e de gestão de crise, voltados para a capacidade de condução de esforços e ações estratégicas para mitigar os efeitos dos eventos não programados, de maneira estruturada e com o envolvimento da Alta Administração.

Como parte da avaliação do modelo de atendimento às emergências e crises, foram realizados em 2019 simulados que mobilizaram toda a Diretoria Executiva, gerentes executivos e gerentes envolvidos no processo. Os exercícios foram avaliados por membros do Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde do Conselho de Administração da Transpetro e por representantes da Petrobras Contratadora e de certificadora externa.

Entre os riscos estratégicos da Transpetro, destacam-se as intervenções ilencionais de terceiros para furto de petróleo e derivados nos dutos, as chamadas derivações clandestinas. Essas ações criminosas colocam em risco a vida das pessoas, a preservação do meio ambiente, a segurança das instalações sob nossa responsabilidade e o suprimento do mercado.

Conforme gráfico abaixo, em 2019, registramos 203 casos de furto ou tentativa de furto em nossos dutos em todo o país. No comparativo com 2018, houve uma redução de 22% no número de ocorrências. Do total de casos, 141 (69%) aconteceram no Estado de São Paulo e 40 (20%), no Estado do Rio de Janeiro. Os dois estados concentram 89% das ocorrências.

	2016	2017	2018	2019
Evolução das Ocorrências de Derivações Clandestinas	72	227	261	203

Nossa preocupação maior é a segurança das famílias, pois intervenções criminosas nos dutos podem trazer riscos para a comunidade. Assim, no combate às derivações clandestinas, desenvolvemos um trabalho de forma matricial e integrado, por meio de iniciativas e ações nas disciplinas citadas abaixo.

Ações de Combate às Derivações Clandestinas

- Comunicação e Responsabilidade Social
- Jurídico
- SMS e Risco
- Operação
- Engenharia e Tecnologia
- Relações Externas
- Segurança
- Inteligência

Nas operações de proteção de dutos, reforçamos as inspeções terrestres e aéreas nas faixas com o objetivo de localizar pontos suspeitos e tentativas de furto, com base nas técnicas disponíveis.

Investimos constantemente no desenvolvimento de tecnologias. Em 2019, foram realizados vários testes com o objetivo de monitorar as faixas de dutos, e de detectar e localizar as derivações clandestinas. Contamos com a colaboração do Cenpes, o Centro de Pesquisa da Petrobras, onde diversas tecnologias estão em teste ou em desenvolvimento.

CONFORMIDADE

Em 2019, demos continuidade ao aprimoramento das ações e práticas voltadas à prevenção, detecção e correção de desvios e não conformidade associadas à fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, e ao fortalecimento da nossa cultura e ambiente de compliance. Atuamos para disseminar e orientar, além de promover e revisar os principais instrumentos e normativos relacionados à conformidade, incluindo o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção.

Revisamos também nossos instrumentos que norteiam a conduta ética. O Código de Ética e o Guia de Conduta receberam ajustes em temas importantes como respeito aos direitos humanos, relacionamento com o poder público e encaminhamento de questões relacionadas à violência no trabalho. Também promovemos revisão em nossa Política de Compliance, que estabelece princípios e diretrizes para a prevenção e combate à corrupção, em todas as suas formas, e elaboramos uma cartilha com orientações de conduta voltada para terceiros, com o objetivo de estimular um ambiente de comportamento ético e íntegro, de envolvimento responsável e de práticas leais nas relações com todo a cadeia produtiva e públicos de interesse.

Com a finalidade de subsidiar os gestores na tomada de decisão e minimizar riscos, continuamos a realizar avaliações de Background Check de Integridade (BCI), que consiste no levantamento sistemático de informações pessoais e de informações de diversas áreas de controle da Companhia, e a elaborar os pareceres de conformidade, com destaque para os pareceres referentes a processo de contratação e aditivos contratuais. Em 2019, foram emitidos 231 BCIs e 143 pareceres de conformidade. Para as contrapartes, permanecemos realizando análise de integridade, expressa pela atribuição do Grau de Risco de Integridade, cujo resultado é utilizado para subsidiar a habilitação destes em processos de contratação.

Outra importante iniciativa de caráter preventivo, para multiplicar e disseminar conhecimento, são os treinamentos realizados anualmente sobre ética e conformidade, que estão destacados abaixo:

- Treinamentos para a Liderança, associados ao Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL), que contemplaram 89 empregados-líderes em 2019;
- Treinamentos para Novos Empregados, oferecidos a 36 dos nossos recém-admitidos;
- Treinamento para a Alta Administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria) e gerentes executivos, com a participação de 31 administradores e gestores;
- Treinamento obrigatório para todos os empregados em Legislações Anticorrupção e Ética nos negócios por Ensino a Distância (EAD), com 2.897 participantes em 2019.

Além das ações preventivas, ressaltamos os procedimentos investigativos associados à fraude e à corrupção, envolvendo atividades de apuração de denúncias oriundas do nosso Canal de Denúncias, bem como apuração de indícios de irregularidades provenientes de outras fontes (auditoria, órgãos de controles, dentre outros) que passaram por revisão em seus normativos.

Destacamos também a criação do Comitê de Medidas Disciplinares (CMD), órgão não estatutário de caráter permanente, vinculado ao Conselho de Administração, que tem por finalidade deliberar a sanção disciplinar a ser aplicada nos casos em que houver responsabilização de empregado resultante de irregularidades relacionadas à fraude, corrupção, lavagem de dinheiro, financiamento de terrorismo, assédio sexual, assédio moral e ações em geral com indícios de práticas criminosas ou de improbidade.

Ressaltamos ainda as ações realizadas para atendimento ao acordo firmado entre a Controladoria e o Departamento de Justiça Americano (DoJ) para encerramento das investigações relacionadas aos controles internos, registros contábeis e demonstrações financeiras no período de 2003 a 2012. Executamos, de forma alinhada à Petrobras, tempestivamente e com efetividade, o Plano de Ação para atendimento aos itens constantes no anexo do acordo, referente ao Programa de Compliance.

CONTROLES INTERNOS

No ano de 2019, a partir das avaliações efetuadas, verificamos que as ações realizadas pela Companhia remediaram, em todos os aspectos relevantes, as deficiências identificadas até o fim do exercício, comprovando a efetividade dos nossos controles internos sobre relatórios financeiros.

A avaliação da eficácia de nossos controles internos sobre relatórios financeiros é realizada tendo por base os critérios da Estrutura Integrada de Controles Internos, emitidos pelo Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission (Coso), em atendimento à Lei Sarbanes-Oxley (SOx). Esses critérios regem a certificação da Petrobras Controladora e abrangem a Transpetro, por se tratar de empresa relevante da Petrobras. Ressalta-se que, em atendimento à lei 13.303/2016, os controles da Transpetro são avaliados pela Auditoria Interna.

Em alinhamento à metodologia utilizada na Petrobras, realizamos análises de risco para identificar os processos mais sensíveis e desenvolver controles apropriados. Com objetivo de garantir a confiabilidade e a integridade de nossas atividades, dispomos de controles internos de governança, processos e tecnologia da informação. A eficácia desses controles é avaliada internamente e por auditoria externa. Uma vez identificada eventual deficiência de controles, atuamos ativamente propondo ações de melhoria e remediação.

Há atividades para definição e acompanhamento de soluções de controles de processo no sistema integrado de gestão ou em legados, visando automatizar regras de negócio e inibir, automaticamente, a materialização de erros, bem como padronizar soluções sistêmicas de controle e conformidade. E, em atendimento ao Estatuto Social, para verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, foi implementada estrutura específica para melhor apoiar a gestão de acessos lógicos de sistemas. Para essas atividades, são priorizados os sistemas que possuem histórico de escopo na Certificação SOX/CVM480/09.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7.1	102.117	94.464	966.690	850.578
Títulos e valores mobiliários	7.2	2.331.299	1.116.429	2.331.299	1.116.429
Contas a receber	8	5.972	35.107	5.972	35.107
Contas a receber de partes relacionadas	8-9	1.417.914	1.353.527	1.896.954	1.332.291
Adiantamento a fornecedores		7.214	4.094	18.545	10.764
Estoques		107.948	87.556	107.948	87.556
Imposto de renda e contribuição social	11.1	159.061	309.082	159.061	309.082
Impostos e contribuições	11.1	54.709	58.553	54.717	58.559
Despesas antecipadas	10	8.086	1.565	62.561	52.379
Demais ativos		113.599	42.077	113.599	42.078
		4.307.919	3.102.454	5.739.346	3.894.843
Ativos classificados como mantidos pra venda	13	8.123	-	8.123	-
		4.316.042	3.102.454	5.747.469	3.894.843
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	7.2	60.652	58.265	60.652	58.265
Contas a receber de partes relacionadas	8 - 9	14.791	17.616	1.696.575	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	11.2	792.403	868.839	792.403	868.839
Depósitos judiciais	16.3	206.068	197.507	206.068	197.507
Adiantamento a fornecedores		186	15.827	186	15.827
Demais ativos	12	77.431	86.980	77.431	86.980
		1.151.531	1.275.034	2.833.315	1.257.418
Investimentos	14	1.299.596	1.179.767	-	-
Imobilizado	15-19-20	10.933.469	6.802.386	11.336.368	7.073.797
Intangível		41.721	20.894	41.721	20.894
		13.425.317	9.078.081	14.211.404	8.352.109
Total		17.741.359	12.180.535	19.958.873	12.246.952

PASSIVO	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante					
Financiamentos	19	322.742	303.675	322.742	303.675
Fornecedores		305.789	301.437	310.991	336.833
Arrendamentos mercantis	20	958.279	1.749	1.437.488	1.749
Contas a pagar a partes relacionadas	9	408.483	543.138	432.762	568.238
Impostos e contribuições	11.1	101.993	98.478	102.014	98.552
Provisão para imposto de renda e contribuição social	11.1	-	-	3.474	5.387
Dividendos a pagar	21.5	43.031	-	43.031	-
Salários, benefícios, encargos sociais e participações	17	416.477	313.339	416.477	313.726
Demais contas a pagar		34.596	59.784	34.659	36.857
Receitas a apropriar		4.739	495	4.739	495
		2.596.129	1.599.095	3.108.387	1.865.512
Não circulante					
Financiamentos	19	6.527.700	5.659.835	6.527.700	5.659.835
Fornecedores		44.132	33.959	44.132	33.959
Arrendamentos mercantis	20	2.853.741	2.071	4.558.997	2.071
Provisão para processos judiciais	16.1	214.374	245.754	214.374	245.754
Contas a pagar a partes relacionadas	9	145.115	161.457	145.115	161.457
Receitas a apropriar		4.230	4.724	4.230	4.724
Passivo atuarial	16.3	1.729.667	974.725	1.729.667	974.725
Impostos e contribuições	11.1	48.333	48.848	48.333	48.848
Demais contas a pagar		14.791	17.616	14.791	17.616
		11.580.083	7.149.989	13.285.339	7.149.989
Patrimônio líquido					
Capital social realizado	21.1	3.403.344	3.403.344	3.403.344	3.403.344
Reservas de lucros	21.2	243.015	-	243.015	-
Outros resultados abrangentes	21.4	(81.212)	353.710	(81.212)	353.710
Prejuízos acumulados		-	(324.603)	-	(324.603)
		3.565.147	3.432.451	3.565.147	3.432.451
Total		17.741.359	12.180.535	19.958.873	12.246.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro bruto		2.470.307	2.091.609	2.488.526	2.293.998
Despesas operacionais					
Vendas	24	(41.613)	(35.752)	(41.613)	(35.752)
Gerais e administrativas	24	(782.758)	(630.073)	(788.627)	(637.105)
Tributárias	24	(104.506)	(98.935)	(104.506)	(86.934)
Perda/reversão no valor recuperável de ativos - *Impairment*	15.4	424.931	(1.630.011)	424.931	(1.630.011)
Outras despesas operacionais, líquidas	24-25	(211.109)	(186.722)	(201.425)	(195.244)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos		(715.055)	(2.781.494)	(712.240)	(2.797.046)
Receitas financeiras	26	1.755.252	(712.805)	1.776.384	(753.238)
Despesas financeiras	26	106.620	75.081	257.766	91.517
Variações monetárias e cambiais, líquidas	26	(919.436)	(480.625)	(1.043.204)	(480.679)
Resultado de equivalência patrimonial	26	13.860	(571)	14.196	2.481
Lucro antes dos impostos	14	46.831	(27.547)	-	-
Imposto de renda e contribuição social Corrente		1.004.927	(1.146.467)	1.005.144	(1.140.119)
Imposto de renda e contribuição social Diferido	11.2	(212.897)	-	(213.114)	(6.348)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	11.3	(181.381)	337.245	(181.381)	337.245
Lucro/(Prejuízo) por ação básico e diluído - R$		610.649	(809.222)	610.649	(809.222)
Quantidade de lote de mil ações ao final do exercício	22	0,18	(0,24)	0,18	(0,24)
	22	3.403.344	3.403.344	3.403.344	3.403.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Capital social realizado	Reserva de capital - Incentivos fiscais	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Incentivos fiscais	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados / Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes - Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		3.403.344	5.792	420.728	87.653	83.031		226.338	4.226.885
Ajuste de conversão de investimento no exterior								176.274	176.274
Mensuração passivo atuarial - Petros e AMS								(46.902)	(46.902)
Adoção inicial IFRS9 - Ativos financeiros							(29.554)		(29.554)
Dividendos adicionais propostos									(83.031)
Prejuízo do exercício							(609.222)		(609.222)
Absorção do prejuízo:									
Reserva de capital			(5.792)				5.792		
Reserva legal				(420.728)			420.728		
Reserva de incentivos fiscais					(87.653)		87.653		
Saldos em 31 de dezembro de 2018		3.403.344	-	-	-	-	(324.603)	353.710	3.432.451
Ajuste de conversão de investimento no exterior								46.449	46.449
Mensuração passivo atuarial - Petros e AMS								481.371	481.371
Lucro líquido do exercício	21.4						610.649		610.649
Destinação do lucro:	21.4								
Reserva legal				14.302			(14.302)		
Reserva de incentivos fiscais					59.619		(59.619)		
Dividendos adicionais propostos	21.2					129.094	(129.094)		
Dividendos propostos	21.2						(43.031)		(43.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	21.5								
	21.5	3.403.344	-	14.302	59.619	129.094	-	881.530	4.527.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	610.649	(809.222)	610.649	(809.222)
Ajustes para:				
Provisão para imposto de renda e contribuição social	212.897	-	213.114	6.348
Participação em empresa controlada	(46.831)	27.547	-	-
Depreciação e amortização	1.104.078	468.560	1.227.595	547.739
Perda/reversão no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	(424.931)	1.630.011	(424.931)	1.630.011
Resultado com alienação e baixas de ativos	9.692	220	9.692	220
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	895.490	475.014	1.019.039	475.014
Variações cambiais e monetárias não realizadas	12.191	6.364	11.206	6.364
Rendimentos títulos e valores mobiliários	(94.094)	(56.737)	(94.094)	(56.737)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	181.381	(337.245)	181.381	(337.245)
Provisão para processos judiciais	8.443	7.249	8.443	7.249
Perdas com créditos esperadas	-	(2.083)	-	(2.083)
Provisão atuarial com plano de pensão	205.487	149.609	205.487	149.609
Outros ajustes	7.205	-	(126.247)	(13.799)
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber	(45.296)	(15.967)	(71.920)	(9.845)
Estoques	(20.393)	(7.109)	(20.393)	(7.109)
Depósitos Judiciais	(8.561)	(153)	(8.561)	(153)
Outros ativos	(71.810)	48.020	(79.912)	67.237
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(160.389)	(183.003)	(190.223)	(225.410)
Impostos, taxas e contribuições	(53.019)	(277.456)	(51.880)	(278.453)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.013)	(4.740)	(8.356)	(5.906)
Outros passivos	95.014	79.609	94.630	79.790
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	2.412.586	1.215.487	2.505.038	1.322.620
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(659.677)	(826.461)	(595.392)	(869.384)
Títulos e valores mobiliários	(1.123.163)	398.750	(1.123.163)	398.750
Outros investimentos	(25.749)	-	-	-
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(1.707.589)	(427.711)	(1.718.555)	(490.634)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captações	694.380	243.617	694.380	243.617
Amortizações de principal	(291.434)	(545.025)	(291.434)	(545.025)
Amortizações de juros	(375.146)	(342.845)	(375.146)	(342.845)
Recebimentos contratos de arrendamentos mercantis (arrendatário)	-	-	546.950	-
Amortizações contratos de arrendamentos Mercantis (arrendador)	(724.948)	-	(1.266.535)	-
Dividendos pagos	-	(112.719)	-	(112.719)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	(697.148)	(756.972)	(691.785)	(756.972)
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	33.414	121.692
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	7.853	30.804	138.112	96.873
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	94.464	63.660	950.578	753.705
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	102.117	94.464	988.690	850.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receitas				
Vendas de serviços	8.450.739	7.876.972	8.949.064	8.839.279
Outras receitas operacionais	90.873	75.473	100.357	87.567
Receitas relacionadas a construção de ativos para uso	859.508	1.383.435	896.022	1.449.358
(-) Provisão para perda de crédito esperada	-	2.083	-	2.083
	9.400.920	9.339.963	9.945.443	10.378.284
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros	(1.079.788)	(1.081.048)	(1.292.967)	(1.341.786)
Materiais consumidos	(256.202)	(227.426)	(281.892)	(246.981)
Energia, serviços de terceiros e outros	(1.426.255)	(1.907.987)	(1.469.245)	(1.597.617)
Créditos fiscais sobre materiais consumidos	(9.043)	(7.481)	(9.043)	(7.481)
Créditos fiscais sobre energia, serviços de terceiros e outros	(134.988)	(194.177)	(134.988)	(194.177)
Perda/ reversão no valor de recuperação de ativos	424.931	(1.630.011)	424.931	(1.630.011)
	(2.481.345)	(5.048.130)	(2.763.204)	(5.420.133)
Valor adicionado bruto	6.919.575	4.291.843	7.182.239	4.958.151
Depreciação e amortização	(1.104.078)	(466.560)	(1.227.595)	(547.739)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	5.815.499	3.825.283	5.954.644	4.407.412
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	46.831	(27.547)	-	-
Receitas financeiras e de variações monetárias e cambiais	169.674	112.414	323.516	128.863
Valor adicionado total a distribuir	216.505	84.867	323.516	128.863
Distribuição do valor adicionado	6.031.804	3.910.150	6.278.160	4.536.275
Pessoal e encargos				
Participações nos lucros ou resultados	1.545.861	1.584.222	1.627.607	1.640.706
Remuneração variável de empregado	128.870	112.925	128.870	112.925
Honorários da diretoria e conselho de administração	91.431	-	91.431	-
Vantagens (alimentação, transportes e outros)	11.632	12.444	11.632	12.444
Plano de aposentadoria e pensão	178.734	181.364	179.178	181.776
Plano de saúde	144.394	87.420	108.574	88.052
FGTS	197.581	185.147	224.846	170.321
	81.473	60.259	81.512	60.259
Entidades governamentais	2.379.976	2.163.781	2.451.650	2.246.483
Impostos contribuições federais	1.193.721	841.478	1.194.242	847.850
Impostos contribuições estaduais	317.627	296.320	317.627	259.320
Impostos contribuições municipais	256.624	237.990	256.624	237.990
Imposto renda e contribuição social diferido	181.381	(337.245)	181.381	(337.245)
	1.949.353	1.041.543	1.949.974	1.047.915
Instituições financeiras				
Despesas financeiras e aluguéis	1.091.826	1.494.048	1.265.987	2.051.099
	1.091.826	1.494.048	1.265.987	2.051.099
Acionistas				
Lucros/ Prejuízos retidos	567.818	(809.222)	567.818	(809.222)
Remuneração ao acionista	43.031	-	43.031	-
	610.649	(809.222)	610.649	(809.222)
Valor adicionado distribuído	6.031.804	3.910.150	6.278.160	4.536.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TRANSPETRO Petrobras Transporte S.A.

CNPJ nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobrás

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

NOTAS EXPLICATIVAS
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, doravante denominada "Transpetro" ou "Companhia", é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e foi constituída em 12 de junho de 1998.

A Companhia tem por objeto construir, manter e operar dutos e terminais marítimos ou terrestres, explorando atividades relacionadas, direta ou indiretamente, aos serviços de transporte e armazenagem de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos, fertilizantes e de gás em geral, por meio de outros, terminais e quaisquer outros modais de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e multimodal, bem como construir, manter e operar embarcações, explorando as atividades relacionadas, direta ou indiretamente, à utilização de embarcações próprias ou de terceiros, para os serviços de apoio marítimo, transporte e armazenagem de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos e de gás em geral.

A Transpetro, diretamente ou por meio de suas controladas, associadas ou não a terceiros, poderá exercer no país ou fora do território nacional qualquer das atividades integrantes de seu objeto social.

Atualmente, parte substancial das operações comerciais da Companhia é realizada com empresas do sistema Petrobras.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. O sumário das principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras está apresentado na nota explicativa 4.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 6.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 14 de fevereiro de 2020, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou os requerimentos contidos no pronunciamento *IFRS 16 Leases* e na interpretação *IFRIC 23 Uncertainty over Income Tax Treatments*.

2.2.1 IFRS 16 – Leases / CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundos de contratos de arrendamento mercantil operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil; e (iii) no caso dos subarrendamentos classificados como arrendamentos financeiros, a receita de juros sobre os recebíveis.

A Companhia adotou a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos), sendo os pagamentos de arrendamento desses contratos, reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

Na adoção inicial, foi utilizado o método de abordagem de efeito cumulativo, não respresentando as demonstrações financeiras de períodos anteriores. Os seguintes expedientes foram aplicados:

- aplicou o pronunciamento aos contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento mercantil operacional conforme nota explicativa 17.1 – Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional de 31 de dezembro de 2018;
- os contratos de arrendamento foram mensurados com base no valor presente dos pagamentos remanescentes desses contratos, descontados utilizando a taxa incremental nominal;
- a taxa incremental nominal é a taxa que a Companhia teria de pagar, na data de início do contrato de arrendamento, pela captação, por prazo e garantia semelhante, dos recursos necessários para obter um ativo de valor similar ao ativo de direito de uso;
- o ativo de direito de uso foi reconhecido com base no valor mensurado para os contratos de arrendamentos;
- a Companhia reconhece, mensalmente, a depreciação do direito de uso e a despesa de juros.

Apresentação

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu o valor de R$ 3.809 milhões nos saldos de ativo imobilizado e no passivo de arrendamento em virtude da mensuração dos ativos de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento; tais mudanças não impactaram o patrimônio líquido da Companhia. Os ativos de direito de uso apresentados no ativo imobilizado, representam principalmente os seguintes ativos subjacentes: Instalações (dutos e terminais) e edificações. Os passivos de arrendamento estão sendo apresentados em linha própria nas demonstrações financeiras da Companhia.

Na demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia evidencia os efeitos relacionados à depreciação do direito de uso dos bens arrendados e os pagamentos dos arrendamentos como atividades de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros dos passivos de arrendamento.

Informações complementares sobre direito de uso reconhecido e a movimentação dos contratos de arrendamento estão mencionadas nas notas 15 e 20 respectivamente.

Estimativas e julgamentos relevantes

Considerando que a Companhia adotou o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, utilizando como taxas de desconto, taxas incrementais sobre empréstimos da Petrobras na data de adoção inicial.

A taxa nominal média de juros incremental dos passivos de arrendamento da adoção inicial na controladora foi 9,24% e no consolidado 7,86%.

2.2.2 IFRIC 23 Uncertainty over Income Tax Treatments / ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

O IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Não foram identificados impactos na adoção do IFRIC 23.

2.3 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem informações da Transpetro e das suas controladas.

A Companhia é detentora de 100% do capital social da Transpetro International BV (TIBV) e da Transpetro Bel 09 S.A. (Transbel) e, como controladora integral, apresenta suas demonstrações financeiras consolidadas.

Transações e saldos entre entidades do grupo, incluindo o lucro não realizado oriundo dessas transações, são eliminados no processo de consolidação.

2.4 Demonstração do valor adicionado

Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08 e tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.5 Moeda Funcional

A moeda funcional da Transpetro e de sua controlada Transbel é o real. A moeda funcional de sua controlada TIBV, que atua em ambiente econômico internacional, é o dólar norte-americano.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa da TIBV, que atua em ambiente econômico estável com moeda funcional distinta da Controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e as demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

4.3 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são apresentadas ao custo e apropriadas ao resultado na medida em que são incorridas.

4.4 Demais ativos circulantes

São apresentados, quando aplicável, pelo valor líquido de realização, com os respectivos rendimentos e variações monetárias e cambiais.

4.5 Ativos Mantidos para venda

Os ativos mantidos para venda são assim classificados quando for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável, apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

4.6 Investimentos societários

As participações nas controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), com base no patrimônio líquido de cada controlada.

No caso da TIBV, o patrimônio líquido expresso em dólares norte-americanos é convertido para reais com base nas taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2019. Os ganhos ou perdas cambiais, que nas demonstrações consolidadas não foram eliminados, são apresentados no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, estão reconhecidos na demonstração do resultado.

4.7 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment).

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 15, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido.

Os ativos de direito de uso são apresentados como ativo imobilizado e, de acordo com a vida útil de seus respectivos ativos subjacentes e as características dos contratos de arrendamento (prazo, transferência do ativo ou exercício de opção de compra), são depreciados pelo método linear com base nos prazos contratuais.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos e amortizados ao longo da vida útil estimada dos respectivos ativos. A Companhia cessa a capitalização dos encargos financeiros dos ativos cujo desenvolvimento esteja concluído, entretanto, a capitalização dos juros pode ser suspensa, entre outros motivos, quando os ativos qualificáveis não recebem investimentos significativos por período igual ou superior a 12 meses.

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no ativo imobilizado quando o prazo de campanha for superior a doze meses e houver previsibilidade das mesmas. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas no resultado do período.

As benfeitorias em bens de terceiros são realizações realizadas em bens de propriedade de terceiros, mantidos pela Transpetro para uso em suas operações e foram contabilizados da seguinte forma:

- Benfeitorias cujas obras foram concluídas têm seus gastos contabilizados como benfeitoria em bens de terceiros.
- Benfeitorias cujas obras ainda não estão concluídas têm seus gastos contabilizados como obras em andamento.

4.8 Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment). É composto, basicamente, por softwares.

Ativos intangíveis gerados internamente podem ser capitalizados, desde que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, dentre outros.

4.9 Arrendamento mercantil

Os passivos de arrendamento, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, geralmente descontados a taxa incremental nominal sobre empréstimo da Petrobras, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido as novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento.

Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

Para os arrendamentos mercantis em que a Companhia é arrendadora do bem e, desde que, classificado como arrendamento financeiro, constitui-se um contas a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil.

4.10 Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados - *Impairment*

A Companhia avalia os ativos imobilizado e intangível quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGCs).

A Transpetro, atualmente, possui 3 UGCs: Transporte, Comboio-Hidrovia e Dutos e Terminais (Contratos), sendo:

- UGC Transporte: Frota de navios
- UGC Comboios-Hidrovia: Conjunto de embarcações (comboios) em construção do Projeto Hidrovia (transporte de etanol ao longo do Rio Tietê)
- UGC Dutos e Terminais (Contratos): Valor em uso/IFRS 16

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo e seu valor em uso. O valor recuperável utilizado para avaliação do teste na principal UGC da Transpetro (UGC Transportes) é o valor em uso, considerando a expectativa de utilização dos ativos até o final da sua vida útil.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-impostos que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor de ágio (goodwill).

4.11 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém devem ser divulgados em notas explicativas quando:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

3. Operação Lava Jato e seus reflexos na Companhia

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia considerou todas as informações disponíveis e monitorou as investigações da "Operação Lava Jato", não tendo sido identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014 no montante de R$ 256.664, ou que impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela Companhia. A Transpetro continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

A Companhia continua acompanhando as investigações e colaborando efetivamente com os trabalhos da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) e Advocacia Geral da União (AGU) para que todos os fatos e irregularidades sejam apurados e devidamente tratados.

Além disso, temos tomado as medidas necessárias para recuperar danos sofridos em função do esquema de pagamentos indevidos, inclusive os relacionados à nossa imagem corporativa.

À medida que as investigações da "Operação Lava Jato" resultem em acordos de leniências ou acordos de colaboração, a TRANSPETRO poderá ter direito a receber valores previstos expressamente nesses acordos.

Não obstante, a Companhia não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável adicional neste momento. Esses valores serão reconhecidos no resultado do exercício como outras receitas líquidas quando forem recebidos ou quando a sua realização se tornar praticamente certa.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi reconhecido, por meio de acordos de colaboração e leniência celebrados com pessoas físicas e jurídicas, o ressarcimento de R$ 80.281 (R$ 79.605 até 31 de dezembro de 2018). Esses recursos foram reconhecidos como outras receitas operacionais.

3.1 Investigações envolvendo a Companhia

A Transpetro não é alvo das investigações da "Operação Lava Jato" e é reconhecida, formalmente, pelas autoridades brasileiras como vítima do esquema de pagamentos indevidos.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações financeiras apresentadas.

4.1 Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

4.1.1 Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

b) Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gestão do ativo, conforme segue:

• Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

• Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

c) Contas a receber de clientes

São contabilizados, inicialmente, pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método dos juros efetivos, sendo deduzidas as perdas por redução ao valor recuperável de ativos considerados como perdas com créditos esperadas (*impairment*).

Quando a Companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da Companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação.

d) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Aumento significativo do risco de crédito

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorra no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a Companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. O baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Definição de inadimplência (*default*)

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente (*default*) quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações.

Apresentação

Provisões para *impairment* sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos tendo como contrapartida ganhos ou perdas no resultado.

4.1.2 Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

4.2 Estoques

Materiais, suprimentos e outros, destinados ao consumo e à manutenção das operações da Companhia são mensurados ao custo médio de aquisição, quando este não exceda ao custo de reposição.

4.12 Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são periodicamente com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação.

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido, reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem: i) ganhos e perdas atuariais, e ii) retorno sobre os ativos do plano, menos a receita de juros auferida por esses ativos.

A Companhia também contribui para planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

4.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Tais impostos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período de apuração.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, ao final do período de apuração e são determinados mediante a aplicação das alíquotas vigentes. São apresentados líquidos, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos e são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

4.14 Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias nominativas.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

4.15 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando ou à medida que a Companhia satisfaz as obrigações de desempenho assumidas com seus clientes.

A Companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Companhia baseadas em parâmetros de mercados.

As principais atividades de prestação de serviços na Companhia, por segmento, são:

• Dutos e Terminais - Transporte e armazenagem de líquidos nos terminais aquaviários, terrestres e oleodutos e operação dos gasodutos;

• Transporte Marítimo – Afretamento e operação de embarcações.

As receitas e despesas financeiras incluem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações, despesas com juros sobre financiamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas. As despesas financeiras excluem os custos com empréstimos que são capitalizados como parte do custo do ativo até a sua entrada em operação. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

4.16 Subvenções Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia.

5. Novas normas e interpretações

5.1 International Accounting Standards Board (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2019:

Norma	Descrição	Data de vigência
Definition of a Business – Amendments to IFRS 3	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio no âmbito da IFRS 3 - *Business Combination* ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020, aplicação prospectiva.
Interest Rate Benchmark Reform – Amendments to IFRS 9, IFRS 7 e IAS 39	Altera as IFRS 9-*Financial Instruments*, IFRS 7-*Financial Instruments: Disclosures* e *IAS 39-Financial instruments: recognition and measurement*, com o objetivo de incluir exceções temporárias aos aplicação retrospectiva. requerimentos atuais da contabilidade de *hedge* para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR) recomendada pelo *Financial Stability Board* (FSB).	1º de janeiro de 2020,
Definition of Material – Amendments to IAS 1 e IAS 8	Altera a definição de "material" de forma a estabelecer que uma informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários primários das demonstrações contábeis. Esta atualização promoveu alterações na *IAS 1 - Presentation of Financial Statements* e *IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*.	1º de janeiro de 2020, aplicação prospectiva.
IFRS 7 – Insurance Contracts	Esta IFRS substitui a IFRS 4 – *Insurance Contracts* e estabelece os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2021, aplicação prospectiva.

Quanto às alterações listadas acima, a Companhia não estima impactos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis consolidadas, com exceção à IFRS 7-*Insurance Contracts*, a Companhia está avaliando a aplicabilidade.

De igual forma, quanto à alteração listada acima, a Companhia não estima impactos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis consolidadas.

5.2 Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC

O CPC emite normativos contábeis análogos às IFRS, tal como emitidos pelo IASB. A seguir é apresentado o normativo contábil emitido pelo CPC que ainda não entrou em vigor e não teve sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2019, bem como as IFRS equivalentes.

Pronunciamento ou Interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos – Nº 14/2019	*Definition of a Business – Amendments to IFRS 3* *Definition of Material – Amendments to IAS 1 e IAS 8*	1º de janeiro de 2020

6. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, e são revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

6.1 Premissas para testes de recuperabilidade de ativos (*impairment*)

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros, para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* de ativos imobilizados exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais, no caso da Companhia, principalmente dos fretes dos navios e fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, vida útil remanescente dos navios, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

As premissas utilizadas para fins de avaliação de *impairment* estão apresentadas de forma detalhada na nota explicativa 15.4.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

BR TRANSPETRO Petrobras Transporte S.A.

CNPJ nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobrás

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

6.2 Tributos diferidos sobre o lucro

A determinação da provisão para imposto de renda ou o registro de imposto de renda diferido ativo e passivo e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da administração. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

As informações sobre premissas e estimativas utilizadas foram apresentadas na nota explicativa 11.

6.3 Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 16.

6.4 Benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

• Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;

• Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 18.

6.5 Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo da perdas de crédito esperadas.

6.6 Gestão de capital

O objetivo da Transpetro ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

6.7 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de quitá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

6.8 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros classificados como caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários tem como base a classificação de risco concedida pelas agências avaliadoras Standard & Poor's e Fitch. As informações sobre esses ativos financeiros, que não estão vencidos e sem evidências de perdas, estão dispostas a seguir:

	Consolidado			
	Caixa e equivalentes de caixa		Títulos e valores mobiliários	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
AA	926.221	777.886	2.391.936	1.174.679
AAA	7.936	6.675	-	-
BBB+	30.742	57.357	-	-
Outras classificações	23.791	8.660	15	15
Total	988.690	850.578	2.391.951	1.174.694

6.9 Estimativa do valor justo

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

• Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;

• Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

• Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, da dívida de curto prazo e de outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não são, significativamente, diferentes de seus valores contábeis.

Os títulos e valores mobiliários do ativo circulante e não circulante, correspondentes aos saldos mantidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (FIDC-NP) do Sistema Petrobras, são classificados como de nível I, cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data da mensuração.

7. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

7.1 Caixa e equivalentes de Caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e bancos	44.053	40.386	117.601	104.899
Aplicações financeiras:				
No país	58.064	54.078	58.064	54.078
No exterior	-	-	813.025	691.601
Total de caixa e equivalente de caixa	102.117	94.464	988.690	850.578

A Companhia classificou suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa por serem consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um baixo risco de perda de valor.

7.2 Títulos e valores mobiliários

	Controladora e consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Valor justo por meio do resultado	-	-
Valor justo por meio de outros resultado abrangentes	-	-

	31.12.2019			31.12.2018		
	Não			Não		
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Petrobras	383.479	145.115	528.594	519.830	161.457	681.287
Demais empresas do sistema	25.004	-	25.004	23.308	-	23.308
	408.483	145.115	553.598	543.138	161.457	704.595
Arrendamentos mercantil financeiros - Petrobras	924.733	2.788.191	3.712.924	-	-	-
Dividendos - Petrobras	43.031	-	43.031	-	-	-
Total	1.376.247	2.933.306	4.309.553	543.138	161.457	704.595

Resultado	31.12.2019	31.12.2018
Petrobras	5.906.866	6.734.452
BR Distribuidora	88.408	100.286
TAG	560.292	464.324
NTS	312.593	261.904
BRASKEM	78.927	45.380
Outras empresas	113.094	133.015
Total	8.060.202	7.739.372
Receita, principalmente de vendas	8.307.241	7.731.370
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(11.208)	1.320
Receitas (despesas) financeiras líquidas (i)	(215.831)	6.682
Total	8.080.202	7.739.372

(i) Inclui o resultado financeiro referentes às operações de arrendamento e subarrendamento mercantis requeridos pelo IFRS 16.

9.2 Transações (significativas) com empresas do sistema e entidades governamentais

	31.12.2019		Consolidado 31.12.2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Sistema Petrobras				
Empresas do Sistema - Petrobras e Controladas	3.337.590	4.314.437	1.278.136	726.537
Empresas do Sistema - demais empresas	255.939	19.395	55.155	3.158
Subtotal	3.593.529	4.333.832	1.333.291	729.695
Entidades Governamentais				
Bancos controlados pela União	1.122.459	6.850.441	575.392	5.963.510
Subtotal	1.122.459	6.850.441	575.392	5.963.510
Total	4.715.988	11.184.273	1.907.683	6.693.205
Circulante	2.813.345	1.723.266	2.110.176	871.913
Não circulante	1.902.643	9.461.005	197.507	5.821.292

Resultado	01.01.2019 a 31.12.2019	Consolidado 01.01.2018 a 31.12.2018
Sistema Petrobras		
Empresas do Sistema - Petrobras e Controladas	5.967.949	6.504.104
Empresas do Sistema - demais empresas	1.159.584	411.604
Subtotal	7.127.533	6.915.708
Entidades Governamentais		
Bancos controlados pela União	(529.302)	(451.488)
Subtotal	(529.302)	(451.488)
Total	6.598.231	6.464.219
Receita, principalmente de vendas	6.905.566	8.691.674
Compras e serviços	(1.450.994)	(1.783.967)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(11.209)	1.320
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(745.133)	(444.808)
Total	6.598.231	6.464.219

9.3 Remuneração da administração da Companhia

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Transpetro e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais e dirigentes, relativos aos meses de dezembro de 2019 e 2018 foram as seguintes:

	Expresso em reais	
	2019	2018
Menor remuneração	1.511	1.511
Remuneração média	12.212	11.822
Maior remuneração	69.305	61.804
Remuneração do dirigente da Transpetro	101.092	101.092

As remunerações totais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Transpetro tem por base as diretrizes estabelecidas pela Petrobras, pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia e são apresentadas conforme a seguir:

	2019			2018		
	Diretoria executiva	Conselho de administração	Total	Diretoria executiva	Conselho de administração	Total
Salários e benefícios	8.333	817	9.150	6.395	517	6.912
Encargos sociais	1.453	163	1.616	1.779	-	1.779
Previdência complementar	532	-	532	474	-	474
Remuneração total	10.318	980	11.298	8.648	517	9.165
Número membros remunerados - média do período	5	7,6	12,6	5	5,6	10,6

Foi estabelecido o valor de R$ 14.890 como limite global de remuneração a ser paga aos Administradores da Transpetro no período compreendido entre abril de 2019 e março de 2020.

10. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Arrendamento Antecipado	-	-	48.618	48.596
Seguro	8.066	1.585	12.943	3.791
Total	8.066	1.585	62.561	52.379

11. Tributos

11.1 Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos a recuperar

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

(i) Fundo de investimento (FIDC), administrado pelo Banco do Brasil, destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras. O saldo deve-se, principalmente, à geração operacional do período.
(ii) Refere-se a parcela de cotas do fundo de investimento (FIDC) do Sistema Petrobras, bloqueadas judicialmente.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Recebíveis de contratos com clientes				
Terceiros (i)	10.503	39.638	10.503	39.638
Partes relacionadas (Nota i)	1.432.705	1.371.143	3.593.529	1.332.291
Total do contas a receber	1.443.208	1.410.781	3.604.032	1.371.929
Perdas de créditos esperadas - Terceiros	(4.531)	(4.531)	(4.531)	(4.531)
Total do contas a receber, líquidas	1.438.677	1.406.250	3.599.501	1.367.398
Circulante	1.423.886	1.388.634	1.902.926	1.367.398
Terceiros	5.972	35.107	5.972	35.107
Partes relacionadas	1.417.914	1.353.527	1.896.954	1.332.291
Não circulante	14.791	17.616	1.696.575	-
Partes relacionadas	14.791	17.616	1.696.575	-

(i) No exercício de 2018, está incluso parcela de curto prazo de TEJ (transação extra judicial) assinado com o Estaleiro Atlântico Sul - EAS no montante de R$ 18.172 (vide nota 12).

(ii) No consolidado, exercício 2019, incluso o montante de R$ 2.173.353 referente as operações de subarrendamentos mercantis, conforme requerido pelo IFRS 16.

Quando a Companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da Companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação.

9. Partes relacionadas

9.1 Transações comerciais por operação com empresas do sistema

Os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de operações entre a Companhia, sua Controladora (Petrobras) e demais empresas ligadas, conforme instrumentos contratuais celebrados entre as partes.

	Controladora					
	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Contas a receber, principalmente por vendas						
Petrobras	1.128.214	-	1.128.214	1.142.269	-	1.142.269
Demais empresas do sistema	288.700	14.791	303.491	211.258	17.616	228.874
Total	1.417.914	14.791	1.432.705	1.353.527	17.616	1.371.143
Passivo						
Contas a pagar						

Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
ICMS	8.765	3.349	22.021	11.024	-	-
PIS/COFINS (ii)	5.003	27.718	22.498	245	-	-
INSS (iii)	25.626	26.588	-	6.839	-	-
ISS	2.584	861	13.839	12.916	-	-
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	-	-	34.948	31.211	-	-
Contribuições trabalhistas (iii)	-	-	-	31.082	-	-
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT (iv)	-	-	5.101	4.844	46.333	48.848
Outros	12.739	223	3.609	391	-	-
Total	54.717	58.559	102.014	98.552	46.333	48.848

(i) O saldo a recuperar de Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é resultante das retenções dessas tributos nas prestações de serviços para a Petróleo Brasileiro SA – PETROBRAS. De acordo com a IN RFB nº 1.765/2017, o aproveitamento do saldo a recuperar está condicionado à prévia transmissão da Escrituração Contábil e Fiscal - ECF. Após a entrega da ECF 2019 (ano-calendário 2018) em junho/2019, foi compensado um total de R$ 307 milhões no pagamento de impostos, entre os quais PIS/COFINS, Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF e Contribuição Social Retida na Fonte – CSRF, sendo R$ 293 milhões referentes ao saldo original de impostos a recuperar acumulado em 2018 e R$ 14 milhões de atualização pela taxa Selic desses créditos.

(ii) Os valores do PIS e COFINS a recuperar decorrem das retenções determinadas pela Lei nº 10.833/2003 realizadas pela fonte pagadora, em especial das receitas oriundas das operações com a Petróleo Brasileiro SIA - PETROBRAS, bem como créditos decorrentes da aquisição de ativos imobilizados. O saldo acumulado em dezembro/2019 será compensado na apuração do respectivo tributo ao longo do exercício de 2020.

(iii) O valor de INSS a recuperar refere-se à retenção sobre os serviços prestados com cessão de mão de obra, conforme disposto na Lei nº 9.711/1998, regulamentada pela IN RFB nº 971/2009. Os créditos são utilizados ao longo do ano na apuração do próprio imposto. Em 2019, o saldo passivo dessa rubrica foi reclassificado para o grupo de salários e encargos.

(iv) O Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017, convertida na Lei 13.496/2017, para regularizar uma contingência no montante de R$ 145 milhões referentes a não-homologação da compensação de créditos tributários de IRPJ e CSLL do ano de 2005.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo consolidado no passivo da Companhia é de R$ 51.434 (R$ 5.101 no passivo circulante e R$ 46.333 no Passivo não-circulante), referentes à 121 parcelas, mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2020, atualizadas pela taxa Selic.

11.2 Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Diferidos – Não circulante

a) Movimentação do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são registrados para refletir no resultado do exercício os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil no contexto das leis fiscais aplicáveis, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, fundamentados nas projeções baseadas no Plano de Negócios e Gestão – PNG.

O IRPJ e CSLL diferidos líquidos registrados em 2019 nos montantes de R$ 582.287 e R$ 210.136 respectivamente (R$ 680.529 e R$ 238.310 em 2018) foram constituídos com base nas diferenças temporárias e são decorrentes de provisões para contingências (trabalhistas, cíveis, tributárias e ambiental), perdas no valor recuperável de ativos ("Impairment"), provisão para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados - PLR, pelo disposto na Lei nº 12.973/14, que permitiu o reconhecimento da diferença entre a depreciação contábil, calculada com base no CPC 27, e a depreciação fiscal, prevista na IN RFB nº 1.700/2017, e pelas novas regras definidas pelo IFRS16.

Em 2019, a remensuração do passivo atuarial relacionada ao plano de previdência própria dos empregados de Transpetro, aumentou a provisão atuarial em aproximadamente R$ 220,4 milhões, com impacto de R$ 74.945 no ativo diferido. O valor foi incluído em "Outros Resultados Abrangentes".

Os respectivos efeitos foram registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

	Controladora								
	Provisão Contingências	Provisão despesas de pessoal e PLR	Passivo atuarial	Arrendamento Mercantil	Depreciação acelerada	Impairment	Provisões Operacionais	Perdas de crédito esperadas	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2018	81.092	12.270	45.673	-	(114.437)	393.219	117.625	-	-	535.442
Resultado	(13.221)	18.670	8.685	-	(62.012)	378.182	1.291	7.470	-	337.045
Outros resultados abrangentes	-	-	11.999	-	-	-	-	14.153	-	26.152
Em 31 de dezembro de 2018	67.871	30.940	66.557	-	(176.449)	759.361	118.916	21.623	-	898.839
Resultado	(11.825)	21.701	12.143	28.731	(51.565)	(176.359)	7.056	-	(11.263)	(181.381)
Outros resultados abrangentes	-	-	74.945	-	-	-	-	-	-	74.945
Em 31 de dezembro de 2019	56.046	52.641	153.645	28.731	(228.014)	583.022	125.972	21.623	(11.263)	792.403
Impostos diferidos ativos										1.076.288
Impostos diferidos passivos										(176.449)
Em 31 de dezembro de 2018										899.839
Impostos diferidos ativos										1.031.680
Impostos diferidos passivos										(239.277)
Em 31 de dezembro de 2019										792.403

b) Realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos

A Companhia considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão utilizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções de lucros do PNG.

Em 31 de dezembro de 2019, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

	Controladora e consolidado	
	Ativos	Passivos
2020	103.194	-
2021	33.064	-
2022	32.259	-
2023	32.259	-
2024	32.260	-
2025 em diante	559.367	-
Parcela registrada contabilmente	792.403	-
Total	792.403	-

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento de transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

11.3 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos sobre os lucros apurados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão apresentados a seguir:

	Controladora	
	01.01.2019 a 31.12.2019	01.01.2018 a 31.12.2018
Lucro antes dos impostos e após a participação de empregados e administradores	1.004.927	(1.146.467)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(341.675)	389.799
Ajustes definitivos para apuração da alíquota efetiva:		
Incentivos fiscais - Lucro na Exploração	4.337	(268)
Benefício fiscal - Salário Maternidade	526	(324)
Benefício fiscal - Programa de Auxílio ao Trabalhador (PAT)	3.213	-
Provisão aposentadoria AMS	(54.258)	(41.804)
Participações em Controladas	15.855	(9.366)
Relações Institucionais	(187)	(146)
Bônus - Dirigentes	-	(501)
Outros Ajustes	(27.089)	(44)
Imposto de renda e contribuição social	(394.278)	337.245
Imposto de renda e contribuição social correntes	(212.897)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(181.381)	337.245
Total	(394.278)	337.245
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - %	-39%	29%

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

11.4 Programa de regularização de débitos federais

Em Agosto de 2017, a Transpetro aderiu ao programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Medida Provisória nº 783/2017. A Companhia incluiu um total de 12 (doze) débitos tributários federais, de PIS/COFINS, IRPJ e CSLL, cujas expectativas de perdas eram prováveis. Com a adesão, os débitos tributários originais de R$ 145 milhões foram reduzidos a R$ 95 milhões, gerando uma economia de 32%.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a pagar do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) está apresentado a seguir:

				Consolidado
	31.12.2019	Pagamento	Atualização Monetária	31.12.2018
PERT				
IRPJ/CSLL	51.434	(5.013)	2.755	53.692
Total	51.434	(5.013)	2.755	53.692
Circulante	5.101	-	-	4.844
Não circulante	46.333	-	-	48.848

12. Demais ativos – Não circulante

Corresponde ao pagamento de 5% efetuado com recursos próprios da Transpetro, na forma prevista nos contratos realizados com o Estaleiro Atlântico SUL - EAS no montante de R$ 114.352 (principal e atualização monetária).

Devido à rescisão dos contratos para a construção de navios com o estaleiro Atlântico Sul - EAS (7 navios DP, sendo 4 Suezmax e 3 Aframax), as cartas de fiança que garantiam os valores adiantados foram devolvidas e foi assinado TEJ (transação extra judicial) para devolução dos adiantamentos realizados, em parcelas anuais a partir de 2018.

A Transpetro reavaliou e manteve o reconhecimento da perda de crédito esperada para este ativo no montante de R$ 41.627, resultando do IFRS 9, para o exercício de 2019.

	Controladora e Consolidado				
	31.12.2019	Atualização monetária	Transferência Curto Prazo	Recebimento (i)	31.12.2019
Efetivos a receber	114.352	3.515	-	(17.770)	125.597
Perdas de crédito esperada - PCE	(36.921)	-	4.706	-	(41.627)
Não Circulante	77.431	3.515	4.706	(17.770)	86.980

(i) Valor pago ao estaleiro Rio-Tietê referente aos contratos de 16 comboios (5 ao 20) suspensos por força de decisão judicial, garantidos por cartas de fiança emitidas pelo Banco ABC do Brasil SA, tendo sido quitada no 4º trimestre de 2019.

13. Ativos mantidos para venda

Em novembro de 2019, a Diretoria Executiva aprovou o processo de alienação do navio Lorena BR. Desta forma, o ativo foi reclassificado e está apresentado como mantido para venda. Os esforços para a venda do navio Lorena BR já se iniciaram e a concretização da venda deve ocorrer no primeiro bimestre de 2020.

14. Investimento em controladas

A Transpetro é detentora de 100% do capital social integralizado das empresas Transpetro International BV (TIBV) e Transpetro Bel 09 S.A. (Transbel).

A TIBV é sediada em Roterdam (Holanda) e tem como principal atividade o afretamento de navios na modalidade TCP (Time Charter Party) com a Petrobras (vide nota 20).

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TRANSPETRO Petrobras Transporte S.A.

CNPJ nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobrás

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

A Transbel é uma SPE (Sociedade de Propósito Específico) que tem como atividade a exploração da cessão onerosa da área, administração de infraestrutura portuária e infraestruturas públicas e suas instalações, localizadas dentro do Porto Organizado de Belém, no Estado do Pará, identificada como Bel-09, podendo nela, e por meio dela, realizar todas as atividades portuárias, carga e descarga, armazenamentos, gestão de terminais aquaviários, navegação de apoio portuário e demais atividades relacionadas à movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes do transporte aquaviário.

Seguem abaixo as informações sobre as controladas:

Controlada	% de Participação direta da Transpetro	Capital subscrito em 31.12.2019	Quantidade de Ações / quotas	Patrimônio líquido	Lucro líquido 2019	Lucro/Prejuízo líquido 2018
Transpetro Bel 09 S.A - Transbel	100%	25.749	1.000.000	25.749	-	-
Transpetro International BV - TIBV (*)	100%	130.078	130.075.685	315.788	11.316	(7.209)

(*) Valores em milhares de US$

Movimentação dos saldos de investimentos:

	31.12.2019	31.12.2018
No início do período/exercício	1.179.767	1.031.040
Equivalência patrimonial - TIBV (i)	46.631	(27.547)
Equivalência patrimonial - Transbel (ii)	25.749	-
Variação cambial em investimento no exterior - TIBV (iii)	46.449	176.274
No fim do período/exercício	1.298.596	1.179.767

(i) Refere-se ao resultado gerado pela controlada TIBV nos exercícios de 2019 e 2018

(ii) Integralização de capital

(iii) Refere-se ao ganho patrimonial apurado sobre a variação cambial do investimento na TIBV, registrada em outros resultados abrangentes.

As informações contábeis resumidas sobre os investimentos são as seguintes:

	31.12.2019		31.12.2018	
	Transbel	TIBV	Transbel	TIBV
Ativo circulante (i)	25.749	1.430.022	-	832.445
Ativo Realizável a longo prazo (i)	-	1.695.575	-	-
Imobilizado	-	402.999	-	471.411
Total do Ativo	25.749	3.529.496	-	1.303.856
Passivo Circulante (i)	-	536.601	-	106.473
Passivo não Circulante (i)	-	1.720.047	-	17.516
Patrimônio Líquido	25.749	1.272.848	-	1.179.767
Total do Passivo	25.749	3.529.496	-	1.303.856

	01.01.2019 a 31.12.2019		01.01.2018 a 31.12.2018	
	Transbel	TIBV	Transbel	TIBV
Receita operacional líquida	-	499.324	-	960.304
Lucro/(Prejuízo) Líquido do exercício	-	46.631	-	(27.547)

(i) Em 1º de janeiro de 2019, data da aplicação inicial do IFRS 16, a TIBV reconheceu passivos de arrendamentos com terceiros e recebíveis com a Petrobras, relativos aos contratos de subarrendamentos classificados como arrendamentos financeiros.

15. Imobilizado

15.1 Composição

	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Benfeitorias em bens de terceiros	Navios	Terrenos	Direitos de Uso	Projetos de expansão Promef	Reformas de tanques em andamento	Outras obras em andamento	Consolidado Controladora Total	Total
Saldo em 1º de Janeiro de 2018	12.316	194.391	1.567.671	5.042.362	12.177	5.305	542.596	223.731	142.547	7.743.496	7.322.041
Adições	-	53.725	15.456	12.323	-	631	1.169.296	77.444	108.552	1.437.467	1.374.544
Baixas	-	(59)	-	-	-	-	-	-	(161)	(220)	(220)
Impairment - constituição	-	-	-	(1.446.231)	-	-	(185.730)	-	-	(1.630.011)	(1.630.011)
Impairment - reversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	46.954	238.148	1.360.370	-	-	(1.360.370)	(170.308)	(114.794)	-	-
Depreciação	(1.358)	(75.898)	(325.092)	(141.745)	-	(1.274)	-	-	-	(545.147)	(483.985)
Ajuste Acumulado de Conversão	-	(548)	15.379	52.206	-	-	-	-	(1.175)	65.212	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	10.978	218.765	1.511.562	4.879.235	12.177	4.662	166.192	130.867	137.319	7.073.797	6.602.386
Custo	31.354	469.271	3.120.479	6.095.959	12.177	7.005	166.192	130.867	137.319	10.172.623	9.316.776
Depreciação	(20.376)	(250.506)	(1.608.917)	(1.216.724)	-	(2.343)	-	-	-	(3.098.826)	(2.714.390)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	10.978	218.765	1.511.562	4.879.235	12.177	4.662	166.192	130.867	137.319	7.073.797	6.602.386
Adições	-	27.766	4.453	69.430	-	4.178.819	566.161	123.205	92.469	5.062.303	5.025.786
Baixas	-	(38)	(8.827)	(7.655)	-	(2.035)	-	(106)	(1.189)	(19.852)	(19.852)
Impairment - reversão	-	-	-	424.931	-	-	-	-	-	424.931	424.931
Transferências	-	19.356	169.880	631.820	-	-	(631.820)	(106.120)	(83.166)	-	-
Depreciação	(1.338)	(91.823)	(341.955)	(199.346)	-	(599.040)	-	-	-	(1.223.302)	(1.099.782)
Ajuste Acumulado de Conversão	-	(1.490)	2.593	13.634	-	-	-	-	274	15.491	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.640	175.758	1.338.056	5.812.249	12.177	3.582.402	102.533	147.846	145.707	11.336.368	10.933.469
Custo dos ativos	31.354	492.444	3.170.144	7.218.441	12.177	4.182.756	102.533	147.846	145.707	15.493.402	14.643.190
Depreciação	(21.714)	(306.686)	(1.832.088)	(1.406.192)	-	(590.354)	-	-	-	(4.157.034)	(3.709.721)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.640	175.758	1.338.056	5.812.249	12.177	3.592.402	102.533	147.846	145.707	11.336.368	10.933.469
Vida útil estimada em anos	16 - 25	02 - 31	02 - 50	24 - 35		02 - 54					

Com adoção do IFRS 16, a Companhia reconheceu, em 1º de janeiro de 2019, os ativos de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2019, os direitos de uso estão representados pelos seguintes ativos subjacentes: instalações (dutos e terminais) e edificações.

15.2 Benfeitorias em bens de terceiros

Os gastos com as reabilitações de bens arrendados da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras são de responsabilidade da Transpetro. Dessa forma, as reabilitações dos tanques têm seus gastos capitalizados e contabilizados da seguinte forma:

Os gastos com reabilitações de tanques, cujas conclusões ocorreram durante o exercício de 2019, foram transferidos para "Benfeitorias em bens de terceiros", no montante de R$ 106.120 (R$ 170.308 em 2018). O total de gastos com paradas programadas de tanques, no encerramento de 2019, foram contabilizados em "Reforma de tanques em andamento" no montante de R$ 123.205 (R$ 77.444 em 2018).

15.3 Alteração de Vida Útil de Ativos

Em conformidade com as Deliberações CVM 583/09 e 619/09, referentes ao Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e ao ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, a Diretoria Executiva da Transpetro aprovou o Relatório Técnico de Vidas Úteis dos Ativos - Ciclo 2017, com a consequente revisão da vida útil econômica dos navios da Transpetro.

Nesse sentido, a Companhia reconheceu o montante de R$ 86.205 em 2018 referente aos efeitos da revisão de vida útil dos navios petroleiros de 25 para 30 anos, com alteração da taxa de depreciação de 4% para 3,33% a.a., bem como dos navios gaseiros de 25 para 35 anos, com alteração da taxa de depreciação de 4% para 2,86% a.a.

15.4 Redução ao valor recuperável - *Impairment*

A Administração da Companhia avalia, a cada fim de período, se existem evidências de perda/reversão de recuperabilidade do valor contábil de seus ativos.

No final de 2016 a Transpetro possuía duas Unidades Geradoras de Caixa (UGC): Transporte e Comboios Hidrovia. Em 2019, com a adoção do IFRS 16, foi criada a UGC Dutos e Terminais, sendo contabilizado como Direito de Uso o Valor Presente Líquido dos contratos de arrendamento dos ativos operados nesse segmento.

Segue abaixo a descrição da forma de cálculo e resultados das análises das UGCs existentes em dezembro de 2019.

15.4.1 UGC Transportes

Na elaboração do fluxo de caixa da frota de embarcações (UGC Transportes), consideradas como unidade geradora de caixa e composta por 41 navios, foram consideradas as seguintes premissas:

- Período projetivo: definido de acordo com a vida útil de cada navio, considerando o período em operação dos navios da frota atual;
- A taxa de desconto utilizada considera parâmetros de financiamento praticados por empresas de navegação no mercado e está alinhada com a metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (WACC) do Sistema Petrobras.

16. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas operações, para os quais foram constituídas provisões, quando aplicável, com base na avaliação dos assessores jurídicos internos e externos, na natureza das ações, na similaridade com processos anteriormente julgados e na experiência da Administração.

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhistas e previdenciárias	164.376	159.947
Cíveis e ambientais	32.570	32.536
Tributárias	9.120	5.024
	206.066	197.507

16.4 Contingências Ativas

A Transpetro é detentora de um crédito reconhecido em procedimento arbitral no montante de R$ 421.940, base dezembro/2019, que está sob discussão judicial, cujos assessores jurídicos entendem que possui ganho provável, e, portanto, não passível de registro contábil.

17. Salários, férias, encargos e participações

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Provisão de férias e 13º salário	239.919	210.264
Participação nos lucros e resultados	80.128	87.998
Programa de Desenvolvimento Superior (PDS)	91.431	-
Salários, encargos e outras provisões	24.999	15.464
	416.477	313.726

17.1 Participação nos lucros e resultados

A participação dos empregados nos lucros e resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, [illegible]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Os fluxos de caixa futuros consideraram premissas e orçamentos da Companhia aprovadas no plano de negócios 2020-2024, incluindo as entradas e saídas de navios em operação; e taxas de desconto pós-imposto em moeda constante que variam entre 4,28% e 5,84% (3,82% e 6,58% em 2018), que derivam da metodologia WACC (Custo Médio Ponderado do Capital) para o setor de transporte, considerando a estrutura de endividamento e respectivo benefício fiscal. O resultado da avaliação indicou uma reversão parcial da provisão de perda por desvalorização, no montante total de R$ 424.931, em decorrência, principalmente, do efeito positivo nos preços dos fretes em reais, por conta do aumento nas projeções de taxa de câmbio (R$/US$) constantes nos Planos de Negócios e Gestão 2020-24 da Transpetro e Petrobras quando comparados aos valores projetados no plano anterior.

15.4.2 UGC Comboios-Hidrovia

No caso da UGC Comboios-Hidrovia, a Transpetro continua avaliando alternativas de utilização dos comboios já construídos. Considerando que o projeto continua em avaliação, mas que não há premissas para avaliar economicamente a sua utilização, esta UGC teve seu valor mensurado conforme seu valor de mercado, de forma a realizar a avaliação pelo valor justo de venda através de um laudo técnico contratado.

O laudo técnico não constatou alteração relevante em relação ao ano anterior. Desta forma, foram mantidos os saldos de 2018.

15.4.3 UGC Dutos e Terminais

Para a UGC Dutos e Terminais, não há indicativo de perda por desvalorização.

16. Processos judiciais e contingências

16.1 Processos judiciais provisionados

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e com base nos históricos referentes às quantias reivindicadas por terceiros, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora e Consolidado			
	31.12.2019	Adições	Baixas	31.12.2018
Processos judiciais trabalhistas (i)	207.278	63.360	(42.802)	186.720
Processos judiciais cíveis	4.733	2.013	(16.531)	19.251
Processos judiciais tributários (ii)	2.363	2.292	(39.712)	39.783
Total provisionado no passivo não circulante	214.374	67.665	(99.045)	245.754

(i) A variação do saldo decorre principalmente da revisão dos valores de exposição das ações judiciais, alteração das expectativas de perdas nos processos existentes e entrada de novos processos, sobretudo aqueles referentes as ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime (RMNR).

(ii) O imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, devido ao Município de Santos – exercícios 2004 a 2018, foi pago pela Transpetro com a inclusão no REFIS/2018.

16.2 Processos judiciais não provisionados

Com base no levantamento dos processos judiciais e procedimentos administrativos da área jurídica da Transpetro, demonstra-se a seguir o valor total dos processos judiciais com perdas possíveis não provisionadas:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Ações	511.891	521.556
Trabalhistas e previdenciárias	502.544	429.091
Tributárias	150.443	82.226
Cíveis e ambientais	3.509	
Outras	1.168.387	1.032.877

Os objetos das causas mais relevantes classificadas como perda possível em dezembro de 2019, segregados por esfera estão informados abaixo:

16.2.1 Trabalhistas e previdenciárias

	Valor da causa	Quantidade de processos
Objeto	226.854	3.388
Verbas rescisórias e trabalhistas	160.272	583
RMNR (a)	46.437	138
Reparação de danos	5.848	14
Horas extras	72.470	291
Demais ações	511.891	4.394

(a) Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR).

Ações coletivas e individuais em que se requer a revisão da metodologia de apuração do complemento de RMNR. São autores dessas ações o SINDIPETRO TRO dos estados do ES, RJ, BA, SP, PE, SE, RN, CE, PR, SC, RS, PI, AL, PB, AM, GO, DF e ações individuais nestes estados e em MG.

Houve publicação do acórdão do TST negando provimento aos Embargos Declaratórios oferecidos pela Companhia. Dessa decisão a Transpetro, juntamente com a Petrobras, recorreu, via Recurso Extraordinário, ao STF. Na "fase de admissão" do recurso extraordinário, a matéria até decidida definitiva a ser proferida pelo próprio STF. Mantida a expectativa de perda "possível".

16.2.2 Tributárias

	Valor da causa	Quantidade de processos
Objeto	147.636	1
Lucros Auferidos no exterior (a)	122.773	4
INSS - Gratificações/ Bônus de desempenho (b)	66.129	3
Diferença de RAT - benzeno e ruído (c)	52.638	1
Saldo Negativo da CSLL do ano calendário de 2006 (d)	35.811	1
INSS - Solidariedade - AMS (e)	77.757	51
Diversos (f)	502.544	61

Os valores referem-se, principalmente, as execuções fiscais relatadas a seguir:

(a) Lucros Auferidos no exterior - R$ 147.636.

A Companhia tomou ciência, em 26/12/2018, do auto de infração materializado no processo administrativo fiscal nº 16692.721230/2018-51, que aborda a cobrança de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Líquido, referente aos exercícios de 2013 e 2014, em relação aos lucros auferidos por empresa controlada no exterior. A Companhia apresentou impugnação, que foi julgada improcedente em 11/04/2019. A Companhia interpôs Recurso Voluntário ao CARF. O valor atualizado é de R$ 147.636.

(b) INSS - Gratificações/Bônus de desempenho - R$ 122.773.

Trata-se de processos iniciados pela Receita Federal do Brasil, nos quais questiona-se a base de cálculo da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, envolvendo rubricas que não foram oferecidas à tributação, como exemplos: gratificação extraordinária gerencial e bônus de desempenho. A Companhia reitera o entendimento sobre a não incidência da contribuição previdenciária sobre tais valores em conformidade com a Lei 8212/91. Sobre o tema, há os seguintes processos: (i) Execução Fiscal nº 5013014-30.2019.4.02.5101, com valor de exposição de R$ 46.244; (ii) Execução Fiscal nº 5001649-25.2019.4.02.5101, com valor de exposição de R$ 19.739; (iii) Execução Fiscal nº 5076134-47.2019.4.02.5101, com valor de exposição de R$ 839; e (iv) Processo Administrativo Fiscal nº 16692.720826/2018-34, com valor de exposição de R$ 55.951.

(c) Diferença de RAT - benzeno e ruído - R$ 66.129.

Trata-se de cobrança de contribuição previdenciária adicional para custeio de aposentadoria especial em decorrência da alegação do INSS de exposição a benzeno e a ruído de empregados da Companhia. Sobre o tema, há os seguintes processos: (i) Processo Administrativo Fiscal nº 16692.720521/2014-07, com valor de exposição atualizado de R$ 55.537; Processo Administrativo Fiscal nº 10580-728.137/2019-85, com valor de exposição atualizado de R$ 9.360 e; Processo Administrativo Fiscal nº 10580-726.139/2019-75, com valor de exposição atualizado de R$ 1.232.

(d) Saldo negativo de CSLL do ano-calendário de 2006 - R$ 52.638.

Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em face da TRANSPETRO no ano de 2016, onde se pretende exigir débito decorrente de compensações formalizadas pela Companhia e não homologadas pela Receita Federal, nas quais se buscou compensar crédito decorrente de Saldo Negativo de CSLL do ano calendário de 2006 (exercício 2007), com débitos de estimativa de CIDE Remessas ao Exterior, PIS, COFINS e IRPJ, nos anos de 2007, 2008 e 2010. A Companhia opôs embargos à execução, alegando a cobrança em duplicidade por entender que a não homologação da compensação de parcela computada na formação do Saldo Negativo de CSLL implicaria na sua imediata cobrança no processo administrativo de compensação, bem como na sua glosa na composição do Saldo Negativo e, por consequência, na redução do crédito a compensar. Em 03/05/17, foi publicada sentença nos autos do processo da execução, não acolhendo a tese advogada pela Companhia. Em 24/05/2017, a Companhia interpôs recurso de Apelação contra a decisão, que está conclusa para julgamento no Tribunal Regional Federal da Segunda Região. O valor atualizado é de R$ 52.638.

(e) INSS - Solidariedade AMS - R$ 35.811.

Trata-se de controvérsia administrativa gerada pela autuação direcionada à "Holding" - com inclusão da TRANSPETRO na condição de devedora solidária – sob fundamentação de não terem sido recolhidas as contribuições previdenciárias, a cargo dos profissionais da área de saúde credenciados, no regime de escolha dirigida, no Programa de Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS), plano de saúde oferecido aos empregados da Companhia e seus dependentes da Companhia. No julgamento do Recurso Voluntário dos contribuintes, o CARF manteve o lançamento realizado pela autoridade fazendária, rejeitando

17.3 Novo Plano de Carreiras e Remuneração (PCR)

Em 01 de outubro de 2018, a Companhia apresentou aos seus empregados o Plano de Carreiras e Remuneração (PCR), uma modernização no modelo de carreira e remuneração com objetivo de ajustar as novas iniciativas de gestão de pessoas às necessidades de negócio atuais e futuras da Companhia, além de atender às demandas dos próprios empregados por reconhecimento e modelos de trabalho mais inovadores.

O programa também resulta em um maior alinhamento com práticas sugeridas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), cuja adesão ao PCR foi realizada pelos empregados, de forma voluntária.

Neste processo a Companhia concedeu um aborno aos empregados que aderiram ao PCR com o intuito de obter o maior número de adesões ao novo plano e desembolsou o total de R$ 61.412, registrado em outras despesas operacionais nos exercícios de 2018 e 2019, referentes aos 3.106 empregados que aderiram ao programa.

18. Benefícios pós-emprego

Planos de pensão e saúde

18.1 Plano de Previdência Complementar - Plano Petros 2

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A partir de dezembro de 2011, para garantir aos empregados da Transpetro uma renda de aposentadoria complementar, a Companhia, em parceria com a Fundação Petros, implementou o Plano Petros 2 (PP-2), na modalidade de contribuição variável. Neste caso os riscos são divididos entre patrocinadora e empregado.

A parcela deste plano com característica de benefício definido refere se a cobertura de risco com Invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia. A parcela do plano com características de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2019, tais contribuições somaram R$ 65.945 (R$ 78.756 em 2018) na proporção de 1x1 em paridade com o empregado. A quantidade de participantes total do plano em 2019 é de 5.193 ativos e 127 assistidos (4.725 ativos e 103 assistidos em 2018).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2020, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que baseou na recomendação da consultoria anual da Fundação Petros. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do contribuinte. As contribuições esperadas, para 2020, são de R$ 96.991 referentes à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2019, é de 23,34 anos (19,66 anos em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R$ 452.594 (R$ 195.767 em 2018).

18.1.1 Ativos do plano de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo e de uma avaliação de riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como do uso da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer às normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Os limites de alocação dos ativos determinados na Política de Investimentos do Plano Petros 2 no período entre 2020 a 2024, são de: 0% a 100% em renda fixa, 0% a 45% em renda variável, 0% a 10% em imobiliário, 0% a 15% em operações com participantes, 0% a 20% em investimentos estruturados e de 0% a 10% em investimentos no exterior.

A composição dos ativos dos planos em 31 de dezembro segue demonstrado:

	Consolidado	
	2019	2018
Títulos Públicos	56,22%	69,81%
Fundos de Investimentos	36,05%	20,59%
Ações	3,24%	3,24%
Investimentos Imobiliários	0,93%	1,38%
Outros	3,56%	4,98%
	100,00%	100,00%

18.2 Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde - AMS

A Transpetro mantém um plano de assistência médica (AMS), que cobre todos os empregados no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela Petrobras e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, decorrente tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde, tendo em vista o aumento da expectativa de vida dos beneficiários. Nesse sentido, a Companhia busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidos conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais e etários, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Petrobras, com base nos custos incorridos pelos participantes, e repassado para a Transpetro.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2019 é de 30,82 anos (32,57 anos em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R$ 1.277.073 (R$ 778.958 em 2018).

18.3 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos do plano

	Consolidado					
	2019			2018		
	Plano Petros 2	Plano de saúde AMS	Total	Plano Petros 2	Plano de saúde AMS	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais						
Obrigação atuarial no início do exercício	273.099	778.958	1.052.056	192.647	632.716	825.363
Custo dos juros	24.957	71.192	96.179	18.385	60.340	78.725
Custo do serviço corrente	18.348	97.895	116.243	13.214	63.124	76.338
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	(9.371)	(6.862)	(16.233)	(8.075)	(2.832)	(10.907)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	27.101	(130.963)	(103.862)	9.831	(162.358)	(152.527)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas	(20.556)	(33.713)	(54.269)	-	33.673	33.673
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	256.982	500.556	757.448	47.095	154.295	201.390
Outros	-	-	-	-	-	-
Obrigação atuarial no fim do exercício	570.499	1.277.073	1.847.572	273.097	778.958	1.052.055
Movimentação no valor justo dos ativos do plano						
Ativos do plano no início do exercício	(77.330)	-	(77.330)	(58.315)	-	(58.315)
Receita de juros	(6.936)	-	(6.936)	(5.464)	-	(5.464)
Contribuições pagas pela empresa	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	9.371	-	9.371	8.075	-	8.075
Remensuração: Retorno sobre os ativos inferior a receita de juros	(43.010)	-	(43.010)	(21.836)	-	(21.836)
Outros	-	-	-	-	-	-
Ativos do plano no fim do exercício	(117.905)	-	(117.905)	(77.330)	-	(77.330)
Valores reconhecidos no balanço patrimonial						
Valor presente das obrigações	570.499	1.277.073	1.847.572	273.097	778.958	1.052.055
(-) Valor justo dos ativos do plano	(117.905)	-	(117.905)	(77.330)	-	(77.330)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	452.594	1.277.073	1.729.667	195.767	778.958	974.725
Movimentação do passivo atuarial líquido						
Saldo em 1º de janeiro	195.767	778.958	974.725	134.333	632.716	767.049
(+)(-) Efeitos de remensuração reconhecidos em outros resultados abrangentes	220.427	335.880	556.307	35.290	25.610	60.900
(+) Custos incorridos no exercício	18.348	97.895	116.243	13.214	63.124	76.338
(+) Impacto dos juros líquidos	18.052	71.192	89.244	12.930	60.340	73.270
(+) Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	-	(6.862)	(6.862)	-	(2.832)	(2.832)
Outros	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro	452.594	1.277.073	1.729.667	195.767	778.958	974.725

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

BNDES - LP	4.739.727	(598.392)	852.662	-	-	7.234	473.867	290.337	5.765.445
Banco do Brasil - CP	52.109	61.835	-	(43.185)	(33.496)	-	-	-	57.265
Banco do Brasil - LP	839.286	(61.835)	41.728	-	-	-	79.679	-	878.858
CEF - CP	1.595	5.450	-	(1.901)	(825)	-	-	-	4.319
CEF - LP	80.822	(5.450)	-	-	-	-	8.025	-	83.397
Total	5.963.510	-	894.390	(291.434)	(375.146)	7.234	561.561	290.337	6.850.442

Banco	Saldo 31.12.2017	Transferências (+/-)	Captações (+)	Amortizações Principal (-)	Amortizações Encargos (-)	Juros capitalizados (+)	Juros a resultado (+)	Assunção de dívida	Saldo 31.12.2018
BNDES - CP	235.238	640.316	-	(510.152)	(315.431)	-	-	-	249.971
BNDES - LP	4.475.301	(640.316)	229.049	-	-	33.697	400.440	442.556	4.739.727
Banco do Brasil - CP	43.231	70.141	-	-	-	-	-	-	113.372
Banco do Brasil - LP	753.723	(70.141)	15.568	(34.176)	(27.087)	4.097	65.365	97.674	776.023
CEF - CP	560	2.059	-	-	-	-	-	-	2.619
CEF - LP	76.671	(2.059)	-	(697)	(327)	-	6.210	-	79.798
Total	5.584.724	-	243.617	(545.025)	(342.845)	37.794	475.015	540.230	5.963.510

As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos, com base nas regras definidas nos mesmos, têm os seguintes vencimentos:

	31.12.2019	31.12.2018
2020	-	290.611
2021	381.410	339.042
2022	404.269	344.969
2023 em diante	5.742.020	4.685.193
Total dos financiamentos	6.527.700	5.659.815

19.1 PROMEF

A Transpetro iniciou o ano de 2019 com contratos de financiamentos referentes a construção de 29 navios e 20 comboios no montante de R$ 8.750.584 (valor histórico de contrato), sendo 90% financiados pelo BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica, com recursos do Fundo de Marinha Mercante - FMM, nas seguintes condições: TJLP + 2% a 3% a.a. para os itens nacionais e importados.

Segue em abaixo os valores históricos dos contratos assinados de compra e venda com os estaleiros, que totalizaram os R$ 8.750.584:

Estaleiro	Tipo	Qtd	Total	Qtd	Entregues R$	Qtd	Postergados R$	Qtd	Cancelados R$	Bancos
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	Suezmax	10	2.855.763	10	2.855.763	-	-	-	-	BNDES
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	Aframax	5	1.282.577	5	1.282.577	-	-	-	-	BNDES
Estaleiro Mauá Pedro Um S.A.	Tanquer/ produto	4	651.887	4	651.887	-	-	-	-	BNDES
ELSA-Estaleiro Ilha S.A.	Panamax (*)	4	910.664	1	234.059	-	-	3	676.605	BNDES
Estaleiro Promer S.A.	Gaseiros	6	617.576	6	617.576	-	-	-	-	Banco do Brasil
Estaleiro Rio Tietê	Comboios (**)	20	432.317	4	88.494	16	343.823	-	-	CEF
Total Geral		49	6.750.584	30	5.730.146	16	343.823	3	676.605	

(*) Contratos de construção de 3 Navios Panamax junto ao estaleiro ELSA, que foram rescindidos em 2015 e hibernados em janeiro de 2016. Em abril de 2018, a Companhia decidiu por não retomar a construção dos 3 navios cancelando os projetos de construção e providenciando a quitação da dívida existente relativa aos 03 navios com o agente financeiro.

(**) Contratos suspensos judicialmente com o Estaleiro Rio Tietê, com os valores referentes aos adiantamentos reclassificados para o ativo não circulante.

Em outubro de 2019, após aceitar a proposta realizada pelo Juízo de Araçatuba de exonerar o devedor do ERT de manter a fiança bancária contra a liberação de valor correspondente oriundo de parte do pagamento em juízo do 4º comboio, a Companhia recebeu o valor referente ao adiantamento, no montante de R$17.423 atualizado pela SELIC desde novembro de 2016.

Dos navios entregues, 2 Aframax foram finalizados e entraram em operação no exercício de 2019 (navios Porfirio e Gamboha).

Os montantes totais gastos (incluindo a atualização dos juros sobre o financiamento), para a construção dos navios até o quarto trimestre de 2019 foram:

Valores Disponibilizados de Recursos	31.12.2019	31.12.2018
Financiamentos (Captação)	7.957.985	6.373.266
Juros Capitalizados	565.955	558.721
Juros a Resultado	2.210.990	1.849.429
Amortizações efetuadas	(3.284.468)	(2.617.909)
Recursos Próprios / Outros	1.812.996	1.926.275
Total Recursos Próprios	8.463.437	7.891.782

No exercício de 2019, tais navios geraram receita líquida de R$ 868.331 com custos operacionais de R$ 630.535 e R$ 961.561 referentes aos juros da dívida.

20. Arrendamento mercantil

20.1 Arrendamento mercantil - Arrendatário

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia aplicou o IFRS 16 aos contratos identificados como arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2018, conforme nota explicativa 17.1 – Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional de 31 de dezembro de 2018. Os principais itens arrendados estão representados, principalmente, pelos seguintes ativos subjacentes: instalações (dutos e terminais), embarcações e edificações.

A movimentação desses contratos de arrendamento reconhecidos como passivos está demonstrada a seguir:

	Saldo final em 31.12.2018	Adoção do IFRS16	Remensuração/ Novos Contratos	Pagamentos de Principal e Juros	Encargos incorridos no exercício	Variações Monetárias	Ajuste acumulado de conversão	Consolidado Saldo final em 31.12.2019
País	3.820	3.809.096	367.786	(724.946)	358.919	(2.656)	-	3.812.019
Exterior	-	2.414.531	-	(531.589)	123.547	(59)	178.030	2.184.458
Total	3.820	6.223.627	367.786	(1.256.535)	482.466	(2.709)	178.030	5.996.485

A seguir são apresentadas as principais informações por família de contratos de arrendamento:

Fluxos de caixa contratuais descontados	Adoção Inicial	Saldo Final	Impostos a Recuperar	Taxa Desconto	Consolidado Prazo Médio
Sem reajuste - exterior (*)					
- Embarcações	2.414.531	2.184.466	-	5,4 a.a.	6,3 anos
Com reajuste - país					
- Instalações	3.677.969	3.712.924	343.445	9,4 a.a.	39,5 anos
- Outros	131.127	99.095	4.681	8,9 a.a.	7,2 anos
Total	6.223.627	5.996.485	348.126	7,6 a.a	26,9 anos

(*) contratos firmados na moeda norte-americana - US$

Em 31 de dezembro de 2019, o fluxo de caixa nominal (não descontado) dos contratos de arrendamento, por vencimento, é apresentado a seguir:

Fluxos de caixa contratuais não descontados	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total	Consolidado Impostos a Recuperar
Sem Reajuste - Exterior (*)								
- Embarcações	491.983	450.557	430.113	358.378	233.476	625.172	2.587.678	-
Com Reajuste - País								
- Instalações	985.013	685.588	260.887	260.887	260.887	12.718.254	15.151.516	1.401.515
- Outros	35.042	15.980	17.212	10.231	7.913	47.614	135.992	8.019
Total	1.492.038	1.152.125	708.212	627.496	502.276	13.391.040	17.876.186	1.409.534

	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Receita de serviços prestados	8.450.739	7.879.972	8.849.063	8.398.276
Encargos sobre serviços	(1.261.660)	(1.188.784)	(1.261.660)	(1.188.784)
Receita líquida de serviços prestados	7.189.079	6.691.188	7.587.403	7.640.492

23.1 Desagregação da receita

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2019 a 31.12.2019	01.01.2018 a 31.12.2018	01.01.2019 a 31.12.2019	01.01.2018 a 31.12.2018
Terminais Aquaviários	2.549.206	2.446.795	2.549.206	2.446.795
Terminais Terrestres e Oleodutos	2.529.392	2.382.949	2.529.392	2.382.949
Gasodutos	827.753	702.681	827.753	702.681
Transporte Rodoviário	84.568	99.449	84.568	99.449
Serviços de Engenharia	15.300	-	15.300	-
Transporte Marítimo - Transpetro	1.182.870	1.068.314	1.182.870	1.068.314
Transporte Marítimo - TIBV	-	-	498.324	980.304
Receita de serviços prestados	7.189.079	6.691.188	7.687.403	7.640.492

24. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2019 a 31.12.2019	01.01.2018 a 31.12.2018	01.01.2019 a 31.12.2019	01.01.2018 a 31.12.2018
Gastos com pessoal	(2.353.510)	(2.153.337)	(2.355.780)	(2.155.609)
Gastos com materiais	(241.566)	(225.216)	(267.293)	(246.687)
Gastos com serviços	(1.422.259)	(1.395.694)	(1.705.502)	(1.706.628)
Energia elétrica	(316.162)	(301.719)	(316.162)	(301.719)
Depreciação e amortização (i)	(1.104.076)	(466.560)	(1.227.595)	(547.739)
Amendamento Outros e Terminais, Embarc-Terceiros	(31.780)	(506.360)	(31.780)	(1.366.210)
Perda/reversão no valor recuperável de ativos - Impairment	424.931	(1.630.011)	424.931	(1.630.011)
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	(211.109)	(166.723)	(201.425)	(196.244)
Outros gastos	(179.276)	(227.171)	(230.413)	(243.893)
Total	(5.433.827)	(7.392.993)	(5.911.019)	(8.393.730)
Na Demonstração do Resultado				
Custos dos serviços vendidos	(4.718.772)	(4.611.499)	(5.198.779)	(5.596.884)
Despesas com vendas	(41.613)	(35.752)	(41.613)	(35.752)
Despesas gerais e administrativas	(782.758)	(830.073)	(789.627)	(837.105)
Tributárias	(104.506)	(98.935)	(104.506)	(98.934)
Perda no valor recuperável de ativos - Impairment	424.931	(1.630.011)	424.931	(1.630.011)
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	(211.109)	(186.723)	(201.425)	(195.244)
Total	(5.433.827)	(7.392.993)	(5.911.019)	(8.393.730)

(i) Detalhamento na nota 15.

25. Outras despesas e receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2019 a 31.12.2019	01.01.2018 a 31.12.2018	01.01.2019 a 31.12.2019	01.01.2018 a 31.12.2018
Receita de multas contratuais	4.760	3.170	4.760	3.170
Recuperação de despesas contratuais	10.267	6.803	11.235	6.803
Receita de Gerenciamento Técnico de Navios	6.747	6.561	-	-
Plano de pensão e saúde inativos	(10.554)	(7.410)	(10.554)	(7.410)
Provisão para processos judiciais (i)	(8.443)	(7.249)	(8.443)	(7.249)
Provisão para Participação nos lucros (ii)	(128.870)	(112.925)	(128.870)	(112.925)
Despesa com aluguel	(3.237)	(58.510)	(3.237)	(58.510)
Provisão para programa de remuneração variável (iii)	(91.431)	-	(91.431)	-
(Perdas)/ Ganhos com processos judiciais (iv)	(13.857)	(30.291)	(13.857)	(30.291)
Ressarcimento de gastos referentes a Operação Lava Jato	450	600	450	600
Incentivos e subvenções governamentais	12.757	(791)	12.757	(791)
Outras receitas/ despesas	10.402	13.319	25.865	11.359
Total	(211.109)	(186.723)	(201.425)	(195.244)

(i) Constituição de provisão para contingências, com base em informações dos assessores jurídicos e nos históricos referentes às quantias reivindicadas para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso;

(ii) Refere-se ao provisionamento de PLR de 2019 no montante de R$ 71.564 e ao complemento de PLR de 2018 no valor de R$ 56.866.

(iii) Vide nota 17

(iv) Baixa de depósitos judiciais mediante decisão judicial com alvarás expedidos:

26. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2019 a 31.12.2019	01.01.2018 a 01.01.2019	31.12.2018 a 31.12.2019	01.01.2018 a 31.12.2018
Receita com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	97.281	58.791	119.913	76.227
Receita com Subarrendamento - IFRS 16	-	-	126.315	-
Encargos financeiros sobre financiamento (PROMEF)	(561.561)	(475.014)	(561.561)	(475.014)
Encargos sobre arrendamentos	(339.920)	-	(457.477)	-
Outras receitas e despesas líquidas	(12.607)	9.679	(12.628)	9.425
Outras variações monetárias e cambiais, líquidas	13.860	(571)	14.196	2.461
Resultado financeiro líquido	(796.956)	(408.115)	(771.240)	(386.881)
Receitas	108.620	75.061	257.766	91.517
Despesas	(919.436)	(480.625)	(1.043.204)	(480.879)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	13.860	(571)	14.196	2.461
Total	(796.956)	(408.115)	(771.240)	(386.881)

27. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora	
Transações de investimento e financiamento que não envolvem caixa	31.12.2019	31.12.2018
Aquisição de imobilizado a prazo (assunção de dívida/ encargos capitalizados)	297.571	548.024
Arrendamento mercantil	4.178.819	-

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

18.4 Componentes do benefício pós emprego

	Controladora			Consolidado		
	Petros 2	AMS	Total 2019	Petros 2	AMS	Total 2018
Custo do serviço	18.346	97.895	116.243	13.214	63.124	76.338
Juros líquidos sobre passivo/ (ativo) líquido	18.052	71.192	89.244	12.930	60.340	73.270
Custo Líquido do exercício	36.400	169.087	205.487	26.144	123.464	149.608
Relativa a empregados ativos:						
Absorvida no custeio das atividades operacionais	36.400	162.225	196.625	26.144	120.632	146.776
Relativa aos assistidos	-	6.862	6.862	-	2.832	2.832
Custo Líquido do exercício	36.400	169.087	205.487	26.144	123.464	149.608

18.5 Premissas Atuariais

As principais hipóteses e premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões do Plano Petros 2 e Plano de Saúde AMS são as seguintes:

	2019	2018
Hipóteses financeiras - Petros 2	7,30%	9,22%
Taxa de desconto (nominal) ao ano	7,30%	9,22%
Taxa de retorno (nominal) de ativos		2019: 7,28%
Crescimento salarial	6,40%	A partir de 2020: 6,64%
Inflação	3,81%	4,01%
Taxa de reajuste de benefício do plano	3,81%	4,01%
Fator capacidade	100%	100%
Hipóteses financeiras - Plano de Saúde - AMS	2019	2018
Taxa de desconto (nominal) atuarial	7,20%	9,15%
Inflação	3,81%	4,01%
Taxa de reajuste de benefício do plano - Terrestre	2,30%	1,73%
Taxa de reajuste de benefício do plano - Marítimo	1,79%	1,73%
Taxa de crescimento dos custos médicos	Tabela "Crescimento dos Custos Médicos de 2019"	Tabela "Crescimento dos Custos Médicos de 2018" 2019: 7,25% A partir de 2020: 6,64%
Taxa nominal de crescimento salarial	2,698%	

	2019	2018
Hipóteses biométricas - Petros 2		
Tábua de Mortalidade	AT -2000 feminina suavizada em 10%	AT -2000 feminina suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de inválidos	IAPB-57 (Forte)	IAPB-57 (Forte)
Tábua de entrada de invalidez	Grupo Americana desagravada em 40%	Grupo Americana desagravada em 40%
Rotatividade	0,42%	Nula
Composição familiar - ativos e assistidos	81% dos participantes casados com cônjuge 2,5 anos mais nove, considerando o titular masculino 100% na 1ª elegibilidade	85% dos participantes casados com cônjuge 4 anos mais nova, considerando o titular masculino 100% na 1ª elegibilidade
Entrada em aposentadoria		
Hipóteses biométricas e demográficas - Plano de Saúde - AMS	2019	2018
Tábua de Mortalidade	EX_PETROS 2013	EX_PETROS 2013
Tábua de Mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Tábua de entrada de invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Rotatividade	Tabela Rotatividade Transpetro 2019	Tabela Rotatividade Transpetro 2018
	63% dos participantes do sexo masculino e 25% do sexo feminino, foram considerados casados. Para titular do sexo masculino, cônjuges do sexo feminino 6,35 anos mais nova. Para titular do sexo feminino, cônjuge do sexo masculino 1,88 anos mais novo e 1,61 filhos do sexo feminino na idade de 28 anos na data do início do benefício.	79% dos participantes do sexo masculino e 73% do sexo feminino, foram considerados casados. Para titular do sexo masculino, cônjuges do sexo feminino 6 anos mais nova. Para titular do sexo feminino, cônjuge do sexo masculino 2 anos mais novo e 1,62 filhos do sexo feminino na idade de 25 anos na data do início do benefício.
Composição familiar - ativos	Família informada no cadastro	Família informada no cadastro
Composição familiar - assistidos	Masculino: 57 anos Feminino: 55 anos	Masculino: 56 anos Feminino: 55 anos
Entrada em aposentadoria		

18.6 Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir, a análise de sensibilidade dos benefícios pós- emprego:

	2019			
	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
	Aumento de 1% na taxa de desconto	Redução de 1% na taxa de desconto	Aumento de 1% nos custos médicos Hospitalares	Redução de 1% nos custos médicos Hospitalares
Plano Petros 2				
Aumento/(redução) no custo do serviço	(12.084)	17.316	-	-
Aumento/(redução) no custo dos juros	(8.721)	9.306	-	-
Aumento/(redução) no valor presente das obrigações	(173.434)	237.812	-	-
Plano de Saúde - AMS				
Aumento/(redução) no custo do serviço	(31.411)	42.468	44.516	(33.202)
Aumento/(redução) no custo dos juros	(8.028)	9.573	24.775	(18.517)
Aumento/(redução) no valor presente das obrigações	(253.469)	344.135	344.385	(257.387)

18.7 Perfil de vencimento das obrigações

Análise dos vencimentos esperados de benefícios de planos de pensão e planos de saúde pós emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-3 anos	Entre 3-4 anos	Mais de 4 anos
Benefícios de plano de pensão	6.804	6.927	7.003	6.962	542.806
Benefícios de saúde pós-emprego	5.060	6.282	7.224	17.447	1.241.090

19. Financiamentos

Seguem as movimentações dos financiamentos durante os exercícios de 2019 e 2018:

Banco	Saldo 31.12.2018	Transferências (*)	Captações (*)	Amortizações Principal (*)	Amortizações Encargos (*)	Juros capitalizados (*)	Juros a resultado (*)	Assunção de dívida	Saldo 31.12.2019

20.2 Arrendamento mercantil - Arrendador

(a) Navios arrendados pela Transpetro

A Transpetro possui um contrato principal de afretamento marítimo do tipo *Time Charter Party* com a Petrobras, no qual a sua frota de navios é disponibilizada às operações de sua Controladora sob o comando técnico e operacional da Transpetro.

A Companhia classifica esse contrato como um arrendamento mercantil operacional e os recebimentos esperados, com base em 31 de dezembro de 2019, estão estimados da seguinte forma:

Vencimento em	2020	2021	Total
Valores de arrendamento operacional a receber	1.374.284	467.630	1.861.854

(b) Navios arrendados pela TI BV

A atual frota arrendada da TI BV é subafretada à Petrobras e desde a aplicação inicial do IFRS 16, em 01º de janeiro de 2019, todos os contratos de subarrendamento foram classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Os vencimentos dos valores de arrendamento a receber, com base em 31 de dezembro 2019, estão estimados da seguinte forma (em milhares de dólares).

Vencimento em	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
Valores de arrendamento não descontados a receber	119.867	113.446	107.417	87.903	56.659	142.619	627.911

21. Patrimônio líquido (Controladora)

21.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado no valor de R$ 3.403.344, está representado por 3.403.344.030 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas escriturais, com direito de voto.

21.2 Reservas de lucro

21.2.1 Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

21.2.2 Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de prejuízos acumulados consumiu todo o saldo da reserva de incentivos fiscais no montante de R$ 87.853, proveniente do resultado acumulado de subvenções de investimentos geradas nos resultados de 2013 a 2017. No exercício de 2019, a reserva foi totalmente recomposta, totalizando o montante de R$ 99.619.

21.3 Reservas de capital

21.3.1 Reserva de incentivos fiscais

Reserva constituída com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), originadas de destinações da parte do imposto de renda dos anos de 1999 e 2000.

Em 31 de dezembro de 2018, parte do saldo de prejuízos acumulados foi absorvido pela reserva de capital - incentivos fiscais, no montante de R$ 5.792.

21.4 Outros Resultados Abrangentes

No exercício de 2019, foram reconhecidos como outros resultados abrangentes, principalmente, os seguintes efeitos:

(a) Ajuste acumulado de conversão

Ajuste credor, no montante de R$ 46.449, decorrente da tradução das demonstrações financeiras de controlada no exterior em moeda funcional diferente do real, referente a empresa TIBV.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Ajustes acumulados de conversão	46.449	176.274
Total	46.449	176.274

(b) Ganhos e Perdas atuariais

Refere-se ao reconhecimento do valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social.

Os valores registrados em 2019 e 2018, seguem demonstrados:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Remensuração das obrigações de benefícios de planos de pensão	(220.427)	(35.290)
(-) Efeitos tributários	74.945	11.998
	(145.482)	(23.292)
Remensuração das obrigações de benefícios de saúde pós-emprego	(335.889)	(25.610)
Total	(481.371)	(48.902)

21.5 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Estatuto assegura aos acionistas um dividendo e/ou juros sobre capital próprio mínimo de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos relativa ao exercício de 2019, encaminhada pela Administração da Transpetro à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, foi de R$ 172.125, sendo R$ 43.031 relativos aos 25% de dividendo mínimo obrigatório e R$ 129.094 como dividendos adicionais.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, considerando a inexistência de lucro, não foi proposto pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio pelo Conselho de Administração.

22. Resultado por ação

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro atribuível ao acionista controlador	610.549	(809.222)
Quantidade de ações	3.403.344	3.403.344
Lucro por ação básico e diluído ponderado pela quantidade de ações ordinárias em poder dos acionistas em cada período	0,18	(0,24)

A Companhia não emitiu ou outorgou instrumentos patrimoniais que devam ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 41.

23. Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida, segue demonstrada:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

A previdência complementar contempla:
A participação dos lucros e resultados contempla:
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:
Quanto a participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa
Valor adicionado a distribuir
Distribuição do valor adicionado (DVA)

( ) Não são considerados ( ) Não se envolve ( ) Apoia (x) Organiza e incentiva

6.278.160

governo 31% colaboradores 36%

governo 23% colaboradores 50%

Conselho de Administração

Carlos Felipe Guimarães Locl
Presidente

Guilherme José Macedo Pinheiro de Lima
Conselheiro

Diógenes Dantas Filho
Conselheiro

Marco Antônio Mayer Foletto
Conselheiro

Gilberto Souza Esmeraldo
Conselheiro

Rawlin Prata Bezerra
Conselheiro

Edson Leonardo Dalescio Sá Teles
Conselheiro

Fabiana Graças Silva dos Anjos
Conselheira

Diretoria Executiva

Antonio Rubens da Silva Silvino
Presidente

Marcos Benicio Pompa Antunes
Diretor de Dutos e Terminais

Arthur Henrique de Aguiar Cançado Azevedo
Diretor Financeiro

Roberto David Mendes da Silva
Gerente Executivo de Controladoria

Jair Toledo de Souza
Diretor de Transporte Marítimo

Gilberto Moura da Silva
Diretor de Serviços

Maurício Sergio Alves Marques
Gerente de Contabilidade
Contador CRC-RJ- 068407/O

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro - Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Petrobras Transporte S.A.- Transpetro (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Petrobras Transporte S.A.- Transpetro em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia referente a receita de serviços é realizada com seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A.- Petrobras -e outras empresas do Sistema Petrobras, conforme divulgado nas notas explicativas nº 1 e 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de representação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6-F-RJ
Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL - 01/2020

O Conselho Fiscal da Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual Integrado de 2019, as Demonstrações Contábeis da Companhia, relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e o Orçamento Anual de Investimento para 2020 (Quadro de Usos e Fontes de Recursos - PAN 2020).

O Colegiado analisou, ainda, a proposta de destinação de resultado do exercício de 2019, o qual registrou um lucro líquido de R$ 610.649 mil, que após a compensação dos prejuízos acumulados de R$ 324.603 mil, apresenta as seguintes destinações: (i) constituição da reserva legal de R$ 14.302 mil; (ii) reserva de incentivos fiscais de R$ 99.619 mil; (iii) dividendos obrigatórios R$ 43.031 mil; e (iv) dividendos adicionais de R$ 129.994 mil, condicionados à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária prevista para abril de 2020.

Desta forma, com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, datado de 14 de fevereiro de 2020, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, este Colegiado opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, com previsão de realização em 20 de abril de 2020.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2020.

Eduardo Damazio da Silva Rezende - Presidente
Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho - Conselheiro
Gildenora Batista Dantas Milhomem - Conselheira

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TRANSPETRO Petrobras Transporte S.A.

CNPJ nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobrás

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

28. Seguros

A frota de navios da Companhia, própria e afretada, possui seguro contra danos materiais (cascos e máquinas) e de responsabilidade civil. Os terminais, arrendados da Controladora, estão segurados por apólices contratadas pela Petrobras.

Os valores vigentes em 31 de dezembro de 2019 para a frota de navios são os seguintes, em milhares de dólares norte-americanos:

	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Danos materiais	3.340.724	3.340.724
Responsabilidade civil - Por evento (*)	7.500.000	7.500.000

(*) Exceção de poluição por óleo com LMI: USD 1 bilhão

28.1 Garantias

A Companhia detém as seguintes cartas fiança em 31 de dezembro de 2019:

	Banco emissor	Valor garantido
Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro	Banco BBM S.A	6.686

No que tange ao seguro garantia judicial, a Companhia mantém em vigor, em 31 de dezembro de 2019, o montante segurado de R$ 985.459 com o intuito de garantir demandas judiciais e administrativas, conforme abaixo:

Natureza da ação	AUTRAL Seguradora	BTG Pactual Seguradora S/A	FAIRFAX Seguros Corporativos S/A	FATOR Seguradora S/A	MAPFRE Serviços Gerais S/A	ZURICH Minas Brasil Seguros	SWISS RE	Total Geral
Ação Anulatória	-	10.000	-	16.250	-	92.765	-	119.015
Ação Cautelar	-	6.197	-	-	-	975	-	7.172
Ação Civil	-	-	25.283	-	-	160	-	25.443
Ação de Tutela antecipada	26.654	-	-	-	-	-	-	26.654
Auto de Infração	-	15.142	-	-	-	-	-	15.142
Execução Fiscal	-	204.691	-	-	172.469	5.922	16.399	78 401.559
Reclamação Trabalhista	-	12.617	-	1.180	545	67.192	8.970	- 90.504
	26.654	248.647	25.283	17.430	173.014	73.114	121.239	78 685.459

Informamos que vinte e nove navios do Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF) foram dados a título de garantia da dívida da Companhia perante às instituições financeiras.

29. Gerenciamento de riscos

A Transpetro está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco de mercado (incluindo risco de valor justo, risco de taxa de juros e de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A seguir, breves esclarecimentos sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e informações sobre a exposição da Companhia.

A Transpetro utiliza a Política e Diretrizes de Controles Internos da Petrobras, que tem por objetivo estabelecer os princípios que nortearão as Empresas do Sistema na gestão dos seus controles internos, de forma a exercê-la com excelência e contribuindo com a redução de custos e a mitigação de riscos empresariais relevantes, garantindo a integridade dos dados utilizados na tomada de decisões de negócios, assegurando a confiabilidade dos relatórios financeiros, em atendimento aos requisitos legais e regulamentos aplicáveis, em conformidade com as melhores práticas de mercado e com a legislação vigente.

Mantendo compromisso com a manutenção de elevados níveis de governança corporativa, a Transpetro se preocupa com a transparência, a credibilidade, a sinergia e a integração de seu sistema de controles internos para o atendimento de requisitos estratégicos, financeiros, regulatórios e legais, inclusive aqueles exigidos pela Lei Sarbanes-Oxley (SOx) ao Sistema Petrobras, visando, entre outros aspectos, garantir o adequado registro de ativos e obrigações, a salvaguarda de ativos e a segregação das operações.

29.1 Risco de crédito

Conforme descrito no contexto operacional da Companhia, parte substancial das operações é efetuada com a Controladora ou com empresas do Sistema Petrobras. A Administração entende não haver exposição ao risco de créditos decorrentes dessas operações.

29.1.1 Risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2019, as dívidas mantidas pela Companhia estão sujeitas, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

A exposição da Companhia é em função de sua dívida de longo prazo ser impactada por um possível aumento da TJLP. As despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos aumentariam e, consequentemente, seria observado impacto negativo nos resultados operacionais e na posição financeira da Companhia.

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo do financiamento junto aos BNDES, Banco do Brasil S.A e Caixa Econômica Federal, atualizado pela TJLP que fechou o ano de 2019 em 5,57%. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2019, os cenários possível e remoto consideram um aumento nas taxas de 25% e 50%, o que geraria um impacto negativo de aproximadamente R$ 95.392 e R$ 190.785 (R$ 104.063 e R$ 206.128 em 2018), respectivamente.

29.1.2 Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente através de sua subsidiária TIBV e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior é protegida, pois além das receitas decorrentes das taxas de afretamento, a maioria dos custos operacionais também é realizada em dólar, reduzindo os efeitos da variação cambial.

29.1.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas e é gerenciado pela Companhia por meio de ações como: otimização das disponibilidades e redução da necessidade de capital de giro; manutenção de um caixa robusto que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto prazo, e financiamentos de instituições financeiras. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento	2020	2021-2023	2024 em diante	31.12.2019 (*)	31.12.2018
Principal	333.078	1.203.019	5.372.596	6.908.693	5.943.714
Juros	388.527	1.288.792	2.710.131	4.387.450	4.926.288
Total	721.605	2.491.811	8.082.727	11.296.143	10.870.002

(*) Representa a soma dos valores nominais e inclui vencimentos contratuais remanescentes (2020 - 2024 em diante)

29.1.4 Derivações clandestinas

Dentre os riscos monitorados pela Transpetro, estão as intervenções intencionais de terceiros para furto de petróleo e derivados nos dutos, as denominadas derivações clandestinas. Essas ações criminosas colocam em risco a vida e a segurança das pessoas, do meio ambiente, das instalações sob nossa responsabilidade e a garantia de suprimento de mercado.

Em 2019 registramos 203 casos de furto ou tentativa de furto nos dutos sob nossa responsabilidade em todo o país, uma redução de 22% no número de ocorrências no comparativo com 2018. Do total de casos, 141 (69%) aconteceram no Estado de São Paulo e 40 (20%) no Estado do Rio de Janeiro, representando 89% das ocorrências.

Em junho de 2018, a Petrobras lançou o Programa Integrado Petrobras de Proteção de Dutos (PRO-DUTOS), com o objetivo de ampliar e integrar as ações da Petrobras e Transpetro, visando minimizar as ocorrências com a consequente redução dos riscos e impactos oriundos de derivações clandestinas. No seu lançamento, foram assinados protocolos de intenções com os governos estaduais do Rio de Janeiro e São Paulo para cooperação com os órgãos públicos de inteligência e segurança.

Em um cenário em que as ações criminosas são favorecidas pela inexistência de uma legislação específica que tipifique o crime, em 2019 destacamos a participação na elaboração do projeto de lei para crimes de furto e roubo de combustíveis (Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 8.455/2017), com o agravamento de penas e perdimento dos bens apreendidos.

Nas operações de proteção de dutos, foram reforçadas as inspeções nas faixas de dutos com o objetivo de detectar e localizar tentativas de derivações clandestinas, com base nas diversas técnicas disponíveis. Foram intensificadas as ações de monitoramento ostensivo nas faixas de dutos com a finalidade de coibir as tentativas de furto.

A Companhia vem trabalhando de forma integrada com a Petrobras, colaborando com as investigações das autoridades de segurança pública e investindo constantemente no desenvolvimento de novas tecnologias.

Destaca-se também a constante interação com os órgãos públicos com a finalidade de colaboração para a troca de informações e apoio técnico recíproco no combate a ações criminosas nos dutos que operamos. Além do convênio celebrado em 2018 com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), em 2019 nos aproximamos da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP).

30. Eventos subsequentes

a) Em 17 de janeiro de 2020, a Transpetro realizou a liquidação antecipada dos contratos de financiamento referentes aos navios gaseiros Oscar Niemeyer, Darcy Ribeiro, Barbosa Lima Sobrinho, Lúcio Costa, Gilberto Freyre e Jorge Amado, firmados com o Banco do Brasil no montante de R$ 931.992. Na avaliação da Companhia, a liquidação antecipada desses contratos, faz parte de um processo de gestão de dívidas e otimização de caixa. Neste contexto a Diretoria Executiva aprovou o pré-pagamento do restante da dívida da Transpetro em 07.01.2020.

b) Em 01 de fevereiro de 2020, a Transpetro concretizou a venda do navio Lorena Sr, obtendo resultado positivo na operação de R$ 6.465 mil.

Balanço Social (Não auditado)

1. BASE DE CÁLCULO

	2019	2018
Receita Líquida (RL)	7.667.403	7.640.492
Resultado Operacional (RO)	1.134.014	(1.027.195)
Folha de pagamento bruta (FPB)	2.520.676	2.247.341

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

	2019%	sobre FPB	% sobre RL	2018%	sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	55.679	2,21%	0,72%	48.110	2,14%	0,63%
Encargos sociais compulsórios	411.423	16,32%	5,35%	350.563	15,60%	4,59%
Previdência privada	70.175	2,78%	0,91%	64.436	2,87%	0,84%
Saúde	220.863	8,76%	2,87%	58.093	2,58%	0,76%
Segurança e medicina no trabalho	106.083	4,21%	1,38%	100.979	4,49%	1,32%
Educação	29.958	1,19%	0,39%	28.516	1,27%	0,37%
Cultura	12.258	0,49%	0,16%	1.954	0,09%	0,03%
Capacitação e desenvolvimento profissional	8.998	0,36%	0,12%	6.590	0,29%	0,09%
Creche/Auxílio creche	3.485	0,14%	0,05%	5.566	0,25%	0,07%
Participação nos resultados	126.870	5,11%	1,66%	112.525	5,02%	1,48%
Total - Indicadores sociais internos	1.142.460	45,32%	14,86%	777.833	34,61%	10,18%

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

Educação	820	0,02%	0,01%	844	0,04%	0,01%
Cultura	316	0,01%	0,00%	430	0,02%	0,01%
Esporte	100	0,00%	0,00%	136	0,01%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	14	0,00%	0,00%	20	0,00%	0,00%
Outros	823	0,02%	0,01%	849	0,04%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	1.673	0,07%	0,02%	2.279	0,10%	0,03%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.741.646	69,09%	22,66%	960.473	42,74%	12,57%
Total - Indicadores sociais externos	1.743.319	69,16%	22,68%	962.751	42,84%	12,60%

4. INDICADORES AMBIENTAIS

Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	24.316	0,96%	0,32%	37.156	1,65%	0,49%
Investimentos e programas e/ou projetos externos	1.782	0,07%	0,02%	1.981	0,09%	0,03%
Total dos investimentos em meio ambiente	26.098	1,04%	0,34%	39.137	1,74%	0,51%

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

	2019	2018
Número de empregados ao fim do período	6.843	6.934
Número de admissões durante o período	320	1.004
Número de empregados de empresas prestadoras de serviços	428	4.768
Número de estagiários	171	187
Número de empregados acima de 45 anos	3.228	3.147
Número de mulheres que trabalham na companhia	833	847
Percentual de cargos de chefia ocupado por mulheres	10,00%	10,60%
Número de negros que trabalham na companhia	2.513	2.508
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros	25,00%	23,80%
Número de empregados com deficiência	95	105

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Figura 2 - Distribuição das pautas por grupo temático.

As matérias examinadas pelo CAE contemplaram o atendimento à programação anual de pautas permanentes aprovado pelo Comitê no início de cada ano, além de outros assuntos advindos de demandas feitas pelo órgão visando ao exercício de suas atribuições, de matérias submetidas ao Conselho de Administração que ensejaram a prévia manifestação ou conhecimento do Colegiado, e de sugestões e encaminhamentos feitos pelas diferentes áreas da Companhia em caráter extraordinário.

Em geral, as pautas apreciadas pelo CAE foram acompanhadas de apresentações e esclarecimentos realizados pelos Gerentes Executivos e gestores das Unidades responsáveis. Em alguns casos, a discussão dos temas ensejou também interações do Comitê com o Presidente, o Diretor Financeiro e outros membros da Diretoria Executiva.

O conteúdo e as deliberações das reuniões do Comitê são registrados em atas aprovadas pelos membros do CAE participantes, as quais são oportunamente encaminhadas para o conhecimento do Conselho de Administração, arquivadas na sede da Companhia e publicadas, em forma de extrato, no site da Companhia.

Adicionalmente, os assuntos de maior relevância abordados pelo CAE foram levados ao conhecimento do Conselho de Administração, por meio de reportes mensais apresentados pelo Presidente do Comitê durante as reuniões do Conselho, com o resumo das atividades e as manifestações do Comitê sobre as matérias examinadas. Trimestralmente, os principais destaques do CAE foram também objeto de reporte ao Comitê da Petrobras (holding), atendendo à recomendação da Controladoria e em benefício ao alinhamento com a atuação daquele Colegiado.

No exercício de suas atribuições e de acordo com a análise e discussão das matérias apreciadas, o CAE efetuou demandas dirigidas a diversas áreas da Companhia. As demandas envolveram solicitações de esclarecimentos/informações ou sugestões/recomendações para melhorias de controle ou de processo.

As demandas do CAE são registradas e comunicadas às áreas responsáveis com o apoio de um Assistente designado pelo Comitê, que, com o apoio da Secretaria Geral, realiza o diligenciamento do atendimento de cada demanda conforme os prazos estabelecidos.

No período deste relatório foram registradas pelo CAE 329 demandas, das quais 96% foram atendidas no próprio período ou estavam no prazo ou em análise pelo Comitê.

A Figura a seguir indica a posição das demandas do CAE por status e por área responsável.

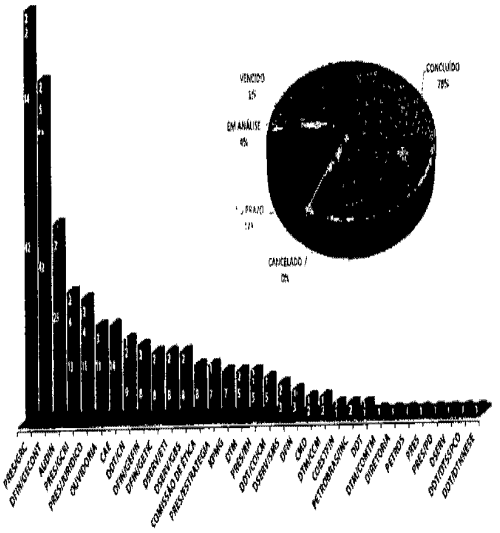


Figura 3 - Total de demandas do CAE no período por área responsável e por status (posição em 14/02/2020) [1]

[1] As siglas acima representam as seguintes unidades/órgãos: DSERV/SMS (Ger.Exec. de Segurança, Meio Ambiente e Saúde),DTM/CCM (Ger.Exec. de Controle Integrado, Conformidade e Manutenção de TM), DDTDTOTSSPCO (Gerência Executiva de Operação de Dutos e Terminais S/SP/CO) e DDT/DTNINESE (Ger.Exec. de Operação de Dutos e Terminais N/NE/SE). Para as demais siglas, consultar a Nota 1, complementar a Figura 1.

3. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

3.1. Auditoria Interna

A Auditoria Interna da Transpetro (AUDIN) está diretamente subordinada ao Conselho de Administração e é responsável por avaliar de forma ampla e independente a adequação dos controles e processos da Companhia, com foco nos principais riscos, reportando ao CAE as questões de maior relevância.

Conforme os requisitos dispostos na Portaria CGU nº 2.737/2017 e na Resolução COPAR nº 21, o titular da Unidade de Auditoria possui mandato de 3 anos, vigente até julho/2021. Além disso, por força do Estatuto Social da Companhia, ele somente poderá ser destituído pelo voto justificado da maioria absoluta do Conselho de Administração, ouvido o Comitê de Auditoria Estatutário.

Considerando demandas e fatos supervenientes, foi proposta, pela AUDIN, e adequação de seu Plano Anual de Atividades de 2019, avaliada pelo CAE e posteriormente aprovada pelo Conselho de Administração, com a substituição de trabalhos planejados para o ano por novas ações consideradas prioritárias.

O índice de conclusão das ações de auditoria planejadas para 2019 encerrou o ano em 95%, desempenho superior aos anos anteriores. Em linhas gerais, os resultados e indicadores da Auditoria Interna - constantes do Relatório Anual de 2019, apreciado pelo CAE e submetido ao Conselho de Administração - denotam a evolução e melhoria dos processos e das atividades de Unidade, que também aprimorou o seu Programa de Qualidade em consonância com as normas da profissão e as melhores práticas.

Para 2020, o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna avaliado pelo CAE e aprovado pelo Conselho prevê a realização de 37 trabalhos, abrangendo todos os segmentos de negócio da Companhia bem como os processos corporativos. Os trabalhos foram selecionados com base em uma avaliação de riscos e criticidade dos processos, e em uma visão plurianual que privilegia a rotação de ênfase.

A execução do Plano de Auditoria é acompanhada pelo CAE mensalmente com base em reportes e relatórios realizados pela área. Nessas ocasiões, são destacados os principais resultados dos trabalhos realizados, considerando a classificação de risco baseada em metodologia aprimorada em 2019, após discussão com o Comitê.

O titular da Unidade é convidado permanente das reuniões do CAE, e tem liberdade para encaminhar ao Colegiado os assuntos que julgar relevantes. Quando necessário o Comitê realiza também reuniões com os gestores das Unidades auditadas para acompanhar a evolução e o tratamento das ações de melhoria decorrentes de apontamentos de auditoria. Pontualmente, no período, foi realizada ainda reunião com a Auditoria Interna da Petrobras, que reportou o resultado de auditoria conjunta realizada na Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros).

Outros assuntos atrelados à gestão e tratamento de riscos naturalmente [illegible] e suas variáveis de risco, o Plano Anual de Seguros, a confidencialidade da estimativa de custos de processos licitatórios, contratos comerciais e riscos relacionados à gestão de áreas impactadas e eventuais contingências socioambientais delas decorrentes.

Além disso, foram abordados, com a Auditoria Interna, os resultados do trabalho que avaliou o grau de maturidade da gestão de risco na Companhia e identificou oportunidades de melhoria discutidas com a administração. Adicionalmente, foram tratadas 50 demandas envolvendo o tema riscos em diferentes processos e atividades da Companhia.

Para 2020, o Comitê implantou uma programação estruturada em base mensal para discutir com as áreas responsáveis os principais riscos empresariais e suas ações mitigadoras, começando pela Diretoria de Serviços e as Gerências Executivas a ela vinculadas. A expectativa é aprofundar as discussões ao longo do ano, considerando também o resultado do novo Mapa de Riscos Empresariais (MAPE), atualmente em elaboração.

O Comitê segue priorizando a discussão deste tema em 2020, monitorando também a exploração de oportunidades de melhoria para o fortalecimento e a consolidação da gestão de riscos em toda a Companhia.

3.3.3. Conformidade

O tema conformidade esteve presente em diversas discussões do CAE, realizadas com a presença do titular e de gestores da GRC, que trataram de tópicos como: (i) plano de ação para atendimento, pela Petrobras, ao Departamento de Justiça norte-americano (DoJ), (ii) reportes trimestrais com os resultados de processos investigativos coordenados pela Unidade; (iii) resultados da Pesquisa de Percepção da Conformidade realizada com o público interno; e (iv) matriz de riscos de fraude e corrupção.

Além desses tópicos, o CAE examinou diferentes matérias envolvendo o tema conformidade encaminhadas para deliberação do Conselho de Administração, como a revisão da Política de Conformidade Corporativa e do Programa Petrobras de Prevenção à Corrupção aplicado à Transpetro, e a criação do Comitê de Medidas Disciplinares (CMD), órgão vinculado ao Conselho, que delibera a sanção disciplinar a ser aplicada nos casos em que houver responsabilização de empregado resultante de irregularidades relacionadas à fraude, corrupção, lavagem de dinheiro, financiamento de terrorismo, assédio sexual, assédio moral e ações com indícios de práticas criminosas ou de improbidade. O CMD vem realizando reportes trimestrais ao CAE com o balanço de medidas disciplinares deliberadas.

O CAE também tomou conhecimento do plano de trabalho da Comissão de Ética e apreciou reportes periódicos com o balanço das atividades da Comissão e o resultado de ações e trabalhos realizados pelo órgão. A Comissão, vinculada ao CA, tem por finalidade promover a gestão da ética na Companhia, desempenhando atribuições de natureza pedagógica, consultiva e consultiva que visam ao cumprimento dos princípios éticos e dos compromissos de conduta que compõem o sistema de gestão da ética na Companhia.

3.5.4. Controles Internos

A administração da Transpetro é responsável pelo desenho e pela implantação de procedimentos, processos e práticas de controles internos que garantam a salvaguarda dos ativos bem como a precisão e a integridade das informações contábeis.

A avaliação sobre os procedimentos e a execução dos controles adotados pela Companhia é feita pela Auditoria Interna, cabendo à auditoria independente a avaliação de controles externos ao escopo de certificação da Petrobras, com ênfase nos requisitos da lei Sarbanes-Oxley (SOx).

Ao longo do exercício, o CAE realizou o acompanhamento do processo de avaliação de controles internos da Companhia, com base em reportes regulares realizados pela Auditoria Interna, pelos auditores independentes e por gestores da área de Governança, Riscos e Conformidade (GRC) da Companhia, à qual está vinculada a Gerência de Controles Internos. Nesses reportes, foram também abordados, em algumas ocasiões, os planos de ação em andamento para a mitigação de deficiências de controle, acompanhados pela GRC.

Além dos reportes regulares, o CAE realizou reuniões com gestores de diferentes áreas para tratar de questões importantes envolvendo controles internos, como a implantação de novo sistema de apoio à gestão do contencioso. O Comitê também discutiu com os gestores responsáveis na Petrobras a definição do escopo SOx aplicável à Transpetro, visando à racionalização dos esforços direcionados à certificação da Controladoria.

3.6. Canal de denúncias, apurações e Ouvidoria

A Ouvidoria está diretamente subordinada ao Conselho de Administração, e é responsável pelo tratamento e pelo reporte de demandas envolvendo sugestões, críticas, solicitações, reclamações e denúncias dos públicos de relacionamento da Companhia. Entre as denúncias tratadas pela Ouvidoria, estão também aquelas de natureza anônima recebidas por meio do Canal Denúncias único do Sistema Petrobras.

Conforme as diretrizes vigentes no Sistema Petrobras, a apuração das denúncias dessa natureza classificadas pela Petrobras como risco alto e muito alto está sob responsabilidade e coordenação da Controladoria, ao passo que a apuração dos demais casos recebidos a partir de 2017, é conduzida pela própria Transpetro.

Ao longo do exercício, foram realizados ao CAE reportes mensais da área de Integridade Corporativa da Petrobras sobre o andamento e os resultados das apurações de denúncias de fraude e corrupção de risco alto e muito alto, além de reportes trimestrais da GRC sobre as demais apurações, feitas pela própria Transpetro.

Além disso, foram realizados reportes mensais da Ouvidoria sobre o tratamento de denúncias recebidas, com destaque para aquelas classificadas nas categorias "fraude e corrupção" e "violência no trabalho", sem prejuízo dos relatórios trimestrais apreciados pelo CAE e pelo CA, contendo uma visão geral de todas as atividades da Ouvidoria e das manifestações tratadas pelo órgão.

3.7. Outros assuntos

Foram apresentados outros temas relevantes, a saber: (i) custos e prazos de descomissionamento de dutos e terminais; (ii) remuneração dos administradores; (iii) flutuação dos preços de frete de navios; (iv) processo de elaboração de orçamentos para licitações; (v) pontualidade de pagamentos a fornecedores; (vi) investimentos Petros; (vii) processos de aquisição de bens e serviços; (viii) gestão de TI.

4. CONCLUSÕES

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Transpetro, em face das atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados, anteriormente aqui descritos de forma sumarizada, concluíram que:

(i) As ações de prevenção e combate à fraude e corrupção estão desenhadas em alinhamento ao Programa Petrobras de Prevenção à Corrupção (PPPC) aplicado à Transpetro e foram implementadas pela organização.

(ii) Os controles internos para a produção dos relatórios financeiros são razoavelmente seguros.

(iii) A Auditoria Interna da Companhia desempenhou adequadamente suas funções, dispondo de estrutura e orçamento suficientes e adequados ao longo do exercício.

(iv) A auditoria independente atuou de forma satisfatória e não foram reportadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência.

(v) A gestão e o monitoramento dos principais fatores de riscos vêm sendo gerenciados pela administração.

(vi) Os parâmetros em que se fundamentaram os cálculos atuariais relativos aos benefícios pós-emprego são razoáveis.

(vii) As transações com partes relacionadas avaliadas e monitoradas no período atenderam à Política de Transações com Partes Relacionadas e forneceram evidências quanto à existência de condições comutativas, transparência, equidade e quanto ao interesse da Companhia. Outrossim, o Comitê recomenda que a administração continue atuando para assegurar o fortalecimento dos controles relacionados a esse tipo de transação.

Neste contexto, após o exame e análise das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes - que manifestaram opinião sem ressalvas - e do Relatório Anual Integrado de 2019, o Comitê avalia que todos os fatos relevantes que são de seu conhecimento estão adequadamente divulgados nos referidos documentos, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2020

Marco Antônio Mayer Foletto
Presidente do CAE
Especialista Financeiro do Comitê

Edson Soares Ferreira
Membro do CAE

Gerson Luiz Gonçalves
Membro do CAE

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TRANSPETRO Petrobras Transporte S.A.

CNPJ nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobrás

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (CAE)

Aos Conselheiros de Administração da Petrobras Transporte S.A.

1. SOBRE O COMITÊ

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) é um órgão estatutário de caráter permanente, instaurado em 13 de novembro de 2018, e vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. Seu funcionamento é orientado pelo Regimento Interno, aprovado pelo Conselho, e está sujeito às regras previstas na legislação - especialmente pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto nº 8.945/16, de 27 de dezembro de 2016.

Consoante seu Regimento Interno, o CAE tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções e manifestar-se sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos; (iv) os cálculos e resultados atuariais dos planos de previdência e benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia; e (v) a adequação das ações de prevenção e combate à fraude e corrupção.

No cumprimento de suas atribuições, o CAE não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Transpetro sejam completas e exatas ou de que estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Esta é uma responsabilidade da administração e dos auditores independentes.

De modo semelhante, no exercício de suas atividades, os membros do CAE não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores. As avaliações feitas pelo Comitê baseiam-se sobretudo nas informações e documentos recebidos da administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, da área de Governança, Riscos e Conformidade (GRC), da Controladoria, da Ouvidoria e das demais Unidades da Companhia.

Desde a sua instalação, em 13 de novembro de 2018, o CAE é composto pelos seguintes membros: Marco Antônio Mayer Foletto (membro independente do Conselho de Administração da Transpetro e Presidente do Comitê), Edson Soares Ferreira (membro externo independente) e Gerson Luiz Gonçalves (membro externo), sendo o Conselheiro Marco Antônio Mayer Foletto designado como especialista financeiro do Comitê, nos termos previstos na legislação brasileira e no Regimento Interno do CAE. Cumpre destacar ainda que, conforme prevê a lei nº 13.303/16, a maioria dos membros do Comitê atende aos critérios de independência estabelecidos em seu artigo 22, §1º.

2. RESUMO GERAL DAS ATIVIDADES

No período deste relatório (de março/19 a fevereiro/20), o CAE realizou 45 reuniões, entre as quais 3 reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal e 2 reuniões conjuntas com o Comitê Estratégico e Financeiro (COESTFIN), órgão estatutário vinculado ao Conselho de Administração da Companhia. As reuniões contemplaram um total de 255 pautas, envolvendo sobretudo as áreas de Controladoria (DFIN/GECONT), Governança, Riscos e Conformidade (PRES/GRC), Auditoria Interna (AUDIN) e Ouvidoria, conforme detalha a Figura 1 adiante.

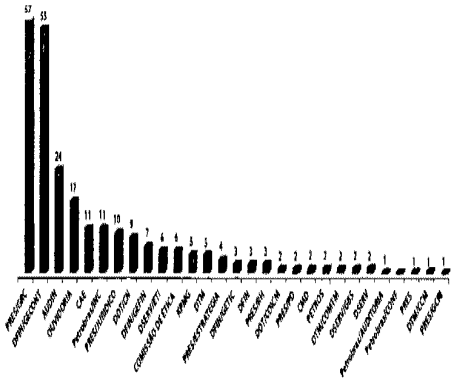
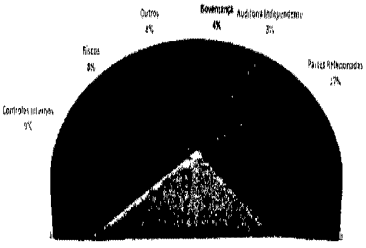


Figura 1 - Distribuição das pautas do CAE por área responsável/autora [1]

[1] As demais siglas do gráfico representam as seguintes unidades/órgãos: Petrobras/INC (Ger.Geral de Integridade Corporativa), PRESJURÍDICO (Ger. Executiva do Jurídico), DDTCN (Ger.Exec. de Comercialização e Novos Negócios de Dutos e Terminais), DFIN/GEFIN (Ger.Exec. de Finanças), DSERV/ETI (Ger.Exec. de Engenharia, Tecnologia e Integridade), DTM (Diretoria de Transporte Marítimo), PRES/ESTRATEGIA (Ger.Exec. de Estratégia e Organização), DFIN/GETIC (Ger.Exec. de Tecnologia da Informação e Telecomunicações), PRES/PD (Ger.Exec. de Proteção de Dutos), CMD (Comitê de Medidas Disciplinares), PETROS (Fundação Petrobras de Seguridade Social), DTM/COMTM (Ger.Exec. de Comercialização e Novos Negócios de TM), DSERV/GBS (Ger.Exec. de Gestão de Bens e Serviços), Petrobras/AUDITORIA (Auditoria Interna de Petrobras holding), Petrobras/CONF (Ger.Exec. de Conformidade da Petrobras), PRES (Presidência), DTM/CCM (Ger.Exec. de Controle Integrado, Conformidade e Manutenção de TM) e PRES/GCRI (Ger. Exec. do Gabinete da Presidência. Comunicação e Relações Institucionais).

O gráfico abaixo demonstra a distribuição das 255 pautas apreciadas pelo CAE ao longo do período, por tema, conforme detalhado no item 3 deste relatório:



Além dos reportes periódicos, o Comitê monitora continuamente o desempenho das atividades da Auditoria Interna por meio de ferramentas específicas. Uma delas, implementada em 2019, é o questionário de avaliação de desempenho, por meio do qual os membros do CAE e o Presidente da Transpetro avaliam a performance, as competências e os principais atributos da Auditoria Interna em cinco dimensões: (i) conhecimento e habilidades; (ii) estrutura, recursos e regulamento; (iii) planejamento e execução dos trabalhos; (iv) comunicação e (vi) resultados e performance. Os resultados da avaliação realizada em 2019 apresentaram a avaliação positiva do Comitê sobre o trabalho desempenhado pela Auditoria Interna no exercício, ao passo que permitiram a identificação de potenciais melhorias a serem exploradas pela Unidade para os próximos anos.

Como forma de manter um canal independente das Gerências Executivas com o CAE e favorecer o monitoramento mais efetivo das atividades da Auditoria Interna, o CAE também realiza uma Pesquisa de Percepção do Cliente, respondida pelo titular da área auditada após o encerramento de cada trabalho, conforme questões previamente acordadas com este Comitê. Este canal permite que as áreas relatem livremente eventuais críticas ou elogios à atuação da Unidade de Auditoria, que são de acesso confidencial e exclusivo da área que assessora o CAE. O resultado das avaliações é periodicamente analisado e discutido pelo Colegiado, que realiza o seu *feedback* à Auditoria Interna, sem a identificação das avaliações individuais.

3.2. Auditoria Independente

Desde 2017, a KPMG Auditores Independentes é a firma de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras da Companhia e emitir o Parecer independente e a relação das suas práticas contábeis adotadas. Os exames da KPMG compreendem, também, a validação de controles internos, adequada para fins de elaboração das demonstrações financeiras, e apoiam o atendimento ao processo de certificação da Petrobras no âmbito de lei americana Sarbanes-Oxley (SOX).

Ao longo do exercício, o CAE se reuniu com os auditores independentes regularmente para: (i) tratar de questões associadas à avaliação das demonstrações financeiras trimestrais e conhecer a opinião sobre os informes econômico-financeiros da Companhia; (ii) acompanhar a evolução dos trabalhos de auditoria, inclusive no tocante à certificação dos controles internos (SOx) para atendimento à Petrobras; (iii) discutir os pontos de atenção identificados e as deficiências apontadas com base na avaliação dos controles internos; e (iv) discutir, pontualmente, a natureza e extensão dos principais procedimentos de auditoria selecionados e a materialidade adotada.

Durante os reportes regularmente realizados ao Comitê, os auditores independentes ratificaram sua independência, bem como a inexistência de qualquer restrição imposta pela administração à sua atuação.

Além dos reportes, o CAE monitora e avalia periodicamente a atuação dos auditores independentes. Um dos instrumentos adotados com esta finalidade é o questionário de avaliação de desempenho, elaborado com base em referenciais de mercado e boas práticas de governança, por meio do qual os membros do CAE e os representantes da Área Financeira avaliam as diferentes dimensões do trabalho desempenhado pela firma de auditoria e do seu relacionamento com o Comitê. O resultado da avaliação realizada em 2019 revelou oportunidades pontuais de melhoria discutidas com a auditoria independente.

Por fim, cabe mencionar que o CAE acompanhe e analisa o resultado da avaliação contratual dos serviços prestados pela KPMG, feita pelas áreas gestoras do referido contrato.

3.3. Informações econômico-financeiras e afins

Ao longo do ano foram apreciadas 41 matérias relacionadas a informações econômico-financeiras distribuídas em 20 reuniões. As matérias destinaram-se sobretudo à apresentação dos resultados mensais da Companhia, além da apreciação das Demonstrações Financeiras trimestrais, encaminhadas para o Conselho de Administração. Foram reportados também os resultados econômicos da subsidiária Transpetro International B.V. (TI BV), bem como os principais destaques referentes à gestão e às operações da investida.

Durante as reuniões com a área responsável pela Contabilidade, foram também apresentadas algumas das práticas contábeis avaliadas como críticas, como: (i) vida útil dos navios; (ii) contencioso; e (iii) perda de crédito esperada. Além desses temas, o CAE reuniu-se com a Gerência Executiva de Controladoria, responsável pela Contabilidade, para tratar de assuntos avaliados como relevantes ao desempenho das atribuições do Comitê, tais como: (i) andamento dos trabalhos de fechamento contábil; (ii) aproveitamento de créditos tributários; (iii) acompanhamento do plano de ação para redução de lançamentos manuais; (iv) parâmetros/premissas e cálculo atuarial; (v) gestão da dívida; (vi) rentabilidade dos navios; (vii) plano para redução do *offhire* dos navios; e (viii) revisão das contas do razão.

Em relação às premissas do cálculo atuarial, o CAE recomendou à administração que avaliasse a adoção de premissas específicas para refletir a população de empregados da própria Companhia, como forma de aprimoramento/refinamento em substituição à adoção de parâmetros relativos à população de empregados da Petrobras.

A área Jurídica, por sua vez, apresenta o extrato trimestral do contencioso, destacando os processos mais relevantes, considerando cada classificação quanto ao risco de perda (possível, provável e remoto), bem como as movimentações mais significativas em cada período.

3.4. Partes Relacionadas

Consoante o disposto na legislação e no Regimento Interno do CAE, compete ao Comitê monitorar as transações com partes relacionadas. Este monitoramento foi realizado mediante: (i) a apreciação dos sumários trimestrais de transações com partes relacionadas, abrangendo as transações acima de R$ 50 milhões, informadas pela Contabilidade; (ii) o monitoramento de pendências envolvendo transações com a Petrobras e outras empresas do Sistema; e (iii) a análise prévia de transações relevantes conforme disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração.

Em relação à análise prévia, foram examinadas pelo Comitê, no período, 16 transações cujo valor total monta a R$ 13,3 bilhões. As principais transações referem-se a contratos e negócios com a Petrobras, bem como a questões associadas aos contratos de financiamento em vigor, celebrados com instituições financeiras federais (Banco do Brasil e BNDES).

Cabe destacar que, em julho/19, o CAE validou a proposta de revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas, posteriormente aprovada pelo Conselho de Administração, bem como o procedimento corporativo que descreve a referida política, ambos alinhados às normas vigentes na Petrobras.

3.5. Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos

A Gerência Executiva de Governança, Riscos e Conformidade (GRC), vinculada diretamente ao Presidente, centraliza as ações de implantação, disseminação, suporte, avaliação e aprimoramento de políticas, diretrizes, práticas e controles que promovem o fortalecimento da governança e da gestão, bem como o tratamento dos riscos empresariais, conformidade e controles internos.

Conforme disposto o Estatuto Social da Companhia, a Unidade realiza regularmente o reporte de suas atividades à Diretoria Executiva, ao CAE, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal. Para o CAE, foram realizados mensalmente reportes consolidados das atividades de GRC, além dos relatórios trimestrais submetidos ao Conselho e previamente apreciados pelo Comitê.

Em observância aos requisitos da Resolução CGPAR nº 21, o titular da GRC deve ser designado ou destituído pelo Conselho de Administração. Em linha com tal disposição, o Gerente Executivo de Unidade foi reconduzido e possui mandato vigente até novembro de 2021, conforme deliberado pelo Conselho.

3.5.1. Governança

Foram apreciadas sete matérias sobre o tema: (i) políticas da Transpetro, (ii) adequação à lei nº 13.303/16 e auditoria TCU; (iii) aspectos de governança societária do Sistema Petrobras; (iv) criação da TRANSBEL (Sociedade de Propósito Específico constituída na condição de subsidiária integral da Transpetro para fins de arrendamento de área portuária objeto de leilão vencido pela Companhia); (v) Lei Geral de Proteção de Dados; (vi) Revisão do Regimento Interno do CA; e (vii) Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, submetida à aprovação do Conselho de Administração. Além disso, foram apresentados, pela Auditoria Interna, os resultados de trabalhos de auditoria relacionados a aspectos de governança na área de TI e na subsidiária TIBV.

Cabe mencionar que a Transpetro conquistou pela segunda vez consecutiva o grau máximo do indicador de governança criado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), conforme avaliação realizada por representantes de instituições e órgãos independentes como Fundação Dom Cabral (FDC), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Fundação Getulio Vargas (FGV), Brasil Bolsa Balcão (B3) e outros.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO
NIRE: 333.0026039-1 Protocolo: 00-2020/109394-4 Data do protocolo: 09/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/07/2020 SOB O NÚMERO 00003895420 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 85377A5A68D9657D2916A70BCB4CF7A955557CEE1EF8555152FD6F6677F67F7C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.